

**DIÁLOGO**  
SÉRIE FRONTEIRAS ABERTAS

**BRASIL E PORTUGAL**  
**— A IMAGEM RECÍPROCA**

(O Mito e a Realidade na Expressão Literária)

NELSON H. VIEIRA

# BRASIL E PORTUGAL — A IMAGEM RECÍPROCA

(O Mito e a Realidade na Expressão Literária)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1991

ISBN 972-566-150-8

**BRASIL E PORTUGAL  
— A IMAGEM RECÍPROCA**

(O Mito e a Realidade na Expressão Literária)

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

VIEIRA, Nelson H.

Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária /  
Nelson H. Vieira. – Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua  
Portuguesa, 1991. – 256 p.; 17 X 24 cm. – (Diálogo: fronteiras abertas).  
Literatura – Relações culturais – Brasil – Portugal

*Título*

O BRASIL E PORTUGAL – A IMAGEM RECÍPROCA  
(O MITO E A REALIDADE NA EXPRESSÃO LITERÁRIA)

---

1.<sup>a</sup> Edição – 1991

---

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

---

© Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Divisão de Publicações  
Praça do Príncipe Real, 14 – 1.<sup>o</sup> – 1200 LISBOA  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

---

*Tiragem*

3000 exemplares

---

*Capa*

Cândido Costa Pinto  
Óleo / Platex. Dim.: 37 x 31,5 Coleção Particular

---

*Composição e impressão*

Gráfica Maiadouro  
Rua Padre Luís Campos, 686 – 4470 MAIA

---

Abril 1991  
Depósito legal n. 41256/91  
ISSN 0871 - 4401

Em memória de

*Laurinda C. Andrade,*  
mestra, colega, amiga, e missionária  
da cultura luso-brasileira.

*Francis M. Rogers,*  
professor, orientador e pesquisador  
de estudos luso-brasileiros.

«Si, chi non esce del suo paese, vive pieno di pregiudizi.»

*Carlos Goldoni*

«Portuguese readers do not like Brazilian translations.»

*Raymond Chandler*

«Violent antipathies are always suspicious, and betray a secret affinity.»

*William Hazlitt*

«People hate, as they love, unreasonably.»

*William Makepeace Thackeray*

A minha pátria é a cultura portuguesa, primeiro, e a cultura universal depois – e ser português é assim uma espécie de deformação congénita, que antropológicamente não nos é dado sacudir. Cada vez mais penso que pagaremos, em diáspora, o mal que fizemos a tanto judeu assado. Esse preço, porém, como para os judeus, será a condição da nossa sobrevivência cultural. Aqui, no Brasil, requer muita humildade, muita paciência (porque os portugueses são os bodes expiatórios de todas as mistificações das classes dirigentes e capitalistas), que, confesso, já me vai faltando. Estou farto de ouvir burrices que o comportamento oficial ou dos merceeiros da Rua do Acre, no Rio, infelizmente justificam. E, já que vou sabendo do Brasil muito mais que muitos brasileiros e com menos preconceitos, acho que o meu lugar, por ora, não é aqui, onde, ainda por cima, estamos completamente à mercê do fascismo montante e beato daí. Antes ensinar Brasil e Portugal a pessoas que estão honestamente empenhadas em estudá-los, como é o caso dos americanos que escolhem essa especialidade, do que ensinar aqui, contra tudo e todos, uma cultura que tudo fez e faz para ser detestada (e que, no entanto, é a raiz do Brasil, queiram ou não). Por isso, fui e sou contra a fundação de um instituto oficial de cultura portuguesa, que agora vão fundar no Rio essas bestas. O Brasil tem de descobrir Portugal em si mesmo, na medida em que se descubra uma vítima, não dela, mas das oligarquias que sempre o dominaram, em nome dela, ou fazendo dela o bode expiatório dos malefícios que elas praticavam e praticam – e, para isso, a menos que «brasileiros», ou que distantes, somos todos suspeitos. As consequências político-culturais desse instituto vão ser funestas, e piorarão logo que isto leve uma volta: a esquerda burra é muito mais anti-portuguesa que a direita burra (que essa é babada por Portugal e o Salazar).

*Jorge de Sena*, carta a Vergílio Ferreira  
4 de Julho de 1965

A REALIDADE E A MEDIAÇÃO DOS ESPELHOS

O fenómeno psicológico e histórico da passagem da realidade à sua imagem não é tão transparente como parece, pois está sujeito a condicionamentos muito semelhantes aos que ocorrem, no domínio óptico, com os espelhos.

Entre eles, só os que são planos não deformam a imagem, porque os outros, à mais ligeira concavidade ou convexidade reflectem imagens alteradas. Tal como a memória dos povos, sobretudo quando envolvidos em situações de colonização e nas suas inevitáveis filias e fobias.

Em consequência, são tão elucidativas as narrativas históricas pretensamente objectivas, como as ficções literárias ou as anedotas de bar, bem temperadas de subjectividade.

Porque a convivência histórica é de altos e baixos, não se espere dos seus protagonistas a objectividade dos espelhos planos, em que os povos deixem de fazer uns dos outros projecções caricaturais.

O que era sensato pode deformar-se em ridículo, o que era excessivo pode projectar-se como normal, o que era neutro pode ganhar as formas e as cores do fantástico ou do mágico.

Inventariar essas imagens, no terreno privilegiado dos textos literários, e, através delas, esboçar um retrato-robot das relações luso-brasileiras procurando entender o porquê das deformações especulares é tarefa tão meritória como sugestiva.

Meritória, porque contribui para que os dois povos apreendam melhor os traços da sua identidade e da sua diferença, e não fantasiem realidades que não existem; sugestiva, porque as situações analisadas percorrem os mais variados registos psicológicos, passando do cómico ao trágico, da repulsa à adesão, da sujeição à solidariedade.

Nelson Vieira é credor do nosso agradecimento por nos ter permitido uma visão mais realista do relacionamento cultural luso-brasileiro. Até porque, não sendo o empreendimento tarefa fácil de sistematizar, ele a desempenhou

da maneira que mais importava fazê-lo: construindo um políptico capaz de permitir a leitura global de que necessitávamos.

Muitas análises sectoriais das relações luso-brasileiras têm sido feitas, e tanto do lado português como do brasileiro, mas faltava uma visão que, sendo de totalidade, permitisse uma reflexão mais realista sobre o verdadeiro conceito que portugueses e brasileiros formam uns dos outros. Concluiu-se por uma imagem bem diferente da que é apresentada pelos diplomatas e intelectuais. Imagem recíproca que «não reflecte os ideais nem os objectivos de um intercâmbio fraterno e comunitário», mas aponta, principalmente, os aspectos superficiais e menores.

Será esta leitura pessimista?

Cada leitor que faça o seu julgamento. Quanto a nós continuamos a pensar que as imagens elaboradas ao longo de séculos foram mediadas como as dos espelhos que, contrariamente aos outros mediadores (equidistantes e solidários) as deformaram. Porquê?

Na resposta a esta questão se podem encontrar as sugestões mais adequadas para um bom relacionamento bilateral, e o autor não se furtou a dar o seu contributo para o advento de uma nova etapa cultural luso-brasileira.

*Fernando Cristóvão*

A forma pela qual o Prof. Nelson Vieira trata o tema deste livro é o melhor indicador de sua importância. Embora filho de portugueses e visitante assíduo do Brasil, ele é afinal de contas um intelectual norte-americano, integrado no universo cultural daquele país. Nem por isso abordou o estudo das imagens do Brasil e de Portugal, tal como aparecem nas respectivas literaturas, com o olhar distante de um observador sem envolvimento. Pelo contrário, na intersecção dos dois países, assumiu a temática com paixão e objectividade, sinal de que os encontros e desencontros da luso-brasilidade são um tema significativo.

Não me parece ocasional que a metáfora familiar seja a imagem mais frequente destas relações. A família, como se sabe, é um núcleo primário carregado de afectos, tensões e estranheza. O próprio grau de parentesco serve aliás como indicador da maneira pela qual é concebida a interacção entre os dois países. A imagem da «mãe pátria» do correspondente «filho dilecto» mascara a história das relações desiguais entre o Brasil e Portugal até à independência do primeiro. Veicula também a ideia de uma interacção assimétrica, mas caracterizada pela protecção maternal da metrópole, a grande nutriz em que filho encontra suas raízes. Já a metáfora dos «irmãos» introduz uma noção de maior igualdade, implicando algum grau de conflito, pois irmãos podem se amar mas necessariamente disputam, concorrem entre si. Uma citação, dentre as tantas citações expressivas do livro, é neste sentido esclarecedora. Refiro-me ao comentário a um tempo irritado e saboroso do médico português Figueiredo Magalhães quando do terceiro centenário da morte de Camões: «Então Portugal foi metrópole, o Brasil foi colónia, Portugal descobre e desbrava, dá à luz e cria o Brasil, e fica o ascendente irmão do descendente? Que diabo de trapalhada de parentesco é esta?»

Embora o tema central do livro do Prof. Vieira seja a expressão literária de imagens recíprocas, formuladas em Portugal e no Brasil, ele é particularmente feliz ao não isolar a análise de texto do contexto histórico. Isto permite, por exemplo, estabelecer e aprofundar distinções entre as primeiras invectivas

contra os reinóis em Gregório de Matos e as arremetidas que permeiam os romances naturalistas de Aluísio Azevedo.

Apesar da importância destas distinções, é forçoso reconhecer uma linha de continuidade na expressão literária das imagens do Brasil e de Portugal, pelo menos até o início deste século. Com algumas exceções, ela se caracteriza por mútuos estereótipos e muitas incompreensões. Do lado português, a visão do Brasil está associada ao país da aventura e da sensualidade cuja figura emblemática é a mulata. Um Brasil que macula os portugueses, como revela a figura dos «brasileiros» retornados, arrivistas e cheios de dinheiro. Do lado brasileiro, constrói-se a imagem do português rude, cheio de cobiça, que ganha tons de virulência panfletária em certos períodos, como ocorre em fins do século XIX, no movimento jacobinista do Rio de Janeiro.

Não há nada de espantoso nisto. A óptica lusa impregnava-se da visão do colonizador e trazia as marcas das experiências de vida diversas, na metrópole e na colônia. Subjacente à óptica brasileira, estava o esforço por construir uma identidade nacional, a partir de meados do século XVIII.

A percepção dos elementos estruturais que lastrearam os desencontros luso-brasileiros é importante por várias razões. Aqui assinalo a que me parece ser a mais significativa. Trata-se da simples constatação de que tais elementos estruturais já não existem. Do ângulo português, a visão colonialista em relação ao Brasil desapareceu por força da história; do ângulo brasileiro, o processo de identificação completou-se em definitivo. Para usar a metáfora familiar, mãe e filho podem agora se entender profundamente, na medida em que um doloroso processo de separação chegou ao fim.

Além disto, cessaram as razões conjunturais que tornavam suspeito o tema da luso-brasilidade. Na experiência brasileira, o tema era articulado pelos sectores mais retrógrados da sociedade e continha, implícita ou explicitamente, o elogio do salazarismo. Isto se tornou mais evidente nos anos em que a ditadura militar no Brasil e o salazarismo em Portugal trataram de salientar as afinidades. Com a instauração, que se espera duradoura, da democracia nos dois países, acentuaram-se as possibilidades de se construir uma real fraternidade luso-brasileira. Assim se realizaria, felizmente, a trapalhada nas relações de parentesco, para espanto do dr. Figueiredo Magalhães.

Na medida em que o presente possibilita um entendimento fraterno entre países com tanta coisa em comum, é muito oportuno entender os desencontros do passado, apreendidos com felicidade pelo Prof. Vieira na sua expressão simbólica.

*Boris Fausto*  
Universidade de São Paulo

Este estudo, ampliado para incluir a época moderna, baseia-se em parte na pesquisa feita para a minha tese de doutoramento no Departamento de Línguas e Literaturas Românicas da Universidade de Harvard. A tese, escrita em inglês, é inédita na sua forma actual. Uma versão do 4.º Capítulo, porém, foi publicada sob o título, «Lusofibia no Romance Brasileiro», na revista *Brotéria* (Vol. 106, n.º 1, Janeiro, 1978); e uma parte do texto sobre a «piada» apareceu na revista, *Western Folklore* (Vol. XXXIX, n.º 1, Janeiro, 1980) com o título, «The Luso-Brazilian Joke».

A tradução portuguesa deste volume representa um trabalho de colaboração entre o autor e José Brites e Luiz F. Valente. Desejo, por isso, expressar os meus sinceros agradecimentos a estes dois amigos pela sua incansável ajuda e, sobretudo, a José Brites, que fez a tradução inicial dos primeiros capítulos.

Além destes dois colaboradores, quero também reconhecer a orientação, o apoio e a inspiração de Francis M. Rogers, Professor Emérito da Universidade de Harvard. Recém falecido, o Professor Rogers foi quem me sugeriu o tópico para a minha tese. Desejo também expressar a minha profunda gratidão aos colegas George Monteiro e Onésimo T. Almeida pelas suas ideias e contribuições. Ao Professor Onésimo sobretudo, pelo seu grande apoio e fé neste projecto. À nossa secretária, Cândida Hutter, pelo seu cuidado e atenção com o original. À colega Leonor Neves, pela sua leitura minuciosa. E finalmente, pelo seu encorajamento e inesgotável paciência, a Nancy Levitt-Vieira, esposa, amiga e fiel companheira.

N. H. V.

## INTRODUÇÃO

«l'objet du mythe est de fournir un modèle logique pour résoudre une contradiction.»

Claude Lévi-Strauss,  
*Anthropologie Structurale*

*Frequentemente considerados países irmãos por ambos terem a língua portuguesa como via de comunicação, o Brasil e Portugal também manifestam muitos outros aspectos culturais inerentes aos dois povos e daí o falar-se da existência duma comunidade luso-brasileira. Mas nessa suposta fraternidade as relações interculturais e a imagem recíproca nem sempre correspondem ao espírito comunitário apregoado. É, portanto, nosso objectivo estudar a imagem que cada país mantém do outro a fim de descrever o verdadeiro carácter desta imagem e relacioná-la com a realidade sociocultural.*

*As relações interculturais, para serem bem entendidas, têm que ser estudadas de diversas perspectivas visto que a cultura, pela sua própria natureza, representa algo num estado de fluxo constante, abrangendo variantes de muitas áreas. Então, uma apresentação interdisciplinar seria útil porque engloba interpretações, análises e visões que possam servir como veículos para a comparação de fenómenos culturais em seus vários momentos e estados. Assim, pode observar-se a dinâmica psico-social entre dois grupos, por exemplo, através da expressão literária, aí incluindo outros prismas como a política, a economia, o momento histórico, e as respectivas identidades nacionais, peculiares ou grupais. Com este método, esperamos interpretar a imagem recíproca em relação aos dados e observações encontrados ao longo do estudo. No nosso caso, as literaturas portuguesa e brasileira servirão como plataforma principal para a avaliação da imagem recíproca entre o Brasil e Portugal. Além da expressão desta imagem das literaturas respectivas, é, ao mesmo tempo, vantajoso examinar as relações interculturais do ponto de vista histórico e sociológico. Como a dinâmica ou realidade cultural entre dois países se baseia em diversos elementos concretos e abstractos, dificilmente se consegue uma ideia nítida do seu carácter sem um approach global.*

*Este estudo, portanto, abordará o tema essencialmente através da literatura, mas incluirá também observações e interpretações históricas e sociológicas para complementar e apoiar a exposição literária. Quer dizer, escolhemos a literatura porque ela expressa realística e simbolicamente o que a história e a sociologia teoricamente demonstram.*

*Quanto à representação literária, o leitor notará a existência de numerosas citações das obras de entre os escritores principais de ambas as culturas. Esta ênfase serve para sublinhar, documentar e até dramatizar as nossas interpretações da imagem recíproca. A seleção literária é o resultado de uma leitura feita sobre uma grande variedade de autores, sobretudo romancistas que prestaram alguma atenção à descrição de personagens, à narração de experiências e à simbolização de mitos da outra cultura.*

*Como o estudo abrange um período bastante vasto (do século XVI até aos nossos dias), não foi possível, dentro dos parâmetros deste volume, incluir todas as expressões do fenómeno chamado «lusu-brasileirismo», e por isso não se pretendeu fazê-lo exaustivo. Ao contrário, na sua essência, representa, esperamos, uma amostra concisa e coerente das atitudes e situações interculturais que melhor definem a imagem recíproca luso-brasileira.*

*Aliás, é importante notar que este termo «lusu-brasileiro» é relativamente recente no sentido de comunidade intercultural. Nesta linha, ele é empregado para descrever o movimento cultural que, para todos os efeitos, começou no início deste século. Em outras instâncias, o termo é usado simplesmente para fazer alusão à existência (pré-século XX) de elementos culturais relevantes para ambos os países.*

*Conforme se indica no subtítulo deste volume, desejamos também descobrir o mito e a realidade da imagem recíproca, i.e., descrever através da expressão literária a natureza da imagem e sobretudo especificar quais crenças, atitudes, tendências, e factores contribuíram para a sua formação. Empregamos a palavra «mito» no sentido literário e popular: a narração repetida de uma estória, situação, conceito, circunstância, ou comportamento social que faz parte da crença popular e assim se incorpora no paradigma formal de uma certa cultura. A repetição deste mito contribui para o seu papel, quase ritual, dentro desta cultura onde se observa um elemento apriorístico de desejo, vontade ou sonho que se refere aos pensamentos e crenças do contador ou sonhador. Segundo Northrop Frye no seu *Anatomy of Criticism* (1957), o mito serve para identificar o ritual e o sonho numa cultura, e também serve como uma metáfora que, pelo seu emprego social e narrativo, se pode transformar num arquétipo, protótipo ou estereótipo. Concordamos com Frye quando ele afirma que «realism is an art of implicit simile, [while] myth is an art of implicit metaphorical identity» (p. 136). Deste modo, o sistema simbólico ajuda o homem a identificar e a compreender o seu cosmo e ao mesmo tempo a lidar com as suas contradições, confusões e problemas.*

*Há então uma ligação implícita entre a própria existência humana e o símbolo, a metáfora e o tipo identificados como formas de representação da condição humana. Daí a sua aplicação ao nosso estudo, especialmente em referência ao simbolismo literário e popular sobre portugueses e brasileiros. Aqui identificamos várias ideias, contradições, mitos e idealismos sobre as figuras nesta comunidade cultural: o português colonizador, a mulata de luxo, o «brasileiro» torna-viagem, o brasileiro sensual, preguiçoso e mestiço, o imigrante inculto mas branco, e os luso-brasileiros. Todos estes tipos são, de uma forma ou outra, variações de figuras que, no decorrer da história e da literatura lusa e brasileira, representam o mito e a realidade nas duas sociedades. Deste modo este estudo aspira a apresentar a visão literária, a fim de ilustrar como a imagem na literatura corresponde à realidade sócio-histórica e como as narrativas frequentemente recorrem ao mito para resolverem os conflitos e interesses particulares ou dilemas e contradições intersociais.*

*É preciso enfatizar que este livro não pretende esquecer ou negar a importância dos laços existentes entre intelectuais, escritores, artistas ou indivíduos das duas culturas. Haverá sempre, sobretudo no plano individual, exemplos de grande intimidade entre os dois povos e também um autêntico apreço por suas culturas. Por outro lado, haverá igualmente casos de ódio, preconceitos e antagonismos. É por isso que escolhemos a literatura, porque ela geralmente desperta uma impressão mais colectiva através do símbolo do particular – personagens, situações, circunstâncias, etc. –, e assim é representativa dum paradigma cultural baseado na realidade e nos valores sociais.*

*Uma vez que, do nosso ponto de vista, reconhecemos e apreciamos os valores e qualidades de ambas as culturas em causa, pretendemos assim, apenas delinear objectivamente a imagem literária e mostrar como ela funciona dentro dum contexto sócio-histórico onde é natural questionar a imagem recíproca de dois países ligados por uma língua comum. A fraternidade luso-brasileira é paradoxalmente baseada numa distância e desconhecimento mútuos. Que esta viagem de exploração através das imagens que cada uma das culturas formulou sobre a outra ao longo dos séculos contribua para encurtar-lhes essa distância e esse desconhecimento.*

Providente, Rhode Island  
Janeiro, 1990

## LAÇOS HISTÓRICOS ANTES DE 1822

«Um homem vai para o Brasil condenado e regressa cheio de dinheiro e honras.»

(Frei Vicente do Salvador,  
*História do Brasil: 1500-1627*, 1618)

«Les Portugais naturels du Brésil préfèrent la possession d'une femme noire ou mulâtre à la plus belle femme. Je leur ai souvent demandé d'où procedoit un goût si bizarre, mais ils l'ignorent eux-mêmes.»

(Labarbinais Le Gentil,  
*Nouveau Voyage au Tour du Monde*, 1725)

## INDIFERENÇA, INTERESSE E INFLUÊNCIA

Portugal, o país de génio aventureiro e marítimo, descobriu o Brasil em 1500. Dois anos antes tinha descoberto a rota da Índia, porta de entrada para o Oriente. Com tais façanhas, o pequeno Portugal iniciou uma era gloriosa de expansão que marcou indelevelmente o espírito nacional. *Le Roi Épicier*, D. Manuel I, presenteado havia pouco com outra bagatela a adicionar ao seu tesouro de territórios, pôs de lado o Brasil num primeiro momento. Falhou no reconhecimento inicial do seu verdadeiro valor. O Brasil, terra selvagem e tropical só mais arde cultivada pelos portugueses, desempenhava um papel secundário no opulento e exótico Oriente que na altura seduzia e transformava o pequeno Portugal no maior e também menos duradouro império. A fama de Portugal no Oriente cresceu na primeira metade do século XVI e, por conseguinte, privou o Brasil da atenção que a coroa portuguesa lhe podia e devia dedicar. Envolvida a coroa na luta para bater a sua supremacia, a

terra de pau-brasil e índios não podia competir com as magníficas terras de especiarias e mandarins.

Na carta de Pero Vaz de Caminha, descritiva da descoberta da Terra de Vera Cruz, mais tarde, Brasil, o escritor revela a sua familiaridade com os interesses da coroa relacionados com as novas terras descobertas. As frequentes referências de Caminha ao ouro explicam o facto de que embora o motivo de Portugal, além do comércio, fosse propagar a fé, este último não podia ser plenamente atingido sem o sucesso do primeiro. Poder, principalmente poder económico, era indubitavelmente uma necessidade. O Brasil, à parte o pau-brasil, tinha muito pouco para oferecer nessa altura de lutas cruéis pela hegemonia do mundo. Todavia, Portugal não se desfez do Brasil e, com tal atitude, alimentava a esperança de que um dia aquela terra seria o seu Eldorado.

De 1502 em diante, D. Manuel I enviou várias expedições para a exploração da costa com o propósito de avaliarem o potencial de riqueza da terra. Por outro lado, desde que o Brasil não despertou verdadeiramente o interesse dos Reis, a colónia passou a ser a terra para exilados políticos e criminosos. Esta reputação do Brasil como terra de desterro pode ser o motivo que explica a referência de Gil Vicente, na sua peça *Auto da Barca do Purgatório*, surgida em Lisboa em 1518. Falando com o diabo, a descarada lavadeira Marta sarcasticamente à sua sorte purgatorial e à maneira como Deus a salvou, impedindo que ela fosse exilada para o Brasil.

/Mar./ Huy e que ribeyros sam estes  
Dia. Venhais embora Marta gil.  
Mar. E donde me conhecestes.  
Dia. Folgo eu bem porque viestes  
oufana e dando oo quadril.  
Mar. Vedes outro perrexil  
e marinheyro sodes vos,  
ora assi me salue Deos,  
e me liure do Brasil  
que estais sutil <sup>1</sup>.

Por volta de 1518, o Brasil era, portanto, considerado a terra para onde eram enviados para exílio todos os elementos detestados em Portugal. Esta referência de facto reflecte a atitude portuguesa para com o Brasil-colónia nesses tempos.

A reputação de terra de desterro, porém, não dissuadiu os aventureiros e futuros colonos, que reconheceram a possibilidade de adquirir fortuna na colónia. Esses homens mudaram definitivamente a imagem de exílio para a de sucesso financeiro. O interesse no território aumenta com o comércio do pau-

Brasil. Iniciado por aventureiros e comerciantes durante as primeiras duas décadas do século, esse comércio prosperou tanto que o território passou a ser conhecido por Brasil. A primeira referência escrita à *terra do Brasil* aparece no manuscrito do *Diário da Navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530*, escrito por Pero Lopes de Sousa.

Em 1530, Martim Afonso formou centros coloniais em São Vicente e Piratininga. D. Manuel, durante o seu reinado (1495-1521), não se preocupou com o Brasil, mas em 1532, D. João III fundou capitânias hereditárias ao longo da costa do Brasil. Tais capitânias eram divididas entre fidalgos ricos, os quais nem sempre ficavam contentes por possuírem bárbaras e distantes terras. Embora este fosse o único acto oficial da coroa portuguesa até 1549, crê-se que já por volta de 1531 os escravos estavam a ser importados de África para trabalharem nas plantações de açúcar que começavam a aparecer<sup>2</sup>.

A constante ameaça de invasores estrangeiros que desobedeciam o Tratado de Tordesilhas, que justificava a posse do Brasil por Portugal, forçou o Rei em 1549 a estabelecer uma administração colonial, capaz de proteger os direitos de Portugal no Brasil. Esta acção foi também o resultado de rumores sobre a existência de jazidas de ouro e prata no interior do Brasil. Com o crescimento do comércio do açúcar, os objectivos imediatos da coroa centravam-se à volta da criação duma colónia de plantações que trouxesse mais riqueza à nação portuguesa. Infelizmente um programa de colonização em larga escala não era plausível em virtude de faltarem a Portugal os recursos humanos necessários. Embora, o número de emigrantes portugueses tivesse aumentado entre 1550 e 1600, o interesse de Portugal pelo Brasil não se alterou grandemente, talvez por Portugal estar preocupado com a perda gradual de seus portos no Oriente e sua subjugação a Espanha, iniciada em 1580. O Brasil era apenas um outro território que podia contribuir economicamente para o império português.

Exactamente como outros países colonizadores, Portugal era o fulcro do domínio colonial. Consequentemente, enquanto historiadores aplaudem a permanência dos portugueses no Brasil e lhes atribuem as bases das instituições e dos valores tradicionais brasileiros, é essencial realçar o facto de que esta presença teve também o fim de aumentar a fortuna de Portugal. Este interesse financeiro serve para explicar o ressentimento brasileiro que surgiu mais tarde como resultado da exploração exercida pela Coroa, e por um incontável número de *reinóis* portugueses idos para o Brasil à procura de fama e fortuna. Frei Vicente do Salvador disse em 1618: «Um homem vai para o Brasil condenado e regressa cheio de dinheiro e de honras»<sup>3</sup>. Do século XVI ao XVII, o gigantesco Brasil existiu à sombra de Lisboa, a *Metrópole*. Psicologicamente, Lisboa desempenha o papel de centro de controlo,

exercendo a sua influência em ambos os povos nos séculos seguintes. O poder de Lisboa eclipsou o esplendor da colónia, e em consequência disso, fortaleceu a função essencial desta: a de suporte económico de um reino orgulhoso e decadente. Por qualquer que fosse o motivo, Portugal, contudo, se enraizou no Brasil.

A diversidade das regiões do Brasil foi também impregnada pela cultura portuguesa através do trabalho da Companhia de Jesus. Antes do considerável poder que acabaram por atingir, seguido dos frequentes desentendimentos com a coroa, os Jesuítas, durante a segunda metade do século XVI, fundaram boas escolas de educação primária e secundária nos centros mais importantes da colónia, sendo assim difundida a língua e a cultura portuguesas. Os primeiros escritos de Jesuítas como Anchieta e Nóbrega são exemplos da cultura portuguesa que a Companhia levou para o Brasil.

Mais escravos eram importados de África, as plantações de açúcar cresciam – era o presságio da riqueza que a colónia iria produzir. O valor do Brasil tornou-se cada vez mais inestimável à medida que o império português no Oriente começava a dar sinais de declínio. O ano de 1570 trouxe tragédia a Portugal com a morte do Rei D. Sebastião, personificação duma nova esperança para a nação. José Honório Rodrigues diz-nos, que tendo Portugal perdido seus portos estratégicos no Oriente, o Brasil e seus recursos tornaram-se a nova esperança comercial para a mãe pátria. Estatísticas revelam que de 1575 a 1591 um total de 52 053 escravos foram importados de Angola para o Brasil. Estes números são indicativos do progresso da economia açucareira que estava ajudando Portugal a manter o seu domínio em face da luta internacional pelo poder <sup>4</sup>.

Enquanto a economia do Brasil ia de vento em popa, o *reino* estabelecia-se pela compra de terras e de escravos com a finalidade única de aumentar a sua produção de açúcar. Com o pleno sucesso comercial deste produto, ele prosperou e tornou-se senhor da nova terra. Esses *reinois*, como não podia deixar de ser, ocupavam as posições mais altas na sociedade colonial. Este estado de coisas era o resultado da importância que a terra tinha adquirido. O poder, a riqueza e o «status» social baseavam-se no tamanho e produtividade das propriedades<sup>5</sup>. Surgiu assim no Brasil uma sociedade tipicamente europeia, devido ao facto de os portugueses, os maiores proprietários de terra, senhores do poder e do prestígio, terem implantado os seus modelos tradicionais de língua, religião e família. O ambiente americano viria a introduzir certas mudanças nos hábitos desta sociedade europeia, mas não existia ainda espírito brasileiro de nacionalidade. Mais ou menos em 1600, a palavra *brasileiro* referia-se no uso comum aos que negociavam com o *pau-brasil* ou aos bárbaros habitantes do interior<sup>6</sup>. O significado da palavra *brasileiro* como nativo do país

conhecido por Brasil não se vulgarizou até à segunda metade do século XVII e começos do século XVIII.

É interessante notar que a palavra *brasileiro* tem outro significado, que remonta ao século XVI e se arrastou até ao presente. A palavra em Portugal referia-se aos nativos portugueses, regressados ao torrão natal com a riqueza e ostentação trazidas do Novo Mundo<sup>7</sup>. Este uso brincalhão embora pejorativo ilumina, pelo menos em parte, a imagem recíproca luso-brasileira.

É a velha história do Velho Mundo contra o Novo; a superioridade da mãe-pátria contra a suposta inferioridade da colónia. Portugal no Brasil não são os únicos nestas circunstâncias. O mesmo aconteceu com os espanhóis ricos, alcunhados de *indianos*, quando do seu retorno a Espanha vindos das Índias Ocidentais ou América Espanhola.

Para ilustrar a craveira de prestígio atribuído à sociedade europeia no Brasil pode referir-se *mazombo*, o nome a uma criança nascida no Brasil, filha de um ou de ambos pais portugueses. Vianna Moog diz-nos que essas formavam um grupo ao qual ninguém gostava de pertencer. Acontece que, se esses *mazombos* passassem pela Metrópole, poderiam regressar ao Brasil com todo o prestígio dum autêntico *reinol*. Isto naturalmente encorajou viagens a Portugal, especialmente a Lisboa, centro da cultura lusitana. Os *mazombos*, à semelhança dos espanhóis crioulos, não manifestaram o orgulho dos pioneiros da América do Norte, que se considerariam americanos. A sua única salvação era a viagem à Europa onde adquiriam uma certa distinção que o ambiente e contacto do Reino lhes podia proporcionar<sup>8</sup>. À semelhança do sotaque inglês, que hoje abre portas em muitas das universidades e comunidades americanas, o prestígio de ser português impunha-se sobre os brasileiros.

Comparando o período colonial da América do Norte e do Sul, Vianna Moog afirma que durante o primeiro século da colonização poucos europeus educados decidiram ficar permanentemente na colónia. Eles consideravam o Brasil como uma grande oportunidade de aumentar o seu poder financeiro ou de conseguir temporariamente refúgio por qualquer razão. Vianna Moog reitera: «Foi *intermezzo* para os donatários, como o seria para os governadores-gerais e para a corte de D. João VI, corrida de Portugal pelas forças de Junot.»<sup>9</sup> O facto de D. João VI não querer deixar o Brasil, depois de ter saboreado a doce atmosfera tropical, não exclui sua ideia original de permanecer temporariamente no Brasil até que a situação se estabilizasse em Portugal. Isto não quer dizer que todos os portugueses desejassem abandonar o Brasil; pelo contrário, muitos obviamente ficaram. Todavia esses colonos eram constantemente considerados socialmente inferiores aos recém-chegados *reinóis*.

José Honório Rodrigues confirma as afirmações de Vianna Moog, dando-nos a imagem do prestígio de classes sociais no Brasil de 1500 a 1654. Ele descreve a escala social desta forma: 1) a classe superior, proprietários de terra, quase na totalidade portugueses; 2) portugueses por nascimento, não senhores da terra, mas livres; 3) descendentes dos *reinóis*, os *mazombos*; 4) os mestiços e os de tez escura e por último, 5) os escravos<sup>10</sup>.

Portugal e as tradições portuguesas desempenharam um papel activo no Brasil, consciente e inconscientemente, apesar de uma população nativa, não portuguesa se estar formando gradualmente. Este mundo português nos trópicos não iria acabar com o crescimento da população nativa brasileira. Seria necessário muito mais do que população para encorajar e fortalecer o nacionalismo brasileiro. Durante quase todo o período colonial, a mãe pátria impôs os seus desejos à colónia através da mobilidade e da miscigenação<sup>11</sup>. A mobilidade resultou no estabelecimento do seu tipo de sociedade diversa nas várias regiões do subcontinente, a miscigenação os alicerces da composição racial dos nossos dias. A ausência da mulher europeia no início da conquista colonial contribuiu para a preferência pelas beldades de pele escura. Como aponta um velho ditado brasileiro: Deus tinha criado o homem branco e o preto mas deixou os portugueses criarem a mulata...

#### BRASIL: DE ESCRAVO A SENHOR

Enquanto os omnipresentes portugueses incorporavam o Brasil na sua esfera, à sua volta ia-se simultaneamente formando a pouco e pouco uma consciência brasileira. Esta percepção de coisas brasileiras começou com as ameaças dos invasores ingleses, franceses e holandeses, os quais também fitavam a colónia com a mesma cobiça. Os dois últimos fizeram considerável esforço para criar colónias para si. De 1555 em diante, os franceses tentaram manter a sua presença até serem finalmente expulsos do seu último reduto, São Luís do Maranhão, em 1619. Os holandeses, todavia, conseguiram manter o poderio no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, de 1624 a 1654. A oposição ao domínio dos protestantes holandeses no Nordeste constitui a primeira manifestação de brasileiros no combate a um inimigo. Uma vez que Portugal esteve debaixo do domínio espanhol de 1580 a 1640, a coroa pouco fez para combater os holandeses durante os primeiros dezasseis anos de ocupação do Nordeste Brasileiro. Assim que a monarquia portuguesa reconquistou o poder, D. João IV considerou que uma concentração de armas e dinheiro em Pernambuco seria pouco lucrativa e poderia pôr em perigo a possibilidade de Portugal salvar seus portos no Oriente. Tais portos já tinham

começado a decrescer em número, mas os portugueses não queriam admitir que seu Império Oriental já entrara em declínio. O Padre António Vieira, conselheiro real, tentou convencer o monarca de que a venda de Pernambuco aos holandeses seria lucrativa. A coroa, duvidosa do potencial de riqueza do Brasil, agarrou-se esperançada às suas possessões no Oriente. Portanto, quando os holandeses começaram a governar com menos destreza, portugueses, brasileiros, negros e índios juntaram-se para se libertarem do jugo holandês. Tais membros da colônia desobedeceram às ordens do Rei, que os mandara abandonar armas. Assim, ao aperceberem-se de que a Metrópole não forneceria socorros, os habitantes do Nordeste, conjuntamente com alguns do Sul, insurgiram-se contra a coroa e contra os holandeses, atacando Recife em 1644<sup>12</sup>. Em 1648 e 1649, ganharam duas importantes batalhas. Finalmente em 1653, D. João IV, depois de se aperceber dos méritos da colônia, enviou um contingente português com a missão de expulsar os restantes holandeses do Recife. A derrota dos holandeses foi possível devido à união entre colonizadores portugueses e nativos brasileiros (brancos, mulatos e ameríndios). Ao contrário da opinião brasileira, esta vitória não contribuiu para a formação de uma consciência brasileira<sup>13</sup>. Com efeito esta revolta não uniu toda a colônia, nem promoveu conceitos de nação. Antes, restaurou o Brasil Católico, e sobretudo, *um Brasil lusitano e brasileiro*.

Por outro lado, os pernambucanos ficaram irritados com as acções da coroa distante e, por conseguinte, começaram a ressentir-se da política e atitude de Portugal. Nesse respeito talvez se possa colher uma nota de interesse na obra do Padre António Vieira, um dos mais respeitáveis luso-brasileiros do século XVII. Numa conferência sobre Vieira, Charles Boxer referiu-se à crítica feita pelo Jesuíta ao tratamento chauvinista e interesseiro do Brasil por parte dos portugueses. Porém, a simpatia que Vieira demonstrou para com os ocupantes do Brasil era bastante selectiva. Embora dedicado sinceramente à causa dos ameríndios, não tinha absolutamente estima alguma pelos *mazombos* brasileiros. Já na sua velhice escreveu uma mordaz crítica aos membros brasileiros da Companhia de Jesus, dizendo que eles não tinham o valor dos portugueses<sup>14</sup>. Aqui está um outro exemplo do esnobismo emanado da mãe-pátria relativamente ao Brasil. O seu sonho messiânico de Portugal vir a ser a quinta maior monarquia do universo, profetizada no Velho Testamento e nas Trovas de Bandarra, demonstra claramente a ilusão portuguesa de grandeza com o Brasil subservientemente contribuindo para o império.

Esta mentalidade em relação ao Brasil criou um crescente desentendimento entre os *reimóis* e os brasileiros natos – brancos, mulatos e mamelucos – os quais desconfiavam desses homens vindos de Portugal. Este antagonismo estimulou sentimentos de animosidade e ressentimento para

com a mãe-pátria. Além disso a confirmação por parte de Portugal da sua atitude superior e protectora abriu caminho a futuras explosões da parte dos brasileiros. Esses protestos ocorreram com a descoberta do ouro em Minas Gerais durante a última década do século XVII. Portugal tinha finalmente descoberto o seu Eldorado!

A coroa portuguesa e os seus representantes coloniais planejaram imediatamente um novo programa: 1) aumentar a produção de ouro; 2) melhorar o sistema de cobrança de impostos; e sobretudo, 3) assegurar-se de que o Brasil permanecesse dentro dos limites do Império Português. De 1700 a 1725, o Conselho Ultramarino em Lisboa, conjuntamente com os representantes coloniais da Coroa, promulgaram uma série de leis, com o propósito de imporem a presença do Governo Real na região. Os homens de São Paulo chamaram a si o direito exclusivo de exploração da riqueza de Minas, tendo eles descoberto, conquistado e prospectado a área, antes da alvoraçada corrida do ouro por aventureiros vindos da costa e da Europa. Esses prospectadores «estrangeiros» de qualquer forma suplantaram os paulistas em número de cinco ou dez a um. Boxer diz:

O ressentimento recíproco entre os dois grupos foi ainda mais inflamado, pelos termos ofensivos usados para se descreverem uns aos outros... os paulistas eram frequentemente caracterizados como bandidos; estes, por sua vez, mostravam, arrogantemente, sua antipatia pelos recém-chegados de Portugal e das ilhas do Atlântico, chamando-lhes Emboabas<sup>15</sup>.

Como Boxer explica, o termo *emboaba*, dito pelos paulistas, refere-se a um pássaro com as pernas cobertas de penas. Sabe-se que os europeus, usavam calças compridas para se protegerem da vegetação, enquanto os paulistas usavam calções atados abaixo dos joelhos. Embora a etimologia seja obscura, o termo foi definitivamente usado em sentido pejorativo<sup>16</sup>.

Este sentimento finalmente levou a um conflito aberto e resultou na Guerra Civil dos *Emboadas* (1708-1709), donde saíram derrotados os paulistas. A coroa passou a usar leis para prevenção de emigração para o Brasil de estrangeiros, assim como de portugueses, temendo que o ouro viesse a ser perdido para outros. A família real estava muito apreensiva no que dizia respeito à quantidade alarmante de portugueses que partiram para o Brasil e reduziam assim os recursos humanos da metrópole. Escusado será dizer que não obstante as rígidas leis, muitos *emboadas* chegaram, mas estes eram tratados como estrangeiros e considerados como associados à coroa portuguesa. Posto que os paulistas estivessem ressentidos com a coroa, esta guerra foi

predominantemente entre os *emboabas* portugueses e os *bandeirantes* ou *forasteiros* de São Paulo.

O papel da coroa como inimiga dos brasileiros concretizou-se no Nordeste durante a Guerra dos *Mascates* (1710-1711). Em Pernambuco, desde a expulsão dos holandeses, passou a existir um violento antagonismo entre os morgados brasileiros – os aristocratas *senhores do engenho* de Olinda (a antiga capital de Pernambuco) – e os comerciantes portugueses, residentes no Recife, tratados por *mascates*. Mais uma vez o empreendedor português estava sendo objecto de controvérsia na colónia. Tais *reinóis*, os quais possivelmente começaram a sua vida colonial descobrindo ouro ou vendendo mercadorias pelo interior adentro e nas cidades, acabaram muitas vezes como *mercadores de sobrados*. Estes queriam ter poder sobre a aristocracia rural, os fazendeiros e colonos, que viam os portugueses com desdém, chamando-os de *mascates*. Uma vez ricos, esses humildes emigrantes conceberam outras ambições. Estas consistiam fundamentalmente em se tornarem donos de plantações de açúcar, ou pelo menos, imitarem a vida da aristocracia de Olinda. Uma razão para este incessante antagonismo nasceu do esforço da maior parte dos brasileiros no sentido de impedirem que os portugueses tomassem postos municipais. Os *mascates*, por sua vez, vingaram-se pedindo a Lisboa que elevasse Recife à categoria de cidade. Uma vez aceite o pedido, os donos das plantações de Olinda viram-se em oposição ao seu antigo aliado, o rei, que apoiou a classe ascendente, a burguesia das mansões de Recife.

Foi através desta rica burguesia que o rei pôde combater a arrogância crescente dos grandes proprietários da terra. Gilberto Freyre afirma que a política económica de Portugal do século XVIII, «foi a de deixar a grande lavoura um tanto de lado, colocando sob o seu melhor favor as cidades e os homens de comércio, e até a gente miúda»<sup>17</sup>. Ainda que os colonizadores estivessem ressentidos com a coroa, o desentendimento entre portugueses e brasileiros ainda não tinha conotação de nacionalismo, isto é, de um país opondo-se a outro. Neste caso a rivalidade nascia dos interesses opostos das populações urbana e rural. Todavia, uma hostilidade deste teor, conjuntamente com o aumento de taxas impostas pela Coroa, estimularam um sério descontentamento contra a Metrópole.

Infelizmente, muitos nacionalistas brasileiros hoje aplaudem entusiasticamente essas antigas insurreições como evidência dum avançado nacionalismo no Brasil durante esse período. É preferível considerar esses levantamentos, motivados por hostilidades locais ou produto da opressão monárquica, como expressão de inquietação em várias regiões da colónia. Atribuir a esses movimentos tentativas de independência, é falsificar e exagerar o seu significado. Charles Boxer opina: «ainda que houvesse algumas

conversas entre plantadores sobre a separação da pátria mãe em 1710-1711, Bernardo Vieira de Mello foi a única pessoa importante que seriamente propôs tal mudança»<sup>18</sup>. Podemos talvez descrever os sentimentos dos brasileiros durante este período como um vagaroso despertar para a singularidade e o valor daquela terra. Além disso, o desenvolvimento do sul, após a descoberta do ouro, deu nova importância ao Brasil.

O ouro não atraía apenas os *reinóis* de Portugal, mas também brasileiros do Norte. Como resultado, a área de interesse na colônia mudou-se do Norte para Sul. Rio de Janeiro, nova capital, tornou-se a sede colonial dos vice-reis em 1763. Embora os interesses económicos entre Norte e Sul diferissem, a indústria do ouro deu a toda a colônia uma imagem de importância e atenção, há muito desejada.

É interessante notar que na América Espanhola o ouro foi encontrado pouco depois das descobertas, permitindo assim a formação de diferentes centros autónomos de desenvolvimento, e eventualmente Estados separados. Embora esta não seja a única razão de separação da América Espanhola em diferentes Estados, é um factor a ser considerado, ao compará-la com a América Portuguesa. No Brasil, a tardia descoberta do ouro, junto com a forte administração colonial proveniente de Lisboa, permitiu ao Brasil desenvolver-se como uma nação, mesmo quando as fortes explosões regionais, mencionadas atrás, ameaçavam aquela unidade. A tradição e a presença portuguesa eram suficientemente fortes para ter o Brasil colonialmente subjogado por mais de três séculos.

Com a atracção do ouro e os óbvios interesses da coroa, os brasileiros começaram a preocupar-se sobremaneira com a exploração estrangeira. Vestígios desta mentalidade existem ainda hoje no Brasil, pois é comum ouvir-se da boca dos nacionalistas, referências ao potencial brasileiro, tal como aos recursos naturais de Amazónia. O medo da exploração estrangeira e o subsequente nacionalismo remontam, assim, ao século XVIII quando o Brasil se tornou a grande atracção para a mãe-pátria assim como para indivíduos de outras partes do mundo. Por outro lado, esta atracção pelo Brasil contribuiu para o crescimento da população. Os *reinóis* e os *emboabas*, que extraíam ouro no Sul e causavam tantos antagonismos, eventualmente estabeleceram-se e assimilaram-se. Um número grande de povoações portuguesas preferiram adoptar nomes indígenas como, Sabará, Caeté, Pendamonhangaba, Paranaguá, etc.

Boxer comenta sobre a influência que o Brasil e os seus minerais exerceram em Portugal. O ouro e os diamantes proveram Lisboa de vasta riqueza, investida diversificadamente, dando ao tesouro nacional um rendimento imprevisto, o qual muito honrou o ostentoso e frívolo D. João V

(1706-1750) com a reputação de ser o mais rico monarca da Europa<sup>19</sup>. O luxo na sua corte era assombroso. Em vez de usar tal riqueza no desenvolvimento da indústria e agricultura, o Rei desperdiçou frivolamente a maior parte. A construção do Convento de Mafra custou-lhe cento e vinte milhões de cruzados. Além disso, as quantias enviadas para Roma para indulgências e canonizações ultrapassaram os duzentos milhões. Acontece que as exorbitantes taxas impostas à colônia durante o seu reinado começaram a enraivecer os brasileiros<sup>20</sup>.

A maior parte dos viajantes que passaram pelo Brasil durante o século XVIII não deixaram de comentar sobre o ouro e a sua influência na colônia. Um desses viajantes foi Labarbinais, o Gentil, um francês que navegou até à China e América do Sul, durante a segunda década de 1700. No seu livro, *Nouveau Voyage au Tour du Monde* (Paris 1725), Labarbinais descreve como o ouro influenciou o modo de viver no Brasil:

Depuis quelques années, les Portugais ont négligé le soin de leurs plantations, et ils aiment mieux envoyer leurs Esclaves au mines que de les employer utilement à l'Agriculture. Cette conduite a ses inconveniens. La quantité de Sucre et de Tabac diminue insensiblement, et la farine de Mandioc, qui est leur nourriture la plus ordinaire, devient rare. Il est à craindre que la famine ne soit une suite de cette avidité mal entendue<sup>21</sup>.

Ele alude particularmente aos efeitos do ouro sobre as pessoas:

Les Rois D'Espagne et de Portugal sont maîtres d'un nouveau Monde, où la terre forme dans son sein l'or et l'argent; cette abondance a rendu les Peuples indolens, et ils ont crû que'avec deux Métaux si précieux, ils trouvoient toujourns l'agréable et l'utile<sup>22</sup>.

Quando disserta sobre os costumes das pessoas no Brasil, Labarbinais toca num aspecto fascinante da vida brasileira que iria aparecer mais tarde com frequência na literatura:

Les Portugais naturels du Brésil préfèrent la possession d'une femme noire ou mulâtre à la plus belle femme. Je leur ai souvent demandé d'ou procedoit un goût si bizarre, mais ils l'ignorent eux-mêmes<sup>23</sup>.

Embora Labardinais se esteja a referir aos brasileiros natos, em vez dos portugueses, pode-se apreciar o papel importante da mulata na cultura brasileira desse período.

A política de altos impostos continuou com o Marquês de Pombal, brilhante Primeiro Ministro do Rei D. José I (1750-1777). Pombal foi realmente o soberano após o terramoto de 1755. As suas reformas nacionais e a reconstrução de Lisboa não teriam sido completamente possíveis sem a riqueza vinda do Brasil. Com Pombal, o grande administrador, o Brasil desfrutou de tal prosperidade no comércio que durante a segunda metade do século XVIII não havia barcos que escoassem os produtos coloniais para a Europa. A emigração de Portugal Continental, Açores e Madeira aumentou tanto em tão pouco tempo que medidas de restrição tiveram que ser impostas. Por exemplo, num documento de Novembro de 1756, referindo-se ao número de pessoas em Santa Catarina, as estatísticas revelam que mais de metade da população era procedente dos Açores<sup>24</sup>.

Pombal, furioso com as acções e o poder da Companhia de Jesus, em 1759, expulsou os Jesuítas de Portugal, assim como do Brasil e outros territórios portugueses. Agindo assim, provavelmente poupou o Brasil ao ubíquo regime teocrático que estava já infiltrado na organização de trabalho escravo, bem como na administração colonial. Todavia, a presença dos Jesuítas nos primeiros tempos da colonização deu à colónia uma coesão religiosa que por seu lado reforçou a sua solidariedade política.

Com a expulsão dos Jesuítas, Pombal, desejando reforçar a supremacia portuguesa, unificou e centralizou o Brasil, abolindo todos os vestígios de hereditariedade das capitanias e restringindo a autoridade do governo local. A unidade brasileira deve bastante à centralização de Pombal. Por outro lado, este passo reforçou o poder do trono português. Não obstante, a percepção brasileira de que Portugal estava vivendo à custa do comércio da sua colónia pode ter feito nascer a ideia de Portugal como de facto a colónia, o escravo e o Brasil a Metrópole, o senhor. Em muitos aspectos, o Brasil era muito mais próspero do que a mãe-pátria. No final do século XVIII o Brasil tinha toda a aparência de ser economicamente uma nação independente. A este respeito, Martinho de Melo Castro, Secretário do Estado Português, escreveu em 1770 que um indivíduo não podia «ver sem grande dor que os nossos domínios do Brasil tenham absorvido em si todo o comércio e navegação da costa de África, *com total exclusão de Portugal*, e que aquela parte que os brasileiros não fazem, pára toda em poder das nações estrangeiras»<sup>25</sup>. Rodrigues orgulhosamente descreve a autonomia económica do Brasil afirmando ser o Brasil o centro de três rotas comerciais estabelecidas no século XVIII envolvendo a si próprio, África e Ásia. Sendo o professor Rodrigues um dos

mais veementes exemplos do nacionalismo brasileiro em acção, o leitor deve estar preparado para julgar conseqüentemente o seu trabalho. Porém o historiador apoia as suas afirmações em dados suficientes para satisfazer a maior parte dos leitores. Portanto pode-se apreciar com relativa segurança os seus comentários à quase autonomia económica brasileira pois ele nos informa, com estatísticas que em 1796 Angola estava em terceiro lugar nas importações de produtos do Rio de Janeiro, depois do Porto e Lisboa, seguidos da Bahia, Pernambuco e Benguela. Este comércio português-brasileiro-africano consistia na importação de escravos, como também na importação de produtos, com um gradual declínio das exportações portuguesas para o Brasil, especialmente depois de 1800. Durante a era do ouro, Portugal tinha sido o intermediário no comércio brasileiro, pois arcava com a responsabilidade de colocação dos produtos brasileiros nos mercados estrangeiros recebendo ouro em paga. Mas quando o ouro começou a diminuir, todo o comércio não debaixo da tutela portuguesa começou a crescer, possibilitando ao Brasil tornar-se assim uma nação economicamente independente.

#### A CAMINHO DA AUTONOMIA POLÍTICA

Como o Brasil continuasse a crescer economicamente, as ideias de separatismo e independência começaram a aparecer. O espírito de revolução e liberdade que grassou na Europa durante o último quartel do século XVIII depressa se encaminhou para o sul. Antes desta altura, Portugal somente, e não o resto da Europa, representava para a maior parte dos brasileiros o auge da cultura. Contudo, com o Tratado de Methuen (1703), os ingleses passaram a desempenhar um grande papel nos assuntos portugueses e brasileiros. Isto tornou-se mais visível na segunda metade do século, quando as atitudes e os costumes ingleses se integraram na sociedade brasileira. Até 1754 apenas os Jesuítas com a sua educação de orientação latina dominaram o sistema escolar brasileiro. Em 1772, por decreto real, a Ordem Franciscana tentou fundar uma Universidade no Rio, o que infelizmente não se concretizou. Ainda assim, eles conseguiram organizar um curso de educação superior no qual foi inaugurado o ensino oficial de francês e inglês<sup>26</sup>. Com o estudo do francês, nasceu um crescente contacto com a literatura francesa e as novas doutrinas dos seus escritores. Os estudantes brasileiros no estrangeiro e no Brasil transmitiam as ideias dos filósofos franceses aos seus compatriotas. Apesar da proibição da coroa portuguesa, os livros franceses chegavam clandestinamente ao Brasil. Os estudantes brasileiros de direito, medicina e filosofia preparavam-se para a

licenciatura em França entusiasticamente aplaudindo a Revolução Brasileira de 1789-92, conhecida como a Inconfidência Mineira. Por causa das injustiças praticadas pelos *reinóis* contra os *mazombos*, os brasileiros com formação universitária começaram a avaliar em casa e no estrangeiro o significado de ser brasileiro. Como os jovens de qualquer era, eles envolveram-se nas ideologias dos seus dias, que neste caso eram revolução e liberdade<sup>27</sup>.

Freyre é da opinião que uma nova aristocracia estava a nascer; a dos bacharéis. Esses bacharéis consideravam-se diferentes dos da Metrópole. A ideia de ser brasileiro ocupava-lhes o pensamento. Ao mesmo tempo, contudo, eles consideravam difícil rejeitar a vida cultural de Portugal. A readaptação ao provinciano ambiente brasileiro não era uma tarefa fácil. Isto está claramente dito por um dos impulsionadores da Revolução Mineira, Cláudio Manuel da Costa: «A desconsolação de não poder subestabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego me faz entorpecer o engenho dentro de meu berço»<sup>28</sup>.

A ambivalência expressa por estes formados é compreensível do seu ponto de vista enquanto classe sofisticada, educada na tradição lusitana ou europeia. Chegados ao Brasil, eles viram-se em oposição a um tipo provinciano de aristocracia que demonstrava nada possuir da finura e *savoir-faire* do mundo europeu. Mas estes desiludidos e impetuosos *mazombos* tornaram-se ferverosos patriotas quando chamados a defender a causa da independência. Surpreendentemente, esses jovens idealistas encontraram aliados para o movimento de independência política entre os morgados do sul. Estes senhores de escravos viam na independência uma vantagem económica. Assim, este movimento revolucionário de brasileiros tradicionais – trabalhadores, *mineiros* e intelectuais – lançou um programa político de propaganda. Sendo Minas a mais rica região da colónia, muitas famílias de *mineiros* enviaram os filhos para a Europa, a fim de aí receberem educação. Consequentemente, foi em Minas que nasceu o espírito de independência que se manifestou na Inconfidência Mineira. Poetas como Cláudio Manuel, da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Alvarenga Peixoto, influenciados por Voltaire e Rousseau, chamaram a si à responsabilidade de serem as vozes da Liberdade no Brasil.

Por outro lado, para que não se atribua o Movimento de Minas somente às ideologias dos filósofos franceses, convém notar que este foi apenas um dos factores que encorajou a Inconfidência. A contínua opressão imposta aos brasileiros fomentou o desejo de separação de Portugal. Os jovens intelectuais estavam muito preocupados com os lucros dos *reinóis* e dos agentes de Lisboa que enriqueciam à custa dos brasileiros. A libertação da colónia passou a ser a única solução para o problema.

Uma carta escrita por um brasileiro a Thomas Jefferson em 1786 descreve o crescente antagonismo contra Portugal:

Je suis Brésilien et vous savez, que ma malheureuse patrie gémit dans un affreux esclavage, qui devient chaque (jour) plus insupportable depuis l'époque de votre glorieuse indépendance, puisque les barbares Portugais n'épargnent rien pour nous rendre malheureux de crainte que nous suivions vos pas<sup>29</sup>.

As restrições impostas pela Coroa, numa série de *alvarás*, desde o século XVI, incitou esses homens de Minas à revolta. Uma das causas desta manifestação de deslealdade para com Portugal partiu da proposta *derrama*, um imposto que oprimiria ainda mais os brasileiros ricos de Minas. O aniquilamento da revolta tinha frustrado planos para a libertação de Minas Gerais da pátria mãe e a formação de uma república cuja capital seria São Paulo del Rei. Infelizmente esta revolta, organizada por intelectuais, defendida por poetas e imortalizada pelo martírio de Tiradentes, não atingiu o seu objectivo. Tiradentes, ferveroso revolucionário, tinha sido o promotor da conspiração. Foi ele que pregou a revolta e encorajou outros a segui-lo. Apesar do seu fervor, a revolução não teve sucesso, o grupo foi traído, aprisionado e exilado. Apenas Tiradentes escapou ao exílio – foi executado. Apesar de Tiradentes ter falhado, o seu martírio aparece mais tarde em histórias de literatura, onde é considerado um dos pais da independência brasileira.

Como a abortada revolta tivesse excitado a gente da região, as autoridades locais, na esperança de acalmar os ânimos, anunciaram a suspensão das *derramas*. Isto serviu como solução temporária do problema, pois que os antagonismos entre portugueses e brasileiros continuaram. Dizer que todos os brasileiros eram contra os portugueses seria superficial e incorrecto. O problema era mais complexo. Além dos poetas e intelectuais, a Inconfidência Mineira foi também apoiada por alguns membros do clero e do exército, que se podem considerar os «esquerdistas» dos seus dias. Existia também um grupo de direita constituído principalmente pelos membros da sociedade agrícola tradicional, isto é, das ricas plantações de açúcar do Norte. Este grupo tinha sentimentos ambivalentes em relação a Portugal e à independência brasileira, que eles temiam ser uma ameaça à sua posição favorável na colónia. Apesar do papel principal do ouro na economia do Brasil, a indústria do açúcar ocupava todavia uma importante posição secundária. O resultado era que os barões do açúcar não sofriam o peso dos excessivos impostos da coroa portuguesa. Além disso, os interesses desses brasileiros ricos coincidiam com os interesses da *Metrópole*, já que os produtos

brasileiros foram lançados no mercado através de Lisboa e Porto até 1808 quando os portos do Brasil foram finalmente abertos à navegação mundial. Estando a riqueza e o poder desses barões do açúcar ligados à mãe pátria pelo facto de serem os portugueses os intermediários nas relações comerciais do Brasil com outros países, esta classe era considerada agente da *Metrópole*. Todavia, a indústria do ouro, ao eclipsar a do açúcar, fez com que Lisboa desfavorecesse esta classe cada vez mais. Com o uso do trabalho escravo em Minas Gerais, a indústria açucareira acusou falta de mão-de-obra. A medida que o preço dos escravos aumentava, também aumentavam as ideias de separação. A classe dominante do Norte gradualmente concluiu que era difícil obter lucros com Lisboa a ditar a actividade do comércio brasileiro. A classe dominante do Sul já se tinha apercebido disso. Faltava a poderosa classe do Norte reunir-se para completarem o quadro. Assim, cónscios das lucrativas vantagens a serem ganhas no comércio directo com outras nações, todos os elementos dominantes no Brasil puderam apreciar a possibilidade de dispensar a terra-mãe como intermediária. Desde 18 de Março de 1606 a Metrópole tinha usado uma lei determinando o isolamento do Brasil com a finalidade de evitar qualquer contacto entre ele e outras nações, assegurando assim a Portugal o monopólio dos produtos da sua colónia. A medida que o desenvolvimento económico se ia projectando, a política de isolamento mostrava-se injustificável, anacrónica e repressiva. Todavia, embora essas ideias revolucionárias fossem o resultado de três séculos de colonização, a separação do mundo luso-brasileiro só ocorreu três décadas mais tarde.

As classes dominantes que podiam realizar esta separação não o fizeram porque entre eles havia os que favoreciam a ligação com Portugal. Mesmo depois do Brasil ter conseguido a independência económica, a ideia de rejeitar a mãe-pátria e estabelecer o Brasil colonial como estado independente parecia irreal para os brasileiros que consideravam a pátria-mãe na Europa como o prestigioso complemento do mundo luso-brasileiro.

Um exemplo encontra-se num brasileiro que foi o Bispo e senhor de terras, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821). Nascido numa família brasileira que conseguira fortuna com as plantações de açúcar, Azeredo Coutinho decidiu entrar na vida clerical depois de ter estudado na Universidade de Coimbra. Em 1794 era Bispo de Pernambuco e viria a ser nomeado governador provisório da região em 1798. Além de óptimo academista, era considerado excelente economista, facto confirmado no seu *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias* (Lisboa, 1794). Azeredo Coutinho pertencia ao grupo dominante da «direita», ligado à terra-mãe. Ele e tantos outros da sua classe mantinham a sua lealdade para com a coroa portuguesa. A ideia de independência, e assim de separação da Metrópole, não

aparece nos trabalhos de Azeredo Coutinho, que no entanto reconhece não mais estarem os interesses da sua classe sendo devidamente considerados pela coroa. No seu *Ensaio económico*, Azeredo Coutinho critica a política de Portugal e sugere que seja mais indulgente no tocante aos impostos brasileiros. Curiosamente, as propostas de Azeredo Coutinho sempre focalizaram Portugal e o Brasil como partes dum todo. Seu livro sugere a redução dos impostos imperiais e mais liberdade para as classes dominantes do Brasil, permitindo-lhes assim o desempenho de significativo papel nos seus próprios negócios. Embora ele jamais tivesse expressado claramente opinião sobre a independência, certamente pensou nisso. Seu trabalho é de grande valor, pois nele se pode observar o princípio da ruptura entre a coroa portuguesa e as classes dominantes do Brasil. Esta separação ajudou a ocasionar a independência do Brasil. Azeredo Coutinho, príncipe da Igreja e leal servo da coroa portuguesa pode ser considerado luso-brasileiro no sentido em que imaginou essas duas terras como uma unidade na altura em que a separação já era demasiado evidente.

Antes de completar o quadro histórico das relações luso-brasileiras até 1822, uma palavra deve ser dita acerca doutra figura importante, ponte entre os dois mundos – Hipólito da Costa (1774-1823), jornalista e proprietário do jornal, *O Correio Braziliense*, publicado em Londres de 1808 a 1822. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido no Brasil, começou os seus estudos aproveitando as oportunidades da educação tradicional que se lhe deparavam. Completou a educação primária e secundária, indo depois para a Universidade de Coimbra. Com as vantagens a seu alcance na mãe-pátria, Hipólito depressa foi assimilado. Em 1798 serviu Portugal como agente de negócios para o Governo Português em Filadélfia onde permaneceu até ao final de 1800<sup>30</sup>. A grande estima do Hipólito por Portugal não resultou em negligência para com sua Pátria. O jornal de sua orientação, *O Correio Braziliense*, atesta bem a sua fidelidade ao Brasil. Convém notar, porém, que enquanto muitos entusiásticos nacionalistas brasileiros o aclamam como promotor da independência, seus escritos revelam que ele sempre manteve uma mentalidade luso-brasileira. A razão para esta má interpretação encontra-se no seu jornal, considerado por alguns como a voz da independência. O periódico publicado em Londres, distante da censura portuguesa, conseguiu sub-repticiamente alcançar gente mais ou menos educada e fluente no Brasil. Hipólito tinha fugido para Londres para escapar às mãos da Inquisição Portuguesa que já o tinha aprisionado por ter pertencido à Ordem dos Maçons durante a sua estadia em Filadélfia. Permitindo a censura portuguesa apenas a publicação da inócua *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial da coroa, o *Correio Braziliense* de Hipólito, com as suas críticas à coroa de D. João VI e a

sua doutrinária ideologia, caiu como lufada de ar fresco de liberalismo. Ele referia-se ao seu jornal como um «armazém literário», no qual se discutia política, literatura, ciência, arte e comércio. O jornal não era de forma alguma um arauto da revolução e independência; seu alvo era criticar a política da coroa portuguesa relativamente ao Brasil, e dar sugestões, no sentido de que o Governo Português pudesse satisfazer o Brasil e Portugal ao mesmo tempo. Em resumo pretendia submeter o Brasil a várias ideologias, das quais poderia aproveitar. Por exemplo, foi Hipólito que introduziu no Brasil noções de parlamentarismo britânico. De acordo com Mecenas Dourado, um biógrafo de Hipólito, o jornalista não fundou o *Correio Braziliense* com o propósito de pregar a independência. Até 1822, quando Hipólito aceitou a independência como solução para a insatisfação brasileira relativamente à política portuguesa, esta figura luso-brasileira defendeu a união de Portugal e Brasil<sup>31</sup>.

As críticas de Hipólito recaíam principalmente sobre a política económica da corte de D. João VI no Brasil que no passado tinha reclamado para Portugal o monopólio do comércio brasileiro. Sendo público leitor no Brasil composto por profissionais, intelectuais, senhores das terras e comerciantes, é fácil de ver como um periódico como *Correio Braziliense*, com a sua crítica à política do Rei, podia influenciar os que estavam na posição de possibilitar uma mudança. Frize-se, para que não se atribua demasiada importância ao *Correio*, que esta publicação não promoveu a independência, e que Hipólito imaginou Portugal e Brasil como uma unidade luso-brasileira. O referido jornal pode ter esclarecido brasileiros acerca da política da Coroa, mas não promoveu de forma alguma a separação.

Para o Brasil se tornar independente, prestígio e amor próprio tinham que acompanhar a autonomia económica. Isto viria a acontecer com a chegada da corte portuguesa ao Rio em 1808. Este evento descolonizou o Brasil e fê-lo o centro do império português. A família real e seu elegante séquito transformaram o Rio de capital provinciana numa distinta metrópole, digna da presença de um monarca. Tem sido frequentemente dito que quando o Príncipe Regente chegou ao Rio a 7 de Março de 1808 foi saudado com aclamações de «Viva o Imperador do Brasil»<sup>32</sup>. Fossem ou não as palavras exactas, é importante notar que, estabelecida a presença da coroa na colónia, diminuiu consideradamente aos olhos dos brasileiros a importância de Lisboa. Por conseguinte, quando o Príncipe Regente abriu os portos ao comércio internacional e ordenou que se construíssem escolas, teatros e bibliotecas, a imaginação brasileira lançou-se em voos largos. Com a abertura dos portos a todos os países, o Brasil começou a conceber o seu próprio papel na cena internacional. Oliveira Martins numa franca declaração capta a essência da reacção brasileira quando da chegada da Corte Portuguesa: «...os brasileiros,

no pasmo natural diante da fraudulagem aparatosa da corte, embriagaram-se acreditando-se elevados a grandes alturas»<sup>33</sup>. Como antimonárquico, Oliveira Martins deduz terem os brasileiros se intoxicado, pensando que com a autonomia económica já conseguida iriam finalmente ser devidamente reconhecidos graças à presença da família real portuguesa. Infelizmente os brasileiros iriam descobrir que os esplendores da corte apenas serviam para os drenar, assim como tinham drenado Portugal. Numa palavra, o mais cruel inimigo da colónia era sem dúvida o regime absolutista. Ainda assim, por curto período, é claro que essa imagem do Brasil como centro do mundo português agradava aos brasileiros. Até que ponto encorajou a independência brasileira é difícil precisar. Não devemos esquecer o poder da imaginação brasileira, nem subestimar a força de qualquer país orgulhoso de si mesmo. Invariavelmente, uma auto-imagem positiva abre caminho a sentimentos nacionalistas e anticoloniais. A este respeito, uma analogia pode ser feita entre Brasil vis-à-vis Portugal e Argentina vis-à-vis Espanha. Na sua tese, Edward Glaser discute a hispanofobia e o forte espírito nacionalista argentino, resultante em parte do poder que o amor próprio, ou a auto-imagem, tinha no país<sup>34</sup>.

Com a presença da coroa e a abertura dos portos em 1808 que lhe permitiram o comércio directo com outros países, o Brasil conseguiu finalmente alcançar o prestígio que há muito desejava. Mais tarde, quando a imaturidade política e a desorganização dos ineficientes ministros de D. João se tornaram óbvios, os brasileiros reagiram. O Príncipe Regente, receoso da possibilidade do separatismo brasileiro, mandou vir duas brigadas militares portuguesas «para pôr em segurança os seus Estados do Brasil...»<sup>35</sup>. Além disso, para assegurar a unidade D. João elevou o Brasil à categoria de reino. A 16 de Dezembro de 1815, proclamou:

I – Que desde a publicação desta Carta de Lei o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência, e denominação de «Reino do Brasil».

II – Que os Meus Reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem d'ora em diante hum só e unico Reino, debaixo do Título de «Reino Unido de Portugal, e Do Brasil, e Algarves»<sup>36</sup>.

É significativa esta ideia de Reino-Unido, equiparando o Brasil a Portugal. A frase «*hum só e unico Reino*» parece ser um presságio de unidade implícito no conceito de *comunidade*.

Esse título foi contudo um mau estratagema do ponto de vista português, uma vez que só serviu para encorajar o amor próprio, prestígio e autonomia brasileiros. A declaração tinha sido realmente uma forma de apaziguamento

usada para mascarar a desordem e dissipação do regime absolutista e também para conciliar os brasileiros temerosos do retorno à antiga e subserviente categoria colonial. Diga-se, porém, que o título de reino ajudou a levantar o novo sentido de dignidade da colónia. Pode-se imaginar que brasileiros como Hipólito da Costa teriam ficado satisfeitos com este Reino Unido, se os deputados portugueses às Cortes de Lisboa – uma assembleia de representantes de todas as partes do Reino – tivessem decidido tratar o Brasil devidamente. Infelizmente quando o Príncipe Regente se tornou rei após a morte de sua mãe em 1816 não mostrou desejos de sair do hospitaleiro Brasil. Entretanto a sua prolongada estadia começou a criar descontentamento em Portugal, onde o Brasil continuava a ser considerado colónia. O Rei não desejava voltar a casa, onde movimentos antimonárquicos eram flagrantes. O absolutismo em geral estava sendo criticado e exigências para uma forma de governo constitucional começavam a manifestar-se quer no Brasil quer em Portugal. A dívida da coroa para com a Inglaterra, defensora de Portugal durante a Guerra Peninsular, estava a ser satisfeita à custa do Brasil, uma vez que era impossível colectar impostos em Portugal. O descontentamento brasileiro com este estado de coisas resultou na revolução de 1817 em Pernambuco, onde precisamente há um século atrás as primeiras hostilidades entre portugueses e brasileiros tinham instigado a Guerra dos Mascates. Nesta região, coração do radicalismo brasileiro, um incidente aparentemente de pequena importância foi a faísca que acabou por reactivar a velha hostilidade. Uma discussão e uns socos entre um soldado português e um brasileiro encorajaram os impacientes pernambucanos a revoltarem-se e a formarem um governo provisório. A insurreição durou apenas oitenta dias, tendo sido finalmente esmagada por tropas vindas do Sul, leais à coroa. A revolução era prematura; porquanto um número insuficiente de brasileiros eram antimonárquicos. A ideia duma República não atraía a maior parte dos brasileiros, os quais gostavam de fazer parte do reino. Foi porém esta revolução de 1817 o mais violento movimento emancipatório até àquela altura. Em suma, o «ethos» português, estava sendo questionado pelos pernambucanos. Esta atitude causou a rejeição de maneiras portuguesas que passaram a ser consideradas de *mau gosto*<sup>37</sup>.

As bases para esta rejeição da cultura portuguesa nasceram em parte dos incidentes ocorridos em cidades, como por exemplo o Recife. A competição entre os brasileiros da pequena classe média, conjuntamente com o proletariado racialmente misturado, e os burocratas e trabalhadores portugueses que roubavam aos brasileiros natos oportunidades de trabalho, culminou em rebeliões em várias cidades. A imagem do diligente empreendedor português vendendo aos empobrecidos brasileiros persiste nos

dias de hoje, devendo ser portanto lembrada mais adiante quando se entrar no capítulo da literatura brasileira. A hostilidade contra este tipo de português é bastante forte. Em Gilberto Freyre, encontramos uma descrição pouco lisonjeira da imagem que passaram a ter os portugueses: «Português gordo, porcalhão, econômico, que vendia o bacalhau e a carne seca àqueles magrisselas (brasileiros) doentes»<sup>38</sup>. A imagem pejorativa do português gordo, sujo e somítico, vendedor de bacalhau, é a base de muitas das piadas, histórias e vinhetas literárias aparecidas no século XIX, e permanece viva até hoje. Com a corte portuguesa no Brasil, a emigração portuguesa para a colônia aumentou, agravando esta situação ainda mais. Apesar disso, acontecimentos como a presença da corte real no Rio, a liberdade de comércio internacional e a nova categoria de reino, apaziguaram temporariamente os brasileiros.

Ironicamente a insatisfação e o descontentamento de Portugal Continental com a política absolutista da coroa bem como a prolongada ausência do rei, levaram à revolução constitucionalista, ocorrida no Porto em 1820. Os brasileiros estavam contentes com os acontecimentos em Portugal e por sua vez resolveram seguir o exemplo dos constitucionalistas portugueses. Logo o Rei D. João, que não confiava em qualquer espécie de liberal, fosse ele republicano ou maçã, começou a rezear pela própria posição. Por outro lado, seu próprio filho, o príncipe herdeiro, aderira à causa dos liberais. Para vincularem a urgência e importância da sua causa, os constitucionalistas portugueses fizeram as autoridades jurar fidelidade ao documento que estava a ser preparado. Os brasileiros por seu lado exigiram do rei a mesma coisa. Ele acedeu, receoso das consequências.

Desde que o Brasil estava partilhando do reino com Portugal, esperava igual participação no poder nesta nova forma de governo. Mas quando os deputados brasileiros para a assembleia constituinte em Lisboa chegaram, foram ridicularizados e tratados sem respeito algum pelos deputados portugueses, ofendidos com o «status» do Brasil no Reino-Unido. O orgulho não permitia aos portugueses compreender a delicada posição dos brasileiros que procuravam reconhecimento. Esta atitude chauvinista da parte dos portugueses preparou o palco para a independência.

Entretanto, D. João concluíra que o mais eficaz caminho para salvar a sua posição era regressar a Portugal. Depois de muita excitação e pressão de Portugal, relutantemente fez-se ao mar para Lisboa, a 26 de Abril de 1821 deixando seu filho, D. Pedro, como Príncipe Regente do Brasil. Inteirado da crescente dissensão entre brasileiros e portugueses, D. João, antes de partir, avisou seu filho da possível separação e encorajou-o a liderar o movimento pela independência. Fazendo-o, o Brasil pelo menos seria dinasticamente uma extensão de Portugal. Ele compreendia que a perda do

Brasil significaria grande golpe no Império e no orgulho português. Mas os portugueses reagiram mais indecorosamente à situação tentando reduzir o Brasil ao seu antigo estado colonial. A arrogante mãe-pátria tratava o Brasil como servo colonial, e até mesmo quando a independência chegou, a reação poderia quase ser interpretada como de indiferença. O rei vergonhosamente obedeceu aos radicais em Portugal, embora discordasse da sua política em relação ao Brasil. E lá ia fazendo tudo o que as Cortes lhe exigiam. Entretanto seu filho D. Pedro revela-se um verdadeiro liberal. Em 1817, D. Pedro casou com D. Leopoldina, a erudita filha do Imperador da Áustria, Francisco I. Ajudada pela sua inteligente e activa esposa, para além dos seus próprios sentimentos patrióticos, D. Pedro começou a imaginar-se na liderança da independência brasileira. A sua decisão veio contudo depois de muita reflexão, devido a portugueses em Portugal e no Brasil terem tentado influenciá-lo a partir para Lisboa. Quando descobriu que, como líder, iria ter o suporte quase unânime dos brasileiros, decidiu ficar. A grande decisão veio em Janeiro de 1822, mas a independência não viria a ser proclamada senão a 7 de Setembro de 1822. O atraso devia-se ao elemento e guarnições portuguesas no Brasil, e o problema era que género de governo se deveria estabelecer.

Em 1822, José Bonifácio de Andrade e Silva, o chamado «Patriarca da Independência Brasileira», assumia o cargo de Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Homem inteligente, educado em Coimbra, Bonifácio era um vibrante patriota. Todavia, antes de avaliar por completo o impacto do desprezo de Portugal relativamente ao Brasil, Bonifácio advogou a ideia duma monarquia dual com poder igual para Portugal e o Brasil. Esta proposta foi apresentada por seu irmão às Cortes Portuguesas na forma de documento, chamado de *Apontamentos e Lembranças*. Quando teve conhecimento do tratamento dos deputados brasileiros pelos portugueses, compreendeu que a melhor solução era talvez a independência. A sua fama de pai da independência não se confina à cena nacional, pois que até existe uma estátua de Bonifácio junto da Biblioteca de Nova Iorque.

D. Pedro proclamou finalmente a independência tornando-se «Imperador Constitucional do Brasil». A escolha do título de imperador em vez de rei patenteia bem o desejo brasileiro de prestígio e grandeza, de acordo com suas dimensões e potencial. Entretanto, os deputados brasileiros em Lisboa, mesmo desconhecendo a proclamação, já tinham decidido deixar as Cortes e Portugal, sem consentimento das autoridades. Este acontecimento, ocorrido em Outubro de 1822, ilustra perfeitamente a seriedade da situação. Embora as Cortes soubessem das ideias de independência que grassavam entre os brasileiros, permaneceram indiferentes à saída dos deputados brasileiros. Tal reacção podia ser interpretada como a consciência portuguesa

de sua própria incapacidade de evitar a independência do Brasil, facto efectivamente inevitável. Além disso, Portugal estava tão preocupado com seus problemas internos, que o antigo poderio internacional dos filhos de Lusus pouco podia fazer perante a arrogância brasileira, manifestando a sua independência. Terminou assim o período de colonização, como era de esperar, com a nova nação ressentida contra a mãe-pátria.

1. Gil Vicente, *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente* (Lisboa, 1562), folio 51 v.
2. Donald Pierson, *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*, 2nd. ed. (Carbondale, Illinois, 1967), p. 31.
3. Citado por José Honório Rodrigues, *The Brazilians, their character and aspirations*, trad. Ralph Edward Dimick, (Austin, Texas, 1967), p. 44. Esta tradução foi usada porque inclui notas úteis não encontradas na original brasileira.
4. José Honório Rodrigues, *Brasil e África*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1964), I, 17.
5. Rollie Poppino, *Brazil, The Land and People*. (New York, 1968), p. 55.
6. Poppino, p. 67.
7. Clodomir Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, 4.ª ed. (Rio de Janeiro, 1957), p. 144.
8. Vianna Moog, p. 144.
9. Vianna Moog, p. 147.
10. Rodrigues, *The Brazilians*, p. 39.
11. Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (Rio de Janeiro, 1950), I, 101-103.
12. Charles R. Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654* (Oxford, 1957), pp. 167-172.
13. Boxer, pp. 244-245.
14. Charles R. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure, Padre António Vieira, S. J., 1608-1697* (London, 1957), p. 28.
15. Charles R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*, Berkeley, 1964), p. 62.
16. Charles R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*, Berkeley, 1964), p. 62.
17. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, 3.ª ed. (Rio de Janeiro, 1961), I, 16-17.
18. Boxer, *Golden Age*, p. 124.
19. Boxer, *Golden Age*, p. 323.
20. Boxer, *Golden Age*, pp. 162-203.
21. Labarbinais Le Gentil, *Nouveau Voyage au Tour du Monde* (Amsterdam, 1728), III, 138-139. 1ª edição de Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira* (Amsterdam, 1958), I, 376.
22. Labarbinais, III, 141.
23. Labarbinais, III, 147.

24. Manuel de Paiva Boléo, «Filologia e História: A emigração açoriana para o Brasil», *Biblos*, XX (1944), 408-409.
25. Assim citado por Rodrigues, *Brasil e África*, p. 27.
26. Freyre, *Sobrados*, I, 318.
27. Freyre, *Sobrados*, II, 576-579.
28. Freyre, *Sobrados*, II, 577.
29. Citados por P. Pereira dos Reis, *O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira* (São Paulo, 1964), pp. 99-100.
30. Alfred Hower, «Hipólito da Costa and Luso-Brazilian Journalism in Exile: London, 1808-1822» (Dissertação não publicada, no Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Harvard University, 1954, p. 66). A informação acerca da vida de Hipólito foi extraída desta tese.
31. Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro, 1966), pp. 26-27.
32. Fortunato de Almeida, *História de Portugal* (Coimbra, 1927), IV, 513.
33. J. P. Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 5.<sup>a</sup> ed. (Lisboa, 1920), p. 103.
34. Edward Glaser, «Los Argentinos vistos por si mismos» (Dissertação não publicada, Departamento de Língua e Literaturas Românicas, Harvard University, 1951), pp. 65-76.
35. Mencionado por Fortunato de Almeida, IV, 514.
36. Portugal. Soveranos, etc. 1777-1816 (D. Maria I). *Dom João por graça de Deos príncipe regente de Portugal e dos Algarves...* (Rio de Janeiro:) Impresso Régia (1815). Na Harvard College Library existe um exemplar não encadernado. O documento está datado de Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1815.
37. Freyre, *Sobrados*, p. 293.
38. Freyre, *Sobrados*, p. 299.

## A CENA LITERÁRIA ANTES DE 1822

«Que os Brasileiros são bestas,  
E estarão a trabalhar  
Toda a vida por manterem  
Maganos de Portugal»

(Gregório de Matos Guerra, *Satírico*, 1694)

«E que Brazil aos Lusos confiado  
Será, cumprindo os fins do alto destino,  
Instrumento talvez neste Hemisfério  
De recobrar no Mundo o antigo Império.»

(Santa Rita Durão, *Caramuru*, 1781)

## O BRASIL APARECE NA LITERATURA PORTUGUESA

Aparte os diários de viajantes e documentos, tais como as cartas dos Jesuítas, a literatura portuguesa do século XVI oferece-nos reduzida informação acerca do recém-descoberto Brasil. Nem mesmo Luís de Camões menciona o Brasil pelo nome no seu poema épico, *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572). Surpreendentemente, a primeira obra dedicada ao Brasil aparece somente em 1576 – *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gandavo. É também um dos primeiros livros em que à colónia é dado o nome de Brasil.

A primeira referência à palavra Brasil, na literatura portuguesa, foi feita por Gil Vicente que escreveu nas primeiras três décadas de 1500. O uso da palavra «Brasil» no *Auto da Barca do Purgatório*, mencionado atrás, dá a entender tratar-se dum lugar medonho e temível. Se presumirmos que a palavra «Brasil» significa o país desse nome, então Gil Vicente dá-nos um parecer desfavorável

dessa terra. A aproximação à palavra medieval *brasio* (brasa quente) acrescenta um tom infernal ao seu significado na peça. A maneira como Gil Vicente trata o Brasil como zona para desterrados leva-nos a concluir que a atitude portuguesa para com o Brasil nessa altura era de facto negativa. Até a importância do Brasil se manifestar em produtos como o açúcar e o ouro, Portugal prestou-lhe relativamente pouca atenção.

Esta negligência ou omissão do Brasil nas letras portuguesas desse período foi frequentemente justificada pela política portuguesa de *sigilo* – i.e. misteriosa e simulada negligência deliberadamente assumida para manter à distância estrangeiros gananciosos que tivessem planos para o Brasil e suas riquezas. No artigo, «Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos» *Lusitânia*, I (1924), 45-81, o historiador português Jaime Cortesão demonstra que Portugal efectivamente adoptou uma política de mistério com respeito às suas descobertas no intuito de protegê-las dos interesses comerciais doutras nações. Esta política arrastou-se até ao final da primeira metade do século XV, quando a coroa portuguesa instalou uma administração colonial, com o propósito de combater piratas e outros aventureiros que quisessem explorar o Brasil. É compreensível, portanto, que com esse tipo de atitude, a literatura referente ao Brasil não fosse encorajada. Além disso, não era momento para Portugal cultivar a literatura acerca do Brasil quando a preocupação com o Oriente dominava todos seus interesses. Por conseguinte, até à chegada dos Jesuítas em 1549, as referências ao Brasil, na literatura portuguesa, se encontram quase exclusivamente em narrativas descrevendo a terra e os nativos.

Obras como o *Diário da Navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530*, por Pero Lopes de Sousa, irmão mais novo do famoso colonizador Martim Afonso de Sousa, são valiosas pelas suas informações relativamente aos primeiros tempos da colónia. Esta obra foi publicada pela primeira vez em Lisboa pelo diplomata brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen em 1839 na altura em que outros trabalhos do passado estavam sendo ressuscitados, como é o caso da crónica da Guiné de Zurara, descoberta em 1837 pelo académico francês Ferdinand Denis. Esses manuscritos foram publicados como parte do culto romântico do passado nacional. O *Diário* descreve a tripulação defendendo a costa brasileira contra os protestantes franceses e também a sua rota na delimitação das fronteiras norte e sul do novo território. A natureza religiosa da missão deste barco não deve ser desprezada, particularmente quando os inimigos eram esses franceses «hereges». Este diário é de especial interesse porquanto a narração na primeira página do manuscrito original contém a frase «a terra do brasil», relevando assim o uso comum da palavra com respeito à terra<sup>1</sup>.

Aqui é dada atenção à palavra «Brasil» porquanto seus primeiros usos nos permitem discernir como e quando Portugal começou a se interessar pela sua colónia sul-americana. Consequentemente, o valor da História do português Pero Magalhães de Gandavo é substancialmente acentuado pelo facto de ser o primeiro livro publicado que inclui Brasil no título. Para além do título, a descrição um tanto ou quanto sangrenta das relações entre os portugueses colonizadores e os ameríndios, explica a fascinação que a literatura de viagens exercia no público leitor dos anos 1500. Todavia, muitas dessas narrativas portuguesas sobre o Brasil eram manuscritos cuja publicação só veio a ocorrer no século XIX. Por outro lado, existiam livros sobre o Brasil, publicados noutras línguas como se pode verificar em *Les Singularités de la France Antarctique*, escrito por Fr. André Thevet, O. F. M. Este trabalho, da expedição colonizadora francesa protestante ao Brasil, foi publicado em França em 1557. *Warhaftige História* (Marburg, 1557), descrevendo os selvagens da América e escrito no século XVI por um viajante e soldado de fortuna alemão, Hans Staden, é outro exemplo da presença do Brasil na literatura estrangeira dessa época. Tais livros dão prova da curiosidade europeia acerca das terras recém-descobertas e formam um capítulo desta literatura de viagem que entretinha o Velho Mundo. Em Portugal, no século XVI, as narrativas publicadas acerca do Brasil eram raras.

É, contudo, através dos Jesuítas e seu prodigioso esforço em catequizar e estabelecer um sistema educacional no Brasil que literatura de valor estético, sobre o Brasil, foi introduzida. Predominantemente na forma de poesia e teatro, esta literatura era evidentemente mais de natureza didáctica, com propósitos marcadamente catequéticos. Quando não eram escritas pelos Jesuítas, as peças eram tiradas da literatura portuguesa. Visto que as peças religiosas de Gil Vicente se prestavam ao trabalho missionário dos Jesuítas, eram representadas no Brasil como o drama litúrgico medieval em França. Muitas das peças originais escritas pelos Jesuítas eram *autos* imitando o estilo de Gil Vicente. A literatura dos Jesuítas atinge o ponto mais alto com o trabalho do Padre José de Anchieta (1534-1597), missionário, poeta e dramaturgo, autor do primeiro drama religioso escrito no Brasil – *Pregação Universal* (1567-1570). Nascido em Tenerife, o Padre Anchieta é de particular interesse, uma vez que é ele o primeiro homem educado em Portugal a imergir completamente na atmosfera da colónia. Em apenas seis meses aprendeu a língua Tupi dos nativos e fez-se professor deles. Geralmente as suas actividades na escola Jesuíta na Bahia eram de natureza religiosa deixando-lhe, por conseguinte, pouco tempo livre para composições literárias. A aprendizagem e o ensino da língua nativa deram a Anchieta a oportunidade de enriquecer seus conhecimentos acerca da vida nativa. Este conhecimento da

terra e das pessoas conferiu-lhe uma qualidade especial que não pode ser categorizada como completamente portuguesa.

A obra dos Jesuítas nos primeiros tempos da colonização é simplesmente impressionante. Eles foram o único grupo organizado nessa altura a estabelecer métodos construtivos de integração da sua cultura e religião no Brasil. Pelo seu entusiasmo na aprendizagem da língua nativa e actividades nos campos da arte, história, ciência, arquitectura e literatura, os Jesuítas podem ser considerados os primeiros a reconhecer a singularidade do Brasil. Naturalmente, o idealismo Jesuíta imaginava o Brasil como parte de seu império teológico, desconhecendo que um dos seus maiores adversários viriam a ser os portugueses. Todavia, a educação e as instituições estabelecidas pelos Jesuítas eram de origem portuguesa e formaram a base da cultura no Brasil colonial. Esta contribuição está documentada nas cartas de Anchieta, Padre Manuel da Nóbrega e outros Jesuítas. Tais cartas informativas, que totalizam cento e vinte, são um contributo valioso para a história do Brasil durante a segunda metade do século XVI<sup>2</sup>. Além das discussões sobre religião, cultura ameríndia, geografia e personalidades, essas cartas revelam sobretudo as sérias intenções por parte da Companhia de implantar a cultura europeia na nova terra.

Além da divulgação através dos escritos dos Jesuítas, o Brasil tornou-se conhecido no Velho Mundo pelo entusiasmo missionário dos próprios Jesuítas. Aponta-se o caso de Inácio de Azevedo, um Jesuíta que dedicou toda a sua vida à causa dum bem organizado e eficiente sistema missionário no Brasil<sup>3</sup>. Após ter regressado à Europa, Azevedo fez uma campanha fervorosa em Lisboa e Roma para que fossem enviados mais padres a fim de ajudarem a colonizar o bárbaro Novo Mundo. Na sua segunda viagem ao Brasil em 1570, ele e quase todo o seu grupo de missionários foram mortos por piratas franceses no mar à vista das Ilhas Canárias. Esta missão «sagrada», frustrada pelos protestantes franceses, fez de Azevedo e seus companheiros mártires católicos. Como resultado, o martírio de Azevedo e sua fama como missionário no Brasil deram à nova colónia considerável renome na altura.

O primeiro poema acerca do Brasil foi incluído no *Naufrajio que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, capitão, e governador de Pernambuco* (Lisboa, 1601), narrativa de naufrágio, que chamava a atenção para o Brasil, pois essa, como outras, descrevia naufrálios ocorridos em águas brasileiras<sup>4</sup>. O poema, *Prosopopea*, que se segue mencionada narrativa de naufrágio, foi escrito por Bento Teixeira Pinto, um residente de Pernambuco. Nascido em Portugal, Teixeira viajou até ao Brasil com a família em 1580. Excepto uma descrição de um recife de Pernambuco, há pouco mais neste poema que seja inerentemente brasileiro. Nesta passagem do recife ele manifesta certa afeição pela nova terra.

Porém, Teixeira é um exemplo da forte influência da literatura portuguesa sobre a literatura a despertar na colónia. *Prosopopea* é mera cópia na métrica, rima e linguagem do poema épico de Camões, pois a cultura portuguesa ainda era o ideal a ser imitado.

Aparte documentos oficiais, relatórios, descrições de viajantes e narrativas de naufrágios, a literatura portuguesa dos séculos XVII e XVIII tratou o Brasil sem grande interesse. Além disso, se se considerar a política de sigilo, não é anormal para o Brasil estar ausente das letras portuguesas. Os escritores portugueses não mostrariam um real interesse pelo Brasil antes do século dezanove.

## COLÓNIA CONTRA REINO

O livro que nos proporciona o primeiro elogio do Brasil, como também a primeira imagem do rancor que começava a germinar entre os portugueses e os habitantes da colónia, é *Diálogos das Grandezas do Brasil*, anonimamente acabado por volta de 1618 mas somente publicado no século dezanove<sup>5</sup>. As riquezas e magnificências do Brasil são reveladas numa série de diálogos entre Brandônio, um português que vivia na colónia há longos anos, e Alviano, que acabam de chegar da *Metrópole* e constantemente criticava o atraso em que se encontrava a colónia. Nas suas conversas, Alviano faz perguntas acerca dos recursos, clima, e nativos do Brasil. O primeiro diálogo é de particular importância, já que trata da defesa de Brandônio da terra brasileira e duma severa crítica da atitude portuguesa para com ela. Ele atribui as más condições no Brasil à transitória presença dos portugueses, os quais «em, breve tempo, se hão-de embarcar para o Reino e que lá hão-de-morrer...»<sup>6</sup>. Brandônio continua, censurando os comerciantes, artesãos e trabalhadores que se aproveitam monetariamente do Brasil «sem se lembrarem por nenhum modo do bem comum»<sup>7</sup>. Tais palavras são proferidas por um português possuidor de sincero afecto pelo Brasil e que se ressentia da exploração levada a cabo pelos portugueses na colónia. Embora Brandônio seja um português leal, as suas palavras revelam seu real amor pelo Brasil.

Um outro exemplo do desabrochar deste ressentimento, aparece no trabalho do Franciscano brasileiro, Frei Vicente do Salvador (1564-1639?). A sua *História do Brasil* foi escrita em 1627, mas não conheceu publicação até 1888<sup>8</sup>. Na introdução da edição de 1888<sup>8</sup>, Capistrano de Abreu afirma que o amor deste historiador pelo Brasil, e sua concepção acerca do futuro do mesmo, eram sentimentos raramente expressos nessa altura, uma vez que o Brasil continuava a viver à sombra de Portugal. Abreu crê que a viagem de

Salvador à mãe-pátria e a ausência do seu Brasil provavelmente trouxeram até ele a *saudade* que teria inspirado o bom frade a escrever sobre a sua terra natal. Seja isto verdade, ou pura suposição, Salvador deve aqui ser considerado, já que lhe cabe a honra de ser o primeiro brasileiro a escrever um trabalho em prosa. Para além do seu mérito histórico, o trabalho é curioso pelo tom pejorativo como apresenta os portugueses. A imagem dos portugueses como caranguejos continuamente e esgaravatarem as areias das costas, enquanto o interior continuava desabitado, revela ao leitor uma remota crítica da parte de um brasileiro à política portuguesa na colónia:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam dellas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos<sup>9</sup>.

As observações de Frei Vicente do Salvador deixam transparecer amor à sua terra e ressentimento relativamente aos portugueses, mas isto não quer dizer que o século XVII testemunhe o começo do orgulho nacional brasileiro. Salvador é um raro exemplo numa era em que as pessoas no Brasil tentavam fazer fortuna para remetê-la a Portugal como ele mesmo demonstra nesta passagem da sua *História*:

E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e: si as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída<sup>10</sup>.

O seu comentário acerca dos brasileiros natos, homens que desejavam voltar à mãe-pátria, revela o primeiro exemplo de *mazombismo*, a vergonha de não ter vindo do *Reino*. Ainda que a palavra *mazombo* não seja usada por Frei Vicente, Capristano de Abreu, sem esclarecer a sua origem, diz que começou a ser usada ainda antes das guerras com os Holandeses (1624-54), e que surgiu quando a diferença de pronúncia, entre os *reinóis* e os *filhos da terra*, começou a ser notada<sup>11</sup>.

A palavra *reinol* aparece em *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, publicado em Lisboa em 1651, confirmando assim a nossa descoberta de que alguma diferença entre *reinol* e *mazombo* já era evidente nesta

altura<sup>12</sup>. Embora estas duas palavras ainda não tenham sido encontradas juntas em nenhum texto deste período, livros como a *História*, de Frei Vicente, já divulgam este ressentimento por parte dos brasileiros de nascença. A medida que o período colonial caminha para o fim, este ressentimento torna-se crescente.

Enquanto a hostilidade para com os portugueses aumentava, apareceu na literatura brasileira da época de 1600 um leve indício do que se podia chamar nativismo, que é a predileção pelos elementos locais. Ao contrário de nacionalismo, que implica devoção à unidade nacional, nativismo é simplesmente a preferência pelos elementos inerentes dum país. Em literatura, nativismo é geralmente expresso pela enumeração das qualidades excepcionais e admiráveis dum país.

O primeiro exemplo de nativismo poético encontra-se em *A Ilha da Maré*, do poeta brasileiro Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711). Este poema descritivo, possivelmente escrito no século XVII, encontra-se numa coleção dos poemas de Oliveira, intitulada *Música no Parnaso* (Lisboa, 1705). *A Ilha* é uma detalhada catalogação de coisas, como frutos e vegetais do Brasil. Porém, o nativismo aqui descoberto não é o louvor emocionado dum patriota mas uma vaidosa lista das riquezas que Portugal não possui. Numa palavra, o Brasil é exaltado pelo seu exotismo, contrastado com o velho mundo da mãe-pátria. Esta calorosa descrição das admiráveis qualidades do Brasil não é, no entanto, um indício do despertar duma consciência nacional.

#### BOCA-DO-INFERNO E PADRE ANTÓNIO VIEIRA

Se o século XVII não foi ainda um período de despertar nacional para o Brasil, foi definitivamente uma era indicativa de que existia um elemento de agitação na colónia. Esta inquietação não foi contudo evidenciada em toda a literatura desta altura. O domínio político espanhol sobre Portugal deixou a sua marca na cultura portuguesa, dentro e fora do país. A obra do espanhol Luís de Gôngora penetrou nas letras portuguesas e chegou à Bahia, centro cultural da colónia. O preciosismo formal do *gongorismo* e o seu alto e refinado tratamento do pensamento e das ideias, conhecido por *conceptismo*, combinaram-se no barroco – estilo que viria a reinar no século XVII no Brasil. É, contudo, neste tipo de literatura que se encontram exemplos do crescente antagonismo entre os brasileiros de nascimento e os *reinóis*.

Esta hostilidade observar-se-á num dos estilos predominantes deste período – a poesia satírica.

A panorâmica desta situação na sociedade brasileira pode ser muitíssimo bem observada através dos olhos sarcásticos do poeta Gregório de Matos Guerra (1633-1696). Nascido na Bahia, Gregório representa aquele indivíduo em qualquer sociedade que se revolta contra a ordem existente e investe contra as forças que reduzem o homem à conformidade. A sua poesia é extremamente relevante, já que descreve as atitudes luso-brasileiras do século XVII, e deve ser considerada à luz do carácter e vida do autor. Gregório de Matos ou *Boca do Inferno*, como ele era mais pitorescamente conhecido, era um poeta irresponsável, hedonista e escandaloso, que tanto criticava os portugueses como os seus compatriotas. As suas diatribes poéticas e caricaturais não podem por isso ser interpretadas unicamente como anti-portuguesas, e oferecidas como um exemplo claro do gradual descontentamento no Brasil em relação à mãe-pátria. Gregório de Matos deve ser tratado como um tipo de iconoclasta em cuja obra podemos perceber as várias atitudes e aspectos da sociedade luso-brasileira dos seus dias. Nascido numa família nobre, Gregório distinguiu-se nos seus estudos na escola jesuíta local. Foi enviado para Portugal com a idade de dezanove anos a fim de continuar os estudos na Universidade de Coimbra, para onde eram enviados muitos filhos ricos do Brasil para obter prestígio, educação e uma carreira. Uma vez matriculado na Faculdade de Direito de Coimbra, logo se tornou famoso pelas suas composições satíricas. Depois de concluir a sua licenciatura, atacou em verso a própria Universidade. Foi para o Brasil mas, em 1662, voltou a Portugal onde foi advogado e mais tarde juiz. Permaneceu em Portugal, sem pensar regressar ao Brasil, até descobrir que o número de inimigos arranjados ameaçavam o seu futuro se ficasse na *Metrópole*. Assim, depois de vinte anos de relativo sucesso, abandonou Portugal, chegando ao Brasil em 1681. Influenciado por amigos, estabeleceu-se na Bahia, mas nunca largou a sua pena satírica, mesmo durante o período de fervor religioso. Continuou a escrever poesia na qual ridicularizava e condenava tudo e todos. Depois de algumas advertências, Gregório deixou a Bahia, mas voltou em 1694. Na altura o número de inimigos que fizera ameaçavam o seu futuro se ficasse governador, chegando à conclusão de que o poeta não tinha mudado os hábitos literários, resolveu deportá-lo para Angola. Anos decorridos, depois do seu exílio em Angola, Gregório voltou de novo ao Brasil, onde morreu arruinado. Tendo vivido no Brasil e em Portugal, Gregório é um luso-brasileiro *por excelência*. A sua relutância em regressar ao Brasil depois de se estabelecer em Lisboa, exemplifica a atitude do colonialista, esperançoso na obtenção de posição e fama, crente que ambas são possíveis apenas na mãe-pátria. Embora brasileiro, a educação e cultura de Gregório eram baseadas no estilo português de vida. Em Portugal o valor de sua poesia foi reconhecido, e

Gregório foi subseqüente convidado a entrar na Academia Portuguesa dos Singulares. Quando chegou à Bahia em 1681, desembarcou com todo o snobismo e desdém típicos dum *reinol*. A sua atitude pode ser com a de Alviano nos *Diálogos das Grandezas*. É certo, também que depois de viver no Brasil por uns tempos, a sua poesia tornou-se mais brasileira, fazendo uso de palavras e temas indígenas e africanos com mais frequência. A predominância da mulata, que parece sempre triunfar sobre a mulher branca e preta, é um exemplo do brasileirismo na poesia de Gregório. Além da sátira, a sua obra contém memoráveis poemas religiosos e líricos. Todavia, no que diz respeito ao estudo de portugueses e brasileiros no século XVII no Brasil, é no seu trabalho satírico que vamos descobrir a riqueza de informação que Gregório tem para nos oferecer com respeito ao panorama de atitudes entre portugueses e brasileiros. Assim, ele ataca pessoalmente os governadores portugueses, acusando-os de incompetentes e indignos da posição que ocupam, mas ao mesmo tempo, alguns dos seus poemas moram dos brasileiros que presunçosamente diziam ser descendentes do português Diogo Álvares Correia, que um século antes naufragara na costa da Bahia. Por mais vingativa e exagerada que a sua poesia possa ter sido, trouxe à luz muitas facetas da cena social luso-brasileira dos seus dias.

O nosso interesse especial em Gregório baseia-se no seu tratamento dos portugueses que chegaram ao Brasil apenas com a mira da fortuna. Esses portugueses, chamados *maganos*, eram criminosos que, uma vez exilados, chegavam ao Brasil pobres e descalços, mas que, anos mais tarde, regressavam a Portugal ricos. Gregório devota grande atenção a esses *maganos*, os quais detestava intensamente. A hostilidade do poeta em parte nasceu da observação desses *reinóis*, prosperando parasiticamente na cidade da Bahia à custa dos nativos brasileiros. Gregório, mazombo educado em Portugal, tinha sofrido as desvantagens de ter de lutar no Brasil, onde era necessário competir com os hábitos metropolitanos, e com industriais portugueses. Todavia antes de se supor que a campanha de Gregório contra esses *maganos* era algo de pessoal, consequência de imaginar a sua pobre existência como o resultado da exploração praticada por esses «estrangeiros», é preciso fazer menção dum decreto que demonstra que o ressentimento contra os portugueses no Brasil não estava limitado à vingativa voz dum poeta. A 4 de Março de 1679 o Governo Português, inteirado da crescente hostilidade dos brasileiros, publicou um decreto destinado a melhorar a situação dos brasileiros. Este decreto, uma forma de apaziguamento, deu-lhe prioridade na obtenção de postos militares e administrativos<sup>13</sup>. Depreende-se pelos poemas de Gregório, contudo, que este decreto não foi executado. Quando ele foi deportado para

Angola em 1694, escreveu um poema onde descreve esses *maganos* que exploram a terra e enganam os brasileiros:

Que os Brasileiros são bestas,  
E estarão a trabalhar  
Toda a vida por manterem  
Maganos de Portugal<sup>14</sup>.

Com estas palavras, Gregário lamenta a condição da colônia, vítima da voracidade da mãe-pátria. Em versos precedentes, do mesmo poema, ele afirma que a Bahia está numa situação tão ruim que nem Deus a quer. Segundo Gregário, a Bahia estava totalmente degradada, e o único caminho para o sucesso era se associar aos maganos:

E tu, cidade, és tão vil  
Que o que em ti quiser campar,  
Não tem mais do que meter-se  
A magano, e campará (11.17-20).

Estes portugueses são descritos como gatunos e burlões, astutos no saque do dinheiro àqueles brasileiros aspirantes à nobreza, ou que esperam poder associar-se com gente a ela chegada:

Consiste em dá-lo a maganos  
Que o saibam lisonjear,  
Dizendo que é descendente  
Da casa de Vila Real (11.77-80).

O quadro apresentado neste poema mostra-nos a colônia como o de burguesia «nouveau-riche» sendo explorada pelos filhos espertos e superiores-em-nome. Neste poema, os maganos são comparados à *águia imperial*, a arrogante águia que viola impotentes e fracos. Isto é sátira na sua forma mais mordaz. O poema não é dirigido a Portugal, mas sim à cidade da Bahia, que se deixou cair nas garras da águia lusitana. Esta acusação é indirectamente um apelo à libertação do jugo imperial. Ao mesmo tempo retrata o Brasil como ideal para exploradores estrangeiros, uma imagem que irá atormentar o Brasil muito depois da independência. O receio oculto de ser violado, roubado e defraudado dos seus recursos por estrangeiros existe ainda hoje no Brasil. O Brasil não foi a única colônia que ajudou a suportar financeiramente a mãe-pátria, contudo foi uma das maiores e potencialmente mais ricas colônias a fazê-lo. Hoje, seu tamanho e potencial são vistos respectivamente como marca especial e futura salvação e, além disso, fazem parte da sua própria auto-

avaliação. Como muito do nacionalismo brasileiro tem sido baseado nessas duas qualidades, qualquer ameaça às suas riquezas pode produzir veementes reacções patrióticas. Ao serem explorados no século XVII, os brasileiros desenvolveram um sentimento de orgulho pela sua terra que, no caso de Gregório de Matos, tomou forma de crítica contra as acções dos vorazes emigrantes portugueses na Bahia e da Administração local.

Os versos de Gregório não eram intencional apelo patriótico para contra os *maganos*, mas um ataque poético, que incomodava os Bahianos, demonstrando a sua irritação com a ameaça ao seu sentido de propriedade. Nesta altura há um despertar sobre coisas e factos brasileiros, sugerindo uma forma de brasileirismo. O medo de perder esses atributos em benefício dos emigrantes estrangeiros foi uma manifestação de autêntico brasileirismo. O Brasil, experimentava, assim, um período de autodescoberta. Seria prematuro afirmar-se estar o Brasil formulando ideias de independência e separatismo. Centros como a Bahia estavam descontentes com aspectos da presença portuguesa, mas a colónia continuava a sentir-se parte importante do império lusitano. Além disso, a autoridade portuguesa assegurava tal atitude.

Por causa desta situação de dominantes sobre dominados, a poesia de Gregório de Matos revela uma voz contra a natureza autoritária do governo colonial e da sua elite. O 'Boca do Inferno' apoderou-se de uma linguagem popular e, muitas vezes, rude como elemento satirizante e diferenciador para combater e desafiar a ordem vigente, i.e., contra o *status quo* das convenções sociais, políticas, culturais e literárias. Segundo João Carlos Teixeira Gomes, no seu estudo crítico *Gregório de Matos, O Boca de Brasa* (1985)<sup>15</sup>, esta poesia de exagero caricatural, traço comum da sátira em geral, rompe com as convenções monolíticas da cultura e poder então dominantes, justamente através de sua linguagem popularizante e carnavalesca. Tendenciosa, ela emerge como um dos poucos veículos onde nessa altura se podia desmascarar a opressão colonialista da Administração lusa local. Como expressão popular, os seus versos sublinham os interesses brasileiros, obviamente opostos aos da Metrópole. Neste sentido, a poesia satírica de Gregório de Matos testemunha um clima pouco harmonioso no Brasil-colónia, um ambiente já repleto de uma acentuada consciência social brasileira.

Talvez o melhor exemplo da autoridade e atitude portuguesas durante este período seja a figura religiosa e literária do Padre António Vieira (1608-1697). Nascido em Portugal, Vieira foi levado aos seis anos de idade para o Brasil, onde viveu até 1640, regressando nessa altura a Portugal quando este reconquistou a sua independência da Espanha. Viria a fazer mais três viagens ao Brasil, onde passaria mais de metade da sua vida. Portugueses e brasileiros seriam levados por este facto a um jogo de cabo-de-guerra, puxando cada um

para seu lado, explicando por que Vieira era mais brasileiro que português, ou vice-versa. Um exemplo da controvérsia sobre Vieira e Gregório de Matos aparece na valiosa *História da Inteligência Brasileira* por Wilson Martins:

É verdade que António Vieira... e Gregório de Matos são dois excêntricos com relação à vida intelectual da Colônia (e não às suas respectivas vidas como intelectuais na Colônia, o que é outra coisa). Tudo bem pensado, ambos pertencem intelectualmente à Europa muito mais do que à América, a Portugal muito mais do que ao Brasil<sup>16</sup>.

Daí a sua vida e contactos com os dois países serem importantes na apresentação de outro aspecto das relações luso-brasileiras durante a era de 1600.

Se bem que os sermões sejam a sua obra principal, Vieira não pode ser ignorado como político e diplomata durante o reinado de D. João IV. Embora tivesse crescido e tornado Jesuíta no Brasil, adaptou-se muitíssimo bem à atmosfera da Metrópole. Apesar do seu grande amor pelo Brasil, do seu dedicado trabalho missionário entre os índios e do seu reconhecimento da singularidade do português do Brasil, Vieira tornou-se o porta-voz oficial da monarquia portuguesa. Como Jesuíta e homem talentoso, ele compreendeu que Portugal lhe oferecia muito mais que a colônia. Seus sermões fizeram sucesso imediato em Lisboa, onde era necessário guardar lugar cada vez que pregava.

No desempenho do papel de emissário de D. João IV, Vieira disfarçado em roupas de leigo e de bigode partiu para Paris em 1647 a fim de conferenciar com o Primeiro Ministro Francês, o Cardeal Mazarino e a rainha mãe, com a intenção de propor que D. Teodósio, herdeiro de D. João, casasse com a princesa francesa. Em seguida ao casamento, Teodósio ascenderia ao trono de Portugal. Entretanto, D. João IV, temeroso do destino de Portugal perante a luta contra os holandeses, planeou retirar-se para os Açores, onde instalaria um domínio Atlântico dos Açores e do Maranhão do Brasil. Escusado será dizer que este fantástico plano nunca se materializou, por a França não aceitar de forma alguma as ideias grandiosas de D. João IV.

Sendo Vieira bastante chegado ao rei, muitos dos programas formulados por aquele foram adoptados como política oficial. Convicto do papel que o comércio brasileiro desempenhara, fortalecendo a burguesia urbana que, por sua vez, ajudou Portugal na guerra da Restauração travada contra Espanha, Vieira viu a necessidade de criação duma organização nacional do comércio ao longo das linhas da companhia Holandesa das Índias Orientais. Esta companhia iria ajudar Portugal no lançamento dum novo programa comercial,

assim como colocaria de novo o país nos trilhos da fama. Vieira trabalhou na criação de companhias como a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cujo objectivo era o comércio Brasil-Índia. Em 1673, disse ele que o Brasil era a sua segunda pátria, mas sempre a viu como parte do império português. A prioridade de Portugal em relação ao Brasil nas preocupações de Vieira manifestou-se quando ele sugeriu ao rei D. João a venda de Pernambuco aos holandeses para evitar mais fabulosos gastos numa parte do Brasil considerada obviamente insignificante. Depois da morte de D. João IV em 1656, revelou-se obcecado com o futuro de Portugal como a quinta maior monarquia universal. Ideia colhida do Velho Testamento (Dan. 2:37-44), onde o profeta Daniel fala dum quinto reino que será supremo, em relação aos outros quatro reinos de ferro, latão, prata e ouro. Vieira tinha consciência do destino de Portugal, o qual considerava reino eleito de Deus. É através de Vieira que podemos compreender a política de Portugal, numa altura em que tinha reconquistado a própria independência e embarcava num novo mar de esperanças. O Brasil e os seus recursos comerciais significavam outro meio pelo qual Portugal abrangeria novos horizontes. Por outro lado, como homem de acção e humanista, carácter proveniente em parte do empirismo exercido pela própria Companhia de Jesus, opunha-se abertamente às injustiças e aos abusos da Administração local, confirmando assim a existência de grandes conflitos entre os brasileiros e os reinóis. Desta forma, a visão e actividade humanitárias de Vieira atestam a presença de uma discórdia luso-brasileira no dia-a-dia da Colónia, sobretudo nos grandes centros, como a cidade de Salvador da Bahia. Curiosamente, é esta a caracterização dinâmica de Vieira apresentada por Ana Miranda em *Boca do Inferno* (1989), uma narrativa história brasileira muito romaneada, em que a temática principal gira em torno da luta de brasileiros dominados pelos tentáculos locais do regime repressivo e centralizador de Portugal durante os fins do século XVII, mas, por outro lado, muito pertinente em relação aos problemas sócio-políticos do Brasil dos nossos dias.

#### ACTIVIDADE LITERÁRIA CONTINUADA

Enquanto a literatura brasileira do século XVII revelou uma gradual manifestação de nativismo, a literatura do século seguinte revela a continuação deste nativismo em tons bastante mais enfáticos. Com o incremento do comércio do açúcar e a descoberta do ouro durante a última década do século, a economia do país deu um salto admirável. Além do número de povoações que se iam estabelecendo, os *bandeirantes* iam-se aventurando, penetrando no

interior. À medida que o progresso avançava na colónia, os nativos consciencializaram-se mais das diferenças entre eles mesmos e os portugueses. As Guerras dos Mascates e Emboadas confirmaram o crescente ressentimento que germinava entre os dois povos. E com as excessivas pressões económicas exercidas pela mãe-pátria, foram evidentemente exacerbadas na cabeça de alguns brasileiros as ideias de separatismo e autonomia. As ideias de autonomia manifestaram-se em algumas esporádicas explosões, mas essas falharam, uma vez que a população em geral não tinha conhecimento da existência de tais movimentos. O Brasil não era um país unificado, apesar da administração colonial centralizada, criada em 1549. A desunidade da colónia devia-se em parte ao sistema de capitánias de 1532 que dava todos os poderes à autoridade local. Esta autoridade regional já era bastante evidente nas subsequentes capitánias gerais ou provinciais encabeçadas por capitães gerais que frequentemente negociavam com a coroa directamente, em vez dos Vice-reis, os quais governaram a colónia desde 1640. A manifesta tendência para a autonomia local por sua vez enfraquecia a coesão entre os colonos das várias regiões. De facto, as pessoas do século XVIII no Brasil estavam ligadas por apenas um laço comum – dependência política e intelectual de Portugal.

Ainda assim, a evolução do nativismo dentro das ideias de autonomia aparece na literatura deste período. Este nativismo tomou forma de rancor no caso do escritor André João Antonil (1650-1716), um italiano que viveu no Brasil toda sua vida. O seu trabalho, *Cultura e Opulência do Brasil*, trata da rica economia do Brasil mas também critica a exigência de impostos vinda de Portugal e os seus lucrativos empreendimentos nos trópicos. Este ousado livro, publicado em Lisboa em 1711, foi logo proibido por «conveniências políticas e razões de estado»<sup>17</sup>. No *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake diz-se que provavelmente o rei português proibiu o livro por este revelar aos estrangeiros os tesouros secretos do Brasil. Verdadeira ou não, esta explicação prende-se mais uma vez com a política portuguesa de *sigilo*. Esse segredo é a razão para a apreensão do livro de Antonil, ideia também defendida por Andrée Mansuy na introdução à sua tradução francesa da *Cultura* (Paris, 1968). Por outro lado, uma vez que o último capítulo do Antonil sugere à Coroa a adopção dum programa de favoritismo em relação ao Brasil por sua grande contribuição para Portugal, inclinamo-nos a acreditar que o livro também representou uma afronta indirecta à coroa sobre o domínio colonial. Também se sabe que Antonil noutras ocasiões manifestou o seu azedume relativamente aos portugueses, como prova da sua participação activa durante a Guerra dos Mascates.

Uma interessante passagem da *Cultura* capta a essência da atitude da coroa no tocante ao Brasil colonial dessa altura. O orgulhoso rei considerava

que em casos de desobediência e crime a justa pena era «de degredo por dez anos para o Brasil»<sup>18</sup>. Assim, mesmo depois de dois séculos, o Brasil ainda estava marcado com o estigma de «terra para exílios».

A supressão da *Cultura* de Antonil foi eficientemente executada, já que o trabalho fora publicado na Metrópole e não na colônia que não tinha ainda prelo. Houve uma tentativa para se implantar a imprensa no Recife nos primeiros anos do século XVIII, mas não existe indicação da sua existência, excepto no facto de a Ordem Régia de 8 de Julho de 1706 incondicionalmente mandar abolir todas as tipografias que no Brasil imprimiam livros ou folhetos<sup>19</sup>. Depois de 1706, não há provas de imprensa até 1747, ano do primeiro trabalho conhecido como impresso no Brasil – *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor, D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro*<sup>20</sup>.

A *Relação*, escrita por Luiz António Rosado da Cunha, foi impressa pelo tipógrafo português António Isidoro da Fonseca, o qual teve a sua tipografia transportada para o Rio de Janeiro. Mas Fonseca pôde apenas praticar a sua profissão por curto espaço de tempo, porque uma alínea viria a ser acrescentada à Ordem Régia (10 de Maio, 1747), de novo ordenando a remoção de todas as máquinas tipográficas do Brasil<sup>21</sup>. Depois do fracasso nesta tentativa de implantação da imprensa na colônia, não há vestígios de mais alguma, até à Imprensa Régia, instituída pela coroa portuguesa no Rio de Janeiro a 13 de Maio de 1808<sup>22</sup>. Foi nesta altura, tanto quanto sabemos, que apareceu a primeira crítica a respeito da ausência de imprensa no Brasil colonial. O comentário foi feito por Hipólito da Costa no seu *Correio Braziliense*. Lamentando o tardio aparecimento da imprensa no Brasil, Hipólito atribui ao governo português o atraso da cultura brasileira. A coroa portuguesa, ao anunciar a encomenda duma prensa inglesa para o Brasil, provoca em Hipólito estas sarcásticas palavras:

«Saiba pois o Mundo, e a posteridade, que no anno de 1808, da era Christaã, mandou o Governo Portuguez, no Brazil, buscar a Inglaterra uma Impressão, com os seus apêndiculos necessarios; e a remessa que daqui se lhe fez importou em CEM LIBRAS ESTERLINAS!!!...

Tarde: degraçadamente /sic/ tarde; mas em fim apparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses»<sup>23</sup>.

Tais invectivas contra os portugueses aumentaram à medida que o nacionalismo brasileiro ganhava mais ardor. Ainda hoje existem veementes polémicas entre portugueses e brasileiros acerca da ausência da imprensa e da

política de censura durante a era colonial. Como prova conclusiva do desejo de mais actividade literária na colónia, estudiosos brasileiros frequentemente aludem às tentativas, embora vãs, de estabelecimento da imprensa durante o século XVIII. Afirmações como estas são no entanto difíceis de provar, já que faltam documentos que digam respeito à imprensa no Brasil. Quer tenha ou não havido qualquer desejo expresso de imprensa durante o período colonial, seria vantajoso discutir este assunto um pouco mais porque nos iria ajudar a compreender a dominação portuguesa no Brasil.

Para evitar favorecer um argumento em detrimento doutros, o uso da história da imprensa de Nelson Werneck Sodré servir-nos-á como guia por ser o mais equilibrado tratamento do assunto. Resumindo, Sodré demonstra que o estabelecimento da imprensa significa o desenvolvimento duma sociedade capitalista. Ele atribui o aparecimento muito cedo da imprensa na América Espanhola à necessidade da mãe-pátria de aniquilar a adiantada civilização indígena, tentando impor a sua, para assim se aproveitar das riquezas minerais das colónias. Não havia necessidades disto no Brasil, onde os atrasados ameríndios eram relativamente dóceis e a descoberta de ouro só viria a acontecer dois séculos depois. Sodré também chama a atenção para o facto de que a censura, por parte das mães-pátrias, era comum em toda a América Latina. Embora tenha existido uma imprensa na América Espanhola durante o seu período colonial, Sodré afirma que essa estava completamente sob o controlo da censura espanhola. Ele não aprova, contudo, a censura, portuguesa ou espanhola. Pelo contrário, seus argumentos servem para elucidar o facto de que Portugal era na verdade um consumado poder imperial que exigia muito da sua colónia, a qual se esforçava por manter em constante subjugação, já que isso era bastante vantajoso para a sua própria existência económica.

Também se pode dizer que a luta de Portugal pela sobrevivência e poderosa dominação do Brasil, propiciou-lhe, se bem que involuntariamente, criar uma colónia singular nas Américas. Este resultado é talvez a herança deixada ao Brasil. A colónia economicamente suportou a mãe-pátria por mais de três séculos e, em paga dos seus serviços, eventualmente revoltou-se e surgiu como *um* vasto estado soberano. Portanto, a ausência da imprensa no Brasil, embora culpa do governo português, deve ser colocada na perspectiva histórica e julgada como resultado duma forte administração colonial, cujo centro de cultura era a *Metrópole*.

Insatisfeitos com a falta de estímulo intelectual na colónia, os brasileiros preencheram essa lacuna cultural, formando academias que imitavam as de Portugal. Estas academias foram criadas com o propósito de promover a obra dos seus membros. Os grupos eram associações literárias onde os intelectuais iam ler os seus trabalhos em prosa e verso. Tanto ideias literárias como políticas

vindas da Europa eram discutidas nas academias, mas a influência e prestígio dessas organizações entre a população eram praticamente inexistentes.

A primeira dessas associações, foi a Academia Brasileira dos Esquecidos, fundada na Bahia em 1724. Esta academia foi com relutância criada para provocar a Academia Real de História portuguesa, criada em Lisboa em 1720. Esta necessidade de demonstração da sua capacidade à mãe-pátria ocorreu quando o Brasil começou a afirmar-se. Essas academias eram a maneira pela qual o Novo Mundo podia mostrar a sua existência cultural e por conseguinte satisfazer os seus desejos de reconhecimento.

Havia outros grupos literários: a Academia dos Felizes (1736) e a Academia dos Selectos (1755), ambas no Rio de Janeiro. A Academia dos Renascidos, criada na Bahia em 1759, é talvez uma das mais importantes porque as ideias revolucionárias aí discutidas estimularam algumas agitações locais e principalmente fizeram com que o Primeiro Ministro em Lisboa, o Marquês de Pombal, abolisse a organização e prendesse seu director, José Mascarenhas. Deve frisar-se de novo que esses homens não tiveram impacto na cena política nacional. Eles apenas servem aqui para demonstrar o crescente descontentamento dum pequeno grupo de colonos insatisfeitos com a situação no Brasil.

Estes académicos olhavam com regular frequência para a Europa para orientação intelectual e educação superior. Não obstante outras universidades europeias atraírem brasileiros, Coimbra ainda era a preferida pela maior parte dos jovens que podiam adquirir uma educação no estrangeiro. Os escritores frequentemente cortejavam a *Metrópole*, na esperança de um dia lá poderem publicar seus trabalhos. Um caso a apontar é Rocha Pita (1660-1738), poeta que escreveu uma importante história, hoje considerada valioso documento para o estudo do Brasil do século XVIII. A sua *História da América Portuguesa*, publicada em Lisboa em 1730, fez dele membro da Academia Real de História Portuguesa. A *História* revela o vigoroso nativismo que estava se revelando na literatura deste período. Rocha Pita pode ser considerado o precursor dos *ufanistas* do século XX, que com orgulho descreveram o Brasil como país de grande riqueza e potencial, pertencendo apenas aos brasileiros. Para Rocha Pita, o Brasil é um tesouro oculto cheio de inumeráveis jóias; um território onde o céu é o mais sereno, o amanhecer o mais maravilhoso. Usando superlativos como estes, o Brasil é visto como o arquetípico paraíso tropical. Todavia, em vez de classificar a atitude de Pita como patriótica, será melhor dizer que no seu livro ele manifesta sincera afeição pelo Brasil.

Outro académico que insistiu sobre os excepcionais e favoráveis aspectos do Brasil foi o poeta Frei Manuel de Santa Maria Itaparica (1704-1768). A «Descrição da Ilha de Itaparica» que aparece no seu poema épico *Eustachidos*,

descreve a sua terra nativa, na Ilha de Itaparica, situada à entrada da Baía de Todos os Santos, na Bahia<sup>24</sup>. Uma descrição assim da ilha revela o orgulho em tudo o que concerne o Brasil, tal como a sua viçosa natureza tropical e a exótica cultura indígena.

Posto que esses académicos tenham dominado a cena literária durante a primeira metade do século XVIII, os seus trabalhos, para além de revelarem sincero nativismo, pouco contribuíram para as letras brasileiras. Por outro lado, à medida que corria o século essas academias se tornaram cada vez mais volúveis, já que abrigavam tanto liberais como inócuos pedantes. Um desses grupos era a Arcádia Ultramarina (1768), fundada no Rio por Cláudio Manuel da Costa. Os membros desta academia eram censurados e perseguidos pelas autoridades locais, que os consideravam perigosos radicais. Homens como Manuel Inácio da Silva Alvarenga e Inácio José Alvarenga Peixoto tomariam parte mais tarde na primeira manifestação concreta de separatismo – a Inconfidência Mineira (1789-92). Estes foram os homens que fizeram o máximo para disseminar as ideias liberais no Brasil colonial.

#### A CAMINHO DUMA LITERATURA NACIONAL

Durante a segunda metade do século XVIII apareceu um grupo de poetas em Minas Gerais que contribuiu grandemente para o enriquecimento da literatura brasileira. A poesia épica deste grupo revela uma subtil mas significativa oposição à mãe-pátria, evidenciada em forma e conteúdo.

Desde *Os Lusíadas*, a poesia épica brasileira não passava de pura imitação da do grande mestre português. Camões continuou a exercer grande influência nos poemas épicos até 1700, mas uma veia de originalidade já era evidente em *O Uruguay* de José Basílio da Gama (Lisboa, 1769), *Caramurú* de José da Santa Rita Durão (Lisboa, 1781) e em *Villa Rica* de Cláudio Manuel da Costa, escrito em 1773, mas apenas publicado no século XIX. Todos estes poemas versam sobre acontecimentos históricos brasileiros e abandonam a imitação do uso da mitologia clássica, tal qual se encontra nos *Lusíadas*. Estes poemas directa e indirectamente revelam fortes sentimentos patrióticos pelo Novo Mundo, ou seja, o seu tratamento da cena americana transcende a mera descrição.

O elemento ameríndio em *O Uruguay* e *Caramurú* não faz parte da literatura indianista do século XIX, que é adoração e glorificação nacionalista do selvagem. Os índios em *O Uruguay*, por exemplo, não são os heróis, uma vez que o poema foi escrito para agradar ao governo português, particularmente ao Primeiro Ministro Pombal que estava combatendo os Jesuítas, os defensores espirituais das tribos americanas. Aqui o elemento

indígena é utilizado duma maneira um tanto artificial e decorativa, pois os nativos são descritos como selvagens de papel, heróicos mas sem profundidade. A excepção a isto aparece na evocativa passagem da morte de Lindóia, a linda rapariga índia. O verdadeiro enredo do poema foca a hostilidade entre os soldados portugueses e os poderosos Jesuítas, os quais tinham encorajado os nativos a permanecerem na terra que tinha sido dada a Portugal pelo Tratado de Madrid (1750). Porque recaíam sobre ele as suspeitas de ser um ex-Jesuíta, Basílio da Gama, para se proteger da fúria do antijesuitismo de Pombal, retrata os homens da Companhia de Jesus como os vilões do poema. Em *O Uruguay*, escrito em verso, existem passagens descrevendo a natureza americana e os índios, nas quais estes aparecem como puros inocentes, «nobres selvagens», contaminados pela perniciosa civilização europeia. Há assim versos nos quais indirectamente o poeta revela clara antipatia pelo Novo Mundo. Basílio é, à primeira vista, leal a Portugal, como sugere sua escolha do general português como herói do poema. Contudo, podemos admitir que a sua verdadeira inspiração provinha do Novo Mundo em si e não da herança lusitana. Este pensamento surge-nos quando o poeta evoca a América no final do Canto IV:

Genio da inculca America, que inspiras  
A meu peito o furor, que me transporta,  
Tu me levantas nas seguras azas.  
Serás em paga ouvido no meu canto.  
E te prometto, que pendente hum dia  
Adorne a minha lyra os teus altares<sup>25</sup>,

O entusiasmo do poeta nesta e noutras passagens implica que a América, e não o distante reino de Portugal, era efectivamente a sua verdadeira *pátria*. O seu ardente patriotismo é manifestado ainda pela maneira como ele assina o seu nome numa carta para o poeta e dramaturgo italiano, Pietro Metastasio. Esta exuberante missiva é aqui transcrita por revelar a preocupação do poeta brasileiro com o ambiente americano:

Al signor abate Pietro Metastasio.  
Vienna

L'omaggio dell'incolta America è ben degno del grande Metastasio. Questo nome è ascoltato con ammirazione nel fondo delle nostre foreste. I sospiri d' Alceste e de Cleonice sono famigliari ad un popolo, che non sa che ci sia Vienna al mondo. Bel vedere le nostre Indiane piangere col vostro libro in mano, e farsi un onore di non andar al teatro ogni volta che il componimento non sarà di Metastasio! S'io vengo di così lontano

presentarvi un poema, il di cui soggetto è tutto Americano, non sono in questo che l'interprete de sentimenti del mio paese, e questo onore mi si dovea dopo essere stato piú d'una volta interprete de vostri. Io non aspiro ad alto che a rassicura vi che sono ec.

*Basilo de Gama Brasiliano*<sup>26</sup>.

O uso da palavra *Brasiliano*, significando que pertence ao Brasil, não era incomum durante a última década de 1700. O *Diccionario Português-Brasiliano e Brasiliano-Português*, publicado em Lisboa em 1795 sem designação de qualquer autor, permite-nos subentender que existia algum interesse em assuntos particularmente brasileiros. No caso deste dicionário, *brasiliano* refere-se à língua dos índios brasileiros. A assinatura de Basílio da Gama demonstra um forte desejo de expressar o «sentimenti del mio paese», pelo que implica sincero orgulho em ser brasileiro.

O poema épico *Caramuru*, por Santa Rita Durão, ultrapassa *O Uruguay* na sua expressão patriótica. O poeta declarou que a sua inspiração nasceu do seu amor ao Brasil e do facto de que os acontecimentos no Brasil «não mereciam menos um poema que os da Índia»<sup>27</sup>. O poema, se bem que fiel à oitava rima dos *Lusíadas*, também exalta o Brasil em termos altivos. O brasileiro Durão narra a descoberta da Bahia: as façanhas dum John Smith brasileiro, Diogo Álvares Correia, chamado pelos índios Caramuru; e a história do Brasil até à expulsão dos holandeses, frequentemente considerado como o primeiro grande feito brasileiro. A atitude do poeta relativamente a Portugal e ao Brasil está mais clara no Canto IX, estância LXXVII, numa passagem relatando o triunfo de Portugal Católico sobre a Holanda Protestante:

Triunfou Portugal; mas, castigado,  
Teve em tal permissão severo ensino  
Que só se logrará feliz reinado,  
Honrando os Reis da terra ao Rei Divino:  
E que o Brazil aos Lusos confiado  
Será, cumprindo os fins do alto destino,  
Instrumento talvez nêste Hemisferio  
De recobrar no Mundo o antigo Imperio<sup>28</sup>.

Aqui é óbvio que o patriótico Durão imagina o Brasil dentro dos limites do reino português. O Brasil descrito como o futuro salvador do império lusitano, depoimento que exprime a confiança na sua terra nativa e no seu exaltado destino.

Um outro poeta que reitera o nascente «amor à pátria» a emergir no Brasil na segunda metade do século XVIII é Cláudio Manuel da Costa no

poema heróico *Villa Rica*. Este poema foi finalmente publicado em Ouro Preto em 1839 e é considerado inferior aos dois anteriores. Escrito em dísticos de decassílabos portugueses, *Villa Rica* narra com grande eloquência o heroísmo *dos bandeirantes* e também demonstra o patriotismo brasileiro expresso em termos concretos. Além disso, o poeta revela um ressentimento e um rancor para com o altivo Portugal e a tradição Camoniana:

O' grandes sempre, ó immortaes Paulistas!  
Embora vós, nymphas do Tejo, embora  
Cante do Luzitano a voz sonora  
Os claros feitos do seu grande Gama.  
Dos meus Paulistas honrarei a fama<sup>29</sup>.

Estes versos são indicativos da maneira como a adolescente colónia exibiu os seus feitos perante a mãe-pátria. Sentimentos como estes estão claramente ligados à ferida exposta por escritores brasileiros desde a altura do anónimo *Diálogos das Grandezas* e da *História* por Frei Vicente do Salvador.

Um outro notável trabalho literário de Minas Gerais, as satíricas *Cartas Chilenas*, é atribuído a Tomáz António Gonzaga, e foi composto em 1788. Estas cartas satíricas relatam os excessos tirânicos do governador de Minas, Dom Luís da Cunha Menezes, simbolizado pela figura absurda de Fanfarrão Minézio. As cartas eram a maneira pela qual o poeta podia expressar-se mais facilmente, atirando cá para fora velhas queixas e críticas contra os governadores administrativos, os quais exerciam opressão sobre a população colonial:

..... Mas, amigo  
De que serve fazer-se o que as leis mandam  
Na terra, que governa um bruto chefe,  
Que não teve outra lei mais que a vontade<sup>233</sup>

As cartas, pode dizer-se, representam mais do que simples visão do problema local. Por serem dedicadas aos governantes de Portugal, trabalho vai além de provincianas borrascas dum grupo de colonos. Assim procedendo, este autor, nascido em Portugal e tendo crescido no Brasil, tenta chamar a atenção da mãe-pátria para o descontentamento e injustiça reinantes na colónia. Gonzaga disfarça a sua intencional difamação da administração colonial portuguesa, transferindo a acção das respectivas cartas de Vila Rica em Minas para Santiago, Chile. Embora as *Cartas Chilenas* tenham ficado por publicar até 1845, cópias das cartas circularam, prática comum durante este período de circulação clandestina de literatura.

Um ano depois do aparecimento das *Cartas*, os escritores de Minas protestaram contra Portugal, organizando a Inconfidência Mineira (1789-92). Apesar do seu pouco impacto, esta revolução foi, como atrás sugerimos o primeiro ataque directo a Portugal pelo tratamento dado ao Brasil. Porque este jovem e impetuoso grupo se sentiu impelido a levantar a voz contra Portugal, os brasileiros de hoje dizem terem sido os elementos que o constituíam os inspiradores da independência nacional. Ainda que o seu papel tenha sido exagerado, é por esta razão, adicionada às suas composições literárias, que eles têm lugar imortal nas letras brasileiras. Fossem quais fossem seus motivos estes homens exigem reconhecimento pela mãe-pátria. Apesar do seu conhecimento da riqueza económica e cultural do Brasil, Portugal no soberbo papel de terra-mãe, relutava em aceitar esta literatura como expressão dum novo país. Portugal naturalmente considerava a produção literária do Brasil como prolongamento da sua vasta herança cultural. De facto, a primeira pessoa a discutir as letras brasileiras como independentes

das portuguesas foi o estudioso francês, Ferdinand Denis, que escreveu *Resumé de L'histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de L'histoire littéraire du Brasil* (Paris, 1826).

Ao avaliar esta literatura a caminho dos fins do século XVIII, podemos dizer seguramente que o conceito do Brasil como nação politicamente independente não se tinha ainda totalmente materializado, pois as revoltas limitavam-se a um pequeno grupo de homens. Todavia, dado o seu estado económico e o rígido controlo português, é evidente que os ressentimentos contra portugueses aliados ao reconhecimento de seu próprio despertar, tornavam o Brasil mais consciente de si mesmo como um país. A literatura originária de Minas foi um passo em frente no caminho do nacionalismo, um movimento que ganharia impulso e finalmente desabrocharia com a independência e a liberdade expressa pelos românticos brasileiros.

Embora houvesse outros exemplos literários do desejo de separatismo e independência nos primeiros anos de oitocentos, como no caso da poesia de José Bonifácio, estes tiveram pouco impacto, quer dentro da cena política, quer da literária. A independência não ocorreria até as classes dominantes começarem a ver em termos concretos a possibilidade, assim como as vantagens, de o Brasil se emancipar. Esta possibilidade surgiu com a chegada da corte portuguesa ao Brasil. A presença, as acções e, sobretudo, a força unificadora da monarquia portuguesa em terras brasileiras iriam ser os catalisadores da independência. Excepto pelo distante e intangível rei português, o Brasil colonial até 1808 não tinha tido motivos para unificar as suas capitánias. Com a presença dum monarca no seu seio e a noção da sua auto-suficiência, a independência do Brasil tornou-se inevitável.

1. Pero Lopes de Sousa, *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*, 5ª. ed., 2 volumes (Rio de Janeiro, 1927), I, 85. A primeira página do manuscrito original que está na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, é reproduzida nesta edição com comentários de Eugénio de Castro. A primeira edição (Lisboa, 1839) é mencionada em Borba de Moraes, II, 272.
2. Bradford Burns, «The Sixteenth-Century Jesuit Letters of Brasil», *Historical Records and Studies*, XLIX (1962), 57-76. As edições mais definitivas das cartas dos Jesuítas estão aqui incluídas.
3. M. Gonçalves da Costa, Inácio de Azevedo: *O Homem e a sua Época: 1526-1570*, 2ª. ed. (Braga, Portugal, 1957). Esta biografia fornece-nos a brilhante imagem do espírito missionário, com respeito ao Brasil do século dezasseis.
4. Borba de Moraes, II, 296.
5. *Diálogos das Grandezas do Brasil*, com comentários de José António Gonçalves de Mello (Recife, 1962). Esta é a primeira edição definitiva. Na sua introdução, Mello declara que o autor, não obstante a sua ainda discutível identidade teria sido Ambrósio Fernandes Brandão. Mello afirma que o manuscrito original se encontra na Biblioteca de Leiden, na Holanda. De acordo com as afirmações de Mello, os *Diálogos* foram pela primeira vez publicados em partes na *Revista de Instituto Arqueológico Pernambucano*, em 1883, 1886 e 1887. Este trabalho, dado à estampa no Rio de Janeiro, em 1930, tem introdução e notas de Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia.
6. *Diálogos*, p. 10.
7. *Diálogos*, p. 10.
8. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627*, 5ª Ed. (São Paulo, 1965). Esta edição é baseada na mais antiga cópia conhecida da *História*, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. A primeira edição definitiva, foi publicada no volume XIII dos *Annaes da Bibliotheca Nacional* (Rio de Janeiro, 1888) com introdução e notas de Capistrano de Abreu, o qual também catalogou as primeiras publicações de partes da *História* cuja primeira aparição remonta a 1858.
9. Salvador, p. 61.
10. Salvador, pp. 58-59.
11. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Lisboa, 1956-59), II, 1450-51.

12. Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro* (Lisboa, 1651), p. 276.
13. T. A. Araripe Júnior, *Gregório de Mattos*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, /1910/ p. 83. Araripe Júnior não dá a sua fonte de informação para este decreto, e não teve sucesso na procura do documento.
14. Gregório de Matos, *Obras de Gregório de Mattos* (Rio de Janeiro, 1930), *IV Satírico*, I, 137-142. Não tendo o poeta nunca colecionado os poemas para publicação, eles estão espalhados por várias bibliotecas. O seu trabalho tem sido descoberto na Biblioteca Nacional e Biblioteca Vernhagem, ambas no Rio de Janeiro, assim como na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Um número considerável dos seus poemas foram primeiramente publicados por Varnhagem, em *Florilégio da poesia brasileira* (Lisboa, 1850). Esta edição e outras mais recentes, estão mencionadas em Otto Maria Carpeaux, *Pequena Bibliographia Crítica da Literatura Brasileira*, 3.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1964), p. 37.
15. João Carlos Teixeira Gomes, *Gregório de Matos. O Boca de Brasa: um estudo de plágio e criação intertextual* (Petrópolis, 1985), 251-370.
16. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 3.<sup>a</sup> ed. (São Paulo, 1978), I, p. 170.
17. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1883), I, 80-81.
18. André João Antonil [João António Andreoni], *Cultura e Opulência do Brasil* (São Paulo, 1967), p. 273. Exemplares desta primeira edição, raros, podem encontrar-se nas Bibliotecas Nacionais em Lisboa e Rio de Janeiro. Estes e uma lista de outros exemplares da primeira edição estão mencionados em Borba de Moraes, I, 33-34.
19. Carlos Rizzini, *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil: 1500-1822* (Rio de Janeiro, 1946), p. 310. *A Ordem Régia de 1706* tem sido mencionada e citada por vários autores; contudo não teve sucesso em localizá-la. O volume *Documentos Históricos* publicado no Rio de Janeiro omite a reprodução desta.
20. Borba de Moraes, I, 201-203. É dada uma curta história de tipografias, paralelamente com informação sobre outros trabalhos aparecidos no Brasil em 1747.
21. *Publicações do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, 1922), I, 545. Este trabalho é um catálogo de documentos (1662-1821) e encontra-se nos Arquivos Nacionais do Rio de Janeiro. A breve descrição da alínea faz parte do catálogo.
22. O mais antigo trabalho publicado na América Espanhola, do qual existe comprovação, teria sido no México. Este livro, datado de 1539, é mencionado por Joaquim Garcia Icazbalceta, *Bibliografía Mexicana del siglo XVI*, 9.<sup>a</sup> ed. (México, 1954), p. 57. Existem algumas discordâncias entre estudiosos acerca do ano exacto em que teria chegado a primeira prensa ao México. Na sua muito bem documentada introdução, Icazbalceta presume que a existência da prensa no México remonta a antes de 1539.
23. Hipólito da Costa, *Correio Braziliense* (Londres, 1808), I, 394. Uma concisa apresentação da imprensa e de Hipólito da Costa aparece em Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 1.<sup>a</sup> edição (São Paulo, 1977), II, pp. 32-36.
24. Borba de Moraes, I, 251-252.
25. José Basílio da Gama, *O Uruguay* (Lisboa, 1769), pp. 86-87.

26. Pietro Metastasio, *Opere* (Florença, 1832), XV, 225. Esta carta não está datada, mas acredita-se ter sido escrita pouco antes de Abril de 1770, data da resposta de Metastasio.
27. Mencionado em *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira, biográfico, crítico e bibliográfico* (São Paulo, 1967), p. 91.
28. José Santa Rita Durão. *Caramurú* (Lisboa, 1781), p. 278.
29. Cláudio Manuel da Costa, *Obras Poéticas* (Rio de Janeiro, 1903), II, 216. Primeira edição anotada em Borba de Moraes, I, 187.
30. Tomás António Gouzaga, *Cartas Chilenas* (Rio de Janeiro, 1940), p. 252. Na introdução a esta edição Afonso Arinos de Melo Franco diz que a 1ª edição (1845) estava incompleta. De acordo com Melo Franco, a 1.ª edição definitiva (Rio de Janeiro, 1863) baseava-se em cópias que hoje se encontram no Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro no Rio de Janeiro.

## O BRASIL NA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX

«A verdade é esta, dizem-no todos os portugueses que visitaram o Brazil, dizem-no todos os brasileiros inteligentes – o brasileiro detesta o portuguez. Detesta-o. Um pouco mais ainda talvez do que o americano detesta o inglez».

(Eça de Queiroz, *As Farpas*, 1872)

«Diziam-se frases cortadas de beijos, dum madrigalesco de bordel,... umas brasileirices inflamatórias que pareciam feitas de aromas de banana, trilos de sabiá e essência de máscaras-verdes».

(Camilo Castelo Branco, *A Corja*, 1880)

«Então Portugal foi metrópole, o Brasil foi colônia, Portugal descobre e desbrava, dá à luz e cria o Brasil, e fica o ascendente irmão do descendente? Que diabo de trapalhada de parentesco é esta?

(Figueiredo de Magalhães,  
*Camões e os Portugueses no Brasil*, 1880)

### EVOLUÇÃO DO LUSO-BRASILEIRISMO

«Luso-Brasileirismo» é um conceito formado nos princípios do século XX, que se desenvolveu gradualmente depois da separação política dos dois países em 1822. Os primeiros passos na direcção duma forma de unidade luso-brasileira foram dados como resultado da singular situação monárquica daquele ano. O rei D. João afligia-o a independência da colónia, mas não lhe restava outra alternativa que não fosse reconhecer que o Imperador do Brasil era de facto seu filho. E assim o Brasil independente estava a ser governado por um português nativo, o qual também era membro da mesma dinastia reinante na antiga mãe-pátria. Nestas auspiciosas circunstâncias, a ideia de

unidade dos dois países num futuro próximo parecia mais plausível para a coroa portuguesa, seus diplomatas e oficiais.

Era evidente que uma reunião política não podia ser realizada sem uma perda considerável de armas e dinheiro para os dois lados. Isto seria particularmente difícil para Portugal, uma vez que a sua precária situação interna impedia uma séria consideração de tal iniciativa. Por isso, a sua união com o Brasil teve que ser relegada para outro nível. E uma vez que as duas nações estavam ligadas por laços sociais, económicos e culturais, era óbvio que estes eram os veículos para a abertura de negociações. Além disso, Portugal achava vantajosa a renovação das relações comerciais com a sua antiga colónia. A autonomia económica do Brasil deu origem à generalização da crença que o Brasil efectivamente era muito mais poderoso economicamente que Portugal, e que este é que era a colónia e aquele a *Metrópole*. Com a intenção de assegurar reciprocidade diplomática e, conseqüentemente, económica e cultural, em Julho de 1823 Portugal enviou para o Brasil emissários com o propósito de conferenciar com os oficiais do novo Império. No seu caminho para o Rio de Janeiro, estes homens foram detidos na Bahia e impedidos de continuar a viagem. A sua missão foi interceptada por, na ocasião, se supor que o reconhecimento dos emissários pelo Imperador podia significar parcialidade e sobretudo afirmação de uma desejada reunião política entre pai e filho. Depois que as suspeitas populares diminuíram, D. Pedro, interessado no restabelecimento das relações com Portugal, enviou emissários na Primavera de 1824 para Londres, terra neutra, na qual puderam conferenciar com os portugueses. Ambas as partes, pertinazes nas suas demandas, acabaram por não chegar a termos satisfatórios.

Portugal, apreensivo, todavia persistiu e conseguiu convencer o diplomata inglês Charles Stuart a viajar até ao Rio de Janeiro em Julho de 1825 com a missão de fomentar as relações diplomáticas. Em 29 de Agosto de 1825, um Tratado de Paz e Aliança era assinado por D. Pedro e ratificado no dia seguinte pelo Brasil, e por Portugal a 15 de Novembro de 1825. Este tratado é de particular importância já que serviu de trampolim para uma série de tratados e acontecimentos que tinham o propósito de estimular a unificação cultural do Brasil e Portugal, hoje conhecida por Luso-Brasileirismo.

O quarto artigo deste tratado descreve este conceito, o qual foi formulado por oficiais governamentais de ambas as nações, mas vigorosamente encorajado pelos portugueses: «Haverá d'ora em diante Paz e Aliança, e a mais perfeita amizade entre o Império do Brasil, e os Reinos de Portugal, e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os Povos respectivos»<sup>1</sup>. Este tratado, uma vez assinado por D. João VI, final e

oficialmente, reconhece a Independência Brasileira. Apesar de terem sido os Estados Unidos a primeira nação a reconhecer o Brasil em 20 de Maio de 1824, foi o reconhecimento de Portugal que serviu para confirmar internacionalmente a soberania do Império Brasileiro. Mas não restam dúvidas de que o reconhecimento português foi uma reacção à proposta formulada pelo governo brasileiro e enviada para Washington em Janeiro de 1825. A referida proposta apoiava a Doutrina Monroe de 1823, que sublinhava a contradição entre as ideias políticas e culturais do Novo e Velho Mundos. A nova proposta brasileira sugeriu uma aliança ofensiva e defensiva contra Portugal ou qualquer outra nação europeia que apoiasse um atentado português para a resubjugação do Brasil. Os Estados Unidos declinaram participar em tal tratado, preferindo permanecer neutros. Em face desta declaração, Portugal começou a criar novos meios para não perder completamente o Brasil. O Tratado de 1825 é o resultado dos esforços de Portugal para manter as suas relações culturais e económicas com o Brasil.

O Rei D. João VI, por outro lado, estava deveras insatisfeito com o Tratado. Relutantemente o assinou, mas continuou descontente com a omissão das alíneas que ele pessoalmente defendia: 1) consideração especial para todos os produtos comerciais portugueses; 2) uma solução para o problema da sucessão real em Portugal; e, 3) o tratamento dos brasileiros e portugueses como cidadãos em ambos os países. O Rei D. João, ao assinar este tratado, não perdeu a esperança de reunir as duas terras. Ele indubitavelmente sentiu responsabilidade pela separação e tentou inventar uma maneira que anulasse o que ele considerou como seu erro. O seu desejo de unidade é enfaticamente revelado no preâmbulo deste tratado:

SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA tendo constantemente no seu Real Animo os mais vivos desejos de restabelecer a Paz, Amizade, e boa harmonia entre Povos Irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar, e unir em perpétua aliança, para conseguir tão importantes fins, Promover a prosperidade geral, e segurar a existência política, e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil;...<sup>2</sup>

Esta «perpétua aliança», que D. João VI imaginou para Portugal e Brasil, naturalmente germinou do seu desejo de ver os dois países governados por membros da mesma dinastia. O rei estava convicto da afinidade luso-brasileira, porque o Brasil era a única nação sul-americana independente nascida como monarquia e não como república. O desejo expresso de dois monarcas, ligados pelos mais íntimos laços, abriu caminho para futura e amistosa aproximação.

O Tratado de 1825 acertou o passo para um incremento das relações Luso-Brasileiras, com cada parte considerando a outra como nação *mais favorecida e amiga*, e restabelecendo assim o tráfico comercial. As propostas referidas neste tratado tornaram-se realidade no ano seguinte, quando o Brasil deu especial consideração a Portugal incorporando-o no seu tratado comercial com a França. Pela primeira vez, o Brasil declarou que Portugal além de ser «a nação mais favorecida», deveria ser isenta do pagamento de certas tarifas. Além disso, em tratados comerciais com outras nações, como Inglaterra e Áustria em 1827 e com a Holanda em 1828, o Brasil mencionou Portugal como uma exceção no tocante à exigência de impostos sobre produtos exportados para o Império. Procedendo assim, o Brasil obviamente estava dando preferência a Portugal sobre outras nações estrangeiras.

Esta consideração comercial floresceu até ao aparecimento de certas dificuldades políticas em ambos os países, tal como a abdicação de D. Pedro em 1831, que cerceou as possibilidades de outras declarações oficiais e iniciativas, as quais poderiam ter encorajado bastante mais a reciprocidade luso-brasileira. Posto que o principal meio de comunicação durante os anos 30 continuou a concretização no campo comercial, esforços para melhores resultados não obtiveram qualquer êxito. A 19 de Maio de 1836, um tratado de comércio e navegação era assinado no Rio, dando igual tratamento aos navios cargueiros de ambas as nações e estabelecendo específicas e reduzidas taxas em certos produtos luso-brasileiros. Tal tratado não agradou à Câmara de Deputados e, por conseguinte, foi posto de parte. Uma das razões para desaprovação provinha do Artigo Cinco que assegurava iguais direitos aos nativos de cada país no território do outro. Este depoimento não foi bem recebido por parte de muitos brasileiros. Apesar de tudo, os esforços conjugavam-se para fortalecimento das relações luso-brasileiras, mas existiam poderosos elementos na população violentamente contrários a tal empenho. Já em 1834 tinham ocorrido sangrentas explosões contra os portugueses. Reações hostis a este tratado comercial foram expressas por jornalistas e membros do Parlamento que comungaram do ressentimento das pessoas, resistindo à presença portuguesa no Brasil. Este antagonismo foi também fomentado por outros emigrantes doutras origens étnicas que descobriram a influência dos portugueses no mundo do negócio no Brasil, ameaça para seus próprios empreendimentos. Os brasileiros, não crentes no elemento português, desencorajaram relações mais chegadas. O receio dos omnipresentes maganos da era colonial ainda preocupava as pessoas. Esta dura hostilidade levou à rejeição do Tratado de 1836 pelo Parlamento Brasileiro.

A declaração de perpétua aliança, exposta no tratado de 1825, se bem que ainda válida, entraria em breve na linguagem meramente oficial. Entretanto,

outra aproximação tomava forma com a crescente emigração portuguesa. Com a abolição do comércio de escravos em 1850, todos os emigrantes eram necessários para preencherem a falta de mão-de-obra. De acordo com as estatísticas elaboradas por Oliveira Martins, a emigração portuguesa aumentou bastante entre 1850 e 1880<sup>3</sup>. Em 1888, o número de emigrantes portugueses entrados no Brasil chegou a 23000, excluindo a activa emigração clandestina. Já perto do fim do Império, os portugueses no Brasil emergiam como uns dos mais zelosos proponentes do Luso-Brasilianismo cultural. O seu monopólio do comércio varejista em todo o Brasil facultou-lhes a promoção de actividades, as quais disseminaram a cultura portuguesa dentro do Brasil. Organizações filantrópicas, serviços médicos, instituições de caridade, clubes sociais e facilidades educativas fazem parte da herança legada por estes portugueses que se estabeleceram no Brasil. Como o brasileiro Pedro Ferreira da Silva diz em *Assistência Social dos Portugueses no Brasil* (São Paulo, 1966), estes serviços, inicialmente destinados à protecção dos portugueses no Brasil, abrangeram logo os brasileiros. Hoje, muitas dessas organizações colaboram com o governo brasileiro no seu programa de serviço público.

Uma das maiores contribuições desses portugueses foi a criação em 1837 do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Organização privada, o Gabinete é subsidiado primariamente por contribuições individuais. Além de assistência financeira a estudantes, o Gabinete criou um ambiente intelectual luso-brasileiro para a troca de ideias na forma de conferências públicas de cursos. Pouco depois de 1837, outras filiais deste Gabinete foram fundadas em várias cidades, continuando ainda hoje a desempenhar papel activo na sociedade brasileira. A partir desta instituição, outras associações culturais e sociais de orientação portuguesa surgiram. Mas por qualquer razão, os brasileiros suspeitavam destas organizações, e em geral eram pouco amistosos para com os portugueses.

Esta falta de confiança e hostilidade foi manifesta num incidente denominado, a Guerra dos Chouriços, ocorrida entre 1852 e 1853 (ver figura I). Tal acontecimento é de singular importância, pois que levou ao corte de relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, temporariamente suspensas numa altura em que as duas nações eram governadas por dois irmãos nascidos no Brasil (D. Pedro II do Brasil e D. Maria II de Portugal).

Durante este período, o partido liberal no Brasil era encabeçado pelos *praieiros* de Pernambuco, os quais aguerridamente se opunham à influência portuguesa e a seu monopólio retalhista. R. Magalhães Júnior no seu *O Império em Chinelo* descreve como a atmosfera antiportuguesa era reflectida em insultos como *galego* e *marinheiro* que apareciam nos jornais locais<sup>4</sup>. Esta incompatibilidade cresceu com o insucesso da nacionalização do negócio

retalhista. A juntar a esta situação, apareceu a declaração do Ministro Brasileiro em Lisboa, que circulou no Rio em Julho de 1852, declarando que alguns dos chouriços portugueses exportados para o Brasil eram de fabrico falsificado. Alegou-se que, conjuntamente com carne de porco, outras carnes, como de cão, gato e até mesmo humana, eram utilizadas na fabricação de tais chouriços. Isto naturalmente provocou violenta reacção nos dois lados do Atlântico e ainda maior hostilidade recaiu sobre os portugueses no Brasil. Portugal considerou isto um insulto ao seu orgulho nacional, mandando, por sua vez, apresentar desculpas. Quando instado a expôr as suas acusações, o Ministro Brasileiro falou em dinheiro falso e chouriço falso... Sustentou que o Brasil tinha sido inundado com dinheiro falsificado, exportado pelos portugueses. Tornou-se evidente, à medida que a polémica continuava nos jornais, que o Ministro Brasileiro estava a usar os chouriços com a intenção de chamar a atenção do governo português para o volume de notas falsas que entraram no país. Quando o pedido português de demissão do Ministro Brasileiro foi recusado, Portugal resolveu suspender as suas relações diplomáticas com o Brasil. Isto ocorreu a 7 de Janeiro de 1853. O episódio depressa foi esquecido e as relações diplomáticas foram reatadas. Mas a Guerra dos Chouriços foi mais outro irritante acontecimento na história das relações luso-brasileiras.

Como se disse atrás, uma vez que o Brasil necessitava de mais mão-de-obra, abriu também as portas a emigrantes doutras nacionalidades, os quais eventualmente se tornaram ameaça para a dominação económica portuguesa. Por exemplo, durante os anos de 1870, a imigração italiana para o Brasil ultrapassou a portuguesa<sup>5</sup>. Como resultado, esses italianos começaram a competir com os portugueses, quanto a mão-de-obra. Quando as notícias desta situação chegaram a Portugal, homens como Oliveira Martins e Alexandre Herculano advogaram o aumento da emigração portuguesa para o Brasil já que, além do seu comércio com o Brasil, Portugal dependia das receitas chegadas através da classe de portugueses *brasileiros* que regressavam à sua pátria.

Alexandre Herculano, numa carta datada de 1874 para a Sociedade Real de Agricultura de Lisboa, encorajou maior volume de emigração, dizendo: «...tenho ouvido calcular a pessoas que reputo competentes o valor médio anual dos ingressos monetários, que nos traz o refluxo da emigração portuguesa na América em mais de 3,000,000\$00»<sup>6</sup>. Era portanto lucrativo e vantajoso para Portugal apertar os laços de amizade com o Brasil. Note-se, por outro lado, que tais laços foram relegados para o plano comercial e predominantemente para as relações entre os emigrantes portugueses e os

brasileiros. O clamor de «perpétua aliança» deixou de ser proferido pelos oficiais dos respectivos governos.

Embora o comércio entre os dois países tenha sido ampliado durante o terceiro quarto do século, começou a declinar depois de 1870. Estatísticas revelam que em 1872 apenas 85 barcos portugueses entraram em Recife, capital do açúcar, ao passo que os ingleses fizeram aportar nada menos que 331<sup>7</sup>. Mariano Pina, no seu estudo de economia luso-brasileiro, *Portugal e Brazil* (Lisboa, 1896), lamenta de declínio gradual do comércio entre os dois países durante o último quarto do século. Ele acusa a monarquia portuguesa do descuido de não dar mais consideração ao Brasil e também alude ao número de barcos portugueses saídos com destino ao Brasil, chamando a atenção para o facto de não existir uma companhia nacional portuguesa de navegação com rotas directas para aquele país. Ainda segundo Pina, a maior parte dos emigrantes portugueses tinha de viajar em barcos estrangeiros, se queriam ir para o Brasil. A França, a Inglaterra, a Alemanha e a Itália, tinham duas linhas cada, com rotas regulares para o Brasil, subsidiadas pelos respectivos governos.

Pina deixa transparecer seu pesar pelo gradual enfraquecimento não só do comércio, mas também das relações culturais. Afirma que poucos brasileiros frequentavam a prestigiosa Universidade de Coimbra, preferindo outras universidades europeias que eles consideravam mais progressistas. Declara ainda estarem os intelectuais portugueses demasiado absortos nos problemas internos do seu país e, por conseguinte, um tanto indiferentes à situação internacional. Portugal estava experimentando o *mal-de-siècle* oitocentista, desilusão emanada da sua perda do Brasil e dos crónicos problemas da monarquia, os quais esgotaram a energia da nação. A bomba final estava para rebentar em 1890, quando a Inglaterra veio com um ultimato, ordenando aos portugueses que saíssem da área que ligava as suas maiores colónias africanas –Angola e Moçambique. Aos olhos dos portugueses, o seu grande império territorial do século XVI ia-se aos poucos desintegrando. A sua preocupação com o passado, conjuntamente a outros problemas, resultou no temporário abandono da sua ex-colónia pelo governo. Havia porém um elo de ligação entre os dois países – era a continuação da emigração portuguesa.

A unidade cultural luso-brasileira, iniciada com entusiásticas declarações oficiais, como o Tratado de 1825, esmoreceu durante quase todo o século XIX. Por outro lado, o Luso-Brasileirismo, via emigração portuguesa, continuou a produzir alguns progressos. Os portugueses já estabelecidos no Brasil esforçaram-se por contribuir com mais do que simples participação na economia local. Organizações sociais e culturais, tais como as atrás

mencionadas, foram criadas para alterar a imagem do ambicioso e simplório emigrante português. Ocorrências, como a celebração em 1880 do Terceiro Centenário da morte de Camões, foram arquitectadas para elevar a cultura portuguesa perante os olhos dos brasileiros, na esperança de desarraigar a imagem tão honesta e pesadamente expressa por um português: «Somos sempre o materialismo»<sup>8</sup>. O Gabinete Português de Cultura, em diversas cidades brasileiras, realizou elaboradas festividades para a celebração do Centenário de Camões, no qual, brasileiros, como Joaquim Nabuco, voluntariamente participaram. Este acontecimento não foi porém Luso-Brasilianismo, com seu desejo de unidade, ou seu conceito de comunidade. A celebração passou simplesmente como uma expressão de cooperação portuguesa e brasileira.

Havia, além disso, um número elevado de oponentes à ideia de unidade luso-brasileira, tanto entre portugueses quanto entre brasileiros. O médico e humanista português Dr. Figueiredo Magalhães, que residiu no Brasil na qualidade de Director do Hospital Português no Rio, possuía fortes sentimentos nacionalistas. Os seus comentários durante o Centenário de Camões foram nestes termos: «Desde que o Brasil cortou o cordão umbilical que o prendia à placenta da metrópole, a continuidade de todo interrompeu-se, e o comunismo dos dois seres acabou na vida orgânica»<sup>9</sup>. Ou então esta altiva exclamação: «Então Portugal foi metrópole, o Brasil foi colónia, Portugal descobre e desbrava, dá à luz e cria o Brasil, e fica o ascendente irmão do descendente? Que diabo de trapalhada de parentesco é esta?»<sup>10</sup>. Estas são as palavras dum arrogante Velho Mundo a respeito do Novo. O Brasil continuava sendo a colónia para muitos portugueses. Para usar um velho cliché, o Brasil não era tomado seriamente pelos portugueses. Não tinha ganho ainda suficiente prestígio aos olhos da mãe-pátria.

Enquanto a celebração de 1880 serviu como propaganda para o nacionalismo português, pode-se dizer ter tido algum efeito sobre o Luso-Brasilianismo. Resultante das festividades, apareceram publicações luso-brasileiras, como *O Centenário de Camões no Brasil* por Reinaldo Carlos Montoró (Rio de Janeiro, 1880). Pouco depois, revistas apareciam com colaboração de escritores de Portugal, Brasil e França. *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil*, fundada em Paris em 1884, é um exemplo dum periódico destinado a um público leitor luso-brasileiro. Tais revistas concentravam-se na cultura e literatura portuguesa e francesa, mas mesmo assim admitiam a existência das letras brasileiras.

As relações entre Portugal e o Brasil nos campos político, económico e social foram estudadas aqui com o fim de apresentar a evolução do Luso-

Brasileirismo. É preciso agora estudar a literatura onde se revelam atitudes e imagens, em vez de declarações vazias e falsas intenções.

#### ALMEIDA GARRETT E O BRASIL LIBERTO

Almeida Garrett (1799-1854), poeta, dramaturgo e romancista, a quem é atribuída a introdução do romantismo em Portugal, foi o primeiro português do século XIX a considerar o Brasil digno de tratamento literário, e também o primeiro a dedicar parte das suas obras ao novo país independente. O interesse de Garrett pelo Brasil teria realmente começado antes de 1822, quando, ainda jovem estudante em Coimbra, ele e seus conhecidos brasileiros, inspirados pelas ideias liberais que depressa se espalharam em Portugal, dramática mas sinceramente participavam nessas organizações secretas, denunciadores do regime absolutista e inspiradoras da Revolução de 1820. Embora fosse partidário do Liberalismo, a filosofia política de Garrett defendia uma monarquia democrática, moderada por uma constituição. Ele não teria aceitado uma forma republicana de governo. Durante esses anos de camaradagem e agitação política, Garrett adquiriu consideráveis conhecimentos sobre o Brasil e os brasileiros. Este interesse pelo Brasil, associado à atmosfera política da altura, deu como fruto a ode intitulada *O Brasil Liberto*. Escrito em Coimbra em Janeiro de 1821, este poema iria fazer parte de *A Lógica de João Mínimo* (1829), colecção de trabalhos da interessante juventude de Garrett. Influenciado pela filosofia de Rousseau – o homem é livre por natureza, mas a sociedade corrompe-o e eventualmente condu-lo à desigualdade e despotismo –, Garrett, avesso a todas as formas de opressão, aspirava ao que não fosse corrompido pelas cobiçosas mãos do homem civilizado. Devido à sua sensível visão da natureza, pregada por Rousseau como a personificação do estado puro, e notória nos trabalhos de Chateaubriand, Garrett virou-se para o Brasil.

Assim como condena os grandes impérios da Antiguidade e descreve a infernal queda dos seus líderes, Garrett em *O Brasil Liberto*, duvida da existência de virtude, razão e liberdade, ao ver os crimes perpetrados pelos antepassados, transplantados para as costas americanas. Falando de Cabral e Colombo, o poeta pergunta: «Que quereis dessas terras inocentes? / – Ouro! – Responde a sórdida / Cobiça do homem. – Ouro! – Ah fome indigna»<sup>11</sup>. E vai mais longe. Acusa Portugal de explorar as riquezas naturais do Brasil. Usando o entusiástico tom típico da ode, lamenta a violação das virgens terras do Novo Mundo pelos vorazes europeus, e enfaticamente declara que a oprimida natureza irá ser vingada por homens como Washington e Franklin. Usando

metaforicamente a pureza do lírio, o poeta faz notar que justiça e liberdade hão-de ser restauradas através da nova onda de liberalismo que surgia: «Volta reflorecido, e já viceja / Com prolífico pólen / Doutra mais pura flor, doutra mais cândida, / Que é a flor de liberdade» (11.81-84). Garrett, o idealista, assegura que o Brasil irá compartilhar da nova liberdade, na qual Portugal em breve estará envolvido. Ele profetiza que, gozando de igualdade, Brasil e Portugal viverão conjuntamente como irmãos. Este poema foi escrito num período em que os liberais portugueses tinham esperança no reconhecimento do Brasil por Portugal, como importante e integral parte do império. Pensavam que assim repudiariam as ideias da independência e pôs-se-iam ao lado da mãe-pátria. Se bem que Garrett tivesse esperança em tais acontecimentos, nem uma vez sequer permitiu que o seu portuguesismo nublasse a sua filosofia política, realçada pelo encorajamento à independência brasileira:

Mas, se em má hora um dia  
(Longe vá negro agouro!) dessa escura  
Caverna onde o prendemos,  
Ressurgir férreo o despotismo ao trono,  
Então hasteai ousados  
Os pendões da sincera independência.  
Sim, da paterna casa  
Salvai vos as relíquias, os tesouros,  
Antes que os roube o monstro. (11.112-120)

Podíamos atribuir este efusivo liberalismo à impetuosidade da juventude. Estaríamos errados no caso de Almeida Garrett. A sua satisfação com a independência brasileira, nunca o fez vacilar ou contradizer-se nos seus escritos.

Afastado dos seus amigos brasileiros do tempo de Coimbra, Garrett enamorou-se do Brasil através dos trabalhos dum grupo de poetas de Minas Gerais. O seu interesse por esta literatura brasileira é revelado no «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa», aparecido no «*Parnaso Lusitano*» (Paris, 1826). Depois de se ter exilado voluntariamente por razões políticas em 1823, Garrett regressou, após ter visitado Inglaterra e França, e vinha imbuído do espírito romântico. *Le sentiment de la nature* e *Le vague des passions*, encontrados nos trabalhos de Chateaubriand e Lamartine, influenciá-lo-iam, especialmente porque os escritores portugueses como ele ainda estavam brincando com a bucólica literatura da Arcádia. Este importante romantismo aparece nos seus famosos poemas *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826). A sua sensibilidade perante a natureza revelar-se-ia no *milieu* brasileiro. Em

«*Bosquejo*», enquanto criticava a influência europeia em Santa Rita Durão, classificando-a como factor que atrofia a originalidade poética, Garrett sublinha porém: «...mas onde o poeta se contentou com a natureza e com a simples expressão da verdade, há oitavas belíssimas, ainda sublimes»<sup>12</sup>. No caso do Brasil, o tema da Natureza como reflexo do espírito nacional é reiterado quando Garrett elogia Gonzaga e o sucesso público da sua *Marília de Dirceu*:

Explico-me: quizera eu que em vez de nos debuxar no Brazil scenas da Arcadia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as côres do paiz onde os situou. Oh' e quanto não perdeu a poesia n'esse fatal êrro! se essa amavel, se essa ingenua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e em quanto lhe revoavam entôrno o cardeal soberbo com a purpura dos reis, o sabiá terno e melodioso – ... ella se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda...<sup>13</sup>

O nosso interesse aqui não recai no argumento de Marília poder ter sido mais evocativa se rodeada de palmeiras; somos mais despertados pelo genuíno interesse de Garrett em ver o Brasil nacionalmente identificado, já que se tornara independente. Numa palavra, Garrett estava sugerindo que o Brasil sublinhasse as suas qualidades tropicais e exóticas.

Além de manter regular correspondência com muitos brasileiros, Garrett encorajou as suas amizades e recebeu-as nas respectivas visitas a Portugal. Um dos seus amigos mais chegados foi o pintor brasileiro, Porto Alegre, que falou de Garrett e dos desejos deste em representar Portugal no Brasil:

O Visconde de Almeida Garrett, o que mais ambicionou em sua vida foi o lugar de representante de Portugal no Império do Brasil, e tal era a vontade, que tinha de ver esta bela natureza, e de abraçar os seus mais íntimos amigos do tempo da Universidade, que me mostrou o começo de um romance brasileiro, no qual descrevia muitas das nossas plantas pelo que havia observado na Madeira à luz do sol e em outros lugares, nas estufas dos jardins botânicos<sup>14</sup>.

Sem nunca ter ido ao Brasil, Garrett falou do exótico país em duas novelas inacabadas. A novela a que Porto Alegre se refere atrás, é *Komuraby*. Este trabalho foi escrito provavelmente entre 1828 e 1833, vindo apenas a ser publicado em 1956, uma vez que existiam só dezasseis páginas do original manuscrito agora na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Havendo apenas uma mão cheia de páginas deste trabalho, é difícil avaliar seus méritos como

novela; de qualquer modo, nessas poucas páginas o leitor pode detectar a atracção de Garrett pelo Brasil e o seu interesse pelos Ameríndios. O parágrafo de abertura revela o estafado tema da Natureza vs. Civilização: «O europeu não conhece a natureza:... Florestas do Novo Mundo! Solidões magníficas, onde a voz do *homem corrompido* não quebrou ainda o silêncio augusto do deserto»<sup>15</sup>. O constante uso deste tema é eclipsado aqui pelo excepcional facto de o poeta abertamente culpabilizar os portugueses pelo tardio progresso económico do Brasil: «...colonos só diligentes em explorar as entranhas da terra por haver o fatal abandono tão longos anos retardou a prosperidade da América meridional... »<sup>16</sup>. Esta crítica aos portugueses não é de modo algum indicativa de perda de patriotismo por parte de Garrett. Pelo contrário, seu amor a Portugal e seu orgulho nacional ecoam ao longo da maior parte das suas produções literárias. Não obstante, Garrett nunca deixou de se preocupar com a cena brasileira. Ele demonstra no seu inacabado *Komuraby*, através do título ameríndio e a descrição da Natureza, a sua busca pelo que era puramente brasileiro e inviolável pela civilização. Na sua obra a exaltação da bananeira, do grasnar dos papagaios, do grito dos macacos revela a sua alma romântica e a atracção pela exótica natureza do Brasil.

Embora nunca tenha sido afectado pelo *mal-de-siècle* dum Musset ou do efusivo romantismo dum Camilo, Garrett foi claramente seduzido pelo estranho e pelo maravilhoso. Ambos apelavam à sua imaginação, sensibilidade e sentimento de drama.

Antes de analisar a outra novela brasileira de Garrett e a sua posição na história do Luso-Brasileirismo, deve mencionar-se primeiro sua discussão do Brasil em *Portugal na Balança da Europa* (1830), inspirado na Revolução Francesa de 1830. Em vários capítulos concisos mas directos, Garrett descreve a colonização portuguesa no Brasil até 1822, e também nos dá uma panorâmica da nova nação depois da independência. Como em *Komuraby*, ele coloca sobre os portugueses a responsabilidade pelo atraso económico do Brasil e vai mais além, atribuindo a falta de educação no Brasil ao «voraz e opressivo» domínio dos portugueses. Esta atitude coincide com seu ódio pelas consequências dum regime absolutista. Garrett calorosamente lança sua opinião, denunciando o tratado de 1825 que, segundo ele, irá prejudicar o Brasil. Recorde-se que o liberalismo, pelo qual Garrett lutou, encontrou fortes obstáculos, como a queda da Constituição Portuguesa em 1822 e a reacção absolutista de D. Miguel em 1823. Na altura do Tratado, Garrett encontrava-se no exílio, imaginando o retorno da «água imperial» e a recaptura do ingénio Brasil.

Enquanto condenava as barbaridades dos ingleses nas demandas de lucros económicos à custa de Portugal, assim como do Brasil, Garrett afirma:

Falou em congregar as duas nações, mas na realidade estipulou só títulos ociosos e palavras vãs entre pai e filho: e então apareceu esse ridículo tratado, vil concordata do despotismo, que aquinhoa e reparte nações como rebanhos, mercadeja de homens como de rezes em feira<sup>17</sup>.

Minimizando o valor deste tratado, Garrett quer dizer que o reconhecimento europeu do novo estado americano apenas conduzia ao colonialismo numa forma ou outra. Sarcasticamente escreveu:

Eis aí os governos europeus apressados a reconhecer novo Estado americano, e a acolher seus embaixadores! Com que amizade os festejam!

Mas ah! de quão triste agouro são para a liberdade e independência americana essas festas e amizades da política europeia!<sup>18</sup>

É curioso que, mais adiante, num capítulo dedicado ao Brasil monárquico, o anti-republicano mas profético Garrett compara o Brasil com as nações hispano-americanas:

O Brasil adoptou, mau grado seu, as formas monárquicas: queria ser republicano como seus vizinhos. Se-lo-á ainda talvez. Se o fosse agora, padeceria como eles.

Não tarda que os interesses desta jovem nação americana se não venham ligar de mais perto, entrelaçar mais com os nossos<sup>19</sup>.

Louvado o Brasil pela sua monarquia constitucional, Garrett entende que as duas nações, uma vez adoptada a Constituição Portuguesa, irão compartilhar interesses similares, e irão provavelmente aproximar-se. Consequentemente, embora Garrett advogasse a independência brasileira, não resistia à implicação de que as duas nações poderiam caminhar juntas. Talvez estivesse expressando a comunhão luso-brasileira de alma.

Após o sucesso político dos liberais portugueses, o exilado Garrett regressou a Portugal em 1836. Na altura foi-lhe dada a posição de Inspector do Teatro Nacional. Este posto, conjuntamente com seus trabalhos teatrais, ocupava-lhe quase todo o tempo. O Brasil não é incluído nos seus escritos desse período; é contudo aparente que continuava fascinado por ele, pois em 1845 escreveu um trabalho crítico sobre os *lisboetas*, aparecido no jornal *A Ilustração* sob o pseudónimo brasileiro Jacaré Paguá. É porém, com a sua segunda novela inacabada, *Helena*, escrita em 1853, e publicada postumamente em 1871, que o amor de Garrett pela América, sua filosofia política, seu

sentido do exótico e sua verve romântica convergem para nos oferecerem sua verdadeira imagem do Brasil.

Em *Helena*, o elemento exótico é predominante. Longas descrições da beleza da floresta, a vegetação sem par e os pássaros exóticos como o sabiá, o tucano e o papagaio, todos estão incluídos na imagem do Brasil criada por Garrett, uma terra virgem intocada pelas corruptas forças da civilização. A história passa-se no Brasil nos anos de 1830 e envolve uma família brasileira cujo chefe nascera em Portugal. Enquanto o negro, o branco nativo e os ameríndios são definidos como verdadeiros brasileiros, os portugueses são estranhamente descritos como estrangeiros. Assim, o brasileiro é mostrado em franca oposição ao português.

O Negro, Spiridião Cassiano de Mello i Mattoso, veste-se como um mordomo inglês e serve à mesa do senhor português. Spiridião, cujo cabelo é mesclado de branco, fala com sotaque brasileiro, descrito por Garrett em toscas fonéticas: «Na carta diz, si fá favô di lê. E eu pede licença a Générá para lembrar êri que fassi tâde, pa nao chigá muito di noite; rio tem pouca água»<sup>20</sup>. Na descrição deste criado negro, Garrett parece estar a zombar dos brasileiros que tentam imitar as maneiras, modo de vestir e costumes do Velho Mundo. Neste caso, a culpa recai sobre o senhor português, que exige que os criados usem este tipo de vestimentas. O engraçado é que nenhum modo de vestir pode mascarar o facto de Spiridião ser brasileiro, pois assim que abre a boca, denuncia sua verdadeira natureza. Garrett acentua o Brasileirismo de Spiridião com a narrativa da viagem deste à Paris «civilizada», onde adoeceu, tendo de regressar ao Brasil imediatamente para poder sobreviver.

O impacto do «retorno à natureza» de Rousseau reaparece na filosofia de Garrett nesta novela. E a sua declaração, no capítulo IV, narrando o caminhar dum personagem na floresta brasileira, deve ser levada em consideração: «Todos os sinais da civilização, ou – como diria um discípulo de João Jacques – da devastação do homem social, iam desaparecendo a mais e mais»<sup>21</sup>. Esta filosofia é aplicada a todo o momento no enredo desta novela.

De acordo com as suas próprias palavras, o Visconde, patriarca português de *Helena*, tinha emigrado para o Brasil devido à situação política em Portugal, ao qual faz votos de não mais voltar. Apesar da sua permanente residência no Brasil, nunca se sente completamente em casa. Quando lamenta o seu fado, exclama teatralmente: «Morrerei sem a tornar a ver, a minha terra! morrerei desconsolado e antes do meu tempo talvez! Os meus ossos aqui ficarão no exílio...»<sup>22</sup>. Além da vontade de voltar à terra natal, comum desejo da maior parte dos emigrantes portugueses, o Visconde irreflectidamente refere-se ao Brasil como um exílio. Porquanto seja natural o sentir-se inconfortável num meio estrangeiro, o Brasil aos olhos dos portugueses era

ainda considerado a terra do exílio, tal qual era durante o período colonial. Depois de se sentir ofendida por aquele desabafo do pai, a jovem Isabel ouviu-o desdizer as suas ásperas mas espontâneas palavras: «...é feia ingratidão chamar exílio a tua terra, a da tua boa mãe»<sup>23</sup>.

O Visconde Português é descrito como possuidor duma mentalidade completamente europeia, agravada pelo preconceito racial perante os negros e índios. Por sua vez, ele não é do agrado de Frei João Índio, um ameríndio educado no seminário da Bahia. Frei João Índio abertamente declara a sua aversão aos portugueses, que assim considera: «...esses estrangeiros cobiçosos e egoístas, que não vêm cá senão para zombar»<sup>24</sup>. É por Frei João que se aprendem as verdadeiras circunstâncias da viagem do Visconde até ao Brasil. Este refere-se ao Visconde, chamando-o de *aventureiro do reino velho*, ido para o Brasil na mira de riqueza, e não por razões políticas. De novo temos a imagem do ávido reinol, explorando a colónia. Esta imagem pejorativa dos portugueses torna-se mais interessante, por ser descrita por um autor português. Deve acrescentar-se que nesta novela o antagonismo entre portugueses e brasileiros é mais de natureza racial. O branco brasileiro de nascença e o português vivem em relativa harmonia, mas há uma clara antipatia aos portugueses pelo elemento índio. A apresentação pelo autor deste problema foi indubitavelmente consequência da leitura de poemas como *Caramurú* e *Uruguay*. É evidente ter sido esta leitura que o inspirou a escrever *Helena*. Aludindo às mais negras horas da história dos índios brasileiros, Frei João lamenta e pondera: «duas grandes calamidades da sua história: a descoberta do Brasil pelos portugueses e a expulsão dos Jesuítas»<sup>25</sup>. São estes eventos os centrais temas em *Caramurú* e *Uruguay*.

Consequentemente, apesar do amor de Garrett pelo Brasil, de seu interesse nele e de seus conhecidos brasileiros, o leitor tem a impressão que o novelista tinha uma imagem livresca do Brasil, onde os índios sonhavam com raparigas brancas, destinadas apenas ao português nobre, e onde a ameaça do mundo civilizado pairava sobre a exótica e virgem terra. A inclusão do Brasil nas páginas de Almeida Garrett ainda assim é significativa, já que nos dá uma ideia da forma como o Brasil permanecia aos olhos dos portugueses<sup>26</sup>. Não é surpresa este interesse pelo Brasil, pois que Garrett escreveu na altura em que a colónia estava lutando pela independência e procurando alguma identidade e reconhecimento. É claro que a disposição romântica de Garrett e a sua filosofia, conjuntamente com a revolução política brasileira, foram responsáveis pela atenção que presta à antiga colónia. Almeida Garrett continuaria interessado pelo Brasil até sua morte, e o seu caso é singular porque não houve autores portugueses da sua estatura, antes da década de 1850, que tenham usado o Brasil num trabalho de ficção.

O interesse português pelo Brasil, como se disse atrás, era predominantemente no domínio do comércio e da emigração. Ocasionalmente uma importante figura literária portuguesa devotava alguma atenção ao Brasil, mas isto era frequentemente o resultado do público leitor que o autor tinha ganhado lá. Foi o caso de António Feliciano de Castilho, o poeta romântico português cego que fez uma viagem ao Brasil, sem sucesso, em 1851, com o propósito de fazer publicidade do seu *Método Português Castilho*. Curiosamente, vários dos trabalhos poéticos e históricos de Castilho foram reeditados no Brasil. Mas o Brasil em si não mereceu grande atenção da parte de literários portugueses até às novelas de Camilo. Uma excepção deve ser feita, trata-se de Alexandre Herculano, autor de «Futuro Litterario de Portugal e do Brasil», aparecido primeiramente na *Revista Universal Lisbonense*, de 1847, e mais tarde na 3ª edição de *Cantos* (Leipzig, 1857), escrito pelo poeta brasileiro, Gonçalves Dias. Este artigo louva a poesia de Gonçalves Dias e o progresso literário brasileiro. O historiador português refere-se ao Brasil como: «o mercado principal do pouco que entre nós se imprime»<sup>27</sup>. Procedendo assim, ele atesta a popularidade da literatura portuguesa no Brasil. Para além dessas palavras, Herculano não manifestou grande interesse pelo Brasil em qualquer dos seus outros trabalhos literários.

Imagens do Brasil e dos brasileiros saltam constantemente aos olhos do leitor no volumoso trabalho de Camilo Castelo Branco (1825-1890). Este prolífico novelista e inveterado Don Juan decidiu em 1855, num período de angústia amorosa, ir para o Brasil e começar nova vida. Esta decisão permitiu-lhe ser nomeado adido honorário na delegacia portuguesa do Rio. Alterou porém os planos e foi para o norte de Portugal, onde havia uma forte corrente de emigração para o Brasil. No ano seguinte publicou a novela *A Neta do Arvediago*, na qual uma sensual mulata brasileira, vivendo em Portugal, dá à luz um filho dum nobre português. O filho, devido às origens da mãe, torna-se um jovem esbanjador e causador de infortúnio de muitas jovens. Esta novela é um dos primeiros exemplos do uso por Camilo da mulher brasileira, como personagem da sua ficção, e é interessante notar que é o filho desta o causador de toda a tragédia no livro. Repetidas vezes o jovem é tratado apenas como o 'filho da mulata'.

Desde então Camilo usou frequentemente nas suas novelas emigrantes portugueses, regressados do Brasil, subsequentemente chamados de *brasileiros* pelos habitantes das suas vilas ou aldeias. Esses *brasileiros* desempenhariam um papel mais activo nos seus trabalhos posteriores, começando com *Os Brillhantes*

*do Brasileiro* (1869), seguido de *Eusébio Macário*, publicado primeiramente em *História e Sentimentalismo* (1870), *A Corja* (1880), e *A Brasileira de Prazins* (1882).

Nas primeiras melodramáticas e românticas novelas de Camilo, essas figuras impulsionam a acção e são mostradas como exemplo das riquezas ganhas no Brasil. Os portugueses *brasileiros* são descritos como truões materialistas, gordos e burgueses, em evidente contraste com os jovens idealistas portugueses, desafiando tudo e todas para o campo amoroso. Os *brasileiros* são desdenhados e ridicularizados pelo ultra-romântico, antiburguês e satírico Camilo, por serem contrários ao ideal romântico. Eis porque eles, seu mundo e contactos com o Brasil são descritos pejorativamente. Através de tais personagens, o Brasil entra indirectamente nas primeiras novelas românticas de Camilo.

Quando o Imperador do Brasil visitou pela primeira vez Portugal em 1871, não foi favoravelmente recebido por muitos jovens intelectuais portugueses. Além disso, Camilo em certas ocasiões teve que defender o Imperador das observações depreciativas de Eça de Queirós. Esta lealdade a D. Pedro adveio da visita do Imperador à casa de Camilo. É curioso, mas é precisamente a partir desta altura que o Brasil, pseudobrasileiro, e verdadeiros brasileiros começam a aparecer frequentemente nas novelas de Camilo. Este, de regresso ao norte de Portugal, aí começou a escrever sobre as intrigas amorosas da gente Minhota, muitos deles emigrantes de regresso às suas terras com intenções de comprarem noiva e conseguirem reputação, adquirindo também títulos de nobreza e medalhas. De facto, existem aqui poucas alusões a brasileiros nativos. Comentários sobre o Brasil e brasileiros encontram-se nesses romances, mas sempre relacionados com os portugueses brasileiros, os quais são vistos depreciativamente pelos camponeses. Os melhores exemplos do que se acabou de dizer encontram-se em *Eusébio Macário* e *A Corja*.

Esses dois romances, escritos sob a influência da escola realista dos anos 70, são menos românticos. Neles Camilo preocupou-se em dar uma pintura exacta da vida no norte de Portugal, Minho e Trás-os-Montes, onde estava chegando um cheirinho do Brasil, via portugueses brasileiros. Mas apesar dos elementos realistas desses romances, e o seu tom irónico, o Brasil continua a ser descrito como a terra exótica de papagaios e bananas, e o El Dorado para todos os emigrantes. De vez em quando, o narrador nos dá uma amostra dos primeiros tempos da vida desses emigrantes quando chegaram ao Brasil. Curiosamente, há duas imagens constantes nesses trabalhos: o emigrante português ganhando dinheiro no Brasil, e o emigrante *brasileiro* regressado a Portugal, exemplificado nestas palavras de *Eusébio Macário*: «Tinha engordado aos vinte e cinco anos, na pacatez das roças, embalado em redes debaixo das mangueiras»<sup>28</sup>. Esta imagem da vida indolente no Brasil, um paraíso onde se

pode enriquecer, aparece constantemente nas últimas novelas de Camilo e deixa sarcasticamente o leitor com a impressão de que o Brasil é a proverbial terra de leite e mel.

Podemos também ver o Brasil através dos olhos dos aldeões, que se ressentem contra esses *torna-viagens* e tudo o que eles representam. Como muitos desses homens passaram a maior parte da sua juventude no Brasil, chegam a Portugal com sotaque brasileiro, o que é causa de muita mofa. De novo, a pronúncia é transcrita exagerando o sotaque brasileiro, à semelhança do que fizera Almeida Garrett. Desejoso de mostrar seu sucesso financeiro, esses retornados estabelecem-se ostentadamente na sua terra natal. Uma vez casados, constroem luxuosas casas, referidas por *casas-grandes*, ou seja, cópias das grandes casas das plantações de açúcar no Brasil. As suas esposas são caricaturadas por ocuparem seu tempo comendo doces e lendo novelas românticas francesas. Estas Madames Bovarys portuguesas exerciam uma influência negativa nas jovens das aldeias, com as quais vinham a ter contacto. Em *Eusébio Macário*, uma mulher, casada com um retornado, dono duma *casa grande* no Minho, apresenta esta literatura romântica à jovem Custódia que cometerá adultério, quando mais tarde casa com um *torna-viagem*.

Uma outra nota importante é o uso dos substantivos, verbos e os adjectivos, formados da palavras Brasil. O autor refere-se à maneira de falar, «brasilianizada» à «brasilineidade» desses homens e aos «brasilianismos», ou sejam, as suas acções e maneiras. Diz a certa altura o narrador: «Planos deshonestos, abrazilizados, tinham manchado a candura do commendador a respeito de Custódia»<sup>29</sup>. Tudo relacionado com o Brasil é, pois, descrito desfavoravelmente.

Este exemplo deixa-nos perante a imagem mais generalizada do Brasil nos romances portugueses dos fins do século XIX: um país sensual, onde a existência libertina é comum a todos. Em *A Corja*, deparamos com esta imagem: uma mulher nascida no Brasil, de nome Pascoela, casa com um português emigrante com o qual vai para Portugal, onde a sua vida é preenchida com festas e adultérios. Finalmente ela provoca a derrocada dum já dissipado homem português. Lemos que quando ele não está na companhia dela, sonha como poderia ser a sua vida com ela no Brasil:

Diziam-se frases cortadas de beijos, dum madrigalesco de bordel, em que a Pascoela se avantajava na graça muito gaiata de carioca, umas brasileirices inflamatórias que pareciam feitas de aromas de banana, trilos de sabiá e essência de môscas-verdes<sup>30</sup>.

Obviamente Camilo não podia resistir à tentação dum comentário satírico na narração. A justaposição do amor com o cheiro das bananas, ou

com a essência das moscas-verdes, sugere que aqui o narrador talvez não fosse completamente objectivo.

Como se vê pelo acima descrito, essas novelas satiricamente apresentam uma visão romantizada do Brasil. O sotaque, vocabulário e expressões brasileiras dão colorido à pintura, mas por outro lado criam a impressão de que a vida do Brasil é superficial e materialista. Para se avaliar a impressão do Brasil contida nessas novelas, é preciso ter em consideração a emigração portuguesa, porque foi através do *brasileiro* (i.e. o torna-viagem) que o português formou uma imagem do Brasil. Não obstante as referências ao Brasil e os contactos tidos por esses pseudobrasileiros com este país, a acção tem sempre lugar em Portugal com personagens predominantemente portuguesas. Exceptuando os exemplos acima citados, o Brasil e nativos brasileiros não recebem importância de primeiro plano. Eles exercem influência sobre as outras personagens, mas nunca são analisados detalhadamente.

Outra apresentação dum *brasileiro* português está retratada no romance *o Brasileiro Soares* (1886) de Luís de Magalhães. Trata-se de um torna-viagem do Minho que regressa à sua terra natal depois de ter enriquecido no Brasil. Em vez de encontrar a felicidade desejada durante tantos anos de luta, Soares torna-se vítima da corrupção e materialismo na sua aldeia. Em contraste com os livros previamente discutidos, a atitude perante este *brasileiro* é mais positiva. Segundo Clara Crabbé Rocha: «... O brasileiro de Luís de Magalhães singulariza-se por protagonizar uma relação dual homem rico/pobre homem, e aí começa o drama que o humaniza...»<sup>31</sup>.

A acção dos três primeiros capítulos passa-se no Brasil, mas aqui o Novo Mundo já não é um exótico paraíso, mas sim uma terra onde se pode enriquecer à custa de duro trabalho por longos anos. Escrito na altura em que os portugueses no Brasil enfrentavam a competição dos imigrantes italianos, este livro apresenta mais benevolmente o português *brasileiro* e o fenómeno da emigração. Na descrição da tragédia do emigrante português, Magalhães concentra-se na sórdida atmosfera, usualmente descrita nas novelas da Escola Naturalista. Temos, nesta obra, um trabalho matizado com o mórbido sentido da ruína de que seriam impregnados os romances de Zola. Mas não há descrição do Brasil. O narrador limita-se ao ambicioso mundo do emigrante português, lutando duramente por economas para o seu regresso.

Apesar da diferença de tratamento entre esta novela e as de Camilo, existem semelhanças: 1) a ausência de personagens principais que sejam brasileiros nativos; 2) a predominância de Portugal como cenário; 3) a presença do português *brasileiro*. As novelas citadas indicam que o interesse pelo Brasil da parte dos literatos portugueses assenta primeiramente nos

emigrantes portugueses regressados ricos da antiga colónia. A imagem desses imigrantes aparece na maior parte dos trabalhos desse período que tratam do Brasil. Apresentando uma observação semelhante, Andréa Rocha comenta:

Mas, nessa altura, poucos escritores atravessaram o Atlântico, e o retrato do 'brasileiro' teve de ser feito no Minho ou em Trás-os-Montes, com portugueses de torna-viagem /.../ É preciso esperar por outro século, e outras condições de vida, que permitam a simples emigrantes virem a ser grandes escritores, para que o mundo tropical seja traduzido novamente em carne e sangue<sup>32</sup>.

No seu estudo sobre o *brasileiro*, Guilhermino César ofereceu a mesma observação quanto ao tratamento desta figura: «A ficção portuguesa... Tem-se contentado, quase sem excepções, em retratar depreciativamente o «tipo» convencional do emigrante pobre que volta rico»<sup>33</sup>. A proliferação deste protótipo na literatura portuguesa oitocentista revela o nível de limitado conhecimento sobre o Brasil da parte dos escritores, e sugere que esteticamente o *brasileiro* serviu como elemento conveniente e apropriado para sua sátira literária, um fenómeno que também se manifestou na obra do ilustre romancista deste século — Eça de Queirós.

#### EÇA E O BRASIL

A maior figura literária portuguesa do século XIX, Eça de Queirós (1845-1900), involuntariamente desempenhou um papel importante no estudo do ressentimento existente entre portugueses e brasileiros. Enquanto Eça teve oportunidade de conhecer brasileiros durante os seus tempos de estudante em Coimbra, parece que a sua pouco amigável e tímida natureza o impediu de estabelecer qualquer amizade íntima com eles. O seu conhecimento e interesse pelo Brasil até 1871, quando concorreu à posição de cônsul de Portugal na Bahia, reduzem-se ao facto de ele pensar que a Bahia era em Pernambuco<sup>34</sup>. Ele solicitou o posto na Bahia porque era o único vago na altura, mas devido à sua participação nas controversas Conferências Democráticas e a sua assinatura num protesto contra o governo, o posto da Bahia foi-lhe recusado. Enquanto esta posição podia ter sido o maior elo de ligação ao Brasil por toda a sua vida, um outro evento em 1871 o levou temporariamente adentro da esfera luso-brasileira.

Coincidentemente, o Imperador D. Pedro do Brasil chegava a Lisboa, na sua primeira paragem numa grande viagem pela Europa, no mesmo dia em

que Eça dava a sua famosa preleção durante uma das Conferências Democráticas, exactamente a 12 de Junho de 1871. Nesta altura, Eça não comentou a chegada do Imperador, se bem que ela tivesse provocado acesas discussões na capital portuguesa devido às maneiras excêntricas do monarca. É natural que Eça estivesse bem a par das maneiras e hábitos de D. Pedro enquanto este se encontrava em Portugal, e estivesse ansioso por dar largas ao seu retórico mau humor sobre o monarca brasileiro. Mas só quando este voltou a Lisboa, em Fevereiro de 1872, após sua viagem pela Europa, é que Eça tomou da pena e escreveu algumas sátiras e alguns desdenhosos ensaios sobre o Imperador no periódico satírico *As Farpas*.

No primeiro ensaio ridiculariza as maneiras burguesas de D. Pedro. Aparentemente, o Imperador insistia em que o tratassem sem especial deferência, isto é, desejava ser tratado como um turista comum. Além disso, pedia que o chamassem de D. Pedro de Alcântara, especialmente por a sua viagem ser privada, e não uma visita oficial. Eça, tirando partido da bondade do monarca, sugere que já que muitos portugueses se referiam a ele como D. Pedro II, seria mais apropriado chamar-lhe «PST», para evitar confusões<sup>35</sup>. Isto estaria de acordo com a vontade do Imperador de ser tratado informalmente.

Noutro ensaio, Eça critica o hábito de D. Pedro se fazer acompanhar duma pequena mala, explicando ser a maneira incógnita de viajar do monarca. Mais adiante, Eça diz haver gente com curiosidade sobre o conteúdo da mala, aventando uns conter tesouros reais, talvez o ceptro, enquanto «outros, mais profundos, sustentam que dentro havia peúgas: outras, mais discretas affiançam que dentro não havia nada!»<sup>36</sup>. A sátira de Eça sobre a mala do Imperador Brasileiro inspirou o caricaturista Raphael Bordalo Pinheiro a incluir uma caricatura de D. Pedro com a sua mala no *Álbum das Glórias* (ver figura II). O desenho mostra o monarca pensando profundamente, com a mala meia aberta contendo uma capa real com as cores da bandeira brasileira. Além disso, a coroa real e o ceptro estão cuidadosamente arrumados sobre a cadeira ao lado do Imperador. A legenda *Já sei, já sei*, quer dizer que D. Pedro é o senhor-sabe-tudo.

O antimonárquico Eça, armado com as suas *Farpas*, atacou D. Pedro nalguns ensaios, provocando ira em muitos brasileiros, especialmente no Recife, entre aqueles já conhecidos pelos seus sentimentos antiportugueses. Diga-se que nesta altura (1872) editores e tipógrafos de Recife, vendo as lucrativas possibilidades das *Farpas*, lançaram sem autorização edições delas<sup>37</sup>. *As Farpas* tiveram maior sucesso no Brasil e até os brasileiros foram moderadamente tolerantes para com os sarcásticos ensaios de Eça sobre o seu Imperador. Os brasileiros simpatizantes duma forma republicana de governo

usaram as críticas a D. Pedro nas *Farpas* para expressarem a sua filosofia antimonárquica. Cessou porém o divertimento, quando uma sarcástica descrição do brasileiro sai na edição de Fevereiro de 1872. Eis como Eça começa: «Cada nação tem assim um personagem typico, creado para o riso público»<sup>38</sup>. De acordo com Eça, o brasileiro era o típico palhaço aos olhos dos portugueses. E Eça continua definindo a reputação do brasileiro em Portugal:

Nos lábios finos, a palavra Brasileiro, tornou-se um vitupério: *o sr. é um brasileiro!* A sua convivência é um descrédito plebeu: ninguém ousa ir para um hotel onde se alojam brasileiros e onde elles arrastam os seus sapatos de liga, falando baixo e solitários das coisas di lá: ninguém se *abrazileiralha* a ponto de frequentar os cafés onde elles num descambado somnolento, bocejam apoiados aos guarda sões...<sup>39</sup>

Era por conseguinte de mau gosto associar-se a um brasileiro. A palavra *brasileiro* tomou um significado pejorativo: se dirigida a alguém, implicava insulto. Numa outra passagem, Eça revela os seus preconceitos e ridiculariza os brasileiros: «se falla aquella estranha linguagem, que parece portuguez – com assucar, a hilaridade estorce-se»<sup>40</sup>.

Censurando os portugueses pelo tratamento hipócrita dos brasileiros, Eça candidamente revela a imagem popular dos brasileiros, assim expressa por seus compatriotas desse tempo:

E a prova é que tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inexgotável de facecia sobre o brasileiro – és no jornal, no discurso ou no sermão, inexaurível de glorificações ao Brasil. Em conversa é o *macaco*; no jornal é a *nação irmã!* Ah portugueses!<sup>41</sup>

Eça diz que os portugueses usavam um duplo critério vis-à-vis o brasileiro – socialmente entre amigos, os portugueses chamavam-lhe macaco, mas oficialmente, como em banquetes oficiais ou nos jornais referem-se a ele como seu irmão.

Os conhecimentos de Eça no tocante ao Brasil podiam ter sido deficientes na altura, mas de modo nenhum ignorava ele a reputação dos brasileiros em Portugal. Eça envolver-se-ia mais com o Brasil após a reacção brasileira à sua edição, a todos os títulos explosiva.

Pernambuco, área de sentimentos antiportugueses desde a Guerra dos Mascates de 1710-11, reagiu violentamente às *Farpas*, quando estas ali apareceram em Maio de 1872. Ataques aos portugueses e ao falecido D. João VI saíram nos jornais locais, despertando animosidades por parte dos brasileiros. Não tardou abundante aparecimento de livros e panfletos,

insultando Eça e as *Farpas*. O adormecido ressentimento do período colonial despertou em formas de resposta às *Farpas*. A mais bem sucedida resposta foi o panfleto semanário, *Os Farpões*, cuja primeira publicação data de Julho de 1872, pelo jornalista brasileiro, José Soares Pinto Correia<sup>42</sup>. Tendo Eça olhado para o brasileiro como alvo mais apropriado para a caricatura, era de esperar que *Os Farpões* comentasse similarmente os filhos de Luso. A respeito dos portugueses, *Os Farpões* replicou à letra, salientando a estupidez dos portugueses e as suas rudes maneiras. Essas observações eram sem dúvida fundamentadas naqueles portugueses, «burgueses incultos», que estavam arranjando fortuna no Brasil.

No seu fascinante estudo, *Eça, Agitador no Brasil*, Paulo Cavalcanti diz que em Pernambuco aquelas veementes polémicas criaram uma atmosfera de intolerância para com os portugueses. Enquanto o Recife era consideravelmente antiportuguês, Goiana, a segunda cidade mais importante em Pernambuco, era altamente oposta aos portugueses e seus negócios. As razões óbvias de tal antipatia adivinham das desmedidas ambições dos portugueses, monopolizando o comércio local à custa dos brasileiros natos. Assim a velha acusação de os portugueses serem exploradores encontrou terreno propício para germinar mais uma vez. Em Julho de 1872, o espírito nacionalista dos residentes de Goiana veio à tona, resultando na pilhagem de lojas portuguesas a agressões físicas aos seus proprietários. Os familiares insultos, *galego* e *marinheiro*, podiam ouvir-se na tensa atmosfera da cidade. A agitação continuou por vários dias, até uma força de polícia do Recife ser chamada para restaurar a ordem na cidade.

Se bem que esta explosão tenha sido provocada pelo ensaio de Eça nas *Farpas*, é difícil acreditar ter sido essa a única causa para tal estado de violência. Nem Eça podia acreditar que seus escritos, por si só, pudessem ocasionar fúria assim ardente. Existiam, é certo, em Pernambuco, sentimentos latentes de animosidade contra os portugueses, que tiveram escape através da reacção aos escritos de Eça. Num artigo dirigido ao «Presidente da Província de Pernambuco», aparecido nas *Farpas* em Julho de 1872, Eça, aludindo aos problemas em Pernambuco, seriamente comenta: «mas que se atribuam às *Farpas* massacres que lhe não pertencem que se não originavam d'ellas, de que ellas são apenas o indistincto pretexto – isso não! ... »<sup>43</sup>. Mais atrás no mesmo artigo, Eça explica a reacção brasileira como um exemplo do seu inerente ódio aos portugueses: «A verdade é esta, dizem-no todos os portuguezes que visitaram o Brazil, dizem-no todos os brasileiros inteligentes – o brasileiro detesta o portuguez. Detesta-o. Um pouco mais ainda talvez do que o americano detesta o inglez»<sup>44</sup>. Independentemente do sarcástico humor de

Eça, estes comentários servem para testemunhar o fundamental antagonismo existente, na altura, entre portugueses e brasileiros.

Tal como no caso da Guerra do Chouriço, este incidente foi depressa esquecido por portugueses e brasileiros, indicativo da impossibilidade de sérias e contínuas guerras entre as duas partes. Contudo, quando Eça decidiu publicar os seus artigos separadamente, sob o título *Uma Companhia Alegre* (1890), receou o reactivar das hostilidades contra os portugueses no Brasil. Além disso, a fim de evitar ofensas ao seu grande público leitor no Brasil, Eça alterou o seu artigo, substituindo a figura do brasileiro por outra similar – o burguês *torna-viagem*, ou seja o emigrante português regressado à sua pátria e conhecido por *brasileiro*.

Heitor Lyra no seu *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz* demonstra, comparando textos, que Eça usou frases e vocabulário idênticos para descrever os brasileiros, em 1872 e 1890. Lyra opina, uma vez que o conhecimento de Eça do Brasil e brasileiros era bastante limitado em 1872, que o seu primeiro artigo sobre os nativos brasileiros foi de facto baseado no *torna-viagem*, popularmente chamado o brasileiro. Este raciocínio é justo porque o segundo artigo soa como uma releitura do primeiro ensaio de 1872, tendo em mente o português *brasileiro*:

Tudo o que se respeita no homem é escarnejado aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra n'elle, com riso, a venda de tapioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro tão humildemente servido, recorda n'elle, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos colletes de panno amarelho;...<sup>45</sup>

A figura aqui descrita podia ser nalguns aspectos o brasileiro nato, e outros, o *brasileiro*. *Os botões de brilhantes* frequentemente mencionados nas novelas de Camilo eram usadas pelos ostentosos *torna-viagens*. Numa outra passagem, não é o brasileiro nato usado como modelo, mas sim o gordo burguês e inevitável cornudo *brasileiro*: «É o brasileiro; elle é o pae achinellado e ciumento dos romances satyricos: é o gordalhufo amoroso das comedias salgadas: é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o maridão de tamancos trahido – dos epigrammas.»<sup>46</sup>

Esta teoria apoia-se, além disso, no facto de os brasileiros natos raramente aparecerem nas novelas de Eça deste período. Realmente, não aparecem personagens brasileiras em nenhuma novela de Eça anterior a *Os Maias*. Este romance foi concebido em 1880, mas não seria publicado senão em 1888. Por essa altura, já Eça tinha arranjado muitos amigos brasileiros, um dos quais era seu chegado colega, Eduardo Prado. Antes de *Os Maias*, referências ao Brasil e brasileiros eram mais ou menos do teor desta passagem

de *O Primo Basílio* (1878) onde a heroína Luísa imagina como a sua vida teria sido no Brasil: «...via-se no Brasil, entre coqueiros, embalada numa rede, cercada de negrinhos, vendo voar papagaios!»<sup>47</sup>. Esta é a mesma imagem do Brasil descrita nas novelas de Camilo. O Brasil é um paraíso sensual onde papagaios e coqueiros cercam uma cama de rede, sobre a qual repousa a personagem central.

À medida que os trabalhos de Eça se popularizavam, ele ia contactando com mais brasileiros. Porém, a maior parte dessas amizades foram feitas em Paris, onde Eça passou os últimos doze anos de sua vida. Eça já sabia um pouco dessa gente e do Brasil. O seu julgamento daquele país provinha do que aprendera com suas amigas brasileiras, vivendo em Paris. Num artigo escrito em 1880, criticando o repórter do *Times* de Londres por ter descrito o carácter nacional brasileiro baseado no português, Eça, em vez de explicar o carácter da nação brasileira, decidiu refutar a premissa do jornalista, concentrando-se em Portugal com ocasionais alusões ao Brasil. Desta forma Eça evitou fazer qualquer comentário substancial a este.

Heitor Lyra nos seus estudos considera que os conhecimentos de Eça sobre o Brasil, livros aparte, primeiramente provinham dos seus amigos brasileiros e de outros portugueses como por exemplo Ramalho Ortigão que tinha recentemente passado por lá. Lyra comenta: «a opinião que ele podia formar do Brasil era feita, sentida e exprimida através de opiniões alheias. Donde se conclui que não era rigorosamente sua»<sup>48</sup>. Inclínamo-nos a concordar com a opinião de Lyra, tendo em consideração que a imagem do Brasil em Eça deriva praticamente toda de imagens do português *brasileiro*. Além disso, o interesse de Eça pelo brasileiro inspirou-o a escrever o prefácio para o romance de Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares*. O prefácio revela o conhecimento e a compreensão desta figura, supostamente tentada pela imoralidade no Brasil. Note-se que, enquanto Eça defende o justo tratamento desta personagem na obra de Magalhães, ele analisa com perspicácia a caricatura romântica do *brasileiro* português:

O trabalho despoetizara o triste emigrante. E era então que o Romantismo se apossava dele, já *rico e brasileiro*, para o mostrar no livro e no palco, em caricatura, sempre material, sempre rude, sempre visível – não por um justo ódio social contra um inútil que engorda, mas por aversão romanesca ao burguês positivo, videiro e ordeiro, que não lê versos, que se ocupa de câmbios, só olha a lua quando ela anuncia chuva e só repara em Beatriz e Elvira quando elas são roliças e fáceis<sup>49</sup>.

Na mesma carta-prefácio, Eça explica a atitude generalizada perante «o brasileiro da realidade» atribuindo-a à ignorância:

E assim sucedeu que *esse brasileiro* do Romantismo aparecendo constantemente em novela e drama, soez e faceto – conseguiu criar, numa sociedade que não conhecia o brasileiro da realidade, a ideia de que todo o homem que voltava do Brasil, com dinheiro e brilhantes na camisa, era irremediavelmente um boçal, um burlesco. Pouco a pouco, formou-se assim uma larga corrente de antipatia social pelo brasileiro: não se compreendia que ele pudesse ter elevação no sentimento, nem gosto nas maneiras, nem cultura no espírito <sup>50</sup>.

Existe um comentário de Eça, revelador de que ele conhecia bem uma faceta da experiência emigrante portuguesa no Brasil. Numa compassiva passagem, Eça alude à alcunha dada aos portugueses naquele país:

Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribus, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brazil chamam-lhes gallegos. São esses que ahí vão – de bengalas de unicornio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas <sup>51</sup>.

A palavra pejorativa *galego* é ainda hoje vulgarmente usada no Brasil, quando se refere a imigrante português, implicando a conotação de homem rude.

Precisamente como nos romances de Camilo, o Brasil e os brasileiros aparecem apenas em relação ao português *brasileiro*. E porque os contactos de Eça com brasileiros eram consideráveis, preferiu referir-se a compatriotas nos seus romances. Não deve porém ser censurado por esta omissão. Pelo contrário, os seus trabalhos documentam o desinteresse geral pelo Brasil por parte dos escritores portugueses. No caso de Eça, o seu interesse passageiro pelos brasileiros levou-o a escrever com humor e escárnio, mas na maior parte dos casos a divertir-se com eles. Apenas Almeida Garrett demonstrou sério interesse pelo Brasil, situando a cena de duas de suas obras naquele país. Provavelmente, Eça teria prestado menos atenção ao Brasil, se as suas *Farpas* e romances não tivessem tido tão grande sucesso ali. As polémicas causadas pelas *Farpas* lançaram-no na esfera luso-brasileira. Curiosamente, foi o seu talento novelístico o grande angariador dum vasto e entusiástico público leitor brasileiro. Considerando a reputação dos portugueses no Brasil, é plausível que a sua popularidade aí tivesse nascido da crítica mordaz a Portugal e aos

portugueses. Numa palavra, por meio dos romances de Eça, os brasileiros podiam criticar os portugueses.

A popularidade de Eça atingiu o ponto máximo quando editores brasileiros tomaram a liberdade de publicar os seus romances sem sua permissão. Esses romances obtiveram tão retumbante sucesso no Brasil que *O Primo Basílio* (1878) foi levado à cena no Rio no mesmo ano. Até a adaptação teatral, escrita por Cardoso de Menezes, foi feita sem consentimento de Eça. Eça protestou furiosamente mas sem resultado. Os brasileiros acreditavam que tudo o que fosse escrito em português podia ser reproduzido por eles. Como Lyra nos diz, os vínculos do idioma também afectaram outros escritores portugueses como Camilo, Ramalho Ortigão e Pinheiro Chagas, todos vítimas de edições não autorizadas. Por outro lado os portugueses, segundo Lyra, tinham igualmente culpas no cartório, pois em Portugal existiam supostas edições piratas de autores brasileiros como Casimiro de Abreu e o Visconde de Taunay. A existência deste problema quer dizer que a troca literária florescia numa altura em que não havia uma lei que protegesse os direitos de autor. Lyra diz que os autores protestavam contra essas falsificações literárias sem obterem contudo resultados positivos. A ineficácia dos protestos individuais levou os dois lados a pensarem numa lei oficial que acabasse com aquele caos literário cada vez mais crescente. A Convenção Internacional de Berna, convocada com o propósito de estabelecer uma forma legal de troca de documentos oficiais e científicos e publicações literárias, foi a resposta para alguns dos problemas que afligiam os literatos luso-brasileiros. A Convenção de Berna de 1886 produziu um acordo internacional, que levou os portugueses e os brasileiros a formularem um acordo em separado para protecção dos trabalhos literários e artísticos luso-brasileiros. Este acordo entre Portugal e o Brasil foi assinado a 9 de Setembro de 1889. Tal acordo, exclusivamente nascido para proteger os direitos de autor, é curioso como documento, já que num ponto a terminologia é similar à do Tratado de 1825:

O governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e o Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, animados do mais vivo desejo de estreitar e consolidar os vínculos de amizade que unem os dois países, concordaram em que os autores das obras literárias escritas em português, e das artísticas de cada um deles, gozem no outro em relação a essas obras, do mesmo direito de propriedade que as leis vigentes, ou as que forem promulgadas, concedem ou concederam aos autores nacionais<sup>52</sup>.

Os vínculos de amizade fazem lembrar os vínculos sagrados de 1825.

Mas o Acordo não resolveu todos os problemas concernentes aos direitos de autor. Quando os artigos da Convenção de Berna foram revistos em Berlim em 1908, o Brasil e Portugal concordaram em aceitá-los e incorporá-los como lei nacional nos respectivos países. Uma outra convenção especial, tratando de direitos de propriedade literária, seria assinada por estes dois países a 26 de Setembro de 1922<sup>13</sup>. Os artigos redigidos nesta altura revelam que ambos os países consideravam a sua filiação cultural como singular pelo que necessitavam de leis especiais que satisfizessem ambas as partes. Além disso, os artigos V e VI sugeriam que o acordo fora formulado sob espírito de autêntica reciprocidade, pois vê-se aqui um esforço para melhorar as relações e o intercâmbio cultural. Esses artigos dizem ainda que seria estabelecido entre as bibliotecas nacionais dos dois países um serviço de trocas de livros e que todos os livros encadernados seriam isentos de impostos tarifários. Esta convenção foi também mais específica relativamente aos castigos a aplicar aos transgressores de edições ilegais.

Não obstante este acordo internacional, parece-nos que não deixam de existir os que vão contra essas leis, feitas para impedir publicações ilegais. É irónico que o caso a que me refiro se passe com os trabalhos de Eça, cuja família em 1966 processou a Editora Itatiaia de Minas Gerais, por esta ter publicado cinco volumes de sua obra sem a devida autorização. O director da editora brasileira replica que os trabalhos de Eça pertencem «ao domínio público»<sup>54</sup>. Talvez por «domínio público» ele queira dizer, Comunidade Luso-Brasileira!

#### OUTRAS IMAGENS DO BRASIL

Além dos trabalhos citados, existem outros exemplos na literatura portuguesa onde Brasil e brasileiros são tratados. Se bem que o Brasil não predominasse nos trabalhos dos melhores escritores do século XIX, interessou a alguns literatos menos notáveis. Esses autores, hoje considerados de menor importância, foram homens célebres da sua época. Aludir a dois desses homens, os mais pertinentes para o nosso estudo, irá permitir-nos avaliar o papel que o Brasil desempenhou nos círculos literários portugueses daquela altura.

Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-95), historiador, político, poeta, dramaturgo, crítico, jornalista e romancista, distinguiu-se quando o seu poema, *Anjo do Lar*, foi publicado em 1865 com a famosa carta de Castilho intitulada *Crítica Literária*. Tal carta precipitou a controversa Questão Coimbrã (1865)

entre os românticos e os filosóficos escritores da Geração de Setenta. Pouco depois, Pinheiro Chagas ganhou mais notoriedade escrevendo romances históricos.

Sempre fascinado pelo Brasil, Pinheiro Chagas começou a sua carreira novelística com uma série conhecida por *Chronicas brasileiras*. O mais popular e interessante trabalho é a primeira novela desta série – *A Viagem Guaraciaba* (1866). Escrita num estilo simples quase coloquial, esta obra fala no Brasil e reporta-se à década de 1550. Descreve melodramaticamente as aventuras de dois jovens amantes portugueses e o seu malfadado romance, cautelosamente manipulado pelos ferverosos missionários, os Padres Anchieta e Nóbrega. A narração centra-se na conversão dos ameríndios ao Cristianismo e salienta os supremos esforços exercidos pela Companhia de Jesus, que nos é apresentada como a «Santa – Milícia». Sob este enredo corre o tema fundamental – a colonização portuguesa do Brasil. E como no caso de Almeida Garrett, a influência de Chateaubriand está sempre presente. Se as personagens não são atormentadas por misteriosos pressentimentos, ou uma nesga de fatalidade à sua volta, então elas são vistas cantando louvores ao Brasil. Passagens alusivas à exótica paisagem brasileira são acompanhadas de vocabulário indígena da flora e da fauna. O vulgar *sabiá* meladamente gorjeia enquanto padres e índios entram e saem da floresta brasileira, como se esta fosse o café local. O elemento exótico frequentemente provoca episódios cómicos, com os europeus sendo constantemente comovidos pelo insólito da vida brasileira. Tal é a situação com o celibatário Padre Jesuíta Rodrigues quando uma encantadora moça indiana lhe inspira «o lubrico demonio que os pagões adoravam, e fez com que os sonhos lascivos se assentassem a minha cabeceira»<sup>55</sup>. Tem-se aqui um exemplo da lubricidade portuguesa, elaborada mais tarde por Gilberto Freyre como tema sociológico.

Aqui o Brasil é de novo apresentado como a proverbial terra virgem, prestes a ser violada pelos europeus. A passagem seguinte recorda as palavras de Almeida Garrett sobre o Brasil:

A noite estava linda. A lua espraivava o seu manto de luz por essa esplendida natureza americana, e parecia, cingindo de fulgor a massa negra da floresta, querer proteger a virgindade do arvoredado contra a impia desfloração dos filhos da Europa;...<sup>56</sup>

Porque a segunda parte do livro é devotada aos portugueses e sua derrota dos calvinistas franceses, os quais tentaram colonizar o Brasil, os *filhos da Europa* indubitavelmente são esses «heréticos», os inimigos dos Jesuítas. Em vez duma corrupta Europa violando o virgem Brasil, temos uma Europa protestante ameaçando a salvação do inocente Brasil. Indiferente às suas

barbaridades, o autor sempre justifica as acções dos Jesuítas porque eles são o meio pelo qual o Brasil se tornará católico. Desde que todos os membros da Companhia de Jesus aparecem aqui como portugueses, o autor indirectamente glorifica a contribuição portuguesa para a colonização do Brasil.

Não obstante o seu ambiente brasileiro, a novela é sem dúvida portuguesa. Além da lisonjeira pintura de colonizadores portugueses, como Mem de Sá, a narração recai em personagens portugueses, com uma pequena atenção prestada aos índios. Embora o Brasil seja incessantemente elogiado, os portugueses e a sua influência no Brasil dominam o livro. Até a heroína portuguesa, que é idolatrada por um índio, permanece fiel ao seu amante português.

Além dos «hereges» franceses, existe um outro tipo de vilão no livro – a criminosa quadrilha dos *mamelucos*, os filhos dos portugueses e índios. Numa passagem o narrador revela os preconceitos dos europeus, desprezando a «bárbara» miscigenação que ocorria no Brasil. Quando alude à primeira mistura racial no Brasil, o narrador diz: «...a raça dos *mamelucos*, filhos de portugueses e de índios, raça a que pertencia o famoso Calabar, raça traidora como todas as raças atravessadas, mas raça enérgica e forte e por isso mesmo cem vezes mais perigosas»<sup>57</sup>. O subjectivo comentário, *raça traidora como todas as raças atravessadas*, dá um tom ofensivo à mistura racial no Brasil

porque esta raça mista e seu fundador, João Ramalho, um criminoso ido de Portugal, são representados como a causa da corrupção na colónia. Um elemento desta natureza está frontalmente em oposição aos glorificados portugueses como Mem de Sá que representam o melhor de Portugal. Do ponto de vista Jesuíta, João Ramalho é descrito como um dissoluto exilado que não pratica religião e contrasta com Mem de Sá, piedoso colonizador português do Brasil. Por conseguinte, esta dramática novela é uma exaltação dos méritos dos Jesuítas Portugueses, colonizadores e salvadores do Brasil.

Além das suas novelas, Pinheiro Chagas colaborou em jornais e revista como *O Brasil* e *O Diário do Rio de Janeiro*, o que revela a existência de público leitor português interessado no Brasil. Os seus *Ensaios Críticos* (1869) contêm secções dedicadas ao estudo de poetas e prosadores brasileiros, revelador também do seu interesse pela literatura brasileira. Devido à sua inclinação para o campo histórico, escreveu também *Os Portugueses em África, Ásia, América e Oceania* (1877); *Brazileiros Ilustres* (1879); e ainda *As Colónias Portuguezas no Século XIX: 1811-1890* (1890). A contribuição histórica, literária e jornalística de Pinheiro Chagas demonstra que houve interesse, ainda que pequeno, pela literatura acerca do Brasil. A sua atenção ao Brasil é deste modo significativa, ainda que, e de acordo com sua orientação histórica, fosse sempre em relação aos portugueses e à Mãe-Pátria.

Com o propósito de avaliar o prestígio do Brasil e da literatura brasileira em Portugal, uma vista de olhos pela obra de outro proeminente homem nos círculos literários daquela época poderá esclarecer-nos um pouco mais. Trata-se do crítico literário Luciano Cordeiro (1844-1900). Famoso pelo seu estudo *Soror Mariana*, Luciano Cordeiro escreveu *Livro de Crítica* (1869), no qual encontramos depreciativa opinião de Gonçalves Dias e da literatura brasileira em geral:

Gonçalo Dias –, que os brasileiros na sua monotonia de terem uma litteratura, como se esta andasse demarcada pela geografia política, dão como poeta seu, como ele proprio julgava sê-lo, é um lyrico inspirado, franco, atormentado, pela nostalgia – podera dizer-se pela hysteria – da moderna poesia lyrica,...<sup>58</sup>

Além de dar um nome errado a Gonçalves Dias e qualificar a sua poesia como histérica, Luciano Cordeiro ostenta a sua desaprovação da literatura brasileira, tal qual os académicos portugueses do século XVIII recusaram reconhecer a literatura colonial do Brasil. Dizendo que a existência da nação brasileira não implicava a existência duma literatura brasileira, Luciano Cordeiro exhibe a mentalidade inerente ao colonialismo, que era a desdenhosa superioridade da mãe-pátria vis-à-vis a inculta colónia. Cordeiro recusa admitir a existência duma literatura brasileira e por isso exerce, assim se pode dizer, um tipo de colonialismo cultural negando-se a reconhecer literariamente o Brasil.

Este desdém pelas letras brasileiras é humoristicamente revelado por Camilo Castelo Branco no *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* (Oporto, 1879). A frivolidade da atitude de Camilo destrói em parte o seu reconhecimento da literatura brasileira, ainda que breve e claramente expresso num seu outro trabalho, *Curso de Literatura Portuguesa*, 2 volumes (1875-1876), no qual é co-autor com José Maria d'Andrade e Ferreira.

Camilo critica dez poetas brasileiros no *Cancioneiro* que, na sua essência, é um veículo para as suas desinibidas, satíricas, e algumas vezes, brutais opiniões acerca de alguns poetas. Talvez as páginas mais provocativas sejam as dedicadas ao poeta brasileiro Fagundes Varela, o qual, segundo Camilo, era bem aceite em Portugal. Contudo Camilo troça da poesia de Varela nestes termos: «Em poesia, um sabiá não substitue a sintaxe, e as flores do ingá que rescendeu no jequibitá não disfarçou a corcova dum solecismo»<sup>59</sup>. Atacando as liberdades do poeta na sintaxe, Camilo, o purista, não tolerava nenhum desvio nem mudança na língua portuguesa. Pelo acima descrito, Camilo critica a língua portuguesa no Brasil. Mostrando a superioridade típica dum filho da mãe-pátria, Camilo ridiculariza a literatura brasileira com a sua alusão a palavras exóticas como: *sabiá*, *ingá* e *jequitibá*. Aos olhos de Camilo, o Brasil é

um país atrasado, cheio de ineptos. O comentário a Varela provocou muita discussão, e foi rastilho para a polémica entre Camilo e o brasileiro Carlos de Laet. Este rotulou o *Cancioneiro* de «divro de pulhas»<sup>60</sup>. E Camilo respondeu desta forma:

Os senhores escritores brasileiros, que me enviam prelecções de linguagem portuguesa, se me quiserem obsequiar dum modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cutia e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigado, mas não se incomodem<sup>61</sup>.

De novo Camilo recorre ao uso de palavras como «papagaio» e «pitanga» tentando dar a entender que o Brasil não é mais que a sua exótica flora e fauna. E conclui com similar comentário depreciativo: «Eu, cá de mim, é que lhas (cortesias) não transmito, porque ainda espero que Sua Senhoria me mande a pitanga, e mais a cacatua, e não me despeço de ainda lhe merecer o favor dum macaco, hein?»<sup>62</sup> Para Camilo, parece que o Brasil ainda era uma terra valorizada apenas pelos seus papagaios, sabiás e macacos.

É bem claro que os escritores portugueses do século XIX em geral relutavam em reconhecer as letras brasileiras. Quanto aos laços económicos entre os dois países, o Brasil era ainda considerado colónia. Bem exemplificativas as palavras de Alexandre Herculano: «...a nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia»<sup>63</sup>. Ou como Oliveira Martins disse: «Ora, nós fomos uma nação extra-europeia e, pelas relações em que estamos para com o Brasil, a América é ainda para nós como uma colónia»<sup>64</sup>. Em Portugal, o Brasil continuou a ser uma terra de aventura, terra da filosofia do enriquece-depressa. Com tal imagem do Brasil, os portugueses não queriam admitir a existência duma cultura brasileira. Aludindo ao papel do brasileiro na economia portuguesa, Alexandre Herculano declara: «O 'mineiro' do século passado converteu-se no 'brasileiro' dos nossos dias»<sup>65</sup>. Tal comentário implica que o colonialismo económico do século XVIII se estendia pelo século XIX através do *brasileiro*, o exemplo contemporâneo do aventureiro colonial retornado a Portugal com o ouro do Brasil. Uma vez que esta burguesa e bem pouco romântica figura se tornou o elo comum entre os dois países, não é espantoso que os escritores portugueses tivessem pouca consideração literária pelo Brasil. Este, aos olhos dos portugueses do século XIX, era lucrativo, exótico, sensual, cómico, inculto e – ocasionalmente admirável.

1. António Pereira Pinto, *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção Completa dos Tratados Celebrados pelo Brasil com Diferentes Nações Estrangeiras* (Rio de Janeiro, 1864) I, pp. 323-24.
2. Pinto, I, p. 321.
3. Oliveira Martins, *Dispersos* (Lisboa, 1924), II, 251-73. O artigo original apareceu em 1891.
4. R. Magalhães Júnior, *O Império em Chinelo* (Rio de Janeiro, 1957), pp. 60-65.
5. Manuel Diégues Júnior, *Imigração, Urbanização e Industrialização* (Rio de Janeiro, 1964), p. 49.
6. Alexandre Herculano, *Carta à Sociedade Real de Agricultura em Lisboa* (Lisboa, 1874), p. 8.
7. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, Agitador no Brasil*, 2.<sup>a</sup> edição (São Paulo, 1966), p. 33.
8. *O Centenário de Camões em Pernambuco* (Porto, 1880), p. 14.
9. Figueiredo Magalhães, *Camões e os Portugueses no Brasil* (Rio de Janeiro, 1880), pp. 52-53.
10. Magalhães, p. 54.
11. Almeida Garrett, *Lírica de João Mínimo* (Londres, 1829), p. 63.
12. Almeida Garrett, «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa», *Parnaso Lusitano* (Paris, 1826), I, p. xlv.
13. Garrett, «Bosquejo», p. xlvi.
14. Citado por Ferreira Lima, «Garrett e o Brasil», *Revista de Língua Portuguesa* (Março, 1923), p. 107.
15. Almeida Garret, *Komuraby* em *Revista do Livro*, I (Junho, 1956), p. 146.
16. Garrett, *Komuraby*, p. 156.
17. Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa* (Londres, 1830), p. 82.
18. Garrett, *Portugal na Balança*, p. 82.
19. Garrett, *Portugal na Balança*, p. 104.
20. Almeida Garrett, *Helena* (Lisboa, 1871), p. 17.
21. Garrett, *Helena*, p. 22.
22. Garrett, *Helena*, p. 47.
23. Garrett, *Helena*, p. 48.

24. Garrett, *Helena*, p. 153.
25. Garrett, *Helena*, p. 159.
26. Para uma interpretação brasileira sobre Garrett como «brasileiro e actual», ver Carlos D'Alge, *As Relações Brasileiras de Almeida Garrett* (Brasília, 1980).
27. Alexandre Herculano, «Futuro Litterario de Portugal e do Brazil», *Revista Universal Lisbonense* (1847-1848), VII, p. 6.
28. Camilo Castelo Branco, *História e Sentimentalismo: D. António, Prior do Crato*, Eusébio Macário (Porto, 1879), p. 217.
29. Camilo, *Eusébio Macário*, p. 221.
30. Camilo Castelo Branco, *Obra Seleta* (Rio de Janeiro, 1960), II, 683. A 1.<sup>a</sup> edição (1880) encontra na *Bibliografia Portuguesa e Estrangeira*, II, n.º, 11 (1880), p. 12.
31. Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares*, pref e actualização de texto de Clara Crabbé Rocha (Lisboa, 1981), p. 11.
32. Andréa Crabbé Rocha, «Garrett e o Brasil» em *Comércio do Porto*, de 9 de Outubro de 1956, publicado, em *Estrada Larga*, organizado por Costa Barreto, Porto, Porto Editora, s/d, vol. I, p. 336.
33. Guilhermino César O «Brasileiro» na *Ficção Portuguesa: O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo* (Lisboa, 1969), p. 13.
34. Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queirós* (Lisboa, 1965), p. 33.
35. Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 37.
36. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 38. Uma referência a este incidente aparece no erudito e bem ilustrado volume, escrito por José Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro: O Português Tal e Qual* (Lisboa, 1980), p. 94-95.
37. *As Farpas: Fastos da Peregrinação de S. M. Imperador do Brasil pela Europa*, Edição Brasileira (1872). De acordo com Cavalcanti, p. 47, esta edição foi publicitariamente anunciada no *Diário de Pernambuco* a 20 de Maio de 1872. Cavalcanti acrescenta que uma outra edição desautorizada apareceu nesta altura, intitulada *As Farpas: Crónica Mensal da Política das Letras e dos Costumes*, publicado por Manuel Rodrigues Pinheiro.
38. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 83.
39. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 84.
40. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 86.
41. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 95.
42. Cavalcanti diz serem raros os exemplares dos *Farpões* e que ele possui os únicos dois existentes.
43. Eça de Queirós, *As Farpas* (Julho-Agosto, 1872), p. 12.
44. Eça de Queirós, *As Farpas* (Julho-Agosto, 1872), p. 10.
45. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 85.
46. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 84.
47. Eça de Queirós, *Obras* (Porto, s/d), I, 851. A primeira edição encontra-se no *Arquivo Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, I (1901), p.7.

48. Lyra, *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, p. 234.
49. Eça de Queirós, «Carta-prefácio» em *O Brasileiro Soares*, pp. 20-21.
50. Eça de Queirós, «Carta-prefácio», pp. 25-26.
51. Eça de Queirós, *As Farpas* (Fevereiro, 1872), p. 23.
52. M Moreira da Silva, *Código do Direito de Autor e dos Direitos Vizinhos* (Coimbra, 1965), p. 183. Este livro, em adição ao acima descrito, contém em detalhe todas as leis, convénios e acordos com respeito aos direitos do autor.
53. Moreira da Silva, *Código*, pp. 191-193.
54. *Livros de Portugal* (Setembro, 1966), p. 10.
55. Manuel Pinheiro Chagas, *A Virgem Guaraciaba* (Lisboa, s/d), p. 59. A 1ª edição é referida em Innocencio da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez* (Lisboa, 1893), XVI, p. 291.
56. Pinheiro Chagas, *A Virgem*, pp. 57-58.
57. Pinheiro Chagas, *A Virgem*, pp. 258-259.
58. Luciano Cordeiro, *Livro de Crítica* (Porto, 1869), p. 278.
59. Camilo Castelo Branco, *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* (Porto, 1879), p. 518.
60. Camilo, *Obra Seleta*, II, p. 948.
61. Camilo, *Obra Seleta*, II, p. 948.
62. Camilo, *Obra Seleta*, II, p. 951.
63. Herculano, *Carta*, p. 9.
64. Oliveira Martins, *Portugal e o Socialismo* (Lisboa, 1873), p. 41.
65. Herculano, *Carta*, p. 9.

## LUSOFOBIA NO ROMANCE BRASILEIRO DO SÉCULO XIX\*

«Quanto tempo ainda serás uma colônia entregue à cobiça de aventureiros, e destinada a alimentar com as tuas riquezas o fausto e o luxo de tronos vacilantes?»

(José de Alencar, *O Jesuíta*, 1875)

«Olhe, meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dim, os nacionais perseguidos e desrespeitados, ao passo que os portugueses vão se enchendo, e às duas por três são comendadores, são barões, são tudo.»

(Aluisio Azevedo, *O Mulato*, 1881)

## PORTUGAL NA LITERATURA NACIONALISTA DO BRASIL

A literatura brasileira manifestou desde os fins do século XVIII uma corrente nacionalista que compreensivelmente floresceu durante as décadas posteriores à independência. Com essa liberdade, os intelectuais mais patriotas procuravam um modelo ou elemento que conseguisse representar a essência, ou seja, a natureza da sua nova nação. Apesar de haver no Brasil, durante as décadas de 20 e 30, brasileiros orgulhosos da sua herança literária histórica, os mais nacionalistas, desconfiados de Portugal e decididos no seu empenho de estabelecer uma literatura distinta, lançaram-se à descoberta da «brasilidade». Os seus interesses, contudo, resultaram, por vezes, na negação de tudo o que não fosse brasileiro. Na política, como na literatura, a tendência para condenar a desprezar a influência estrangeira atirou-se logo ao elemento

---

\* A versão original deste capítulo, sem as adições recém-incluídas foi publicada em *Brotéria*, vol.106, nº1, Lisboa, pp. 65-83.

português, sobretudo com a participação dos brasileiros que desejavam contribuir para o ambiente antiportuguês que se registava depois de 1822.

A partir desta data, a história e a literatura brasileira revelam uma lusofobia crescente. O nosso foco incidirá sobre os romances mais populares e característicos desta tendência com o objectivo de delinear um retrato mais pormenorizado deste fenómeno literário e sócio-político. Aqui prestaremos atenção aos romances românticos e naturalistas e aos incidentes históricos que caracterizam o sentimento antiluso e também explicam a natureza da lusofobia, cujos vestígios chegam em alguns casos, até os nossos dias. A omissão de referências a Machado de Assis é intencional porque, do nosso ponto de vista, a imagem do português não se manifestou de uma maneira marcante na sua ficção. É sabido o seu contacto com os portugueses no Brasil, como se conhecem a sua vida e o seu casamento com uma portuguesa e, sobretudo, a acerba crítica em 1878 da obra queirosiana, em particular *O Primo Basílio*. Por isso, é desnecessário repetir aqui estas páginas bem conhecidas da história literária luso-brasileira. Além do mais, estes elementos não contribuirão para o desenvolvimento da imagem, ou seja, a representação do português na literatura ficcional brasileira. Apesar de alusões a Portugal, como existem no seu último romance, *Memorial de Ayres* (1908), Machado dedicou as suas narrativas à sociedade burguesa carioca do Segundo Império com uma perspectiva universalista que ultrapassou o programa de qualquer escola, sobretudo a do naturalismo em voga, com seu flagrante determinismo social em que a lusofobia, como veremos, desempenhou um papel relevante.

A corrente antiportuguesa ganhou força com os nacionalistas que se entusiasmaram com o estudo de obras que indicassem um cunho singularmente brasileiro. Por conseguinte, acolhendo a ideia de que cada povo tem a sua própria etnologia e literatura, escritores como Gonçalves de Magalhães (1811-1882) estudaram as histórias da literatura luso-brasileira a fim de promover o interesse por uma cultura caracteristicamente nacional. Naquela altura, dedicavam-se às histórias que dariam ao Brasil a sua própria literatura.

Em *Nitherooy: revista brasileira*, publicada em Paris (1836), Gonçalves de Magalhães escreveu o famoso artigo sobre a história da literatura brasileira, considerado hoje como o Manifesto Romântico. Além de tratar da singularidade da poesia brasileira já libertada da influência lusa, o documento interessa-nos aqui grandemente pelos comentários sobre Portugal. Os intensos sentimentos antiportugueses explícitos neste ensaio indicam a atitude que nacionalistas estimularam através de ensaios, história crítica literária e romances.

Neste artigo, Magalhães faz menção dos problemas que continuavam a nutrir ressentimentos entre portugueses e brasileiros. Um dos temas, por exemplo, refere-se às miseráveis condições no Brasil atribuídas à exploração portuguesa. Depois de aludir ao esmagamento sócio-económico no Brasil levado a cabo pelos governadores coloniais, Magalhães denuncia Portugal como causador do subdesenvolvimento do país: «Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação; tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido por mãos avaras e pobres,...»<sup>1</sup>. Este desprezo pelo português, intermitentemente declarado durante a época colonial, atingiu naturalmente uma maior e veemente articulação com a independência.

Evidentemente, movidos pela excitação do patriotismo, escritores brasileiros chegaram à conclusão de que os portugueses deveriam ser reconhecidos como forasteiros completamente estranhos ao ambiente brasileiro. No seu artigo, Magalhães mantém esta posição quando se dirige ao Brasil: «Tu afastaste de teu colo a mão estranha que te sufocava; respira livremente, cultiva com amor as sciencias, as letras, as artes e a indústria, e combate tudo o que entreva-las pode»<sup>2</sup>. Na sua formação de país independente aqui se vê como o Brasil seguiu o mais óbvio caminho de revolta, filho contra pai. As palavras de Magalhães têm significado aqui porque ilustram a doutrina e as ideias patrocinadas pelos novos escritores nacionalistas.

Concomitantemente, o espírito nacional incentivou um programa de pesquisa literária e histórica que tentasse demonstrar a herança propriamente brasileira; através de uma análise de documentos e obras escritas durante o período colonial. De todas as questões discutidas e analisadas, aquela que provocou mais debate foi a dos poetas brasileiros coloniais – pertenciam à literatura brasileira ou à portuguesa? Esta questão é um exemplo entre muitos de como, à força do nacionalismo, a produção literária ficou inundada de obras eruditas pretendendo dar prova da existência de uma cultura brasileira. Neste sentido, o diplomata Varnhagen foi nomeado pelo Imperador para fazer pesquisa no campo da história. De género semelhante é o caso de Gonçalves Dias, o poeta romântico *par excellence*, que fez uma segunda viagem a Lisboa patrocinada pelo governo para estudar a pedagogia europeia e, sobretudo, recolher nos Arquivos Nacionais de Portugal, documentos relevantes para a história brasileira<sup>3</sup>. Durante este período de nacionalismo romântico era natural que o Brasil evidenciasse ansiedade relativamente à antiga Mãe-Pátria.

Desde o início do romance da época, o tratamento vituperativo do português espelha uma lusofobia que epitoma a insegurança do império novo tentando definir-se através duma crítica violenta da antiga pátria. A narrativa romântica forneceu inerentemente campo para as múltiplas declarações bombásticas proferidas por nacionalistas raivosos à procura de justificações para males da sua terra. Como na poesia, o elemento índio no romance serviu de chave artificial para representar a brasilidade na literatura. O indígena e a sua experiência com os aventureiros e colonizadores portugueses tornou-se o meio através do qual se podia contrastar os dois mundos, e deste modo exibir a singularidade do cosmo brasileiro. Este tema surge, por exemplo, nas obras do escritor romântico, José de Alencar (1829-1877), no seu mais famoso romance, *O Guarany* (1857). Alencar evoca metaforicamente o indígena e o colonizador, símbolos do Brasil e de Portugal.

Em *O Guarany*, um fidalgo português e a sua família estabelecem-se nas margens do Rio Paraíba, no norte do Brasil. O valente Dom António de Mariz actua como qualquer nobre medieval defendendo o seu castelo e seus bem-amados. Temas medievais, em moda durante a era romântica e populares em Portugal, sobretudo com os romances de Alexandre Herculano, são utilizados em *O Guarany* com a intenção de idealizar a cena e o povo brasileiro. Em poucas palavras, o cavalheirismo dos fidalgos portugueses no Brasil somente é ultrapassado pelo «cavaleiro indígena», Peri, símbolo do desembaraço brasileiro. As façanhas sobre-humanas realizadas por este «nobre selvagem» e ainda a sua lealdade e amor servil pela virgem branca, Ceci, fazem lembrar os cavaleiros descritos n' *Os Lusíadas* e no *roman courtois* da França. Para acentuar esta imagem intertextual, Alencar faz com que D. António uma vez descreva Peri como cavaleiro português no corpo dum selvagem. Por conseguinte, além das façanhas e da sua singularidade brasileira, Peri tem a distinção, ou seja a categoria dum fidalgo português. Assim, coloca-se o selvagem num nível superior ao do homem civilizado da Europa. Contrastando o indígena com o fidalgo, o autor permite-se a luxo de expor os valores do Novo Mundo diante dos do Velho Mundo. Os comentários do narrador sobre a inteligência natural de Peri, que é igual à do homem civilizado, demonstram este orgulho americano: «A sua inteligência sem cultura, mas brilhante como o sol de nossa terra, vigorosa como a vegetação deste solo, guiava-o nesse raciocínio com uma lógica e uma prudência, dignas do homem civilizado»<sup>4</sup>. Aqui escutamos as palavras da nova nação fazendo alarde da sua estima de si própria.

Como Alencar pretendia dar uma visão panorâmica da história do Brasil escolheu também tópicos que evidenciassem a bravura brasileira perante a exploração estrangeira. Este é o tema principal do romance, *A Guerra dos Mascates* (2 vols., Rio de Janeiro, 1873-1874). Nesta obra, Alencar deixa soltar-se a sua própria lusofobia através de um enredo que desenha como arrogantes os portugueses que, nos começos do século XVIII, se entregavam ao comércio e usavam a sua influência poderosa na luta para estabelecer um lugar seguro na política do Brasil. Com a autorização do rei de Portugal, mercadores portugueses começam o processo para fundar a sua própria cidade em Pernambuco, que terá o nome de Recife. Esta iniciativa é um insulto à cidade, vizinha de Olinda, a residência da nobreza rural brasileira. Dada a natureza do tema, este romance contém um abundante repertório de declarações pejorativas a respeito dos mercadores portugueses conhecidos naquela altura pelo apelido de «mascates». Em vários trechos bastante sarcásticos, Alencar consegue mostrar a imagem que os brasileiros mantinham do imigrante português, e ao mesmo tempo o ressentimento que este provocara entre os nativos. Numa descrição da festa da fundação de Recife, refere-se às caras portuguesas como a «galeria reinícola» e, em certos casos, como «alfacinhas e minhotos rudes».

Censurando a mascataria do Recife, um brasileiro, filho de mascate, rebela-se contra a vida burguesa do pai e menospreza os portugueses com a intenção de aliar-se à fidalguia brasileira de Olinda. Impetuoso e envergonhado este filho zomba amargamente do imigrante português típico: «Pensam fazer neste Pernambuco com os filhos o mesmo que lá na santa terrinha fizeram seus pais deles, que os empurraram para cá, no porão de um navio, com uma réstia de cebolas e um par de tamancos»<sup>5</sup>. Para além de ter ou não, significado para muitos emigrantes portugueses, a caricatura é indiscutivelmente proverbial. A expressão «santa terrinha» é vulgarmente usada hoje em dia quando se quer escarnecer o imigrante e o seu passado humilde e provavelmente rústico. Uma vez mais, o Novo contra o Velho Mundo.

Os temas de exploração, de servidão política, subserviência, servilismo e de independência reaparecem e ressoam em muitas obras de Alencar. Por exemplo, com o intuito de recriar o ambiente revolucionário da segunda metade do século XVIII, Alencar escreveu a peça *O Jesuíta* (1875), em que a sua musa patriótica lhe inspirou a invenção de um enredo onde a gestão da independência é central, apesar de o tempo da história ser anterior à expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil. Alencar faz com que a personagem principal, um jesuíta, se torne um brasileiro patriótico lutando habilmente pela independência do Brasil. Surge de novo o discurso bombástico e conhecido: «

– Quanto tempo ainda serás uma colónia entregue à cobiça de aventureiros, e destinada a alimentar com as tuas riquezas o fausto e o luxo de tronos vacilantes?»<sup>6</sup>. Nesta peça, Alencar esperava incentivar um nacionalismo zeloso através do fervor dramático e religioso dum padre.

Uma leitura das obras de Alencar revela claramente o seu desejo de criar em prosa uma epopeia nacional que fornecesse múltiplas possibilidades para a expressão da história e singularidade do Brasil. O facto de ter escolhido o género do romance em vez da poesia é outra amostra do seu desafio literário. Alencar queria escrever uma epopeia em moldes brasileiros, que não fosse imitação da tradição literária portuguesa trasladada pelo venerável poema *Os Lusíadas*. Alencar queria ser originalmente brasileiro e por isso repudiava aqueles que aderiam fielmente, na forma e no estilo, à tradição portuguesa. Apesar do seu nacionalismo, porém, nunca rejeitou completamente a herança cultural lusa. Recusou, sim, conformar-se à perspectiva europeia do Brasil. Na sua procura da expressão verdadeiramente brasileira, Alencar empregou intencionalmente a linguagem portuguesa do Brasil com o seu vocabulário indígena e sua sintaxe representativa. Este emprego da linguagem brasileira pode naturalmente interpretar-se como uma reacção endémica ao ambiente prevalecente no Brasil, logo após a sua independência. Não surpreende assim a frequência com que o português é pintado depreciativamente durante o período em que o nacionalismo brasileiro surgiu na literatura.

Durante o apogeu do movimento romântico brasileiro publicou-se uma obra que descreveu, em termos nítidos e honestos, a vida e costumes do Rio de Janeiro por alturas da presença no Brasil da Família Real Portuguesa. Este romance, pseudo-documentário, *Memórias de um Sargento de Milícias* (2 vols., Rio de Janeiro, 1854-55), escrito por Manuel António de Almeida, é essencialmente uma visão panorâmica de vários personagens brasileiros e portugueses colocados em situações divertidas e ligadas pela ténue narrativa de um «pícaro» da época, filho de portugueses ou «reinóis» que emigraram para o Brasil para fazer fortuna. Como todos os personagens nesta obra satírica são estereótipos, é claro que alguns serão apresentados pejorativamente. Muitos personagens portugueses, como Leonardo Pataca, velho e obeso, terão apelidos segundo os seus defeitos. Neste caso, é a obsessão pelo dinheiro, uma característica constantemente atribuída aos portugueses que determina a escolha do apelido.

A sátira evidente incide também sobre os vícios de Leonardo, entre os quais a lubricidade e o amor que ele tem por uma infiel cigana portuguesa. Aqui, temos o retrato ridículo do amante português que confia na feitiçaria e nos serviços duma necromante para acabar com a promiscuidade da cigana. Outras situações engraçadas servem sobretudo para mofar de Leonardo.

Representando um presságio do futuro comportamento do seu filho, as aventuras amorosas de Leonardo fornecem também o tom cómico e satírico do romance. (Este género da narrativa anedótica assemelha-se muito à actual piada em que o português é vítima da graça brasileira).

Como documento para o estudo do retrato do português na literatura brasileira, *Memórias* apresenta um perfil jocoso e derrisório dos «lusitanos». Curiosamente, esta representação irónica coincide com a atitude geral manifestada pela maioria dos escritores portugueses para com os brasileiros nativos e «o brasileiro», o designativo usado pelos portugueses para chamar a atenção àqueles torna-viagens que fizeram a sua fortuna no Brasil.

#### O ROMANCE NATURALISTA: ALUÍSO AZEVEDO E ADOLFO CAMINHA

A onda do nacionalismo com as suas manifestações antiportuguesas não diminuiu quando o romantismo e o indianismo caíram sob a crítica dos realistas. Pelo contrário, quando as obras filosóficas e científicas de Taine e Comte foram introduzidas no Brasil, escritores brasileiros com inclinação para a expressão nacionalista procuravam outros assuntos ou elementos que substituíssem o artificialismo da literatura índia. O movimento regionalista de 1860-1870 tentou realizar estas aspirações focando o ambiente do Brasil – a geografia e costumes representativos da nação. Mas este movimento não avançava tão vigorosamente quanto o espírito nacionalista. Os literatos dedicavam-se, por isso, mais às correntes que chamavam a atenção para o progresso literário e sócio-político, quer dizer, à filosofia positivista e ao naturalismo de Zola que se tornaram imensamente populares nos fins da década de 70. Os escritores viam a possibilidade de desenvolver temas nacionais através de um movimento internacional em moda. A atenção literária prestada em língua portuguesa ao naturalismo e à cena social provinha dos livros do grande ensaísta e romancista português, Eça de Queirós. Por isso, apesar da sua nacionalidade, durante essa década de 70, a fama de Eça crescera graças aos seus romances mas também graças aos seus sardónicos ensaios. Foi nestes, com a sua crítica da sociedade portuguesa, que os intelectuais brasileiros encontram figuras e comentários depreciativos que serviriam a sua mitologia antiportuguesa. Influenciados pela intrépida abordagem de assuntos sociais nos ensaios e romances de Eça, bem como pelo pensamento positivista em voga e o ambiente receptivo à evolução científica, havia mais apelo para o realismo social no romance brasileiro. Aliado a esta corrente filosófica e literária temos o apoio dos literatos da Escola – de Recife que na mesma altura fomentavam programas sobre o

realismo. Na realidade, Eça de Queirós fez muito sucesso no Brasil devido ao cunho crítico e social da sua obra. A sua crítica da sociedade portuguesa no romance correspondia bem ao antiportuguesismo brasileiro. Este factor era uma das indicações da continuidade do ressentimento contra Portugal. Estes sentimentos antiportugueses aumentavam e de facto, como se pode notar nas histórias de literatura e na crítica literária que surgiram na década de 1870. Com a combinação deste ambiente literário e de alguns acontecimentos históricos – como as polémicas internacionais entre literatos portugueses e brasileiros e especialmente a atmosfera tensa provocada por Eça com as suas *Farpas* (1872) – é natural que se considere as duas décadas anteriores à República Brasileira como uma época de lusofobia. Segundo Alfrânio Coutinho, no seu livro *A Tradição Afortunada* (Rio, 1968), estes anos e os imediatamente posteriores ao final do Império testemunharam uma intensificação desta lusofobia. Mais tarde, as declarações jacobínicas de Raul Pompeia provaram a presença dessa lusofobia. Antes da República, Raul Pompeia já tinha começado a expressar as suas ideias sobre a omnipresença portuguesa no Brasil. Por exemplo, em 1881 no jornal brasileiro *Bohemia*, Pompeia manifestava a sua posição perante o imigrante português com uma gravura interpretando o grito da independência (ver figura III). A gravura continha um indígena dando um pontapé num Zé Povinho típico e mandando-o para fora do Brasil com a legenda: «Se ficas, Brasileiro. Se estrangeiro, vai-te»<sup>7</sup>. O desenho de Pompeia revela que a exploração portuguesa do Brasil não se alterara desde a época colonial. Ao contrário da experiência norte-americana, os colonizadores portugueses, apesar de terem sido expulsos em 1822, ficaram no Brasil. Além disso, os imigrantes e aventureiros continuavam o êxodo de Portugal, deslumbrados pelos boatos de riqueza e oportunidade no Brasil. Para o brasileiro, a presença portuguesa e o seu espírito aventureiro ainda representavam uma exploração, isto é, uma estadia prolongada até lucrar o suficiente para regressar com as riquezas adquiridas no El Dorado brasileiro. Outrossim, poderia dizer-se que a gravura de Pompeia está de acordo com a atitude daqueles escritores defensores de uma literatura completamente nacional (quer a literatura propriamente dita, quer a prosa ensaística) desligada de Portugal.

Se bem que o fluxo dos lusitanos tivesse captado a atenção dos escritores nacionalistas durante o período de 1870-1880, os personagens portugueses nos melhores romances brasileiros encontram-se predominantemente nas obras do naturalista Aluísio Azevedo (1857-1913). De todos os seus romances, dois destacam-se por serem sobretudo interessantes para este estudo: *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890). Estes dois romances descrevem o carácter e a história da presença portuguesa no Brasil, isto é, a emigração de Portugal, a

influência do português no comércio, as suas aspirações e costumes na nova terra, os seus próprios preconceitos, a atitude brasileira perante a raça lusa e o contacto quotidiano entre os dois povos.

Destes assuntos gerais, vão surgir imagens, símbolos e metáforas bastante pejorativos, classificando o português sobretudo como um ser cobiçoso, interesseiro e pronto para usufruir de tudo o que encontra pela sua frente. Os mitos populares de colonizador sensual, rapinante e rude que se encontram na história e nas obras anteriores, vão de novo reaparecer nos romances de Alúcio Azevedo.

Influenciado por Zola e Eça, Azevedo pintou a sociedade brasileira para exhibir seus problemas morais e sociais. Discípulo da escola positivista, acreditou no lema do progresso através da ciência. Iniciou, por isso, através das suas obras, uma campanha que conseguisse reabilitar a sociedade. Revelando-lhe os próprios males, Azevedo esperava atingir sobremaneira aqueles elementos em maior necessidade de reformas. Dado porém, o interesse pelos temas controversos, os naturalistas brasileiros, como Azevedo, recorreram mais a um certo sensacionalismo do que ao retrato naturalista baseado nas *facultés maitresses: la race, le milieu, et le moment* –, forças de relatividade e condicionamento. Quer dizer, em lugar do «método» naturalista, surge a predominância de assuntos escabrosos, patológicos e estereotipados. Consequentemente, a presença óbvia e controversa dos portugueses no Brasil, revela-se a certa altura o melhor veículo para se alcançar esta perspectiva naturalista. É mesmo sob este ponto de vista que se deve analisar o tratamento do português feito por Azevedo, visto ter sido o seu principal objectivo desmascarar e até ridicularizar o que havia aparentemente de incorrigível na sociedade brasileira durante o Império. Os portugueses e o ressentimento por eles engendrado entre os brasileiros eram tema apropriado ao programa de crítica planeado por Azevedo. Ele aderiu fortemente ao aspecto da teoria naturalista que permitia destacar os elementos injustos e corruptos no Brasil, isto é, o *meio* «depravado» e o seu efeito sobre o homem. Azevedo prestava em regra menos atenção aos outros aspectos da trilogia naturalista: *la race et le moment*. É por isso que Azevedo deve ser considerado um romancista social, inclinado a descrever uma cultura com uma curiosidade quase patológica.

No seu romance *O Mulato*, Azevedo desmascarou a hipocrisia racial e o carácter iníquo da sociedade nortenha em São Luís do Maranhão, mas não podia, entretanto, evitar um retrato da colónia portuguesa maranhense. Rica e de alta categoria social desde a época colonial, esta colónia portuguesa era considerada um dos últimos vestígios do domínio luso no Brasil. As suas empresas, comercialmente bem sucedidas em São Luís antes e depois da Independência, forneceram-lhe a possibilidade de ser urna grande força

económica. Estes portugueses todavia continuavam virados para Portugal com uma afeição pela antiga pátria e pela sua cultura. Apesar da sua longa presença no Brasil, essa colónia considerava-se predominantemente portuguesa. (Desde o século XVII e do programa missionário do Padre António Vieira, esta região nortenha tem jurado fidelidade cultural e, às vezes, política a Portugal). Além destes factos, nota-se que o tráfico emigratório de Lisboa para São Luís era intenso durante o século XIX<sup>8</sup>. Este mesmo romance revela a presença e actividade de um número de imigrantes recém-chegados, empregados nos armazéns dos melhores estabelecimentos portugueses da cidade.

Aparte comentários dos próprios personagens, o leitor da narrativa fica com uma impressão geral dos portugueses caracterizável nas seguintes palavras: «Os portugueses vinham, com as suas grandes barrigas, às portas dos armazéns de secos e molhados»<sup>9</sup>. Esta alusão ao português barrigudo sugere que todos os portugueses são obesos. É desta maneira que a narrativa representa os portugueses, criando através do processo naturalista, estereótipos que os retratam como burgueses vorazes e antipáticos. Manuel Pedro da Silva, por exemplo, conhecido como Manuel Pescada, é um dos protagonistas que se tornou rico pelo seu talento no negócio e comércio brasileiros. Como todos os portugueses neste livro, Manuel provoca inveja e hostilidade aos seus vizinhos brasileiros pela sua ambição, perseverança e, sobretudo, sucesso económico. Do ponto de vista brasileiro, este sucesso traduz-se num aspecto de mercenarismo incitando ao preconceito contra os antigos compatriotas.

Além disso, Manuel e os outros imigrantes portugueses são pintados como pretensiosos e *arrivistes*, seguindo um estilo da vida tipicamente *nouveau riche*. Esta descrição desfavorável e estereotipada tem ligação com a já mencionada tradição popular e anedótica da piada brasileira, que escarnece o português acusando a raça lusa de ter características inerentes de venalidade, chauvinismo, intolerância racial, sensualidade e mercenarismo. É com esta encenação social que a narrativa explica o ressentimento e os malentendidos quotidianos entre portugueses e brasileiros.

Em presença desta imagem pejorativa, elaborada noutros personagens e noutros livros, parece que o romance realista/naturalista brasileiro se tornou, através do personagem português, um veículo alegórico para transplantar para o nível literário uma tradição, ou até um mito social e popular. Paralelamente a esta tradição temos os acontecimentos históricos do século dezanove acima mencionados que estimularam este mito depreciativo – um mito relacionado com a experiência universal de muitos imigrantes. A situação do português no Brasil, contudo, tem ainda hoje em dia este lado negativo apesar da positiva

aproximação sociocultural. Aliás, é justamente a partir desta imagem do português que se entende melhor o Brasil e o seu carácter nacional nessa época de instabilidade económica e política. A presença do imigrante aplicado, trabalhador e, mais tarde, estabelecido, parecia uma ameaça ao brasileiro nativo, que ainda desconfiava do antigo colonizador. Sendo demasiado cedo para não suspeitar dos aventureiros portugueses depois de três séculos de dominação, é conveniente, através do romance, pintar «o português» como um elemento discordante num país tido como novo, ingénuo e singular. Então, como em qualquer sociedade, o imigrante ambicioso e duro nunca se integra facilmente no mais dos nativos. Daí o notar-se, de uma forma ou outra, a tendência para ridicularizar o português no romance.

Os vários comentários sobre os portugueses emitidos pelos brasileiros de Azevedo, são deliberadamente menosprezadores. Chamando a atenção para hábitos depreciativos como a sua dieta, gula e cobiça, Azevedo tipifica e mitifica o imigrante português, deixando-o assim estigmatizado e separado da comunidade brasileira de São Luís. Este fenómeno dá-se em *O Mulato* quando um brasileiro apelida os portugueses de «chouriços», nome popular devido ao seu mercado de salsichas e linguiças, criticado no Brasil durante a célebre Guerra dos Chouriços (1852-53)<sup>10</sup>. Além de alcunhas há alusões negativas ao seu sotaque e costumes a fim de propositadamente deixar em evidência a antipatia que o brasileiro cultivava. Outras observações novelísticas revelam uma aversão nacional pelos portugueses vincadamente ilustrada na pessoa da mãe da heroína. Casada com um português, implanta calorosamente na filha a sua admiração por um agitador político brasileiro, chamado Farol, que durante os anos após a independência, denunciava apaixonadamente os portugueses como exploradores do Brasil. O narrador aproveita-se, então, desta passagem para fazer comentários sobre as reacções veementes dos portugueses contra Farol.

Ao lado destas observações, há a inevitável crítica do domínio colonial português. Um personagem brasileiro, fortemente contrário à presença portuguesa no Brasil, lamenta a vitória luso-brasileira sobre os holandeses no século XVII. Estes, segundo o personagem, teriam contribuído para a cultura brasileira muito mais que os portugueses. Estas suas palavras interpretam bem a sua raiva, e indicam a que ponto podia chegar a indignação brasileira: «A nossa desgraça, rezava ele, é termos caído nas mãos destas bestas! Uns lesmas! uma gente sem progresso, que só cuida de encher o papo e aferrolhar dinheiro!»<sup>11</sup>. Com a corpulência e a ganância características axiomáticas dos portugueses, existe também a acusação de possuírem eles uma natureza atrasada, subsenvolvida – a suposta causa de muitos dos problemas sociais e económicos no Brasil. Mas é importante levar em conta que este retrato social

e literário é também resultado do processo naturalista que exige um papel determinante do ambiente e dos seus mitos culturais, ou seja, o cosmo em que operam os protagonistas. Quer dizer, os estereótipos fazem parte das forças culturais que exercem influência sobre os seres tratados na obra. Por isso, é necessário interpretar a imagem dos portugueses como um mito brasileiro ou seja, um exemplo dum preconceito cultural. Podemos dizer que em vez de desempenharem papéis individualizantes, os personagens portugueses aparecem mais como tipos sociais. Em Azevedo o papel dos portugueses é definitivamente mais social e mítico do que individual.

Frisando esta perspectiva para analisar a imagem portuguesa e a lusofobia no romance naturalista brasileiro podemos compreender melhor as atitudes e mentalidades que se formavam entre os brasileiros nacionalistas. Assim pode igualmente entender-se como um componente social – o imigrante português – é visto e interpretado no contexto literário, cultural e político. Por exemplo, politicamente a ascensão social dos portugueses mais arrojados representava uma ameaça económica, um dos resultados da maquinação corrupta da monarquia brasileira. Antes de 1889, no Brasil falava-se de uma república ou de um governo do Novo Mundo que emancipasse totalmente os brasileiros da herança europeia. Esta mentalidade ressalta aqui, quando um dos personagens brasileiros associa a injustiça prevalecente durante o Império ao sucesso económico dos portugueses:

«Olhe, meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dias os nacionais perseguidos e desrespeitados, ao passo que os portugueses vão se enchendo, e às duas por três são comendadores, são barões, são tudo! Uma revolução! exclamou repelindo o Campos com ambas as mãos. Uma revolução é do que precisamos!»<sup>12</sup>

A onda de lusofobia durante as últimas décadas do reinado de Dom Pedro II, aqui exemplificada, tomava como alvo uma camada social corrupta da monarquia decadente. Nesta obra naturalista a lusofobia é essencial à predeterminada tragédia central e, por isso, sugere alegoricamente a penetração de um grupo étnico decadente na sociedade brasileira da época.

Por outro lado, a lusofobia torna-se ainda mais profunda se papel do português branco revelando preconceitos raciais, o tema principal do romance e a força propulsora e empolgante do enredo naturalista. A hipocrisia racial de S. Luís, acentuada por Azevedo, apresenta-se completa e vingativa – perante o mulato, o personagem central. Apesar da sua aparência pouco africana e de uma ilustre preparação com diploma de Coimbra, Raimundo é

condenado, desterrado e, no fim, assassinado na sua própria cidade natal. Surge assim a ironia trágica no facto de uma camada da sociedade brasileira, virada para a cultura e herança europeias nega indubitavelmente a sua própria natureza racial preferindo o português branco, o elemento menosprezado e desacreditado através de toda a obra. Este critério racial, por um lado, eleva o branco na escala social, se bem que ele seja considerado de carácter infame, mas, por outro, aprofunda ainda mais o desprezo do romancista pela presença portuguesa na sociedade. É curioso notar da parte destes brasileiros a sua afirmação de serem orgulhosos da sua ascendência portuguesa estritamente por causa da pureza racial do europeu. Maria Bárbara, tia da heroína branca, elogia fanaticamente a sua herança portuguesa: «Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses, muito orgulhosa muito cheia de escrúpulos de sangue»<sup>13</sup>. E logo depois: «Lembrava-se com grandes suspiros do marido 'do seu João Hipólito' um português fino, de olhos azuis e cabelos louros»<sup>14</sup>. Aqui a perspectiva da narração é claramente uma crítica social da comunidade maranhense, com intenção de ilustrar os vestígios de uma mentalidade colonial. Tematicamente, trata-se ainda de retratar esta mentalidade que se mantém até ao fim do romance quando o pai português da heroína rejeita definitivamente o mulato como noivo da sua filha:

– Já vê o amigo que não é por mim que lhe recusei Ana Rosa, mas é por tudo! A família de minha mulher sempre foi muito escrupulosa a êsse respeito, e como ela é toda a sociedade do Maranhão! Concordo que seja uma asneira; concordo que seja um prejuízo tolo! O senhor porém imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!... Nunca me perdoariam um tal casamento; além do que, para realizá-lo, teria que quebrar a promessa que fiz a minha sogra, de não dar à neta senão a um branco de lei, português ou descendente direito de portugueses!...<sup>15</sup>

Este preconceito é tão extremo que até o personagem, Sebastião de Campos, retratado como um dos mais cáusticos representantes da lusofobia flagrante no S. Luís daquele tempo, também acha preferível ao mulato o português censurado, mas branco: «Não! lá isso é que não admito ... Preto é preto! branco é branco! Nada de confusões!»<sup>16</sup>

O tema racial toma também um lugar preponderante no romance *O Cortiço*, onde a força esmagadora do ambiente contamina tudo e parece estimular a imoralidade entre a gente – sobretudo entre alguns humildes imigrantes portugueses cheios de boa vontade e outros já integrados no solo tropical. Aqui os portugueses são usados como veículos para ilustrar a

decadência que irradia do exuberante meio brasileiro. Ainda que Azevedo queira salientar a corrupção social com um grande panorama de personagens, muita atenção é prestada aos portugueses em várias fases de decadência. Explorando o elemento sociogeográfico e a sua influência sobre as pessoas, Azevedo retrata três tipos de portugueses: 1) o humilde recém-chegado, imigrante rústico; 2) o avaro *galego*; 3) o negociante-comendador, já estabelecido, morando num sobrado fora mas ao lado do cortiço. A escolha do português como vítima e, mais tarde, uma das forças determinantes do meio, provém da presença histórica do português na escala socioeconômica brasileira e também de mitos culturais. O livro narra o drama do imigrante que chega ao Brasil. Querendo ficar na cidade para melhorar a sua situação financeira, e consciente da sua baixa posição social, tinha que morar num cortiço. É neste cosmo de miséria, pecado e danação naturalista que todos os personagens de Azevedo, inclusive os portugueses, sobrevivem e depois se destroem. Neste romance os portugueses são as vítimas e também os corruptos. As mesmas imagens estereotipadas surgem evocando seres que são nédios, cobiçosos, sem escrúpulos, ambiciosos, sentimentais, sensuais e, até, cornudos. São estes portugueses que dirigem o fio narrativo. Embora estereotipados, existem empolgantes e bem descritos personagens, como Jerónimo, o imigrante que se apaixona pela vibrante mulata brasileira, Rita Baiana. Desenrola-se aqui o tratamento simbólico e popular do português aventureiro seduzido pelo clima tropical do Brasil. Para o leitor do século vinte, a preferência que Jerónimo manifesta pela Rita Baiana é, metaforicamente, uma representação da teoria do «uso-tropicalismo» inventada por Gilberto Freyre em 1933. O libidinoso português descobre uma vida excitante contrária à da sua aldeia tediosa e sem brilho. Para exemplificar a transformação do Jerónimo, Azevedo justapõe frequentemente as características contrastantes dos dois países. Numa cena a voz plangente do Jerónimo cantando o fado é abafada pelo ritmo frenético da música brasileira.

Como no *Mulato*, o papel do português imperialista e, portanto, explorador encontra-se aqui em diversas situações. Azevedo descreve o fenómeno da ganância entre os imigrantes e retrata portugueses que financeiramente abusam dos brasileiros. E este abuso usualmente é realizado através de meios ilegais ou pouco éticos, cuja menção exprime indirectamente o ressentimento brasileiro para com os portugueses. Por exemplo, o impiedoso proprietário, João Romão, e a sua cruel exploração da cafuza Bertoleza, significa em microcosmo um mito popular – a anteriormente mencionada exploração portuguesa do Brasil. João Romão e o seu compatriota, Miranda, são dramaticamente interpretados como bárbaros agarrados aos seus despojos. Em várias cenas, Azevedo caracteriza

alegoricamente o ressentimento e antagonismo luso-brasileiro em ação. É o caso da briga violenta entre a sensual Rita Baiana e a desmazelada portuguesa, Piedade:

«E as palavras «galego» e «cabra» cruzaram-se de todos os pontos, como bofetadas. Houve um vavau rápido e surdo, e logo em seguida um formidável rôlo, um rôlo a valer, não mais de duas mulheres, mas, de uns quarenta e tantos homens de pulso, rebentou como um terramoto»<sup>17</sup>.

E enquanto *o rolo* (a briga) se intensifica, a narração comenta: «E o rolo a ferver lá fora, cada vez mais inflamada com um terrível sopro de rivalidade nacional. Ouviam-se num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e ao Brasil»<sup>18</sup>. É óbvia a inflamabilidade dos sentimentos nacionalistas entre portugueses e brasileiros.

Historicamente, a campanha contra os portugueses continuou até meados da última década do século com o romancista e jornalista, Raul Pompeia, fazendo propaganda da brasilidade. Jornais como *O Nacional* e *O Jacobino* estimularam programas de xenofobia, com muito verbalismo contra os portugueses. Comentários surgiam sobre a exploração colonial, a venalidade portuguesa e também a intervenção política dos portugueses<sup>19</sup>. A lusofobia, apesar de ter existido nesta época, parece ter sido exagerada e transformada num mito popular. É a velha história da virgem corrompida pelo velho vicioso.

Quanto à literatura, parece que escritores como Azevedo aderiram a uma visão da presença portuguesa como símbolo da corrupção que devastava o Brasil. O papel dos portugueses nas narrativas é essencialmente alegórico, insinuando a explosão portuguesa no contexto histórico do Brasil. Como os portugueses representam sempre tipos com as mesmas características pejorativas acima mencionadas, a sua presença simboliza um componente social negativo e ao mesmo tempo, provoca motivações para reformas nesta sociedade brasileira do fim do século XIX. Mas enquanto a lusofobia nestes romances toma aspectos alegóricos, o cunho didático e a promoção sociopolítica enfraquecem o seu impacto estético. Com Azevedo, os comentários categóricos e pejorativos sobre Portugal e os portugueses servem para mostrar como o emprego de personagens e de narração pode ser orientado para propor uma tese sociopolítica. Apesar do seu talento para descrever com uma vividez plena de detalhes, as narrativas não conseguem desenvolver os personagens, nem chegam aos níveis figurativos e sugestivos. A narração com a sua voz dogmática, fica num nível prosaico e sociológico.

No entanto, na história do tratamento da lusofobia existe um romance deste período que habilmente invoca o alegórico e o sociológico mantendo também uma verosimilhança inesquecível. Em *Bom-Crioulo* (1895), escrito por Adolfo Caminha, temos os portugueses como símbolos de corrupção, desdém e exploração, mas em termos subtis e sugestivos. Neste romance, atrevido sobre o amor homossexual do marinheiro negro Amaro pelo lourinho Aleixo, o romancista incide sobre o racismo fervente da época como elemento contributivo para a condenação deste amor. Mas ao lado do racismo temos o papel da lusofobia, outro elemento social destinando a vida do *Bom-Crioulo*. O romance é um *tour-de force* de alegoria refinado, onde as camadas sociais bem hipócritas são retratadas para exemplificar o abuso perverso de que eram vítimas os negros na sociedade.

É neste ambiente de desconsideração pelo negro que os portugueses desempenham um papel importante. Aqui os personagens secundários, que «por acaso» são portugueses, tornam-se indirectamente os *agents provocateurs* da acção. É interessante notar que sentimentos antiportugueses atingiram o auge no Brasil aproximadamente um ano antes da publicação deste romance. A história conta-nos que houve uma revolta naval na Baía da Guanabara onde duas canhoieras portuguesas deram asilo aos revolucionários brasileiros. Este acontecimento resultou numa interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil que durou de 13 de Maio de 1894 até 16 de Março de 1895, contribuindo assim para aumentar ainda mais a hostilidade contra a comunidade portuguesa do Brasil<sup>20</sup>.

Em *Bom-Crioulo*, os portugueses com a sua reputação venal são instrumentos convenientes que intensificam o conflito dando lugar enfim ao crime de paixão em que Aleixo, já seduzido pela lasciva portuguesa Carolina, é assassinado brutalmente pelo seu antigo amante negro. Em plano secundário, há um português do cais que é ameaçado pelo Bom-Crioulo. Mais tarde, depois de ser punido por esta acção, Bom-Crioulo tem um sonho agourento:

Durante o sono viu a figura do português inchando para ele com uma faca, desafiando-o: «Vem, negro, vem, que eu te mostro!» Era um homem reforçado em cuja roupa havia manchas de sangue – barba longa, olhar atrevido<sup>21</sup>.

Temos aqui o mesmo retrato do português agressivo exercendo a sua força. Noutro trecho, enquanto está a fugir do hospital à procura do Aleixo, Bom-Crioulo, fraco mas resoluto, encontra um barqueiro português. É este português que leva Bom-Crioulo para o outro lado da Baía; mas é o comentário da narração que fascina o leitor e oferece grandes implicações sobre a disparidade entre as culturas portuguesas e brasileiras:

A pequena embarcação vinha-se chegando para a ilha, sem tódo, remada por um galego de suíças, meio velho. Trazia à pôpa, no recosto do paineiro, o dístico – *Luis de Camões*; por cima de uma figura a óleo, que tanto podia ser a do grande épico como a de qualquer outra pessoa barbada, em cuja frente se houvesse desenhado uma coroa de louros. Nessa infame garatuja, o poeta tinha o olho *esquerdo* vazado, o que, afinal, de contas, não interessava ao negro<sup>22</sup>.

O facto de Camões perder o olho direito e não o esquerdo não tinha nenhuma importância nem significado para Bom-Crioulo.

Há outros exemplos em que os portugueses fazem parte da narrativa. Além de Carolina, o romance refere-se a portugueses os quais são chamados zombeteiramente de *galegos*. Estes personagens, porém, desempenham um papel bastante inferior. Um português envolve-se com Bom-Crioulo nuns sopapos, saindo o segundo vencedor. Os outros dois portugueses são denominados *bodegueiro* e *padeiro*, ocupações associadas com os portugueses no Brasil. Numa cena, o bodegueiro malevolamente aponta a cobardia de dois polícias brasileiros, querendo envergonhar o brasileiro e simultaneamente elevar a polícia portuguesa. Em outras passagens do livro, os portugueses são pejorativamente chamados de *marinheiros*. A dada altura, Bom-Crioulo descobre através dos portugueses da Padaria Lusitana que Aleixo e a portuguesa são amantes. Estas cenas e outras deixam o leitor com uma impressão desfavorável dos portugueses – produzindo o efeito de contínuas e desdenhosas alusões aos portugueses, à sua presença ubíqua e indesejável no Brasil deste período.

É com a portuguesa Carolina, porém, mulher-da-vida e agora dona de uma pensão, que Caminha atinge um retrato dinâmico da ganância portuguesa, uma característica que serviu de fonte para a lusofobia flagrante da época. Carolina, agressiva e sensual, tornou-se uma vez amiga do forte Bom-Crioulo por razões interesseiras de protecção física, mas no fim é ela que o traiçoa ao roubar-lhe o único prazer na vida – o Aleixo. É a sensualidade arrojada da Carolina que subjuga o branco e atraente jovem: «Aleixo nesse dia estava de folga e muito cedo, cousa de uma hora, veio à terra impelido por uma grande saudade que o fazia agora escravo da portuguesa»<sup>23</sup>. A portuguesa, grosseira e de corpo forte, seduz o Aleixo numa cena que aponta a sua insaciabilidade rapace:

Então ela, como se lhe houvessem aberto de repente um caudal de gozo, cravou os dentes na face do grumete, numa fúria

brutal, e segurando-o pelas nádegas, o olhar cintilante, o rosto congestionado foi depô-lo na cama ...<sup>24</sup>

A escolha de Caminha da portuguesa para desempenhar o papel de Eros sedutora é inesperada quando nos lembramos da imagem usual da triste mulher portuguesa casada com o emigrante em terras do Brasil. Ocasionalmente, como na novela de Manuel António de Almeida, a mulher portuguesa é espertalhona e cheia de espírito. Mas na maior parte dos casos ela está associada à cena doméstica, onde o seu papel é meramente servil. Neste romance, a mulher portuguesa é caracterizada numa figura sensual e independente. Através do livro ela é chamada a portuguesa, e na sua primeira descrição, o narrador retrata-a como senhora generosa, a qual não exhibe preconceitos raciais perante os seus hóspedes. A contar o passado e os amores da Carolina, o onisciente narrador, adoptando as suas maneiras e modo de falar, demonstra uma atitude cómica e mofosa relativamente a esta sereia roliça e indecente. Na sua juventude, conhecida por Carolina Bunda, uma prostituta, ela é apresentada gozando o simples prazer duma mulher na sua posição:

Foi nessa época, num dia de carnaval (lembro-me-bem!), que começou a melhorar de sorte. Um clubezinho pagou-lhe alguns milréis para ela fazer de Vênus, no alto de um carro triunfal. Foi um escândalo, um «sucesso»: atiraram-lhe flôres, deram-lhe vivas, muita palma, presentes – o diabo! Durante quase um ano só se falou na Carolina, nas pernas da Carolina, na portuguesa da Rua do Núncio<sup>25</sup>.

Burlesca e ridícula, Carolina parece-se como outras mulheres-da-vida. Aqui a sua origem portuguesa não parece ser usada como base para o seu retrato, pelo contrário, parece accidental, porque ela é descrita como qualquer mulher imoral e de paixão ferosa.

Mas no decorrer da narrativa, o facto de Caminha ter insistido na nacionalidade portuguesa desta personagem faz-nos crer que pretendia fazer a distinção entre a sua nacionalidade e a dos outros. Podemos pois dizer que o autor procura chamar a atenção do leitor para o facto de Carolina ser portuguesa. Dada a sua origem, o leitor acaba por associar o seu comportamento e personalidade com a sua nacionalidade. Assim, qualquer coisa que faça, ela actua como mulher portuguesa, ao contrário duma brasileira ou italiana. A atenção à sua nacionalidade toma um significado sarcástico e cómico na cena de sedução no primeiro contacto dela com Aleixo:

– Pr' aí, meu jasmim de estufa, pr' aí! Vais conhecer uma portuguesa velha de sangue quente. Deixa a inocência por lado, vamos!...

.....

Ela, de ordinária tão meiga, tão comedida, tão escrupulosa mesmo, aparecia-lhe agora como um animal formidável, cheio de sensualidade, como uma vaca de campo extraordinariamente excitada, que se atira ao macho antes que êle prepare o bote...

Era incrível aquilo!

A mulher só faltava urrar!<sup>26</sup>

A lasciva Carolina é tratada pejorativamente, com desdém e de modo ridicularizante, embora seja vista através dos olhos pasmados e inocentes do jovem Aleixo. Do ponto de vista brasileiro, o facto de ela ser portuguesa intensifica o grau de mofa. Com constantes alusões à sua nacionalidade portuguesa, Carolina corporifica tudo que seja cobiça e exploração. Esta intriga amorosa acaba na rua com o homicídio brutal do Aleixo, cujo corpo mutilado tem grande interesse para os passantes. Tanto interesse que eles nem fazem caso do negro Bom-Crioulo que ao mesmo tempo é levado pela polícia. Na cena final, Caminha insinua que a consideração racial do público é totalmente branca, neste caso, incluindo até o português escarnecido.

Para concluir, pode dizer-se que a lusofobia documentada no século XIX pelos historiadores e jornalistas está vivamente retratada nestes romances românticos e naturalistas. Além disso, os personagens são usualmente estereótipos simbolizando mitos populares e alegoricamente as teses dos romancistas. Nas obras naturalistas brasileiras, o método científico com seu determinismo inerente coaduna-se com a necessidade de comunicar o ressentimento sociopolítico e a lusofobia amarga duma sociedade à procura duma identidade original. Consequentemente a imagem do antigo colonizador, i.e., do Português cobiçoso e rude, servia para justificar a falta de progresso na sociedade e as frustrações dum povo tentando compreender-se. Enquanto exprimiam o seu descontentamento com a falta de progresso no seu país, os escritores da época, justificadamente, ou não, pareciam ter encontrado, com a ajuda da mitologia popular, um conveniente bode expiatório no ambicioso imigrante português – uma figura paralela ao Shylock de Shakespeare engendrando preconceitos e reflectindo nitidamente, a nível cultural, um vigoroso mito do povo brasileiro.

1. Domingos José Gonçalves de Magalhães, *Obras* (Rio de Janeiro, 1865), VIII, p. 256. O artigo «Ensaio sobre a história de literatura do Brasil», publicado inicialmente na hoje rara *Niterói: revista braziliense*, foi posteriormente reproduzido nesta edição completa das suas obras.
2. Gonçalves de Magalhães, *Obras*, VIII, p. 256.
3. Antônio Gonçalves Dias, *Poesia Completa e Prosa Escolhida* (Rio de Janeiro, 1959), p. 15.
4. José de Alencar, *Obras Completas*, (Rio de Janeiro, 1964), II, p. 116.
5. Alencar, *Obras Completas*, III, p. 40.
6. Alencar, *Obras Completas*, IV, p. 493.
7. Eloy Pontes, *A vida inquieta de Raúl Pompéia* (Rio de Janeiro, 1935), p. 264.
8. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, Agitador no Brasil* (Lisboa, 1972), pp. 49-50.
9. Aluísio de Azevedo, *O Mulato* (Rio de Janeiro, s.d.), p. 46.
10. R. Magalhães Júnior, *O Império em Chinelos* (Rio de Janeiro, 1957), pp. 60-65.
11. Azevedo, pp. 90-91.
12. Azevedo, p. 268.
13. Azevedo, p.,15.
14. Azevedo, p. 15.
15. Azevedo, p. 240.
16. Azevedo, p. 266.
17. Aluísio de Azevedo, *O Cortiço* (São Paulo, 1965), p. 201.
18. *Cortiço*, p. 202.
19. Pontes, *A vida inquieta de Raúl Pompeia*, pp. 251-87.
20. Pontes, pp. 251-87.
21. Adolfo Caminha, *Bom-Crioulo*, 3.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1956), p. 198.

22. Caminha, p. 198.
23. Caminha, p. 145.
24. Caminha, p. 118.
25. Caminha, p. 88.
26. Caminha, pp. 118-120.

## O MOVIMENTO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

«Apertemos os laços da Federação que se dissolve».

(Sílvia Romero, *O Elemento Portuguez no Brasil*, 1902)

«...de Portugal e do Brasil uma comunidade perfeita, com o mesmo ideal latino, com a mesma força de inteligência e de alma, com a mesma perfeita sensibilidade social».

(João de Barros, *Atlântida*, 1915)

«The idea of a perfect and immortal commonwealth will always be found as chimerical as that of a perfect and immortal man.»

(Hume, *The History of Great Britain*, 1754-62)

## A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES CULTURAIS LUSO-BRASILEIRAS

A República fundada em 1889 lançou o Brasil no caminho da individualidade nacional, onde os estrangeiros eram frequentemente tratados com certa suspeita pelos elementos xenófobos do país. Tais sentimentos de nacionalismo tornaram-se manifestos no Artigo 69 da Constituição de 1891, conferindo a cidadania brasileira a todos «Os estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de Novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem»<sup>1</sup>. A mesma lei fora também incorporada previamente na Constituição de 1824 com uma cláusula, especificamente fazendo referência aos portugueses ali residentes, oferecendo-lhes cidadania brasileira, acaso se encontrassem já no Brasil, aquando da proclamação da independência<sup>2</sup>. A declaração de 1824 fora emitida para garantir que os portugueses não jurassem fidelidade à mãe-pátria. Durante os anos do Império, os emigrantes portugueses não receberam consideração especial

porque foram agrupados com os outros estrangeiros, como viria a acontecer na Constituição de 1891. Não estando os portugueses no Brasil a receber, na altura da proclamação da República, reconhecimento exclusivo, dá impressão de nunca se ter materializado o sonho de unidade expresso por D. João VI. Do outro lado, o governo português também não prestou qualquer atenção especial aos brasileiros.

Enquanto testemunhava a mudança política no Brasil, assim como a competição que se verificava entre os seus emigrantes e outros que iam chegando a este país, Portugal começou a prever a perda da sua presença no domínio cultural e económico. Convém não esquecer que nas décadas prévias à República de 1889, Portugal tratou o Brasil com certa indiferença e não demonstrou grande interesse no fortalecimento de laços socioeconómicos com a antiga colónia. Quando o evento de 1889 apareceu nas notícias internacionais, Portugal levou uma sacudidela e acordou. Embora não tenha sido o primeiro, Portugal reconheceu oficialmente a República do Brasil a 18 de Setembro de 1890, sem esperar até pela instalação dum congresso. Por isso, em menos de um ano depois da sua declaração, a nova República sentia-se reconhecida pela mãe-pátria. Com a participação activa do Brasil no Pan-Americanismo – movimento nascido da Doutrina Monroe de 1823, e da conferência das nações americanas no Panamá em 1826 conjuntamente com seu papel na União Internacional das Repúblicas Americanas de 1889-1890, Portugal podia ver abrir-se o fosso entre o Velho e o Novo Mundo, tornando-se gradualmente maior.

Tentativas para estabelecer um Tratado de Comércio, através do qual ambos os países lucrariam, veio a ser o projecto dos portugueses, com a concordância benevolente dos brasileiros. Matoso dos Santos, um homem do governo português, foi enviado ao Brasil com o propósito de negociar tal tratado. A 14 de Janeiro de 1892, o tratado estava delineado, mas não fora aprovado, devido à fricção existente entre o governo brasileiro e o Congresso. Hostil ao primeiro presidente Deodoro da Fonseca, o Congresso era composto por alguns monarquistas, discordantes da linha traçada pelos líderes republicanos. Quando Floriano Peixoto subiu à presidência, esta situação não foi alterada. Membros dos fuzileiros e da marinha, monarquicamente orientados, começaram a manifestar a sua insatisfação com os chefes republicanos. E a 6 de Setembro de 1893, a marinha levantou-se contra Floriano. Esta série de acontecimentos é importante na história luso-brasileira por ter resultado na interrupção das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, de 13 de Maio de 1894 a 16 de Março de 1895. O comandante naval brasileiro, Saldanha da Gama, fora derrotado na sua revolta, devido à presença de esquadões estrangeiros dentro da marinha brasileira. Os líderes navais

estrangeiros apoiaram e obrigaram os revolucionários a retroceder. Saldanha da Gama e 500 dos seus oficiais e outros homens conseguiram refúgio a bordo de dois barcos-de-guerra portugueses – *Mindello* e *Afonso de Albuquerque*, ancorados na Baía de Guanabara sob o comando do Almirante português, Augusto de Castilho. Estes barcos transportaram os revolucionários a Buenos Aires. Como era de esperar, a reacção pública à intervenção portuguesa deu origem a críticas e comentários severos contra Portugal. Os apoiantes de Floriano, por serem efervescentes nacionalistas, tornaram-se fanaticamente hostis à colónia portuguesa no Brasil. Estes nacionalistas interpretaram a revolta naval como uma tentativa de restauração do regime monárquico. Uma onda de nacionalismo chauvinista, encorajada por Floriano, lançou brasileiros contra portugueses, assim como ingleses, que pretendiam estender seus tentáculos um pouco mais adentro do comércio brasileiro. Patrióticos brasileiros agravaram os incidentes contemporâneos com acusações reminiscentes da era colonial. Raúl Pompeia era fervorosamente *Florianista* e expressou aberta e fervorosamente a sua *lusofobia* em cafés e praças públicas. Notável pelas suas caricaturas e bastante aplaudido pelo público, Pompeia demonstra, através de seu desenho de 1893, o azedume intenso para com os portugueses por parte dos brasileiros neste momento da história luso-brasileira (ver figura IV). A caricatura intitulada «Brasil entre dous ladrões», é uma imitação da cena do Calvário, com três corpos pregados na cruz: um português, um brasileiro e um inglês. Das três figuras, o português é o mais detalhado. Representando *carestia*, a imagem familiar e típica do pequeno, gordo e novo rico português é usada para ilustrar um dos elementos socioeconómicos a ameaçar o sucesso da República. Esta visão pejorativa dos portugueses provém das características atribuídas ao *portuga* – sandálias de trabalho, a veste aparatosa, chapéu grande, e o escudo português (uma amostra da fidelidade ao patriotismo lusitano). A figura do centro representa o Brasil, jovem e puro, sendo sacrificado por uma imprensa brasileira neutra. A terceira figura é John Bull, de sorriso financeiro, representando o *câmbio* britânico.

Revoltando-se contra a ausência dum jornal e dum movimento com plataforma nacionalista, Pompeia aproveitou todas as oportunidades para se manifestar contra as forças estrangeiras, em particular os portugueses. No prefácio às *Festas Nacionaes* de Rodrigo Octávio, em 1893 – livro atacando os portugueses – Pompeia escreveu uma acusação forte aos mesmos, e aos ingleses. Durante este período de confusão, o fanatismo político atingiu proporções imprevistas. Pompeia, que contribuiu para esta onda de nacionalismo, atirava os seus pontos-de-vista ao papel. Seus textos revelam um plano para um partido nacional, inspirado no desafio entre Floriano

Peixoto e a marinha. Escreveu também um manifesto, no qual mostra todo seu ódio virulento à intervenção estrangeira. Ao mencionar figuras como Tiradentes, Pompeia obviamente revelava a sua intenção de estimular o fervor nacionalista. Quando os navios portugueses ajudaram os revolucionários navais, Pompeia e o público brasileiro ficaram lívidos<sup>3</sup>. Com esta atmosfera quente, surgiu o Jacobinismo. E a ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil encorajou um tipo de propaganda denegridora de tudo quanto era português. Pedidos para a nacionalização do comércio, a serem incorporados na Constituição foram feitos durante um período de patriotismo intoxicante. No seu *Excriptos Políticos*, Pompeia elaborou um programa que tinha como objectivo a nacionalização da cultura brasileira, da educação à política. Aqui alude a duas correntes prevalecentes nos círculos brasileiros: a opinião brasileira dum lado; do outro, a opinião cosmopolítica, antinacionalista, e predominantemente de inspiração portuguesa. Pompeia criticou os *lusitanos*, os quais, vivendo no Brasil por mais de quarenta anos, ainda se consideravam estrangeiros.

Chamando aos portugueses *íntimos-extranhos*, Pompeia acredita ser possível uma união fraternal entre os dois países; bastava que ficasse nacionalizado todo o comércio. Até àquela altura, Pompeia decidiu referir-se a Portugal como o pérfido Caím.

A campanha contra os portugueses continuou em cheio, até 1895, com Pompeia hasteando a bandeira do nacionalismo brasileiro. Jornais como *O Nacional* e *O Jacobino* incentivaram programas de xenofobia, com ataques verbais contra os portugueses. Para estes, foi flagrante o ataque ao seu regime colonial. Mesmo depois de reatadas as relações diplomáticas entre os dois países em Março de 1895, os jacobinos persistiram na demonstração do seu antiportuguesismo. Porém, a vitória do governo no incidente naval impediu simplesmente a possibilidade de sucesso desse grupo de brasileiros e portugueses amantes da causa da monarquia. Olavo Bilac, poeta brasileiro, tentou atacar esta lusofobia em *A Cigarra*, semanário sustentado pelos brasileiros respeitadores da sua descendência portuguesa. Os referidos sentimentos antiportugueses continuaram no Brasil, com menos vigor, é certo, à medida que os brasileiros se iam ocupando com seus problemas políticos internos. Os jacobinos, após o suicídio de Raúl Pompeia em 1895, perderam um líder fervoroso na sua plataforma de antiportuguesismo. Quando Portugal fez de árbitro entre a Inglaterra e o Brasil, em 1895 na disputa das ilhas de Martim Vaz e Trindade, as relações entre Portugal e o Brasil melhoraram consideravelmente; pois a 5 de Agosto de 1896, Portugal comunicou ao Brasil que a Inglaterra deixara de considerar suas estas ilhas.

Embora nacionalismo e *lusofobia* tivessem continuado no Brasil, sempre houve brasileiros que se aperceberam das vantagens duma filosofia política luso-brasileira. Um dos seus defensores, surpreendentemente, foi Sílvio Romero, que duas décadas atrás criticara fortemente os portugueses. Em Maio de 1902, fez uma conferência no Gabinete Português de Leitura, no Rio, intitulada «O Elemento Portuguez no Brasil», na qual acentuou a «conveniência de fortalecer no Brasil o elemento portuguez»<sup>4</sup>. Esta abrupta mudança sentimental sobreviera a vários acontecimentos, os quais convenceram Romero de que a união entre o Brasil e Portugal seria mais vantajosa. Aludindo primeiramente à sua história mútua, e sobretudo à mutualidade da língua, Romero afirma que das novas colónias estabelecidas no século XIX no Brasil, a dos portugueses era decididamente a mais conveniente pela facilidade de adaptação à vida brasileira. Este discurso pró-português abundou em vaidosas declarações acerca da história e da cultura portuguesa. Parece-nos que Romero, assim como outros, começou a avaliar favoravelmente a presença portuguesa no Brasil, em virtude do número crescente de emigrantes italianos e alemães infiltrando-se no país. Preocupando-se com a força gradualmente adquirida no sul pelos alemães, Romero optou por maior colonização portuguesa já que os lusos mantinham a cultura básica do Brasil. Romero perspicazmente receou possível germinação do Brasil, eis porque se tornou favorável aos portugueses. Além disso, o Brasil ansioso pelo reconhecimento internacional seguia atenciosamente as negociações que outras nações sul-americanas estavam levando a efeito com Espanha. Por exemplo, a possibilidade de uma união hispano-argentina predispo os brasileiros, como Romero, a pensar numa federação luso-brasileira, a qual podia constituir um forte bloco, tanto cultural quanto militar. No seu discurso, Romero perguntou: «Porque não havemos de fazer a mesma coisa com Portugal, que possui uma bella esquadra e um esforçado exército, apto para as luctas asperas nas regiões tropicaes?»<sup>5</sup>. Ao longo do seu discurso, Romero falou da ameaça de certas nações do Norte da Europa, que a seus olhos eram religiosamente imperialistas. Segundo Romero, a união internacional era a maneira eficaz de combater o imperialismo estrangeiro. Sem dúvida alguma, Romero estava sendo sincero sugerindo uma federação luso-brasileira; porém a sua sinceridade foi definitivamente excedida pelo seu poder de clarividência. Quando falou da aliança luso-brasileira, aludiu à África Portuguesa do mesmo modo que posteriormente brasileiros, como José Honório Rodrigues, previam a afinidade do Brasil com o Continente Negro:

Sim, meus senhores; não é isto uma utopia, nem é um sonho a aliança do Brasil e Portugal, como não será um delírio ver no futuro o império português da África unido ao império português da América, estimulados pelo espírito da pequena terra da Europa que foi o berço de ambos<sup>6</sup>.

(A união afro-brasileira viria a ser o tema principal do livro de Rodrigues, *Brasil e África* (1961) publicado e traduzido para inglês em 1965). A conferência dada por Romero é notável como um dos primeiros exemplos concretos de discussão envolvendo uma forma de luso-brasileirismo. A escolha de palavras por Romero faz pensar que o conceito duma união luso-brasileira precisava dum impulso nesta altura: «Apertemos os laços da Federação que se dissolve»<sup>7</sup>.

No nível cultural, e sobretudo literário, existia um intercâmbio activo entre escritores, poetas e jornalistas brasileiros e portugueses, especialmente, os colaboradores brasileiros na vida literária portuguesa. Pedro da Silveira no seu livro, *Os últimos Luso-Brasileiros* (1981), documenta esta actividade no período do Realismo em Portugal até aos primeiros anos do século XX. Pedro da Silveira chama atenção para o facto de muitos destes brasileiros, sobretudo os mais famosos, nunca terem residido em Portugal. Silveira também faz alusão ao facto de haver vários portugueses que colaboraram nos movimentos literários brasileiros.

Concluindo o seu estudo, Silveira comenta realisticamente sobre este intercâmbio cultural:

Entrado o século XX, o afluxo de brasileiros que vinham cursar as escolas superiores portuguesas (não só a Universidade de Coimbra: também o Curso Superior de Letras, de Lisboa, e ainda as Escolas Politécnicas e Médico-Cirúrgicas da capital e do Porto), já diminuto na década anterior, praticamente cessa. Em consequência, a participação de jovens brasileiros na vida literária lusa termina, ou passa a ser esporádica. O que continuou a haver, com altos e baixos, mas mais baixos do que altos, foi o que hoje se diz, em linguagem jornalístico-burocrática, o intercâmbio cultural luso-brasileiro<sup>8</sup>.

No que diz respeito às relações luso-brasileiras culturais e literárias durante o período modernista, o estudo minucioso de Arnaldo Saraiva, *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português* (1986), argumenta a favor da existência de um intercâmbio notável, se bem que esporádico, entre os intelectuais das duas nações. Apesar disso, Saraiva regista também o clima de um certo desconhecimento mútuo dos dois lados do Atlântico. Arnaldo Saraiva inventaria, porém, correspondências, revistas, jornais e livros para

averiguar a presença desta actividade relacional e, sobretudo, para mostrar que as distâncias entre os dois modernismos não foram tão vastas. Assim, revela que um diálogo luso-brasileiro modernista floresceu entre intelectuais como Ronald de Carvalho, Eduardo Guimaraens, Luís de Montalvor, António Ferro, Mário de Sá-Carneiro, e outros. Embora houvesse muitos casos pontuais de colaboração e outras tentativas privadas de aproximação cultural, Saraiva admite, todavia, que as trocas culturais se fizeram de modo irregular. No entanto, e apesar desta actividade, as relações entre intelectuais, do nosso ponto de vista, não contribuíram para modificar, de maneira significativa, a imagem luso-brasileira.

Entretanto, em Portugal, no plano governamental movimentos para relações mais próximas com o Brasil tornaram-se menos intermitentes. A oposição republicana em Portugal resolveu estreitar os laços com o Brasil, por acreditarem fazer parte da política externa de Portugal. O rei português, D. Carlos I, estava razoavelmente inclinado a melhorar as relações com o Brasil. Em Janeiro de 1908, quando aquele país se preparava para a celebração do centenário da abertura dos seus portos, D. Carlos I decidiu participar nas cerimónias. Segundo o Primeiro Ministro de D. Carlos, João Franco, o rei classificou esta viagem de estreitamento das relações luso-brasileiras. Do ponto de vista brasileiro, esta visita significaria o reconhecimento do monarca dum forma de governo republicano que tinha substituído um ramo da sua dinastia. D. Carlos, por outro lado, tinha razões específicas para ir ao Brasil. João Franco classificou o programa do monarca como a esperança de melhoramento das relações entre os dois países. A ideia dum linha naval mútua, um tratado comercial, uma sucursal do Banco de Portugal no Brasil, e a discussão sobre a emigração portuguesa, eram as maiores preocupações do rei<sup>9</sup>. Com o entusiasmo dum homem de estado brasileiro, Rio Branco, e dos portugueses no Brasil, a *colónia portuguesa*, as preparações para receber o rei foram feitas sob um espírito luso-brasileiro. Mas o assassinato do rei no dia 1 de Fevereiro de 1908 destruiu os grandiosos planos desta unidade luso-brasileira.

#### EXPRESSÕES DO LUSO-BRASILEIRISMO: CONFERENCIAS, PUBLICAÇÕES, ACORDOS E TRATADOS

A tragédia de 1908 parou temporariamente as negociações. Todavia, os portugueses em geral não estavam dispostos a perder a boa vontade brasileira no estabelecimento de melhores relações. No ano seguinte deu-se a primeira declaração oficial dum programa luso-brasileiro. Consiglieri Pedroso,

presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, submeteu a votação na sessão de 10 de Novembro uma proposta para uma Comissão Luso-Brasileira, que iria negociar, para a unificação moral das duas nações. A Assembleia Geral da prestigiosa e augusta Sociedade de Geografia, imediatamente aprovou a proposta de Pedroso. Enumerando as razões para uma comissão daquela ordem, Pedroso frisa o seu interesse principal – a posição dos portugueses no Brasil face a outros grupos étnicos, os quais implantavam a sua cultura no país. De acordo com estatísticas da emigração, feitas entre os anos 1888 e 1914, os italianos eram o maior grupo, totalizando 41 por cento do total da população estrangeira. Seguiam-se os portugueses com 26 por cento, depois os espanhóis com 17, e os restantes 16 estavam divididos entre os alemães, os turcos (sírios e libaneses) e os japoneses, que começaram a entrar em 1908<sup>10</sup>.

Portugal, desejando manter força cultural no Brasil, freneticamente procura manter a sua supremacia social. Notícias da emigração massiva para o Brasil inspiraram nos portugueses e nos brasileiros suspeitas contra essa nova onda de estrangeiros. Pedroso, empenhando-se em tentar demonstrar aos brasileiros as vantagens duma união luso-brasileira, tentou seduzir a antiga colónia com o vasto potencial de Portugal:

Considera que este sério risco de desnacionalização lenta mas segura sómente o Brasil pode conjurar-o pela aproximação e relações cada vez mais estreitas com Portugal, possuidor ainda hoje de um rico e vastíssimo império em Africa, de território reduzido na Europa, não há duvida, mas berço de uma robusta e prolífica população largamente espalhada pelo mundo, de extraordinários faculdades de adaptação e resistência, população indispensável – e não substituível por outra – para a conservação e pureza da raça nacional do Brasil<sup>11</sup>.

Chamando a atenção para as suas possessões imperiais, Portugal tinha esperança de atrair para si o Brasil, eliminando assim a possibilidade duma redução gradual dos portugueses no Novo Mundo. Esta proposta é extremamente idêntica ao plano de D. Carlos, e à série de acordos e tratados que viriam a ser propostos em 1966. Na essência, Pedroso opinava por uma aproximação económica e cultural que pudesse levar a um tratado comercial, e a congressos luso-brasileiros, companhias de navegação, intercâmbio cultural e revistas; em adição à criação de sociedades criadoras duma reciprocidade luso-brasileira, servindo-se da colónia portuguesa no Brasil como intermediária. Este último factor interessou Pedroso e outros portugueses fortemente crenes na estimulação dos laços com os portugueses no Brasil, porque isto

resultaria na continuação da supremacia étnica de Portugal naquele país e, sobretudo, na conservação e pureza da raça nacional do Brasil – esta sendo naturalmente *lusso-brasileira*. Por conseguinte, antes desta proposta de Novembro de 1909, Pedroso tinha estabelecido um concurso em Janeiro do mesmo ano, destinado a premiar o escritor que tivesse proposto o método mais eficaz para garantir uma união moral entre os portugueses no Brasil e a mãe-pátria. A Sociedade de Geografia não levou a cabo as suas intenções; mas de qualquer modo conseguiu enviar alguns membros em missão a terras de Santa Cruz, os quais tentaram implantar as suas directivas. Todavia, é esta organização reconhecida como uma das precursoras do conceito luso-brasileiro de *comunidade*. A influência da Sociedade de Geografia não deve ser subestimada, pois desde a década de sessenta tem sido o baluarte da filosofia luso-brasileira de *comunidade*.

Com a implantação da República Portuguesa em 1910 e o subsequente conflito político, a campanha para uma união luso-brasileira esmoreceu momentaneamente. Mas por outro lado, individualmente existiam pessoas interessadas e activas na campanha para esta união. Alberto d'Oliveira, o escritor e jornalista português, colaborou em 1912 no *Jornal do Comércio* do Rio, emitindo opiniões e impressões numa coluna intitulada «Pombos-Correios». De Janeiro a Dezembro, Alberto d'Oliveira participou nesta aventura com o propósito de estabelecer melhores relações entre os dois países. Num artigo, Oliveira menciona a probabilidade de uma futura *Confederação Luso-Brasileira*. Por um lado, pelos seus portos no continente e nas colónias, Portugal oferecendo protecção e ajuda aos esquadrões brasileiros de guerra e comércio; por outro lado, o Brasil apresentando um bom mercado para os produtos portugueses<sup>12</sup>.

Durante os dois anos seguintes, tentativas individuais e declarações do género das de Oliveira constituíram os únicos esforços a favor duma união. Em 1914, negociações para a abertura dum porto livre para os produtos brasileiros foram instigadas por dois homens de estado – Bernardino Machado de Portugal, chefe da Legação Portuguesa no Brasil, e Lauro Muller, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Esta acção abriu portas à criação duma comissão de estudo para um plano de tal monta, e eventualmente resultou no seu aparecimento em algumas cidades da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria. Essas câmaras tratavam do interesse económico entre os dois países. Nesta altura, devido ao rebentamento da Primeira Guerra Mundial, ambos os países começaram a ver o valor dum maior estreitamento de relações e manifestaram as suas preocupações, elevando as suas delegações estrangeiras ao nível de embaixadas em 1914. No relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros em Maio de 1914, diz-se:

O Governo da Republica Portuguesa resolveu elevar de graduação a sua representação no Brasil, dando à sua Legação no Rio de Janeiro a categoria de Embaixada...

O Brasil, correspondendo a esse acto de alta cortezia internacional, procedeu com inteira reciprocidade. O Poder Executivo foi autorizado pelo Congresso Nacional a elevar a Legação brasileira em Lisboa à categoria de Embaixada. Essa Resolução, sancionada pelo Decreto n. 2.843, de 7 de Janeiro do corrente anno foi posta em execução pelo Decreto n.º 10.808, de 1 de Março ultimo<sup>13</sup>.

Daqui em diante, um programa a favor de melhores relações surgiu com força considerável. No Brasil, o jornalista controverso, Paulo Barreto, que escreveu sob o pseudónimo João do Rio, torna-se grande amigo de Portugal, advogando mais estreitas relações entre os dois países. Este interesse por uma melhor comunicação luso-brasileira culminou na revista *Atlântida*, fundada em 1915 em Lisboa e dirigida pelo escritor português João de Barros<sup>14</sup>. Patrocinada pelos ministérios dos negócios estrangeiros de Portugal e Brasil, esta publicação tinha a finalidade de fornecer informação artística, literária e social concernando os dois países. Barros atribui a ideia de publicação desta revista ao brasileiro Paulo Barreto, o qual tinha visitado Lisboa em 1909. A *Atlântida* oferecia inumeráveis estudos da cena luso-brasileira. Na história luso-brasileira, representava a manifestação de um género de participação recíproca, da parte de homens dos dois países. Nas suas intenções, a revista recusou fazer uso do inócuo palavreado frequentemente usado nos banquetes oficiais. Em vez disso, encorajou o intercâmbio cultural e manteve-se a par de todos os acontecimentos de relevância susceptíveis de promoverem uma reciprocidade luso-brasileira. Por exemplo, a criação duma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras em 1916 teve larga cobertura na *Atlântida*. A referida cadeira veio a ser finalmente inaugurada a 9 de Junho de 1923. Mais tarde, a Universidade de Coimbra ia desempenhar um papel bastante activo nos estudos brasileiros.

Num artigo intitulado «Os Portugueses no Brazil», Alberto d'Oliveira frisa a indiferença de Portugal perante o Brasil. Acusa os intelectuais portugueses de manifesto desinteresse por aquele país, o que gradualmente alongava a distância entre os dois povos. Além disso, acusa o Governo Português pelo seu atraso na resolução do problema duma mútua companhia de navegação e no melhoramento da emigração para o Brasil. Como cônsul no Rio de Janeiro, Oliveira tornou-se conhecedor de primeira da reputação que Portugal estava ali ganhando: «A persistência e quase exclusividade da

emigração inculta para o Brasil criou também sem dúvida entre os brasileiros uma noção errada da vida e da sociedade Portuguesa»<sup>15</sup>.

O maior contacto que o Brasil manteve com Portugal nasceu das suas relações com os humildes mas ambiciosos emigrantes. Segundo muitos, este contacto, representado por emigrantes sem instrução resultou na perda de interesse pela cultura portuguesa. Conjuntamente com o nacionalismo sempre crescente no Brasil, a imagem de Portugal não prosperou aos olhos do público brasileiro.

Durante a sua visita a Nova Iorque em 1927, o almirante português Gago Coutinho notou a mesma situação com os imigrantes portugueses na América do Norte, que não tinham prestígio na sociedade. Gago Coutinho atribuiu a posição social dos imigrantes ao facto de estes não terem conhecimento substancial de Portugal ou da cultura portuguesa, o que por conseguinte resultou na perda de orgulho étnico. O público americano, desconhecedor da civilização portuguesa, naturalmente não reconheceu a herança de Portugal e assim avaliou os portugueses sem grande estima. Esta ignorância, explica Gago Coutinho, foi «por culpa de nós mesmos, da Metrópole, que não procuramos tornar-nos aqui conhecidos, quer dos colonos portugueses, quer dos Americanos»<sup>16</sup>. Em pouco tempo, o almirante português estava defendendo melhoramentos nas relações culturais. O mesmo argumento podia ser usado relativamente aos portugueses no Brasil.

Além de estudar o problema das relações luso-brasileiras, a *Atlântida* financiou viagens de brasileiros a Portugal. Olavo Bilac visitou Portugal em 1916; facto bastante importante na história luso-brasileira. O poeta brasileiro, conjuntamente com o seu contemporâneo português Guerra Junqueiro, iniciou uma nova era de mútua amizade entre os dois países<sup>17</sup>. Com esta atmosfera, o interesse luso-brasileiro surgiu com novo entusiasmo. (Ver Pedro da Silveira, *Os últimos Luso-Brasileiros*). A ideia duma federação luso-brasileira tornou-se tema comum entre os intelectuais em Portugal e no Brasil. A Guerra Mundial encorajou esta união, interpretada pelas duas nações como segurança na cena política internacional. Foi nesta revista que a palavra comunidade e o conceito de comunidade luso-brasileira apareceu pela primeira vez. No primeiro número, João de Barros na sua definição dos objectivos dos editores da *Atlântida*, escreve:

E mais pensava, também, que toda a sorte de interesses, dos moraes aos economicos, dos espirituaes aos praticos faziam de Portugal e do Brazil uma comunidade perfeita, com o mesmo ideal latino, com a mesma força de inteligencia e de alma, com a mesma perfeita sensibilidade social<sup>18</sup>.

Durante a publicação deste periódico, que viveu até aos fins de 1920, apareceram uns tantos livros tratando do conceito luso-brasileiro como tema central. Um dos casos foi João de Almeida – *Visão do Crente* (1915?), que fazia parte da série intitulada *Ao Serviço do Império*. Aqui, Almeida faz a apologia da federação entre os dois países através duma possível aliança militar e entendimento diplomático e económico. O zelo patriótico de Almeida excedeu as fronteiras dum amistoso entendimento, ao classificar esta união como a «reconstrução da nossa Pátria, segundo o genial traço dos nossos antepassados, e a que o destino de Deus e a vontade dos homens um dia poderão dar realidade na formação do Império Lusitano<sup>19</sup>. Este tipo de mentalidade causou repulsa nos brasileiros, pois que podiam interpretar essas palavras como apelo à mais elevada glória de Portugal.

Um livro intitulado, *Na Outra Banda de Portugal*, foi publicado em 1919. Tratava-se duma colecção de conferências de Alberto de Oliveira referentes à campanha luso-brasileira. O trabalho foca os altos e baixos deste movimento para uma troca cultural e económica, frisando vários acontecimentos e líderes envolvidos. Alberto d'Oliveira, um verdadeiro luso-brasileirista, é representativo do espírito de amizade que foi encorajado entre as duas nações. O Brasil, desejando representar um papel importante na esfera internacional, não recusou a amistosa abertura. Depois de cumprir a sua missão como chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz em Paris, o presidente eleito do Brasil, Dr. Epitácio Pessoa, visitou Portugal em Junho de 1919 e discutiu o estreitamento de amizade entre os dois países. A 30 de Setembro de 1920, Epitácio Pessoa revogou a expulsão da família imperial, demonstrando assim que o ressentimento provocado pela queda da monarquia tinha passado. Os restos do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz, sepultados em Lisboa, foram trasladados para o Brasil em 1922 e repousam na Catedral em Petrópolis.

Paulo Barreto, jornalista brasileiro, continuou o seu trabalho pensando na realização duma forma concreta de «luso-brasileirismo», orientando todos os discursos e propostas nesse sentido, cujo alvo era a expansão económica e cultural entre o Brasil e Portugal. Houve porém um determinado número de aventuras falhadas, não havendo pois progresso substancial. Por outro lado, acontecimentos como a primeira travessia aérea entre Lisboa e Rio de Janeiro (de 30 de Março a 17 de Junho de 1922) levada a efeito pelos oficiais portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em três aviões, foi exaltada simbolicamente por muitos luso-brasileiros e convenceu-os de que alguma forma de união estava bem evidente. Mais tarde, quando o presidente da República portuguesa, António José de Almeida, chegou ao Rio de Janeiro a 18 de Setembro de 1922 para a celebração do centenário da independência

brasileira, acreditou-se que os dois países podiam incorporar na sua legislação muitos dos acordos e tratados tão frequentemente mencionados nos momentos de zelo luso-brasileiro. Em Janeiro de 1923, apareceram na *Gazeta da Relação de Lisboa* três propostas de acordos ou pactos entre Portugal e Brasil, que foram assinados, mas nunca aplicados<sup>20</sup>. Os problemas de múltipla nacionalidade, serviço militar, emigração, trabalho e protecção literária para os autores, foram todos abafados pela maré de burocratismo e declarações verbosas.

Nos dez anos seguintes, mais livros e discursos foram publicados a favor do luso-brasileirismo. João de Barros, antigo director da *Atlântida*, recusou-se a abandonar a ideia duma *comunidade* luso-brasileira. Escreveu até um certo número de livros, fazendo parte duma série intitulada *Uma Campanha Luso-Brasileira*. Depois de escrever oito volumes nesta série com títulos como *Sentido do Atlântico* e *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz*, Barros nunca desesperou. Pelo contrário, estava convencido de que aos dois países estava destinada uma aproximação no futuro. Numa destas últimas publicações, *Presença do Brasil* (1946), Barros resume os pontos principais do luso-brasileirismo de 1912 a 1946, e menciona os livros, artigos, propostas e reuniões internacionais centrados à volta duma união luso-brasileira. Sem revelar o seu desapontamento com o fracasso dos dois governos, incapazes de chegarem a qualquer acordo oficial, Barros conclui esperançoso de que o futuro resolverá o que ele e outros, como Paulo Barreto e Alberto d'Oliveira, se esforçaram tão arduamente por conseguir.

Uma explicação para a não concretização dos sonhos desses homens pode conseguir-se simplesmente através dum exemplo de vários problemas impeditivos do progresso luso-brasileiro. Referimo-nos ao problema da reforma ortográfica entre os dois países. Desde a publicação da *Ortografia Nacional* (Lisboa, 1904), pelo professor Gonçalves Viana, filólogo e foneticista português, e a reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras em 1907, exaustivas discussões emocionais tiveram lugar em volta dum padrão satisfatório aos dois países. Os desentendimentos servem para exemplificar a dificuldade de chegada a termos concretos entre os dois povos, os quais são respectivamente bastante nacionalistas. Quando a Academia das Ciências de Lisboa procedeu à reforma ortográfica em 1910-11 sem consultar os brasileiros, o orgulho nacional da ex-colónia foi bastante ferido. Nos vinte anos seguintes, até 1931, quando a Academia Brasileira de Letras finalmente concordou com a Academia de Ciências de Lisboa numa ortografia comum, brasileiros e portugueses defrontaram-se com armas carregadas de um nacionalismo obstinado. Aliás, desde 1921 se têm realizado outras reuniões e *acordos*, tal como o de 10 de Agosto de 1945, que de novo tentou harmonizar

um pouco a reforma<sup>21</sup>. Infelizmente, todos os acordos têm sido geralmente ignorados ou convenientemente negligenciados. Este exemplo generaliza a situação luso-brasileira. A mais recente tentativa para a reforma ortográfica realizada na década de oitenta manifesta resultados mais positivos. Portugal, desejando manter fortes laços com o Brasil, é frequentemente um tanto relutante a submeter-se a concessões. O Brasil, Jovem e enorme, imbuído dum forte espírito nacionalista e conscienciosamente preocupado com a sua reputação internacional, é ainda mais apreensivo relativamente à concessão. O resultado é usualmente o impasse, com os dois lados empenhados numa mútua admiração, mas fazendo pouco de concreto.

Esta situação ocorreu com o primeiro Tratado de Comércio Luso-Brasileiro assinado por ambas as nações em 1933. Portugal ansiava por este Tratado, já que o Brasil tinha concordado na inclusão duma cláusula referente a Portugal como *a nação mais favorecida* nos seus tratados comerciais com outras nações. Essencialmente o Tratado nada mais era que uma extensão da cláusula referida, concedendo certos favores a Portugal. Isto serviu como impulso nas relações luso-brasileiras, mas nada acrescentou a nível prático. Nuno Simões fornece-nos estatísticas demonstrando que o Tratado era de facto bastante ineficaz<sup>22</sup>.

Seria fundado no ano seguinte, no Rio, o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. A ideia partiu do diplomata brasileiro, Renato de Almeida; o Instituto deveria ser um projecto dos dois países, destinado à estimulação e disseminação da cultura luso-brasileira. Mas infelizmente o Instituto encontrou patrocinadores apenas na colónia portuguesa do Brasil. Os governos português e brasileiro oficialmente nunca apoiaram o Instituto com qualquer donativo. Em 1935 foi feito um acordo entre jornalistas profissionais dos dois países, com o fim de ser facilitada a troca de informação luso-brasileira; de novo a reciprocidade nunca se tornou realidade.

Em conformidade com o artigo 46 da nova Constituição Brasileira de 1937, organizações oferecendo serviços públicos dentro do Brasil foram obrigadas a tornarem-se de utilidade nacional, o que quer dizer que numerosas instituições culturais e caritativas fundadas pelos portugueses eram forçadas a admitir membros brasileiros. Consequentemente, associações portuguesas, na maior parte dos casos, tiraram partido desta lei, como promoção do luso-brasileirismo. Assim as tradicionais organizações portuguesas, tais como as salas de leitura portuguesas, ou *gabinetes*, as organizações de caridade e as câmaras do comércio, todas aderiram ao novo programa de reforço de laços luso-brasileiros. Todavia, todos os feitos dessas organizações, muitas vezes altruistas, não motivaram o governo brasileiro a estabelecer qualquer forma de aliança mais concreta com Portugal.

## MAIS RELAÇÕES: DE GETÚLIO VARGAS AOS CONGRESSOS DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Se considerarmos o conceito luso-brasileiro sob um ponto de vista prático, perguntamo-nos quais exactamente os interesses auferidos pelos dois países além dum aumento nominal no comércio. É perfeitamente claro que, desde o advento de 1910, Portugal em boa parte estimulou o interesse pela unidade luso-brasileira. Ocasionalmente, brasileiros como Paulo Barreto lutaram pela defesa brasileira de todos os esforços nesta direcção. Contudo, o Brasil preocupado com a sua imagem internacional e a sua participação no Pan-Americanismo não devotou parte considerável das suas energias a esta causa. Não negou completamente a sua descendência luso-brasileira; mas preferiu convenientemente ignorar o facto de tempos a tempos. As razões para a sua frieza quanto à fraternidade luso-brasileira são três: o seu nacionalismo, seu ressentimento relativamente à era colonial portuguesa e a sua indiferença em relação ao atrasado Portugal dos dias de hoje. A intermitente onda política luso-brasileira pode ser explicada em parte pelo interesse brasileiro em manter ligação com uma herança marcante na sua cultura que, por conseguinte, o torna único entre os países sul-americanos. Temos notado este sentimento vivo desde a conferência de Sívio Romero em 1902. Em 1939, sob o regime de Vargas, o Brasil de novo mostrou favoritismo relativamente a Portugal. Naquela altura a situação do imigrante no Brasil uma vez mais esteve no âmago da renovação de amizade. Quanto às limitações da imigração, estabelecidas na Constituição de 1934 e atingindo todas as nações estrangeiras, Vargas voluntariamente concordou com os planos do Concelho de Emigração e Colonização para a aceitação de imigrantes portugueses sem restrição de números<sup>23</sup>. Receios de que a integridade étnica do povo brasileiro pudesse ser ameaçada pelas fortes colónias alemãs no sul infundira no governo e em Vargas uma certa preocupação quanto aos *vínculos sagrados* mencionados no Tratado de 1825. Nesta época, a preferência pela imigração portuguesa, por parte do governo brasileiro, é indicativa do desejo de manutenção dum tipo de identificação ou imagem luso-brasileira. Além disso, a resolução de 1939 reconheceu a conveniência e o valor da imigração portuguesa, devido à sua fácil adaptação e forte contribuição para a nação brasileira<sup>24</sup>. Esta atitude evidencia-se na Constituição Brasileira de 1967, referida no Artigo 140 que trata de naturalização, sendo os portugueses o único grupo nacional referido pelo seu nome, podendo facilmente adquirir a cidadania, após permanência de um ano ininterrupto no Brasil<sup>25</sup>. Convidado pelo General Carmona, Presidente de

Portugal, Getúlio Vargas planeou visitar a nação materna em Maio de 1940 para a celebração do chamado Duplo Centenário (oitavo da fundação da monarquia nacional lusitana, terceiro da restauração da independência após sessenta anos de domínio espanhol). A viagem de Vargas seria porém cancelada devido ao rebentamento da II Guerra Mundial. Todavia o Brasil foi representado nessas cerimónias pela presença do General Francisco José Pinto, conjuntamente com uma legação impressionante de intelectuais e diplomatas.

Este ambiente de cooperação entre os dois «Estados Novos» deve-se, pode-se argumentar, à estrutura e à natureza dos dois regimes autoritários. Além disto, a política internacional portuguesa dos anos 30 tentou promover mais relações internacionais que tornassem a economia de Portugal menos dependente do comércio britânico. Assim, o Brasil representava um mercado promissor para a antiga Mãe-Pátria. Mas este intercâmbio não se realizou, tanto mais que não coadunava bem com as políticas internas dos dois países. O Brasil, como os anos 40 e 50 mostraram, procurou desviar a sua economia de um estado de «dependência» para um de desenvolvimento nacional; enquanto a política salazarista ainda mantinha uma ideologia pluricontinental, sobretudo com a África Portuguesa. Estes caminhos não forneciam ambientes favoráveis a uma Federação Luso-Brasileira. O nacionalismo e o programa capitalista brasileiro contribuíram em grande parte para o desinteresse económico e político brasileiro por Portugal.

Porém, nos meios culturais, surgiu um movimento a favorecer uma união luso-brasileira, em virtude das pesquisas feitas sobre a contribuição portuguesa para o Brasil durante a época colonial. Uma das primeiras obras a promover esta nova perspectiva é a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (1912) pelo português Carlos Malheiro Dias. Contrária à visão articulada por Raúl Pompeia e António Torres, esta obra tentou reavaliar a contribuição portuguesa e, em parte, foi o prelúdio da obra monumental de Gilberto Freyre que apresentou o seu conceito de luso-tropicalismo nos livros *Casa Grande e Senzala* (1933) o *O Mundo que o Português Criou* (1940). A defesa da cultura luso-brasileira como essencial e principal condição da vida da nação brasileira é o argumento central da obra de Freyre: «O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande»<sup>26</sup>; «A história social da casa-grande é a história de quase todo brasileiro»<sup>27</sup>, e «Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o carácter brasileiro; a nossa continuidade social»<sup>28</sup>. Esta perspectiva desenvolvida na obra de Freyre entusiasmou muitos imigrantes portugueses vivendo no Brasil, sobretudo aqueles já estabelecidos mas ainda associados a Portugal. Esta comunidade, no decorrer dos anos, atingiu grande prestígio e influência, e exerceu um grande papel na reabilitação

do prestígio da colonização e cultura portuguesa no Brasil. A visão de Gilberto Freyre impulsionou muitos portugueses no Brasil a apoiarem a sua tese, especialmente com declarações suas como esta:

O velho elemento lusitano, cuja importância cedo se tornou clara para mim, não através de entusiasmo literário ou de preocupação política mas em consequência do estudo: o estudo da nossa formação social libertado do preconceito antiportuguês que por tanto tempo dominou a muitos dos estudiosos brasileiros de assumptos de colonização e de história nacional<sup>29</sup>.

O reconhecimento do preconceito antiportuguês revela a existência desta visão que Freyre tenta eliminar com a sua própria pesquisa:

O critério histórico é o da formação luso-brasileira. O que for hostil a essa formação é contrário aos interesses essenciais do Brasil<sup>30</sup>.

Ora, comentários como este, feito em 1940, incentivaram o orgulho português e, além do mais, deram grande impulso à ideia de uma comunidade luso-brasileira. Do ponto de vista português, o programa cultural luso-brasileiro de Freyre acompanhava bem a ideologia lusitana, sobretudo em relação ao seu império cultural:

...procuro mostrar como é possível defender e desenvolver aquela cultura por meio de uma solidariedade maior do Brasil com Portugal e com as colônias portuguesas<sup>31</sup>.

Veremos como a interpretação desta solidariedade com Portugal e as suas «colônias» desempenhou um papel capital na política externa portuguesa durante os anos 50 e 60, quando Portugal, sobretudo na África, tentou manter os últimos vestígios do seu vasto Império.

Para as relações luso-brasileiras, o ano de 1940 foi bastante bom. A 12 de Dezembro, o governo brasileiro doou à Sala do Brasil da Universidade de Coimbra uma coleção de livros que foram exibidos no Pavilhão Brasileiro na Exposição do Mundo Português. A Sala do Brasil tinha sido inaugurada a 7 de Dezembro de 1937 com o propósito de encorajar estudos brasileiros em Coimbra. Durante as cerimónias de 1937, brasileiros e portugueses aproveitaram a oportunidade para fortalecerem a amizade luso-brasileira. A 3 de Fevereiro de 1914, a Sala do Brasil tornou-se no Instituto de Estudos Brasileiros sob a jurisdição da Faculdade de Letras da Universidade de

Coimbra<sup>32</sup>. De 1942 a 1958, este Instituto publicou o periódico *Brasília*, inserindo artigos eruditos no tocante a estudos luso-brasileiros.

Nos princípios de 1940, um grupo de indivíduos continuou a campanha para melhores relações entre os dois países; mas de novo, nada de substancial seria acrescentado pelos governantes das duas nações.

Octávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores no Brasil, foi, segundo José Honório Rodrigues, «quem deu às relações luso-brasileiras aquele carácter formal, académico, afetado, em nome da defesa da língua»<sup>33</sup>. Foi ele quem promoveu no Brasil a grandeza e superioridade da língua portuguesa do continente através dos acordos ortográficos de 1943 e 1945. Acerca destes acordos, J. H. Rodrigues raivosamente critica:

«este último tão subserviente, tão cheio de concessões, que, em face da reacção provocada, voltou se ao de 1943. O português do Brasil um dialeto ultramarino', sujeitava o falar de cerca de 50 milhões de brasileiros de então aos padrões dos 7 milhões de portugueses»<sup>34</sup>.

Mas com as obras de Gilberto Freyre o movimento luso-brasileiro ganhava forças. Depois dos acordos ortográficos, houve em 1944 mais facilidades criadas para promover a imigração portuguesa, considerada a que mais se coadunava com a «composição étnica ou social do povo brasileiro»<sup>35</sup>. Junto a esta atitude existia o pensamento de que o Brasil não devia opor-se à velha Mãe-Pátria.

Em 1948, o Tratado para Cooperação Intelectual, assinado por ambos os governos, estimulou nova legislação para um tratado cultural. Como resultado, em 1953 apareceu *O Tratado de Amizade e Consulta*, assinado pelos dois países. Este tratado tinha um tom comercial-cultural, declarando a existência duma *comunidade luso-brasileira*. Uma das cláusulas sublinhava a mútua consulta quanto a problemas internacionais de comum interesse. Tal cláusula sem dúvida deixou os brasileiros apreensivos acerca da referência aos problemas internacionais. Consequentemente, o Tratado não foi ratificado pelo Brasil<sup>36</sup>.

Antes deste tratado, algo aconteceu de interessante e que promoveu a cultura luso-brasileira na cena internacional. Atento à evolução dos estudos portugueses e brasileiros nos Estados Unidos, o Professor Lewis Hanke teve a ideia de organizar um colóquio. Conjuntamente com a ajuda da Biblioteca do Congresso em Washington e o Professor Francis M. Rogers, que viria a ser o presidente da conferência, começaram as preparações para o Primeiro Colóquio Internacional dos Estudos Luso-Brasileiros, a ter lugar em Washington, de 15 a 20 de Outubro de 1950. Além da colaboração destes e de outros americanos, o comité organizativo recebeu ampla cooperação através

dos Embaixadores, Maurício Nabuco, do Brasil, e Pedro Theotónio Pereira, de Portugal. Estudiosos de todo o mundo assistiram ao Colóquio, dando assim considerável reconhecimento ao mundo luso-brasileiro. Durante as sessões o termo «luso-brasileiro» fora usado referentemente aos estudos portugueses e brasileiros, e não ao mundo político da comunidade luso-brasileira. Mas, o sucesso do colóquio só podia ter efeito positivo nas relações entre os dois países de língua comum.

Entretanto no Brasil crescia o interesse em redor dos Estudos Africanos, em parte devido à Sociedade Luso-Africana instituída e suportada pelos portugueses no Brasil durante a década de quarenta. Através do seu Boletim e programa cultural, esta sociedade promoveu a noção do importante papel que as províncias Afro-Portuguesas podiam desempenhar no Hemisfério Sul ou comunidade Atlântica. Considerando a filosofia racial do Brasil, e estando de novo em moda, o espírito de luso-brasileirismo a África Portuguesa começou a atrair os brasileiros. Num artigo aparecido no jornal *A Província de Angola*, a 14 de Agosto de 1967, intitulado «Uma Instituição Pioneira», assinado por Nuno Simões, os méritos da Sociedade Luso-Africana no Rio foram recordados. Mais adiante o artigo refere-se a distintos nomes brasileiros como Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Viana Moog e Sousa Dantas, todos simpatizantes da causa portuguesa em África. E necessário recordar que o Brasil fraternalmente olhou, através do Atlântico, a África contemporânea dos primeiros anos da República. Sílvio Romero, na sua conferência de 1902 aludiu à união entre o império português em África e na América do Sul. Mas, por outro lado, existem outros intelectuais como José Honório Rodrigues que criticavam a política portuguesa em África e sobretudo o Tratado de 1953 onde «...concordavam as duas partes em que de futuro se consultariam sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum»<sup>37</sup>. Segundo J. H. Rodrigues, a fidelidade cultural e política que o Brasil manteve durante esta época perante a política portuguesa contribuiu enormemente para a causa portuguesa em África. O facto de o Brasil apoiar Portugal em vários votos e resoluções contra Portugal nas Nações Unidas serviu bem à Mãe-Pátria<sup>38</sup>. Sobretudo, quando se leva em conta a imagem do Brasil como «democracia racial» que só podia atestar o anti-racismo português e conferir uma certa legitimidade a uma situação considerada como ilegítima mundialmente. Assim, pensadores como Rodrigues acreditaram que o Brasil foi usado mais uma vez pela velha Mãe-Pátria, desta vez, com a finalidade de conseguir apoio político para a manutenção de suas «províncias ultramarinas». Esta expressão anticolonialista e antiportuguesa não veio da elite política e diplomática brasileira, mas sim de alguns estudiosos interessados na

autodeterminação dos povos africanos e nas relações que o Brasil poderia desenvolver com eles.

A sociedade multi-racial do Brasil, supostamente sem discriminação, podia finalmente imaginar um Mundo Tropical Atlântico, com o Brasil no papel de líder na igualdade racial. Estudos antropológicos do folclore brasileiro começaram a revelar traços de costumes, cujas origens são africanas. Em Setembro de 1959, o Professor Agostinho da Silva, um português residente no Brasil, fundou o Centro para Estudos Afro-Orientais na Universidade da Baía. Além de pesquisas e um programa de cursos, o centro publicou mais tarde um periódico intitulado *Afro-Ásia* (1965). Assim, elementos brasileiros já estavam predispostos a uma cultura afro-brasileira antes de a guerra rebentar em Angola em 1961. O Brasil, porém, tendo abandonado o comportamento político, que atrás mencionamos, verificado nos primeiros anos do século XX, não mais desistiu da sua posição firme nas Nações Unidas contra a política de Portugal em África. Livros como *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* (1960) de Bezerra de Menezes e *Brasil e África* (1961) de José Honório Rodrigues permitem-nos constatar o interesse do Brasil em África, sem Portugal a desempenhar um papel importante nesta união. Prevendo as lucrativas possibilidades do mercado afro-brasileiro, o Brasil naturalmente encorajaria tal união, onde poderia estabelecer novas relações directas com os povos africanos.

No seu livro, *Brasil e África*, Rodrigues tece comentários sobre a comunidade luso-brasileira desta forma:

A tão propalada comunidade luso-brasileira, repetimos, não existe realmente. Há, de facto, uma comunidade de amizade, mas o próprio Portugal nos tem ensinado que ela não vale quando estão em jogo os seus interesses nacionais<sup>39</sup>.

Rodrigues termina, citando Salazar, para sugerir o campo apropriado para esta Comunidade:

O próprio Salazar mostrava-se, em 1962, extremamente céptico em relação à Comunidade, ao afirmar que «suas grandes linhas, ao mesmo tempo amplas e vagas, podem ser o alicerce duma construção internacional do mais vasto alcance ou limitar-se a inspirar timidamente apenas mensagens sentimentais<sup>40</sup>.

Rodrigues termina o seu argumento sobre as relações luso-brasileiras com a seguinte declaração:

Afinal cabe perguntar que relações especiais são essas? O desdém feminino com que o Governo português olha a política brasileira e o ar de sabedoria avoenga ou avuncular com que pensa nos civilizar não favorecem a comunidade, que deve basear-se em sólidos interesses econômicos e na solidariedade política, e não em sentimentos que são familiares ou domésticos<sup>41</sup>.

Com a sua visão de historiador, Rodrigues apela para um programa mais concreto e pragmático, em vez dos vários pronunciamentos que têm marcado a história luso-brasileira.

À medida que os anos sessenta iam passando, forças houve que reavivaram de novo o espírito da comunidade luso-brasileira. Em Dezembro de 1964, a Sociedade de Geografia de Lisboa a organização lançadora da ideia duma confederação luso-brasileira em 1909 – organizou o 1.º Congresso da União das Comunidades de Cultura Portuguesa com o objectivo de fortalecer os laços de amizade entre a Mãe-Pátria e os portugueses espalhados pelo mundo fora. Adriano Moreira ocupou a presidência da Sociedade de Geografia a 24 de Março de 1964, apresentando a ideia da União num discurso proferido em Aveiro a 9 de Maio do mesmo ano. Discutindo a congregação das comunidades portuguesas dentro dum conceito ecuménico, Moreira considera que «a presença portuguesa em territórios alheios pode ser utilizada como instrumento de defesa e fortalecimento dos nossos interesses nesta época de internacionalização que vivemos»<sup>42</sup>. Com esta declaração é óbvio que a união tinha de ter marcas políticas.

Pretendendo ser de natureza puramente cultural, a União era claramente designada para impressionar os participantes do 1.º Congresso com a glória de Portugal – seu passado, presente e futuro. Representantes negros da África Portuguesa ao Congresso servem para exemplificar o melhor da colonização dos portugueses no Continente Negro. A mais vasta comunidade internacional de portugueses e seus descendentes naturalmente veio do Brasil. Esta ocasião ofereceu aos portugueses e brasileiros uma outra oportunidade de expressarem as suas mútuas preocupações com a *comunidade luso-brasileira*. Partindo duma proposta feita no primeiro Congresso da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, foi decidido criar-se uma academia de eruditos dedicados aos estudos portugueses. A Academia Internacional da Cultura Portuguesa, fundada em 6 de Fevereiro de 1965, surgiu com o propósito de promover a escolaridade neste campo, assim como de incentivar o interesse nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Ao Primeiro Congresso da União, seguiu-se um outro, a bordo do *Príncipe Perfeito*, em águas Moçambicanas, em Julho de 1967. Nesta altura era

evidente que Portugal desejava projectar a imagem duma comunidade multi-racial, aberta a todas as gentes. Num artigo datado de 2 de Abril de 1969, publicado no *Diário de Notícias* de New Bedford, Massachusetts, Adriano Moreira aparece solicitando ajuda para o terceiro encontro da União a ter lugar – sem espanto para ninguém – no Brasil. A cidade escolhida seria Belém do Pará, onde residem milhares de portugueses, mantendo estreitas relações com Portugal.

Os anos sessenta também foram palco doutros laços culturais entre Brasil e Portugal, os quais sublinharam uma maior aproximação entre os dois povos no domínio da educação, letras, ciências, arte, tecnologia e desporto, assim como a motivação de interesse na preservação e progresso da cultura luso-brasileira. A criação de *O Dia da Comunidade Luso-Brasileira*, a ser celebrado anualmente a 22 de Abril – dia da descoberta do Brasil por Cabral – é um outro passo na direcção duma *Comunidade Luso-Brasileira*. A aprovação por parte do Brasil, deste dia, confirma o seu interesse na preservação duma tal comunidade. Em Março de 1967 publicavam-se as seguintes declarações confirmando tal interesse: «A Câmara Federal aprovou por unanimidade o projecto apresentado pelo Senador Vasconcelos Torres, consagrando o dia 22 de Abril como data da Comunidade Luso-Brasileira. O projecto institucionaliza a Comunidade com todas as suas implicações políticas e económicas»<sup>45</sup>. Como se pode ver, a propulada comunidade «cultural», aos olhos de várias pessoas, ainda tinha significado político e económico.

Além desta celebração aparentemente inofensiva, o ano de 1968 – centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, pomposamente considerado hoje o pai do mundo luso-brasileiro – foi preenchido com inúmeras festividades, nas quais o termo «Comunidade Luso-Brasileira» fora utilizado frequentemente. O ano de 1969 marca o centenário do nascimento do oficial da marinha Gago Coutinho, o primeiro a saborear o mundo luso-brasileiro, *via aérea*. No livro de Pinheiro Corrêa sobre o aviador português, são feitas várias referências ao facto de o voo ter tido lugar no ano do centenário da independência do Brasil.

Até aos nossos dias têm havido inúmeros projectos culturais favorecendo uma comunidade cultural luso-brasileira, a maior parte destes sendo de iniciativa lusa. Veremos adiante, nas páginas que tratam da imagem moderna na literatura, algumas das actividades culturais promovidas pela actual comunidade. Mas, para fechar este resumo histórico sobre a evolução duma união luso-brasileira durante o século XX, é interessante mencionar, como exemplo do espírito comunitário analisado neste estudo, um projecto recente que demonstra a continuação duma forma de espírito luso-brasileiro. Referimo-nos à *Revista das Comunidades de Língua Portuguesa* publicada em São

Paulo desde 1983 e editada por João Alves das Neves. Ao falar do projecto da revista e das Comunidades de Língua Portuguesa, este editor confessa o seguinte:

Portugal está na origem desta comunidade real, mas não firmada por tratados nem mesmo por quaisquer leis. Não obstante, a Comunidade de Língua Portuguesa existe, é supranacional, está invisivelmente, ligada por cinco Continentes, tem jornais revistas e boletins, emissoras de rádio e de televisão, livros; escolas – e 160 milhões de pessoas. Uma comunidade que principiou a expandir-se há mais de cinco séculos e que tem agora os seus pontos de fixação em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné (Bissau), São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa (até quando?), Macau, Timor(?), e os 4 milhões de imigrantes portugueses, além de outros milhares de imigrantes brasileiros e caboverdianos<sup>44</sup>.

Segundo Neves, a continuação desta comunidade baseia-se no aspecto cultural, especificamente no uso da mesma língua. Contrário à ideia de Rodrigues, esta comunidade não devia depender de laços económicos ou políticos. Sendo património cultural, a língua portuguesa é a plataforma para esta união. Nas palavras de outro luso-brasileiro, Mário Quartim Graça, esta revista, como elemento cultural, será:

ponto de encontro para a reflexão comum dos problemas referentes ao nosso idioma que, na diversidade e originalidade das Comunidades em que é usado, constitui um poderoso factor de identificação e de aproximação entre todas<sup>45</sup>.

Ao enfatizarem o papel da língua portuguesa nas comunidades onde o idioma é falado, Neves e Graça seguem o caminho daqueles luso-brasileiros que imaginaram uma comunidade da «aproximação» que é luso-brasileira e pan-lusista com base exclusivamente cultural, privada de qualquer interesse económico ou político. Desta forma, eles também seguem o postulado evocativo mas ambíguo de Fernando Pessoa no seu *Livro do Desassossego*: «A minha Pátria é a Língua Portuguesa».

1. *Constituições do Brasil*, 5ª ed. (São Paulo, 1967), p. 130.
2. *Constituições*, pp. 4-5.
3. Pontos, *A Vida de Raül Pompeia*, pp. 251-287.
4. Sílvio Romera, *O Elemento Português no Brasil* (Lisboa, 1902), p. 32.
5. Romero, p. 32.
6. Romero, p. 32.
7. Romero, p. 46.
8. Pedro da Silveira, *Os Últimos Luso-Brasileiros* (Lisboa, 1981), pp. 26-27.
9. *Cartas d'El-Rei D. Carlos I* (Lisboa, 1924), pp. 31-34.
10. Diégues Júnior, pp. 60-61.
11. «Comissão luso-brasileira», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XXVII, 11 (Novembro, 1909), 388.
12. Alberto d'Oliveira, *Pombos-Correios* (Coimbra, 1913), pp. 187-189.
13. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* (Maio, 1913 – Maio, 1914), I, 1.ª parte, 19.
14. Havia outras revistas destinadas a servir um público leitor luso-brasileiro, porém elas nunca promoveram, como política oficial, laços mais apertados entre o Brasil e Portugal. Em vez disso, focalizaram as suas notícias sobre a Europa, especificamente Portugal e a França. Tais periódicos eram: *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1926); *Os Dois Mundos* (1877-1880); *A Ilustração* (1884-1889); *Brasil-Portugal* (1899-1914).
15. Alberto d'Oliveira, «Os Portuguezes no Brazil», *Atlântida*, I, 3 (1915), 202.
16. Pinheiro Corrêa, Gago Coutinho: *Precursos da Navegação Aérea* (Oporto, 1969), p. xliii.
17. Affonso de Carvalho, *Bilac* (Rio de Janeiro, 1942), pp. 86-92. As visitas de Bilac a Portugal em 1904, 1912 e 1916, mais a sua declarada admiração pelos portugueses, atestam a sua sincera apreciação pela cultura lusa.
18. João de Barros, *Atlântida*, I, 1 (1915), p. 6.

19. João de Almeida, *Visão do Crente*, 2ª ed. em *Ao Serviço do Império* (Oporto, 1936), p. 228. Não consegui encontrar a primeira edição.
20. Joaquim Lança, *Dois Tratados: 1825-1953* (Lisboa, 1958), pp. 42-46..
21. *O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro* (Lisboa, [1945], pp. 5-7.
22. Nuno Simões, *Actualidade e Permanência do Luso-Brasilismo* (Lisboa, 1960), p. 47
23. Pizarro Loureiro, *Getúlio Vargas e a Política Luso-Brasileira* (Rio de Janeiro, 1941), pp. 134-136.
24. Loureiro, pp. 131-136.
25. *Constituições do Brasil*, p. 1025. A classificação excepcional para os portugueses surgiu primeiramente no Artigo 129 da Constituição de 1946. Ver *Constituições*, p. 665.
26. Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, 18.1.ª ed. (Rio de Janeiro, 1977), p. lxii.
27. Freyre, *Casa-Grande*, p. lxxv.
28. Freyre, *Casa-Grande*, p. lxxv.
29. Freyre, *O Mundo que o Português Criou* (Rio de Janeiro, 1940), pp. 40-41
30. Freyre, *O Mundo*, p. 41.
31. Freyre, *O Mundo*, p. 38.
32. Para uma história do Instituto e o seu papel nas relações luso-brasileiras, ver *Brasília*, I (1942), 749-764.
33. José Honório Rodrigues, *Brasil e África: outro horizonte*, II, 2.ª ed. (Rio de Janeiro, 1964), p. 354.
34. Rodrigues, II, p. 354.
35. Rodrigues, II, p. 355.
36. Lança, pp. 47-52.
37. Rodrigues, II, p. 358.
38. Uma documentação sobre a votação e a política brasileira perante as «Províncias Ultramarinas Portuguesas» aparece em Patrícia Wohlgemuth, *The Portuguese Territories and the United Nations* (New York, 1963 – Carnegie Endowment for International Peace, International Conciliation, n.º 545, Novembro, 1953).
39. Rodrigues, II, p. 368.
40. Rodrigues, II, p. 369.
41. Rodrigues, II, p. 370.
42. Adriano Moreira, *Congregação Geral das Comunidades Portuguesas* (Lisboa, 1964), p. 13. Este discurso foi publicado em inglês e português no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, LXXXII, 4-6 (Abril-Junho, 1964), 131-147.

43. *Diário de Notícias*, New Bedford, MA (23 de Março, 1967).
44. João Alves das Neves, «Para o mundo onde se fala português» em *Comunidades de Língua Portuguesa 1*, (São Paulo, 1983), p. 5. (O segundo número desta revista discute a polémica actual sobre o ensino da literatura portuguesa no Brasil. Este assunto representa outro ponto intimamente ligado à história do lusobrasileirismo. Este número (2) contém informação valiosa sobre as relações entre Portugal e o Brasil.)
45. Mário Quartim Graça, «A Língua Portuguesa no Mundo Contemporâneo» em *Comunidades de Língua Portuguesa*, 1, p. 8.

A IMAGEM DO BRASIL  
NA LITERATURA PORTUGUESA MODERNA

«A falar errado é que os povos americanos estão certos».

(Miguel Torga, *Traço de União*, 1955)

«Isto não é uma terra, Pai, é uma mina!»

(Luís de Sttau Monteiro,  
*Sua Excelência*, 1974)

«continuando a ser o escritor do Portugal onde nasci, por mais que façam para dar-me como brasileiro que, no Brasil, apesar do meu passaporte, toda a gente faz por ignorar que eu ainda sou.»

(Jorge de Sena, *O Reino da Estupidez*, II, 1978)

«A maior piada portuguesa é o Brasil».

#### OS PRIMEIROS LUSO-BRASILEIROS

Referências ao Brasil e brasileiros tornaram-se mais frequentes nas letras portuguesas quando a velha colónia se tornou numa república sul-americana. Periódicos portugueses, como *A Ilustração*, deram notícias do Brasil no seu novo caminho como uma depenada república ansiosa por voar a desconhecidas alturas. Desde o seu começo, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiras* (1851-1926) prestara apenas ocasional atenção ao Brasil e à cultura brasileira – atitude que coincidia com a atenção geralmente prestada ao Brasil na literatura portuguesa até 1889, quando esta publicação começou a aumentar a sua informação acerca do novo país. Ainda que a isso se não pudesse chamar luso-brasileirismo no verdadeiro significado do termo, o *Almanach* publicou alguma poesia brasileira e prestou homenagem a homens célebres

nas letras brasileiras, tais como Sílvio Romero e Olavo Bilac. Esta revista e outras como *Brasil-Portugal* (1899-1914) concentraram-se na literatura europeia e portuguesa, ainda que destinadas a um público português e brasileiro. Além disso, os portugueses continuavam fortemente envolvidos nos seus próprios problemas políticos. Realmente o interesse pelo Brasil e pelas letras brasileiras só se tornou evidente nos trabalhos de indivíduos que mais tarde se associaram ao movimento luso-brasileiro, que entrou em voga com os colaboradores do periódico *Atlântida*.

Carlos Malheiro Dias (1875-1941), novelista português, jornalista e historiador, pode ser considerado um desses luso-brasileiros porque sua vida e suas contribuições literárias giraram em redor das culturas dos dois países. Pelo seu nascimento e residência em ambos os países, ele é de facto um luso-brasileiro *por excelência*. Filho de pai português e mãe brasileira, Dias – nascido no Porto – era um idealista que imaginou para os dois países uma união luso-brasileira, onde o prestígio de Portugal do passado reinaria na república sul-americana. Dias tornou-se famoso pelo seu romance, *A Mulata* (1896) – história da perdição de amores dum jovem e das suas relações com a amante, uma mulata corrupta. Devido à sua natureza pornográfica, o romance foi um êxito imediato; mas segundo Joaquim Paço d'Arcos, depressa saíria do mercado, retirado pelo próprio autor a pedido de sua mãe, a qual achou a obra escandalosa<sup>1</sup>. Brito Broca, nos seus comentários acerca do romance, discute as controversas afirmações do prefácio endereçadas à juventude do Brasil<sup>2</sup>. Dias avisa os jovens brasileiros da possível perda que podem ter nas suas vidas se forem negligentes durante os seus anos inexperientes. Esforçando-se por avisar o leitor contra as dificuldades da impetuosa juventude com a sua irreflectida aceitação das ideologias contemporâneas, Dias criticou a filosofia dos positivistas e dos materialistas, popular nos fins do século XIX no Brasil, como um factor principal da desmoralização da civilização do país<sup>3</sup>. Parece que este prefácio era uma crítica ou um ataque indirecto, à nova república porque Dias estava pouco satisfeito com a queda da monarquia em 1889. Além disso, enquanto escrevia o romance, as relações diplomáticas entre os dois países foram temporariamente cortadas (1894-1895). Consequentemente, Dias, português orgulhoso, ressentiu-se da arrogância dos brasileiros, manifestada durante a onda de jacobinismo contra os seus compatriotas no Brasil. O romance, *A Mulata*, reflecte este ressentimento e, além do mais, pinta o Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro e seus *bas fonds*, como uma nova Sodoma:

é Sodoma, é Babilónia, é esterco, é como em toda a parte... E fora o vício há ainda a miséria... Na Saúde vende-se virgens por atacado e a varejo<sup>4</sup>.

Ora, este ambiente carioca já fora descrito um ano antes por Adolfo Caminha no seu *Bom Crioulo*, mas aqui, o facto de um escritor *português* descrever o mesmo meio, e criticá-lo com implicações políticas contra a República, era o cúmulo. Esta obra naturalista e melodramática revela a ira do autor contra o jacobinismo flagrante na época. A sua crítica do Brasil, simbolizado pela vida literária e desnorteada do seu herói neurótico e nefelibata, é injusta e evoca mais a corrente literária daquela época do que a realidade social. Nesta visão desesperançada do Brasil, temos outra vez o retrato proverbial da mulata sensual que corrompe o homem, sendo ela um elemento degenerado da sociedade. O casal em si representa o aspecto nefasto, imoral e viciado desta sociedade: «Os dois, tanto Honorina como ele, eram criaturas de fim de raça, destas que são de comum o último galho de uma família»<sup>5</sup>. Este retrato do Brasil projectado na desgraça do casal, mal esconde a desilusão temporária e exagerada do autor. Ele tenta desprezar todo o Brasil, que vê sob a influência positivista e materialista da época: «O que será então do Brasil, abandonado a uma geração desequilibrada com uma literatura, perversa e desorientada, sem arte, sem tradições, sem uma grande ambição na vista»<sup>6</sup>.

Além do ponto de vista português do autor, é interessante mencionar um pequeno detalhe sobre a biografia da sua heroína, a mulata Honorina. Jovem e já desonrada, ela casa com um português imigrante e engana-o: «Ela corneava-o, fazendo olhos mortos a todos que vinham à venda»<sup>7</sup>. Para ilustrar a decadência da mulata, Dias emprega o arquétipo do portuga corneado. Vindas da perspectiva dum autor português, estas palavras manifestam a infiltração penetrante deste estereótipo na cultura lusa e brasileira.

O fenómeno do jacobinismo, por outro lado, preparou Dias para desempenhar mais tarde o papel de luso-brasileiro, devido a sentir-se na obrigação de apertar os laços de união entre os dois países, que segundo pensava, estavam se afastando cada vez mais, com a nova aventura política do Brasil. Dias continuou com seu interesse pelos assuntos luso-brasileiros. Em 1902, apareceu *Paixão de Maria do Céu* – novela histórica acerca da fuga da família real portuguesa para o Brasil. Como estudou as relações entre os dois países, Dias pensou que o seu interesse deveria ser mais pela história do que pela ficção. Monarquista, seria como voz do velho regime, suplantado pela República Portuguesa de 1910. Nos anos que se seguiram a este evento, escreveu uma série de artigos para o jornal brasileiro, *Correio Paulistano*, acerca da vida portuguesa sob o novo regime. Foi durante este período que ele

conheceu João de Barros e Paulo Barreto, os defensores de uma união luso-brasileira. Devido aos seus sentimentos políticos, Dias concluiu que viveria mais confortavelmente se fosse para o Brasil. Uma vez no Rio, Dias depressa se integrou na vida brasileira, tornando-se jornalista e conferencista. Descobriu a revista *O Cruzeiro*, que se tornou o porta-voz da colônia portuguesa no Brasil. A 28 de Setembro de 1917, a convite da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, Dias falou dos feitos dos imigrantes portugueses no Brasil e prosseguiu explicando o papel de Portugal *vis-à-vis* Brasil<sup>8</sup>. Inspirado pela era colonial portuguesa no Brasil, Dias, tão exageradamente quanto se pode imaginar, sinceramente acreditava que aquela era a missão de cada português: fomentar uma certa afeição pela nova terra, tal qual o antigo colonizador português Diogo Álvares, conhecido como Caramuru. Esta conferência teve lugar durante a onda de espírito luso-brasileiro promovida pelos editores da *Atlântida*.

Com o seu zelo patriótico, Dias começou a investigação histórica como propósito de glorificar Portugal aos olhos dos brasileiros. Embora Dias tenha expressado a sua admiração pelo Brasil, é bem claro que ele estava imaginando o Brasil como uma plataforma, a partir da qual poderia relançar o Portugal do século XVI, sempre a conquistar novos horizontes. O seu orgulho português levou-o a defender temas como a descoberta do Brasil por Cabral, que ele acreditava não ter sido um acidente, uma vez que tal não teria acontecido sem o programa expansionista do Príncipe Henrique. Dias também manifestou o seu ardor patriótico, quando ajudou a escrever e editar a monumental *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, em três volumes (Porto, 1921-1924). Esta publicação luxuosa, cheia de desenhos a cor de distintas figuras portuguesas, revelou as intenções de Dias de instalar no Brasil a consciência do prestígio e nobreza da sua origem. Desnecessário dizer que, no meio do centenário da sua independência, o povo brasileiro estava consideravelmente menos entusiasmado que Dias. Os trabalhos de João Ribeiro e António Torres, a serem discutidos adiante, irão atestar esta reserva.

Deve dizer-se que Carlos Malheiro Dias teve grande fama durante a sua vida. Após a morte de Dias ocupou o lugar de privilégio nas letras portuguesas. A sua contribuição literária foi recompensada em 1907, recebendo a cadeira de Eça na Academia Brasileira de Letras, uma das poucas cadeiras reservadas a portugueses. Foi reconhecido pelo governo português, e era uma distinta figura nacional aos olhos dos seus compatriotas. Durante as duas décadas seguintes até a sua morte em 1941, Dias continuou a representar Portugal no Brasil. Em 1931 ocupou o lugar de presidente da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, posição que lhe foi dada pelos seus esforços ao longo da vida, adentro do mundo luso-brasileiro.

Enquanto os *acordos* e discursos luso-brasileiros abundavam, as correntes literárias em Portugal revelaram que, em geral, o Brasil como tema, ou como local, ainda não atraía os escritores portugueses. O movimento modernista que começou em Portugal com a publicação da revista *Orpheu* em 1915 demonstrou pouco interesse pelo Brasil. Este desinteresse é irónico, uma vez que a revista foi planeada e esboçada no Rio pelo português Luiz de Montalvor e pelo brasileiro Ronald de Carvalho. Porém, os seus verdadeiros promotores foram Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. O interesse português pelo Brasil teria sido limitado a ocasionais artigos literários e a trabalhos de proponentes da campanha luso-brasileira, se não fosse o aparecimento de *Emigrantes* (1928), de Ferreira de Castro (1898-1974).

Chegado ao Brasil com a idade de doze anos e aí permanecendo durante oito anos, Ferreira de Castro teve experiências que iam prepará-lo para escrever os seus dois romances. O seu segundo romance, *A Selva* (1930), era essencialmente uma descrição ficcionalizada da sua própria experiência nas plantações de borracha do Amazonas. Desde os seus primeiros anos de escola na sua terra natal de Ossela em Portugal, para Castro, foi sempre o Brasil o tópico central das suas conversações. Num estudo sobre a vida de Ferreira de Castro e seus trabalhos, Jaime Brasil menciona os humildes companheiros de classe que aprendiam só o suficiente para escrever uma carta para o Brasil. As suas aventuras neste país conjuntamente com a sua observação das dificuldades do emigrante em terra estrangeira inspiraram-no a escrever *Emigrantes*, um romance de realismo social sem nada das cínicas implicações encontradas nos tendenciosos trabalhos de Camilo. O Brasil, apesar de continuar a ser o El Dorado na mente dos pobres camponeses de Portugal, não é descrito nestes livros como a terra de leite e mel. Pelo contrário, é apresentado como uma terra crua, onde injustiça, pobreza e trabalho árduo existem lado a lado com sucesso e fortuna. A terra de papagaios e palmeiras é substituída em *Emigrantes* por sofrimento nas plantações de café e pela exploração do imigrante. Este livro é um romance de protesto social que precedeu outros de escritores brasileiros do Nordeste. Para que o leitor não interpretasse mal as suas intenções, Ferreira de Castro escreveu uma nota no epílogo insistindo que o romance não era anti-emigração. Segundo as suas próprias palavras, o romance dirige-se àqueles que no Brasil e em Portugal exploram os ignorantes que, esperançosos, vêem a sua fortuna no Brasil.

Em *Emigrantes* o autor traça a vida de Manuel da Bouça, que, aos quarenta e um anos, desgostoso com o seu estado financeiro, decide ir até ao Brasil para poder regressar à *santa terrinha* onde irá gozar dos benefícios da sua boa fortuna com família e amigos. Já que os ricos no Brasil fazem parte da tradição da sua aldeia que, ávida e desdenhosamente, dá as boas vindas ao

regresso de muitos *brasileiros*, Manuel decide partir para o Brasil. Para poder pagar a viagem, empenhou a sua terra ao pouco escrupuloso Nunes que enriquecera à custa desses camponeses. O Brasil é a última esperança para eles, a sua chance para chegarem à dignidade, através de trabalho exaustivo, e a oportunidade de conseguirem uma riqueza apenas possível no Novo Mundo. A descrição patética da sua pouca sorte e a sua relutância em regressar a Portugal, depois de viver pobremente no Brasil por mais de dez anos, representa a tragédia experimentada pela maioria dos emigrantes, que na altura não recebiam protecção do Estado. Ferreira de Castro também censura a falta de legislação no Brasil, facto que permitia o tratamento desumano do trabalhador. Por outro lado, a sua crítica a Portugal por permitir a emigração de homens sem instrução e com mais de quarenta anos de idade, com uma grande possibilidade de falharem, revela a sua honestidade em tratar sobretudo da condição desgraçada do emigrante, em vez de facilmente condenar as calamidades ocorridas no Novo Mundo. Nesta linha, o autor pinta uma imagem negativa do Brasil com o propósito de reforçar o seu protesto contra as privações do emigrante. Ferreira de Castro é honesto na sua descrição do Brasil, não retratando os brasileiros como os vilões supremos. Portugueses assim como brasileiros são louvados e criticados.

A relevância do romance para a recíproca imagem luso-brasileira está na descrição das relações entre Manuel e os brasileiros. As situações familiares, tais como a história de amor com uma mulata e as alcunhas de *galego* e *brasileiro*, são referidas aqui realisticamente, sem os traços caricatos do romance de Manuel António de Almeida. Os sentimentos alienados de Manuel e a sua preocupação com a *saudade* não facilitam o seu ajustamento ao Brasil. Uma vez que este país é uma paragem temporária para ele, Manuel não se chega a integrar completamente nos trópicos. De qualquer modo, as suas relações com a mulata Benvinda, que lhe deu as boas vindas de braços abertos, é a mais bem sucedida amizade que partilha com um brasileiro. Aos olhos do português, a mulata tem sempre feito parte do exotismo do Brasil. A escolha de Ferreira de Castro da mulata e da sua sedução de Manuel revela que conjuntamente à lucrativa atracção da terra, ela e os seus modos sedutores, são ainda parte da imagem do Brasil. Ferreira de Castro contrasta a tentadora Benvinda com a pálida mulher de Manuel, que em Portugal estava morrendo aos poucos. A mulata não é a perdição do imigrante, como n' *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, ou na obra de Dias; ao contrário, faz parte do ambiente brasileiro e serve como consolação na solidão de Manuel. Manuel e Benvinda são personagens retratadas como pessoas desesperadas, desterradas numa sociedade fria e indiferente às suas necessidades. Aqui, o resplandecer do El

Dorado brasileiro e todos os seus prazeres são desmistificados, expondo os aspectos deslustrados duma realidade triste e rigorosa.

Com *A Selva* (1930), Ferreira de Castro não teve dúvidas de que escrevera a sua obra-prima. Elogiado no Brasil como um romance dizendo mais respeito à literatura brasileira do que à portuguesa, devido às suas descrições vibrantes da região do Amazonas e dos costumes daquela gente, *A Selva* parece ser um romance brasileiro. Mas, se quisermos ser rigorosos, diremos que o romance é uma mistura de elementos portugueses e brasileiros. Depois dos Jesuítas da era colonial, Ferreira de Castro pode ser considerado o primeiro escritor português a submergir-se completamente no *milieu* brasileiro e a emergir com um trabalho que é a quinta-essência da experiência luso-brasileira. Enquanto *Emigrantes* é um romance português com um cenário brasileiro, *A Selva* é a pintura da terra brasileira do Amazonas e as suas influências sobre o homem, onde tanto portugueses como brasileiros recebem um tratamento equilibrado. O Brasil, no primeiro livro, é o fundo sobre o qual o autor pinta o tema universal da situação desvantajosa do imigrante. Assim, não cai inteiramente sobre o Brasil a responsabilidade do malogro de Manuel. Ao contrário, ele estava condenado antes de deixar Portugal, por causa dos seus quarenta e um anos e da sua pouca educação. Ele é vítima de todos os vigaristas – tanto portugueses como brasileiros. Em *A Selva*, o herói Alberto é um português bem educado e orgulhoso, o qual deixara o seu país como resultado da queda da monarquia. Este jovem de vinte e seis anos encontra-se na bárbara região do Amazonas, onde, para sobreviver, é obrigado a trabalhar numa plantação de borracha. É a partir deste ponto que Ferreira de Castro se concentra na terra e nos seus efeitos sobre Alberto. O romance não é um tratado sobre a emigração, nem exclusivamente uma análise de Alberto e da sua mudança de carácter durante a sua permanência no Brasil. Apesar de estes assuntos serem tratados, o livro insiste na selva em si, que se transforma num monstro animizado aos olhos dos protagonistas, tragando tudo no seu caminho.

*A Selva*, onde reinam escravidão e morte, desumaniza os homens e transforma-os em bestas vorazes. O *seringueiro* – o trabalhador que extrai a borracha das árvores – é forçado a viver sozinho ou, se tem sorte, na companhia dum outro, no meio da vegetação florescente da selva. Baseando-se nas suas próprias experiências nesta região, Ferreira de Castro capta a atmosfera e o drama humano de Amazonas, narrando as aventuras de Alberto, o qual trabalha em companhia do mulato brasileiro Firmino, numa parte isolada da plantação de borracha. Através de longas e detalhadas descrições da *selva* e de cenas revelando a fala e as maneiras de tipos tais como *caboclo* ou homem da floresta, Ferreira de Castro desenha a pintura fiel desta

parte do país. Foi este aspecto do romance que inspirou considerável aprovação dos brasileiros; posto que português, Ferreira de Castro vivida e correctamente retrata a brasilidade da terra. Por exemplo, os *caboclos* são descritos pelo apego à sua cama de rede e pela sua paixão por cachaça:

Aqueles, porém que, encontrando se em vésperas de ter saldo... dividiam a cachaça pelos menos felizes e era certo que, ao romper de segunda-feira, nenhum guardava já dois dedos no fundo da garrafa. Todo o resto da semana se volvia em impaciência pelo domingo novo, semana negra como a água do igapó, dias longos em que a amargura sufocava e a boca exigia o ardor da esquece-sofrimentos<sup>9</sup>.

Na citação acima, Ferreira de Castro revela o seu conhecimento do carácter e do idioma brasileiros ao comparar a ansiedade provocada pela semana sem uma bebida à *água do igapó*, isto é, às águas estagnadas causadas pelas cheias na sua cor negra se identificam com o estado de alma dos seringueiros, privados do «esquece-sofrimento».

Para além da habilidade de comunicação sobre a verdadeira natureza do mundo tropical, Ferreira de Castro também demonstra candidamente as relações entre portugueses e brasileiros. Desde o princípio, a narração toca no problema de desdém, de que são vítimas, como imigrantes, os portugueses em terras do Brasil. Alberto sente-se ofendido pelo estado de humilhação dos portugueses na nova terra:

Com o seu desdém pelos rebentos dos descobridores, os brasileiros com quem ele convivera tinham-no levado a um exacerbado patriotismo. Não suportava o amesquinamento em que vivia, perante muitos dos nativos, a colónia portuguesa – ponto de partida para a avaliação dos que mantinham viva a pátria longínqua<sup>10</sup>.

O tratamento depreciativo dos portugueses é revelado por alguns brasileiros, os quais não escondem a sua pouca simpatia pelos *lusitanos*. Como quando Alberto conhece o seu chefe Juca Tristão, que também não é favorável aos portugueses, e ouve os seus compatriotas serem referidos por uma alcunha: «Não sei – disse – como você trouxe uma peste dessas. Já é sabido que carcamando (*sic*) e marinheiro só são bons para regatão»<sup>11</sup>. No norte do Brasil, *carcamano* significa vendedor ambulante, normalmente de origem semita, enquanto *marinheiro* é um termo pejorativo aplicado aos portugueses. Aqui os brasileiros pretendem dizer que os portugueses servem apenas para regatear preços. De novo, comércio é sinónimo de português. Um outro brasileiro

reafirma mais tarde esta opinião: «Os judeus e os portugueses nasceram para o comércio»<sup>12</sup>. O facto de se reunir numa só categoria os portugueses e os judeus, ilustra o tipo de reputação que eles têm aos olhos dos brasileiros – negociantes que barbaramente disputam o dinheiro. Numa passagem, Alberto através da sua própria experiência diz-nos desta discriminação e animosidade:

Sentia que se riam dele, que o criticavam, irmanando-o à mesma raça de siritos e judeus que iam de porto em porto, furtivamente, trocando bugigangas por borracha, e sempre perseguidos pelos donos dos seringais, que não toleravam a concorrência do «regatão»<sup>13</sup>.

Os portugueses são aqui acusados de causarem competição entre os brasileiros pelo seu estilo manhoso nos negócios, usualmente associado aos judeus e sírios que emigraram para o Brasil.

O depoimento seguinte, por uma das personagens, exemplifica o azedume que os brasileiros tinham para com os portugueses: «Esses portugueses e carcamandos, quando estão lá na cidade e precisam de nós, não têm vergonha nenhuma e fingem de mansos para nós os trazermos. Depois, se tornam malandros e são traiçoeiros como surucucú»<sup>14</sup>. A reputação portuguesa baseia-se nos novos imigrantes que chegam e se lançam servil mas implacavelmente ao negócio. Quando um português educado, como Alberto, chega ao Brasil, as declarações difamatórias não estabelecem diferença entre ele e o imigrante de condição mais baixa. Todos os portugueses são tratados da mesma maneira. Curiosamente, Alberto tornar-se-ia amigo dum brasileiro – o mulato Firmino. Este companheiro amigável ajuda-o quando está em perigo, e em geral olha por ele durante a sua difícil adaptação na selva. Ambos os homens são vítimas de discriminação e assim descobriram a camaradagem na sua situação comum.

A posição do português na sociedade brasileira é aqui definida como um objecto de discriminação e rejeição. O mulato, um tanto deslocado nesta sociedade, fraterniza com um outro deslocado na mesma sociedade – o português. O brasileiro é tido como nacionalista e não simpatizante de qualquer estrangeiro, do português em particular. No aspecto da xenofobia, o romance do século XX, apesar do seu retrato realista, introduz de novo o ressentimento descrito em textos portugueses e brasileiros dos séculos anteriores. De mais a mais, a antipatia aqui demonstrada contrasta profundamente com a harmonia desejada por aqueles que se empenharam numa comunidde luso-brasileira.

Também por outro lado, avaliando o Brasil e os brasileiros nesses romances de Ferreira de Castro, notamos que a imagem do país em si difere

muito do panorama pintado por muitos escritores portugueses do século XIX. Se bem que ainda uma terra exótica, o Brasil é agora menos romantizado e menos atractivo. Tendo em conta o impacto do realismo na literatura, podemos compreender esta transformação. Acrescente-se porém o facto de que, até este período, nenhum outro autor português se preocupou tanto com o Brasil como Ferreira de Castro. Sob a sua pena realista, a riqueza ilusória e os prazeres do El Dorado, imaginados pelos imigrantes portugueses, tornaram-se desilusões, uma vez chegados, aqueles ao Brasil.

Uma experiência semelhante aparece com Joaquim Paço D'Arcos, homem de negócios em São Paulo de 1928 a 1930. Este romancista português redige as suas aventuras no Brasil e escreve dois trabalhos falando deste país e da sua gente – *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935) e *Diário dum Emigrante* (1936). Ambos os livros seguem a experiência do protagonista Pedro Manuel, um jovem imigrante culto que vai para o Brasil na mira da fortuna. Atormentado com o inerente sentido de fracasso, Pedro Manuel não alcança sucesso, enquanto outros, com aparentemente menos possibilidades o conseguem. *Amores*, uma espécie de *diário*, não é de avultados comentários ao Brasil, excepto pelo rótulo usual de Terra Prometida. *Diário*, por outro lado, alude a vários aspectos da vida brasileira, especificamente à atmosfera vertiginosa do mundo de negócios em São Paulo, e à vida maravilhosa no Rio de Janeiro. Pedro Manuel, um antiquário, prefere o Rio a São Paulo, porque é no Rio que ele segue uma vida de turista. Ele dá a sua opinião das duas cidades no seu diário por estas palavras: «Voltamos para São Paulo. De dia, no trabalho, à noite, nesta cidade sem graça, tenho saudades do Rio, das suas avenidas largas, das suas praias, do marulhar constante da vaga, do calor dos corpos sensuais»<sup>15</sup>. A sua opinião de São Paulo, onde ele trabalha e contacta diariamente com o monótono caminhar da cidade, reflecte o seu desapontamento e insatisfação com este estilo de vida:

Não me aclimatei ainda. Ao fim de três dias de permanência no Rio sentia-me cidadão carioca. Voltei lá uma vez e parecia ter voltado à minha terra. Estou aqui há mais dum mês e sinto dentro de mim o desterrado e tudo à minha volta me recorda o exílio; cidade sombria, de almas sombrias. Chove a cântaros; o céu, plúmbeo e baixo, de lúgubre carranca, contribui em muito para o aspecto funéreo da cidade e das coisas ao meu redor<sup>16</sup>.

O tema da alienação, como aparece nos trabalhos de Ferreira de Castro, é aqui desenvolvido pela descrição psicanalítica de Pedro Manuel. Segundo Guilhermino César no seu estudo sobre «o brasileiro»:

No *Diário dum Emigrante* (1936), vislumbramos principalmente os entre-tons morais, numa história em que o donjuanesco tem a melhor parte. O desajuste, aí, vem do fundo da alma, não se liga necessariamente ao problema do transplantado que se disponha a radicar-se no novo meio com a observância rigorosa das regras do jogo moral<sup>17</sup>.

O leitor vê o Brasil através dos pensamentos taciturnos da personagem principal, repellido pela frieza de São Paulo. Por isso o Brasil é descrito em cores desfavoráveis por Pedro Manuel, como orgulhoso europeu que critica o materialismo do Novo Mundo. A sua atitude cínica para com o Brasil revela-se na cena onde ele se zanga com a escassa presença de brasileiros na exposição de quadros do pintor português António Carneiro:

Quando cheguei supus que o acontecimento adquiria os foros que eu havia anunciado, tão grande era a fila de automóveis à porta. Logo reconheci que me enganara, pois que a selecta assistência viera toda ao chamariz da inauguração dum stand de automóveis, que se realizava à mesma hora nas salas contíguas e à qual compareciam as entidades oficiais e todo o alto comércio. Quando passei rente à porta, a assistência bebia champanhe e ouvia em recolhimento um orador que vociferava:

«Graças ao esforço destes nossos amigos, São Paulo conta de hoje em diante com mais um centro vital donde irradia sua fulgurante civilização»<sup>18</sup>.

O patriota Pedro Manuel está satirizando a propensão brasileira para confundir progresso material com civilização. Aqui temos a crítica familiar do Velho Mundo zombando do Novo. Neste romance, o Brasil emerge mais preocupado com o progresso do que com a cultura, e assim é apreciado com snobismo por europeus cultural entrincheirados.

Mais tarde, porém, Joaquim Paço d'Arcos desempenhou um papel activo na comunidade luso-brasileira, da qual era um forte defensor. Este interesse luso-brasileiro é notório no seu estudo, «Carlos Malheiro Dias – Escritor Luso-Brasileiro», apresentado ao Quarto Colóquio Internacional dos Estudo Luso-Brasileiro, em Salvador, Bahia, Brasil, 1959.

Num artigo para o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, Paço d'Arcos, num verdadeiro espírito luso-brasileiro, é citado como tendo dito: «Por sobre o Atlântico, Portugal e Brasil devem manter-se ligados afectiva e espiritualmente e com isso ambas as nações lucrarão»<sup>19</sup>

*Miguel Torga*

Nesta linha de portugueses com experiências luso-brasileiras, destaca-se um grande e sincero admirador do Brasil – o escritor transmuntano, Miguel Torga (1907), pseudónimo de Adolfo Correia da Rocha. Em vários momentos da sua obra, Miguel Torga retrata o Brasil como uma terra mágica e encantadora que o seduziu durante a sua primeira estadia, quando era imigrante adolescente, entre os seus treze e dezassete anos de idade (1920-1925). Apesar de a experiência ser angustiante, por causa da sua situação de jovem imigrante solitário e maltratado por uma tia cruel, Torga não culpa o Brasil pela sua má sorte. Pelo contrário, observamos um perfil realista com palavras louvadoras que, às vezes, chegam a ser hiperbólicas:

Curioso de tudo e sensível à qualidade de cada coisa, fora dessas horas infelizes considerava aquele Brasil um deslumbramento. Era uma terra nova nuns olhos novos... E aquele pedaço de Minas parecia um recanto do paraíso»<sup>20</sup>.

Estas linhas tiradas da sua autobiografia *A Criação do Mundo* (1937) revelam a espontaneidade e linguagem do menino, retratadas pela voz do narrador retrospectivo, adulto e autoconsciente. Nesta parte da obra, intitulada «O Segundo Dia» e dedicada à sua experiência no Brasil, Torga capta com sensibilidade e perspicácia um Brasil cheio de contradições e novos horizontes, que contrasta marcadamente com o mundo – da sua pequena terra europeia:

Mas nem valia a pena fazer comparações... A diferença que ia de semelhante lavoura a uma vessada feita em Agarez [Portugal] conforme mandava a regra!... Mal podia acreditar que nascesse e crescesse milho assim cultivado, de mais a mais quatro pés juntos, sem sacha, nem regra. E que cada um desse três ou mais espigas<sup>21</sup>.

No papel de colono e «galego», Torga se espanta perante a maravilha tropical e descreve em notas impressionistas, clichés da paisagem tropical, como a «mata virgem» e as «cobras venenosas»:

Havia ainda quilómetros e quilómetros de cafezais, encostas plantadas de cana do açúcar, várzeas cobertas de arrozais, extensões enormes de mata virgem (porque o que eu vira eram

simples capoeirões), montes e montes cobertos de capim, onde pastavam grandes manadas de gado, o engenho, a usina, o alambique, um rio do tamanho do Corgo – e pretos e pretas a torto e a direito...

Nada do que aprendera em Agarez servia ali. Nem os ninhos eram iguais. Alguns, suspensos das árvores, pareciam lampiões pendurados. Os pássaros cantavam doutra maneira, os frutos tinham outro gosto, e, onde menos se esperava, havia cobras disfarçadas enormes, bonitas, sempre de cabeça no ar, à espera<sup>22</sup>.

No seu entusiasmo, este trecho faz-nos lembrar a *Canção de Exílio* escrito por Gonçalves Dias. É também interessante aqui notar o seu deslumbramento perante a quantidade de africanos no Brasil, pois na sua terra não havia gente preta.

Logo no início do seu contacto com os negros, o jovem imigrante observa a afabilidade desta gente que o emociona. É o caso com o empregado Anacleto:

Depois, ouviu-me soluçar. Debruçou-se, pôs-me carinhosamente a mão no ombro, e falou. Metade das palavras que dizia eram na língua dele. Não se entendiam. Mas resumavam ternura<sup>23</sup>.

Também nos apercebemos, no decorrer da narrativa de outras observações suas que documentam o drama de sentir-se estrangeiro, vítima de insultos da parte de certos brasileiros. Um destes casos é descrito desta maneira:

Não fazia mal que ladrasse. Contanto, que não se atrevesse a cantar ao pé de mim que  
As desgraças do Brasil  
eram duas, agora são três:  
A formiga cabeçuda,  
o italiano e o português,  
não fazia mal que espumasse peçonha nativista<sup>24</sup>,

O sentimento nativista, porém, retoma cores diferentes no trecho seguinte, sobre as superstições brasileiras:

Aquele vira lobisomem à sexta-feira... Quase sempre pretos ou portugueses. Desde que estivessem fracos do sangue, já se sabia. Os espanhóis e os italianos raramente viravam. Turco, nunca. Por isso é que na Derrubada apenas havia gente daquela raça. É que só naturezas assim rijas aguentavam feitiço forte de

mandigueiro invejoso. Negro ou português, caía redondo. E meu tio, à cautela, por mais que lhe pedissem, não colocava lá outros colonos. Queria na melhor terra da fazenda pessoal valente<sup>25</sup>.

Este comentário que se refere à flagrante superstição no Brasil, também atesta indirectamente uma forma de preconceito contra portugueses e africanos. É evidente que também temos que levar em conta o ponto de vista do jovem imigrante, ignorante e inocente, susceptível a cada insulto contra a sua natureza não-brasileira.

Por isso, *A Criação do Mundo* devia ser apreciado como documentária da experiência emigrante e, ao mesmo tempo, como expressão impressionista do seu herói, um imigrante adolescente que sobreviveu à mesma experiência dolorosa pelo qual milhares passaram e outros passarão.

Mas, além de ser um honesto e sensibilizado depoimento da saga imigrante, esta narrativa repinta sobretudo certos momentos sociais e culturais da vida brasileira em tons tão pessoais que acabam sendo retratos indeléveis para o leitor consciente – cenas, por exemplo, que evocam circunstâncias da decadência rural como esta a seguir, que faz lembrar o realismo de José Lins do Rego ou de Graciliano Ramos:

Foi então que meu tio jogou uma das suas grandes cartadas. Vendeu bem vendida a fazenda modelar, mas relativamente pequena, em que vivíamos, e comprou outra, imensa e barata, semi-abandonada, nos confins de Minas. Era a grande especialidade dele. Adquiria por dez réis de mel coado propriedades que a abolição da escravatura arruinara, tornava-as produtivas, e passava-as a patacos. A de agora, que fora das mais prósperas da Zona da Mata, chegara à decadência total. Hipotecada pelos filhos do antigo senhor a um Banco, acabara por ser posta em hasta pública. E meu tio fez o negócio<sup>26</sup>.

A visão da sociedade pós-escravocrata, sugestivamente evocada aqui, ganha outra dimensão quando captada pelos olhos dum estrangeiro imigrante metido no drama quotidiano dum Brasil na sua fase pré-industrial. Assim, *A Criação do Mundo* representa, quer no seu retrato da paisagem tropical, quer na reprodução do falar e da amabilidade de sua gente, um dos resultados positivos duma verdadeira experiência luso-brasileira.

Além desta existem duas outras obras torquianas em que o Brasil constitui tema central: *Traço de União* (1955) e *Diário VII* (1961). Repare-se, nestes volumes, na forte ligação entre a experiência pessoal do autor, como jovem imigrante, e a da sua segunda visita ao Brasil em 1954 como conferencista e escritor estabelecido. Aliás, o fenómeno da apreciação

extracultural ou bicultural que domina estas narrativas faz de Torga um inveterado luso-brasileiro. Nos ensaios e conferências que compõem *Traço de União*, Torga propõe que os portugueses visitem o Brasil, mas: «Primeiro, não ir lá procurar a própria imagem»<sup>27</sup>.

Este conselho aparece no ensaio «Do Passado ao Presente», onde Torga acusa os portugueses de terem uma imagem falsa, caricaturada e anacrónica do Brasil moderno. Torga inicia o seu argumento com uma crítica da imagem errada que os portugueses mantêm dos brasileiros – uma imagem que, ironicamente, é a mesma manifestada nas narrativas portuguesas desde o século dezasseis até o dezanove:

Portugal devia fazer com o Brasil o que certos autores exigentes fazem com os livros que escrevem: refundir sempre que possível a versão original. Embora haja em cada emigrante uma visão renovada das terras de Santa Cruz, a nação inteira, o todo, permanece fiel à imagem quinhentista que lhe ficou do alvoroço da descoberta de Pedro Álvares Cabral. Qualquer coisa de muito grande e muito distante<sup>28</sup>.

Torga comenta a separação cultural que existe entre os dois países, e culpa Portugal de não ter mudado a sua opinião sobre a antiga colónia. «É preciso que a prosápia reinol dê lugar a uma digna humildade»<sup>29</sup>. Por outro lado, Torga explica a posição portuguesa: «Compreende-se que da nossa parte haja uma espécie de ânsia, de obsessão, de ligar a consciência brasileira a um pretérito honroso, o melhor que temos para oferecer-lhe»<sup>30</sup>. Mas, ao mesmo tempo, esta atitude retrospectiva da parte dos portugueses não reconhece o presente nem o futuro – um aspecto importante para o povo americano:

Sobreviventes gloriosos de eras mortas, andamos de luto por nós. Um luto bastante formal, mas que enegrece as pessoas e as torna venerandas antes do calendário<sup>31</sup>.

Por isso, Torga sugere que os portugueses conheçam o Brasil a fundo:

Ver um povo por dentro, saber auscultar-lhe a parte mais nobre e mais oculta da fisiologia moral, intelectual, emotiva, não é empresa fácil, mormente para nós, acostumados ao método da reacção directa, lança na mão direita e paternalismo na esquerda<sup>32</sup>.

Esta análise, feita por Torga da atitude cultural portuguesa perante um país como o Brasil, aponta para o problema básico e evidente – a profunda diferença entre o espírito europeu e o americano. Em outras palavras, o já

conhecido conflito entre o Velho e o Novo. Segundo Torga, o Velho Mundo tem que mudar de opinião e encarar o Novo com olhos abertos porque ali existe o caminho para o futuro. Repetindo uma imagem usada na *Criação*, Torga define a grandeza do Brasil desta maneira: «O normal é a abundância, o pé de milho com três espigas»<sup>33</sup>. Assim, ele dá ênfase a um elemento importante da cultura brasileira – o da sua capacidade realizadora que possivelmente poderá servir de exemplo para Portugal. Pelo menos, é o que se deduz destas palavras finais:

Ora nas estações desse itinerário mental, a mais demorada deve ser o Brasil. É ele o maior troféu do nosso adormecido espírito de aventura; e é ele que deve ser o pendão das possíveis aventuras do nosso espírito acordado<sup>34</sup>.

Em outras páginas deste livro, Torga profere algumas palavras realistas e sensíveis sobre «O Drama do Emigrante Português», onde se refere à emigração portuguesa para o Brasil como uma:

tragédia toda em profundidade obscura. E foi realmente crueldade e leviandade de Camilo popularizar uma caricatura que é uma ofensa a essa essencialidade subterrânea. Nunca se deve cobrir de riso uma angústia que arde na própria alma. De resto, nas páginas temperamentais do grande escritor, onde as vítimas se debatem, não se trata de analisar uma complexidade humana, mas um comportamento social<sup>35</sup>.

Esta acusação ao retrato do «torna-viagem» na obra de Camilo revela a aguda sensibilidade e compreensão torquiana perante o drama do emigrante e a sua «marca indelével da permanente inquietação»<sup>36</sup>. Mas acima de tudo, este ensaio fornece-nos uma perspectiva incisiva sobre o sentido duma experiência intercultural, que escapou a muitos escritores luso-brasileiros porque estes aderiram a mitos culturais e caricaturas. Por isso, Torga, no seu «Lado português de um diálogo luso-brasileiro», denuncia a série de caricaturas presentes na história literária dos dois países, e apela para uma rectificação:

Pelo que diz respeito ao Brasil, nem mesmo a leva ininterrupta de emigrantes– desmentido clamoroso e flagrante a essa caracterização horrorosa e comprometedora-, consegue remediar o mal. A quantidade dos que vão trabalhar é superada pela qualidade dos que vão perorar. E são estes que impressionam as imaginações e condicionam o juízo que do todo se faz<sup>37</sup>.

Este trecho faz alusão àqueles oradores de ambos os lados que não reconhecem as verdadeiras realidades dos dois países e, por isso, não conseguem valorizar as autênticas imagens culturais. Consciente dos vários discursos de muitos proponentes de uma unidade luso-brasileira, Torga dramaticamente declara o seguinte:

Esquecidos dessa evidência, alguns políticos e puristas europeus, por meio de tratados e acordos, tentam ainda manter viçosos os sagrados alfobres transplantados... como se um novaiorquino que falasse o inglês de Oxford se sentisse integralmente americano, ou um carioca que pronunciasse como um lisboeta se sentisse castiçamente brasileiro!... A falar errado é que os povos americanos estão certos<sup>38</sup>.

Com Miguel Torga é óbvio que temos uma voz especial na história literária luso-brasileira. Uma voz que encara o Brasil com olhos honestos, às vezes um pouco idealistas, como é evidente no seu *Diário VII* (1956), mas uma voz que recria uma imagem positiva e rara de um Brasil mais próximo da sua verdadeira realidade. Poderíamos atribuir a essência desta visão à sua experiência adolescente em terras brasileiras, mas esta explicação seria simplista demais. Por isso, parece-nos que a resposta está mais na capacidade de Miguel Torga para ultrapassar os limites do seu próprio mundo cultural e, sobretudo, para manter viva a experiência extracultural que, em outras palavras, se pode caracterizar como uma forma de biculturalismo luso-brasileiro. Mas para conseguir este estado, é preciso integrar-se na outra cultura para valorizá-la, e daí saber como reatar os laços culturais entre os dois países. O laço linguístico é o caminho pelo qual esta amizade luso-brasileira pode prosseguir, mas, mesmo aí, é preciso superar as diferenças dialécticas ou, pelo menos, reconhecê-las estas como características indeléveis do povo e aceitá-las como um aspecto cultural a ser apreciado. Com Miguel Torga, temos o modelo de um luso-brasileiro que sabe liderar outros. É evidente que esta força de vontade, manifestada pelos dois países, poderá contribuir para incentivar e realizar melhores laços e relações luso-brasileiras.

#### *Aquilino Ribeiro*

O Brasil também figura nas obras de outro romancista do período moderno-Aquilino Ribeiro (1885-1963). Nas suas obras *Mina de Diamantes*, *O Malbadinhas* (1958), e *Quando os Lobos Uivam* (1958), temos de novo o Brasil através de «brasileiros» modernos, mas estes não são mais os tipos

caricatos que observamos em Camilo. Apesar de o Brasil em si ocupar um segundo lugar na narração, temos aqui um retrato mais autêntico do personagem-tipo o «brasileiro»:

a personagem aquiliniana é o homem que age, o português das sete partidas; no melhor sentido. Pois o que mais caracteriza este último, na confraria de aventureiros a que pertence, é o gosto do imprevisto, a energia, a faculdade de readaptar, a ambição, o ar risonho, que tornam simpático a toda a gente<sup>39</sup>.

Esta descrição refere-se mais ao pícaro Diamantino Dores, o anti-herói de *Mina de Diamantes*, do que ao desgraçado Manuel Louvadeus, o «brasileiro» do romance, *Quando Os Lobos Uivam*. Nesta narrativa, o Brasil é visto através da visão retrospectiva de Manuel, o qual regressa a casa depois de uma estadia mal-sucedida no Brasil. Uma vez mais, o sucesso, que era sinónimo de Brasil, é suplantado pelo fracasso. Além disso, Manuel descobre que a sua viagem até ao Brasil é um estorvo para a sua felicidade na terra natal, porque o Brasil tinha adquirido má reputação na mente dos camponeses, os quais levam a mal a sorte dos «brasileiros» com as suas riquezas adquiridas no Novo Mundo. Manuel acredita que voltar a casa sem riqueza trazida do Brasil é, ainda mais desastroso porque os outros vão avaliá-lo pela sua falta de sorte. Seu próprio pai chamou-lhe *meu brasileiro de borra*.

Quando é acusado de conspirador, Manuel entra numa situação kafkiana onde todos os aspectos negativos da sua vida são usados contra ele – sobretudo, a sua estadia no Brasil. Levado ao tribunal, Manuel é criticado porque «regressara repleto de vícios inerentes às terras novas, desprovidas de tradição, em que actuam toda a sorte de precipitados sociais»<sup>40</sup>. Aqui o Brasil, assim como Manuel, é processado. O país é reprovado pelo materialismo do Novo Mundo que se crê respirar vício e corrupção. Numa outra passagem, um amigo aldeão incita Manuel a falar sobre o Brasil, dizendo sarcasticamente que apenas patifes podem sobreviver em tão bárbara terra. A opinião de Manuel sobre o Brasil anda à volta do seu desejo insaciável de se tornar rico. Ele conta aos vizinhos uma história fantástica da sua descoberta de diamantes no Brasil e a perda do seu tesouro, que atribui à imoralidade duma mulata. A mulata parece ser o «leit-motif» no drama dos portugueses imigrantes no Brasil.

Aquilino Ribeiro pinta o Brasil através da desgraça do imigrante. Seu tratamento do Brasil e de brasileiros anda à volta das aventuras tristes do emigrante e por conseguinte explica a imagem negativa do Novo Mundo. Além disso, o papel do emigrante como o maior elo de ligação entre os dois países pode também ser oferecido como justificação para o fracasso do

conceito luso-brasileiro de comunidade. Como representante de Portugal, o emigrante por si mesmo não pode modificar a imagem do seu país no Brasil.

*José Rodrigues Miguéis e Jorge de Sena*

Entre outros escritores que têm dialogado sobre o mundo luso-brasileiro, figuram dois de interesse relevante para o nosso estudo: José Rodrigues Miguéis (1901-1980) e Jorge de Sena (1919-1978). Apesar de não existirem na ficção destes dois autores, personagens brasileiros, aparecem, nos seus ensaios, comentários provocantes sobre a imagem recíproca luso-brasileira. Para mais, sendo os dois homens que se exilaram de Portugal por razões políticas, é elucidativo observar a perspectiva deles perante os tais «laços culturais» e o drama da emigração como ponte de ligação entre Portugal e o Brasil.

No caso de Miguéis existem poucas referências ao tema luso-brasileiro, e ainda menos depois da data de sua viagem ao Brasil em 1949. Aliás, os comentários mais interessantes foram publicados antes da sua visita ao Brasil, que durou menos de um ano apesar de existirem possíveis intenções de lá ficar por mais tempo. Numa entrevista na véspera da sua partida, publicada com o título «O dr. Rodrigues Miguéis Foi Exercer no Brasil a sua Actividade Literária», Miguéis alude à ligação cultural luso-brasileira desta forma:

A transferência das minhas ocupações para o Brasil... oferece-me o ensejo, ansiosamente esperado, de conhecer um país a que – passe o lugar comum – nos prendem tantas afinidades. No Brasil atrai-me sobretudo a intensidade da vida mental. Tenho lá numerosos amigos e até meia dúzia de leitores <sup>14</sup>.

Um dos seus primeiros ensaios sobre o Brasil data de 1940 – «A Teoria da Brasilidade» – onde Miguéis descreve o Brasil como um país culturalmente independente e não português. Segundo Miguéis, o Brasil, por ser um país maduro, até perdeu algum do seu rancor histórico contra Portugal. Do mesmo modo, a imagem do Brasil como nação amadurecida reaparece em 1944 no artigo «Dos Imágenes del Brasil» na revista nova-iorquina Norte, de língua espanhola. Com o fim de apoiar o seu argumento, trata das diferenças entre o Brasil real e o Brasil mítico<sup>42</sup>. No entanto, como Miguéis teve a oportunidade de observar e, até certo ponto, viver ele mesmo o drama do emigrante português na América do Norte, é desta perspectiva que encara o Brasil. Isto é evidente no seu ensaio «Há Sempre um Bei em Tunes» (publicado primeiro na *Seara Nova* em 1946 com o título «Quem paga é o 'Bey' de Tunis»). Miguéis discute os motivos da reputação que os portugueses têm no mundo inteiro,

acusando os outros povos de má fé por ignorarem, por exemplo, a célebre figura do navegante/descobridor em vez do pobre emigrante «aventureiro e traficante, videirinho, sequioso de lucro imediato, que busca o seu bem onde o encontra... esperto e chicaneiro mas destituído de real finura»<sup>43</sup>. E entre os povos que mantêm esta atitude, o Brasil destaca-se como um dos que mais contribuíram para ela:

O Brasil, só à sua conta, criou todo um folclore de sátira ao lusitano, e mesmo entre muitos dos seus melhores escritores vivos corre a imagem do *portuga* de bigodeira, quitandeiro ou berdureiro, de mangas arregaçadas nos braços cabeludos, que ergue o prédio de rendimento por cima do botequim da esquina, e acaba casando a filha dotada com bacharel nativo, poeta e falinha doce. Para todos os próximos parentes, ele será o «galego». Inconfundivelmente brasileira é também a caricatura do português que se baba por mulatinhas incendiárias (e quem se não baba por elas no Brasil?) ou se amantiza com negra retinta<sup>44</sup>.

O facto de Miguéis fazer alusão à famosa caricatura do «portuga» e da mulata sensual demonstra quão viva e duradora é esta imagem com todos os seus clichés. Mas o leitor descobrirá que este ensaio não põe a culpa unicamente nos brasileiros. Pelo contrário, Miguéis fala do tratamento pejorativo dado ao português na literatura mundial, isto é, ao português imigrante ou «português de exportação»<sup>45</sup>. Por isso, as palavras de Miguéis são pertinentes em relação ao nosso tema, porque elas sublinham uma realidade que temos observado no decorrer deste estudo – emigratório na formação dum mito ou duma imagem da mãe-pátria e da sua cultura. A ira de Miguéis contra este facto manifesta-se nas palavras que acompanham a conclusão do seu ensaio:

Resta saber em que medida esse cliché predominantemente depreciativo é fruto de má-fé, de ignorância ou negligência, ou de observação objectiva; e em que medida o é da incultura que infelizmente acompanha a toda a parte esse «português de exportação», mais cioso com frequência dos valores imediatos do que de valores duráveis, e pelo qual, naturalmente, os estranhos tendem a julgar-nos colectivamente<sup>46</sup>.

Por falar em ira ou raiva literária, não há ninguém mais eloquente nem perito neste sentido do que Jorge de Sena, sobretudo quando se trata do mundo luso-brasileiro que ele percorreu e conheceu durante grande parte de sua vida. Morando no Brasil, de 1959 a 1965, como professor universitário na USP, voltando frequentemente a Portugal, Sena viveu o drama de um ser luso-

brasileiro *par excellence*. Com cidadania brasileira e portuguesa, teve a oportunidade de ver e observar o Brasil e Portugal por dentro e por fora em todas as suas respectivas malandragens nacionalistas e patrióticas.

Por isso, Jorge de Sena, reconhecido no mundo luso-brasileiro como um dos grandes poetas do século, serve-nos bem aqui, sobretudo pelos comentários ensaístas do seu livro, *O Reino da Estupidez II* (1978). Mesmo no prefácio deste, Sena aborda o assunto ou, melhor dito, o dilema luso-brasileiro com a seguinte observação pessoal:

continuando a ser o escritor do Portugal onde nasci, por mais que façam para dar-me como brasileiro que, no Brasil, apesar do meu passaporte, toda a gente faz por ignorar que eu ainda sou<sup>47</sup>.

Mais adiante, Sena toca na sensibilidade brasileira em relação ao seu nacionalismo:

eu era brasileiro de oito séculos, por ser português de outros tantos (claro que não sei se avós meus andavam a cavar ou a dar nos mouros ao tempo de D. Afonso Henriques, mas tanto faz) o que é uma heresia brasileira sem perdão, eu sei<sup>48</sup>.

A ironia com que Sena desenvolve os seus argumentos cai dentro do espírito satírico de outra obra homenageada por ele (pela escolha de título e epígrafe para o seu próprio livro): *O Reino da Estupidez*, poema publicado em 1819 e escrito pelo brasileiro, Francisco de Melo Franco, por volta de 1785. Este poema, herói-cômico, composto em Coimbra, é uma sátira da vida intelectual portuguesa e, portanto, Sena, como ponto de partida, recorre a este livro com o fim de zombar da estupidez e das vacuidades do ser humano. Ora, embora tudo isto esteja escrito em tom trocista, o leitor não pode deixar de ver nas entrelinhas um pouco de vingança contra os brasileiros ou pelo menos contra o brasileiro Melo Franco:

Como ia dizendo, não sei, portanto, se não será tacanho nacionalismo, ressaibo de provincianismo ridículo, inconsequente e anti-social sentimentalismo libertário o achar mais felizes os tempos da Estupidez, cantados por aquele provincianíssimo Melo Franco (pois que havia então de mais provinciano que o Brasil?)<sup>49</sup>.

Mas a sua melhor narrativa sobre a imagem recíproca luso-brasileira aparece no segundo volume do *Reino da Estupidez*, no ensaio intitulado, «Aventuras Onomásticas e Brasilienses», contendo importantes observações para o estudo da Língua e mais folclore, e precedidas de uma breve introdução

de teor altamente moralizante e moralizador, indubitavelmente da mais candente actualidade»<sup>50</sup>. Aqui, Sena atinge o cúmulo de expressividade e de humor ao tratar da basófia (luso-)brasileira. Como honestamente confessa na sua breve introdução ao ensaio, ele receava ser mal interpretado porque o que ia dizer não tinha nada a ver com o seu apreço pelo Brasil e o seu amor pelos brasileiros. Sena reconhece o tráfico cultural que se movimenta há muito tempo entre os dois países, pelo menos no nível individual, mas isto não elimina em muitos casos a existência de uma hipocrisia flagrante e prevalente, escondida por trás dos elogios luso-brasileiros. Esta característica, segundo Sena, é atribuída ao inveterado nacionalismo brasileiro, simbolizado aqui por «onomásticas patróticas».

Sena inicia a sua apresentação com referência aos «portugas» e «brazucas» – «para usar os nomes *amáveis* usados em família de ambos os lados quando se trata do outro»<sup>51</sup>.

A estabelecer assim o tom do ensaio, Sena encaminha-se para as suas aventuras onomásticas fazendo alusão à prática brasileira oitocentista de indiófilo-literário e nacionalista, isto é, o hábito de popularizar os nomes de índios, substituindo-os aos portugueses. Ao ridicularizar este procedimento, Sena salta para a época da grande emigração para o Brasil e demonstra como esta gente também escolheu nomes mais «brasileiros» para impôr a sua identidade de novo rico. No meio dos seus exemplos de emigrantes de várias etnias, Sena menciona os comendadores do Rio em tais termos:

nunca souberam de Portugal mais que o bacalhau com batatas a (pátria, ao exportá-los, não lhes dera outra bagagem cultural, a mais de um conservantismo de quem foi fazer pé-de-meia e não deixou de admirar o Salazar à distância no tempo e no espaço)<sup>52</sup>.

A crítica de Sena relacionada com o emigrante português parece ter dois motivos (pelo menos é o que se deduz das entrelinhas) – primeiro o facto de não conhecer o seu próprio país e, em segundo lugar, o de não ter cultura nenhuma, não podendo senão servir de pobre símbolo, como representante da nação portuguesa. (Aqui Sena exprime a sua frustração perante um dilema que parece não ter solução vis-à-vis o nacionalismo brasileiro e o patriotismo português). Então, para satisfazer a sua ira e frustração, Sena aproveita da palavra para «castigar» os brasileiros por sua prática onomástica / nacionalista. Sena exerce a sua vingança através de uma narrativa eloquente em que conta umas anedotas evocativas das famosas piadas luso-brasileiras. Uma será reproduzida no trecho sobre as piadas, e aqui vai outra, autêntica, que aconteceu ao escritor, na altura de registar o nome do seu último filho nascido no Brasil. Aliás antes de contar o caso, Sena explora ao máximo a situação

para incluir um pormenor que na sua opinião documenta, mais uma vez, a existência de sentimentos antiportugueses no Brasil:

Indo eu mais as idóneas testemunhas ao sacrossanto lugar da separação da Igreja e do Estado, o funcionário – com o seu sotaque de «italianinho», o que não é piada à Itália que amo mesmo no desenvolvimento de São Paulo que os filhos dela fizeram como ninguém, mas é indício de um anti-portuguesismo mais ou menos comum <sup>53</sup>.

Mas este antiportuguesismo manifesta-se doutra maneira na cena a seguir com o mesmo «italianinho». O facto de Sena ter escolhido para seu filho um nome português como «Nuno», provocou este episódio cómico e quase inacreditável mas, segundo Sena, verídico:

E como o menino vai se chamar? – E eu, despreocupado ainda declarei: – Nuno Afonso –. O homem franziu o sobrolho, fitou-me com visão de verruma demolidora... e disse secamente:

– Não posso pôr a ninguém nomes que não existem no Brasil –. Era com Nuno que ele embirrava (talvez pensando que era brincadeira minha por *nuno* que ele notoriamente era na lista dos meus filhos e ignorando tão velho e respeitável nome da língua). Insisti que o nome existia, as minhas testemunhas apoiaram-me com a sua reconhecida brasilidade nata, etc. – mas o homem continuou inabalável... – Vá o senhor buscar a lista de nomes, e vamos ver se há ou não há esse nome no Brasil. – Ele tentou resistir. Mas eu, por cima da mesa dele, ia vendo, e ele não podia evidentemente, ante o nome impresso, continuar a recusar-lhe a existência. Então, furioso mas dominando-se, perguntou sem mais comentários: – Afonso, não? Com um F ou com dois FF?... – ao que eu respondi que com um só como mandava a ortografia oficial. Assinámos o registo, recebemos o breve certificado do acto, viemo-nos embora,... Passado tempo, foi quando tive de tratar das papeladas para nos transferirmos,... Na do Nuno Afonso, o homem tivera a última palavra para a eternidade de tais documentos. Depois de nós termos assinado e saído, ele apusera uma apostilha: «Em tempo se declara que a criança recebeu o nome de Nuno, por insistência do pai, embora este nome não exista no Brasil» <sup>54</sup>.

Sena termina o seu argumento dizendo que um país adulto conto o Brasil «...bem pode voltar a chamar aos seus filhos Martim, Diogo, Duarte, Tomé, etc....»<sup>55</sup> e que uma tal atitude não é característica do Brasil em geral:

Não se pense que todo o Brasil é assim, mas é triste observar como liberais ou gente de esquerda – talvez por serem,

muitos deles, membros das burguesias irreparáveis – colaboram neste anti-portuguesismo que não é criação de Brasil nenhum, mas o despir do Brasil, por dentro e por fora, do que lhe resta de vísceras originárias, para o estufar dos imperialismos que o comem às carradas que arrasam montanhas<sup>56</sup>.

Estas «vísceras originárias» de que Sena fala parecem ser, a nosso ver, o vestígio vibrante de um mito cultural que se coaduna bem com o nacionalismo no Brasil deste século. E as palavras de Jorge de Sena, apesar de sua eloquência satírico-irónica, são em si, uma vívida amostra da reacção portuguesa perante o nacionalismo brasileiro. Uma reacção que naturalmente resulta num ufanismo português que sempre acaba por fazer pouco dos brasileiros. Este círculo vicioso, reiteramos de novo, não prejudica nenhuma aproximação cultural luso-brasileira sobretudo no nível individual. Ao contrário, ele simplesmente remete para a existência do orgulho nacional de ambos os lados e para a prevalência de um mito cultural que já faz parte do folclore moderno luso-brasileiro.

#### *Vitorino Nemésio*

Entre os escritores portugueses que se têm dedicado cultural e profissionalmente ao Brasil, o açoriano Vitorino Nemésio (1901-1978) destaca-se como um dos excepcionais. Poeta, ficcionista, crítico literário, professor, e cronista, Nemésio é considerado um especialista em cultura e literatura brasileiras. A sua primeira viagem ao Brasil em 1952 serviu de inspiração para algumas crónicas suas (*O Segredo de Ouro Preto e Outros Caminhos*, 1954, e *Caatinga e Terra Caída. Viagens no Nordeste e no Amazonas*, 1968), e também para alguma poesia (*Ode ao Rio, ABC do Rio de Janeiro*, 1965, e *Poemas Brasileiros*, 1972). Além de numerosos artigos e livros sobre temas luso-brasileiros, Vitorino Nemésio publicou estudos sobre a literatura brasileira (*Conhecimento de Poesia*, 1958) e a história luso-brasileira (*Portugal e Brasil no Processo da História Universal*, 1952). Apesar de dedicar a maior parte dos seus escritos à cultura portuguesa e, sobretudo, à açoriana, Nemésio sempre cultivou um interesse especial pelo Brasil. Segundo José Martins Garcia, o Brasil desempenhou um papel importante na sua visão de universalista: «Variado, multimodo, curioso, pesquisador, saudoso, sonhador.., é sempre a óptica de Nemésio, rica e aprofundante, a registar a sua «absorção» do novo mundo que o seduz»<sup>57</sup>. Isto é muito aparente nas suas crónicas em que Nemésio demonstra um carinho e afeição singulares por terras brasileiras e

onde deliberadamente compara os dois países para mostrar os laços culturais que ligam historicamente o Novo ao Velho Mundo.

Na poesia relacionada com o Brasil nota-se a mesma tendência para ver o que existe de vestígios lusos na paisagem, arquitectura e cultura brasileira. Por causa de sua situação como ilhéu e observador do drama emigrante, evidencia-se também um cunho popular e folclórico do elemento «emigração» em *Poemas Brasileiros*. Esta linha popular verifica-se em outros poemas nemesianos e faz lembrar o ser ambulante entre a Europa e a América. Além do mais, a sua situação de terceirense invoca nele uma sensibilidade a outras culturas além da sua, e assim, como «emigrante/peregrino», redescobre a sua própria terra através dos seus vestígios culturais ainda vibrantes na civilização contemporânea brasileira. Parece existir uma afinidade íntima entre a experiência bicultural luso-brasileira, ou a tensão reinol/imigrante, e a visão açoriana do Novo Mundo. Esta perspectiva emerge claramente no seu livro de crónicas, *Caatinga e Terra Caída*. A sua predisposição perante a cultura brasileira faz deste livro um louvor ao Brasil, onde o leitor verá uma apresentação inegavelmente positiva de coisas brasileiras-uma atitude que raramente se documenta na história literária, luso-brasileira. Uma disponibilidade para a admiração pelas características de uma outra cultura singulariza as crónicas de Nemésio. Talvez o seu vagamundiar seja uma explicação para a sua abertura cultural, uma inclinação que se aproxima da experiência e da visão dos emigrantes da sua Terra. Aquela visão do além-mar que faz do ilhéu um incansável ser movediço e espiritual.

Documentamos um lugar na *ficção nemesiana* onde esta visão d'além mar é simbolizada pelo Brasil. Falamos do personagem Renato da novela *Negócio de Pomba* que apareceu na colecção *A Casa Fechada* (1937). Curiosamente Nemésio criou uma figura que nascera no Brasil em 1878, mas não se lembra muito do seu país depois de chegar aos Açores – sendo órfão de mãe aos seis anos e de pai ilhéu que um dia sumiu. Então o seu passado brasileiro é muito vago e nebuloso, como diz José Martins Garcia: «A distância, o exótico, os Brasis passam a funcionar como *herança* ou memória – tudo diluído, nebuloso, como que irreal»<sup>58</sup>. Este homem torna-se fraco e estagnado, semelhante aos personagens em *O Primo Basílio*<sup>59</sup>. A sua orfandade e o mistério à volta dela e do pai, fazem dele uma figura resignada à vida. O Brasil como terra de fortuna existe, mas Renato não tem a capacidade de deslocar-se do seu mormaço para andar atrás de aventuras e de uma situação melhor. É fascinante notar que Renato ganha momentaneamente certo prestígio com a vaga notícia de que vai herdar 30 contos do seu pai falecido, dono de terras no Brasil. Esta herança inexistente representa o incomum, o elemento que pode melhorar a sua

posição ou status social perante os ilhéus, e sobretudo os pequenos burgueses que não viajam, a não ser através dos seus sonhos e das aventuras dos outros.

Fazemos alusão a esta novela porque de novo temos o papel do Brasil exótico, mal conhecido – um Brasil que sugere vagamente riquezas e exotismo. Por outro lado, a fraqueza de Renato está relacionada com a sua experiência (orfandade) no Brasil. Isto é, o Brasil é associado ao drama do emigrante, o pai torna-viagem, mutilado económica e psicologicamente pela experiência. Integrado no meio asfixiante da ilha, Renato cai na solidão e no isolamento, símbolos representativos da literatura açoriana. Aqui, a imagem do Brasil é evocativa, mas melancólica e trágica. É interessante comparar esta imagem pessimista, e ficcional ou mítica, com a positiva que aparece mais tarde nas crónicas onde Nemésio manifesta uma grande admiração pelo Brasil. Obviamente, o facto de Nemésio não ter viajado ao Brasil até 1952 (e por isso não ter tido conhecimento directo das terras de Santa Cruz), explica em parte uma apriorística visão pouco positiva do Brasil – uma que faz parte da imagem tradicional luso-brasileira. É dizer que esta imagem do Brasil se coadunava bem com o tema da novela e os fins da sua narrativa.

Nas crónicas o seu amor entusiasta pelo Brasil nunca revela preconceitos culturais, a não ser talvez no hábito de descobrir constantemente elementos, vestígios e costumes portugueses na cultura brasileira: «Tão seduzido pelas coincidências etnográficas como pelos pormenores literários, a «literatura de cordel» revela-lhe uma apaixonante simbiose luso-brasileira (ainda a tradição oral a fasciná-lo)»<sup>60</sup>. Esta simbiose, mencionada por José Martins Garcia, caracteriza a «vida-em-comum» que Nemésio realizou na sua própria experiência luso-brasileira e, até certo ponto, aquela que sonhou para todos os portugueses e brasileiros. O facto de ele poder apreciar múltiplos níveis culturais – o popular, o oral, o erudito, o moderno – faz da visão nemesiana a mais apropriada para exemplificar a «aproximação cultural luso-brasileira», tão frequentemente articulada mas poucas vezes realizada. Assim o afirma, ao falar dos seus ensaios sobre a poética brasileira, no prefácio da primeira edição de *Conhecimento de Poesia* (1958) : «O pouco que aí fica prova contudo, amor, velho em mim, à forte e original poesia desta maior parte da comunidade de cultura luso-brasileira que todos nós amamos e queremos robustecer»<sup>61</sup>. Este amor profundo iguala-se ao seu desmedido conhecimento da civilização brasileira, cujo mérito reconhece e recomenda aos seus conterrâneos:

Eu digo sempre que nós, portugueses, se não sabemos nada a fundo do Brasil é por pura preguiça. A literatura moderna do lado de lá é um curso inteiro de geografia humana do mato, das metrópoles, de toda a orla prairiea<sup>62</sup>.

O valor atribuído por Nemésio ao Brasil provém da sua sensibilidade, artisticamente intelectualizada *vis-à-vis* o *ethos* e a criatividade brasileira. Através de seus estudos, leituras, viagens e amigos brasileiros, Nemésio atingiu um nível de percepção da cena brasileira, que lhe permitiu fazer observações perspicazes como a seguinte:

Portugal, apesar dos progressos da sua literatura lírica e de ficção no domínio do realismo e do casticismo, ainda não chegou a essa afinação do Brasil na relação poderosa que existe entre a vida vivida e a vida esteticamente representada. Eu sei que isso, no Brasil, se deve em larga parte a factores de primitividade, ou melhor: ao facto de a inspiração brasileira actuar sob o império da recordação, que procura por força os tempos heróicos do país num estilo de vida doméstico e, assim, íntimo, lírico. Essa presença das origens coloniais do Brasil na sua sentimentalidade faz-lhe a literatura sincera, popular, corrente<sup>63</sup>.

Declarações como esta demonstram como Nemésio penetrou a alma brasileira e foi tocado por ela. Isto explica então a sua biculturalidade intelectual que sempre visionou uma união cultural luso-brasileira: «a literatura de língua portuguesa é uma unidade irrecusável e uma realidade imponente»<sup>64</sup>. Esta unidade linguística, Nemésio até interpretou como uma comunidade: «pura pátria na língua desses dois grupos humanos e na cultura ocidental de que ela é portadora»<sup>65</sup>.

Esta viagem comunitária concretiza-se no livro de crónicas *Caatinga e Terra Caída*, um livro que respira muito a filosofia de Gilberto Freyre no seu aprofundar as raízes do povo brasileiro, i.e., ilustrando como o Brasil em parte é ainda muito lusitano: «os traços indeléveis da lusitanidade do Brasil»<sup>66</sup>, ou «Portugal do outro lado»<sup>67</sup>; ou «no caseiro, de nova e comum Lusitânia»<sup>68</sup>; ou ainda «todo o nosso património de tradição e origem se comunica ao sertão e à mata de Nordeste»<sup>69</sup> e «Seus nomes castiços me bastam para a continuidade do fundo luso-brasileiro que por toda a parte sondo»<sup>70</sup>. Esta sondagem revela grande influência de dois conhecidos brasileiros – Gilberto Freyre, o sociólogo, e Luís da Câmara Cascudo, o folclorista. Assim, o leitor notará uma tendência para exagerar um pouco traços e actual presença portugueses. Por isso, podemos caracterizar estas crónicas «luso-tropicalistas» onde o entusiasmo luso e a observação erudita de Nemésio se juntam para um elogio que chega às vezes a ser melodramático ou bombástico: «Também eu! Também eu! Afinal somos todos, brasileiros e portugueses, condores ou águias dos ninhos de Castro Alves e de Junqueiro. A questão é que nos toquem, que nos façam vibrar»<sup>71</sup>.

Esta emoção não diminui a sinceridade nemesiana, ao contrário, ela demonstra quanto orgulho existe na sua afinidade com o Brasil. É esta afinidade que se realiza quando muitos brasileiros visitam Portugal e notam traços do seu próprio país nas antigas ruas e vielas portuguesas. Porém, o leitor observará um esforço para interpretar tudo sob uma óptica lusotropicalista sem frisar muito o conflito cultural que temos documentado neste estudo. Em vez de analisar certas diferenças, Nemésio prefere sublinhar a visão de Freyre sobre o fenómeno brasileiro e português: «obra-prima de povo de transplante, encontro de branco e negro no paradoxo de tornar senhor e escravo numa família cristã»<sup>72</sup>. É uma visão meio-idílica, sem a confrontação outra perspectiva mais brasileira. De vez em quando, Nemésio insinua a existência desta outra visão antagónica, mas ela não cabe bem dentro da sua perspectiva de unidade cultural. Não culpamos Nemésio por ter uma visão tão positiva do mundo luso-brasileiro, porque ele convence o leitor das ligações histórico-culturais entre os dois países. Tão positivo é ele que apresenta certos termos pejorativos sem o ressentimento normalmente associado a eles: «'tamancões' – na gíria local, os portugueses castiços aferrados aos costumes da mãe-pátria»<sup>73</sup>. Noutro lugar, para fazer crítica à esquerda portuguesa que naquela altura discutia o sentido das «colónias» portuguesas na África, Nemésio elogiou o Brasil, onde, segundo ele este conflito não existe:

Neste país imenso, cheio de *back-ground*, não há o medo hipócrita a palavras tais como «colónia» e «colonização». O indígena sub-alimentado será o colono de amanhã. Opressores e oprimidos sabem que as suas posições são teoricamente reversíveis<sup>74</sup>.

Mas ele sabe muito bem que este problema existia no Brasil e até certo ponto alude ao ressentimento nacionalista brasileiro perante aspectos da colonização portuguesa. No próximo trecho vemos que Nemésio reconhece indirectamente a existência do ressentimento contra o português, quando fala duma «colonização insensível». Mas do seu ponto de vista, prefere sublinhar a transformação do «fio lusitano» em algo singularmente brasileiro. Ao falar sobre as maravilhas do Recife, diz:

A alma do Brasil pulsa nestes quarteirões urbanos com uma liberdade magnífica. Ali se encontram a raiz lusitana de uma colonização insensível e os indeléveis raigotos do fundo ameríndio e africano. Mas por muito que a fauna imponha suas variedades e nomes próprios, tupi ou banto, potiguar ou nagô, é o tom «lusitano» que abrolha em algo novo e diferente de qualquer

dos componentes, qualquer coisa que só o «bem brasileiro» da reivindicação nacional exprime e afirma <sup>75</sup>.

Por um lado este «bem brasileiro» confirma a continuidade lusa através da língua e expressões portuguesas mas, por outro lado, chama a atenção para o nacionalismo brasileiro que sempre vê a colonização portuguesa como a fonte de muitos dos problemas actuais. Ora, mencionamos isto só para reafirmar a existência deste ressentimento frequentemente ligado ao nacionalismo brasileiro, e dado como explicação da inexistência de uma unidade luso-brasileira. Sendo português e culturalmente mais «aberto», Nemésio preferiu dar ênfase à inerente unidade entre as duas culturas e, diplomaticamente, pôr a culpa de não haver mais aproximação nos portugueses, que não querem reconhecer a grandeza brasileira: «Nós, portugueses, sabemos tão pouco do mundo que ajudámos a crescer!» <sup>76</sup> ou «Conhecemos tão pouco o Brasil, quanto mais o Ceará! Algum raro emigrante que volta e nos fala das secas periódicas» <sup>77</sup>.

É curioso analisar a atitude que Nemésio mantém sobre a obrigação portuguesa perante a história e cultura brasileiras. Segundo ele, os portugueses deviam, por obrigação, saber mais sobre o Brasil do que os brasileiros sobre Portugal. Esta opinião penetra as suas crónicas e deixa o leitor com a impressão que a visão histórica portuguesa – a necessidade cultural e patriótica de manter o passado no presente –, é um elemento étnico que não diz muito ao Brasil moderno. As seguintes citações confirmam esta interpretação e além disso, sugerem que Portugal psicologicamente precisa do Brasil, porque os vestígios da grandiosa e antiga cultura portuguesa só se encontram no Novo Mundo e nas terras d'além mar. Noutras palavras, Portugal está (ou deveria estar segundo Nemésio) sempre à procura de exemplos culturais da sua vasta civilização do passado:

O português não traz a história do Brasil em dia, como o brasileiro em geral pouco sabe da nossa. Mas tais casos não têm a mesma gravidade. Se o homem do Brasil se afasta das suas raízes históricas, talvez alegue que a fronde já lhe dá bem «o que fizer». O de Portugal não tem desculpa, pois que o Brasil é em larga parte o seu feito; e quanto ao achamento e primeiras devassas, sua obra capital. Isto porquê? Contos largos <sup>78</sup>.

Esta «obra capital» enriqueceu o Brasil, deixando Portugal para trás:

Mais ricos que os lusos são vocês, brasileiros, que não precisam pôr pé em Portugal para poderem ser e dizer-se, acumulando ou alterando: *Nós Portugueses; nós, brasileiros*. Tudo é um <sup>79</sup>.

Como luso-brasileiro sincero, Nemésio aqui nas suas crónicas reconhece o facto de que a futura existência de um «luso-brasileirismo» só poderá realizar-se com a culturação por parte dos portugueses, de mais contacto com o Brasil, porque é – lá que a gente observa a bifurcação dos dois povos. Isto é interessante porque, por outras palavras, Nemésio está a dizer que o Brasil não precisa de Portugal, nem tem muito interesse por ele. Partindo deste conceito, – explica-se em parte o grande esforço do lado português para manter esta unidade. Se existem aqui vestígios de um colonialismo patente (mesmo cultural), compreende-se porquê. Apesar de o Brasil ser independente há mais de 150 anos, o drama do colonialismo português deste século, junto com o actual drama emigrante – que é em parte um deformado colonialismo económico – contribuem para a persistência desta visão d'além mar, característica intrínseca da alma portuguesa. E desta forma, podemos decifrar melhor o carácter nacional português através das palavras de Nemésio. Elas revelam uma sagacidade, não uma sequeira patriótica, entusiasta. Isto é, podemos, através destas crónicas, ver que Nemésio acredita na paternidade lusitana, mas uma paternidade que já reconhece a independência do filho. E para a relação continuar é o velho que precisa fazer esforço para chamar o filho pródigo ao lar. É um dilema para a velha nação portuguesa, mas a realidade é esta. A última frase destas crónicas exprime melhor esta verdadeira realidade ou dilema luso-brasileiro visto do lado português:

Como os imigrantes velhos. (e os ossos de meu tio José incorporam o chão do cemitério de Manaus), quando estou no Brasil lembra-me Portugal: quando volto a Portugal tenho saudades do Brasil<sup>80</sup>.

Para Vitorino Nemésio, o luso-brasileirismo faz vibrar o português ao avistar as terras brasileiras; e para esta relação permanecer é preciso que Portugal «robusteca» os laços culturais, pois a jovem nação ainda está a se desenvolver e se preocupa mais com o presente e o futuro do que o passado.

O drama de Luís de Sttau Monteiro, *Sua Excelência* (1971), apresenta uma versão do personagem-tipo mais conhecido da literatura luso-brasileira – o torna-viagem, o «brasileiro». Mais uma vez temos uma sátira desta figura, aqui desenhada ironicamente como *nouveau riche*, para fazer crítica à alta burguesia exploradora dos anos sessenta, i.e., o «establishment» português. Como exemplo do teatro *engagé*, *Sua Excelência* tentava incentivar o público a reagir contra o *status quo*, mantido por um governo autoritário que hipocritamente pronunciava e papagueava «slogans» e lemas como: «todos somos irmãos»<sup>81</sup>.

Com o objectivo de apontar para a desigualdade, injustiça e falsidade na sociedade pré-revolucionária, Sttau Monteiro imaginou um drama à volta do Sr. Comendador, uma figura pomposa, rica e desonesta, materialista superficial que fez fortuna e atingiu um novo «status» por meios ilegais e desumanos. Nesta peça não temos o imigrante empobrecido mas uma figura mais parecida ao «brasileiro» de Camilo – aquele que volta com o Tesouro do El Dorado nas algibeiras. Através dum jogo de *flashbacks*, sempre fazendo contraste com o presente, Sttau Monteiro monta um drama em que o pseudo-sofisticado Comendador se disfarça óbvia e solicitamente perante o público, enquanto o seu passado de emigrante rude espelha a verdadeira realidade da sua imerecida subida de nível social. O resultado é uma paródia do «brasileiro» e do burguês simultaneamente, onde o contraste passado/presente, reflecte a ironia e, a consciência da hipocrisia social, necessários para consciencializar o público. Mas o facto de Sttau Monteiro escolher esta velha figura da mitologia luso-brasileira, como representante dum elemento nefasto na sociedade contemporânea portuguesa, significa para nós outra dimensão na evolução literária deste personagem-tipo. É evidente que o programa de Sttau Monteiro não visava menosprezar o Brasil, mas sim a burguesia lusa através dum símbolo luso-brasileiro. «Contaminado» pelo espírito de cobiça praticado por muitos imigrantes no Brasil, este homem transforma-se num monstro materialista. A imagem de «brasileiro» materialista, tão engrenada na visão popular portuguesa, fornece ao dramaturgo o meio pelo qual a sua ira e objetivos de crítica social são canalizados no sentido de fazer deste «brasileiro» um símbolo corrupto e, ainda por cima, um impedimento ao progresso socioeconómico. Assim, esta figura tão conhecida é o agente ou veículo dramático que serve de base para os temas principais: a hipocrisia, avareza e corrupção – características sintomáticas da classe governante daquele tempo.

O emprego do «brasileiro» para incentivar o público contra a vigente injustiça social e política, reafirma a existência vivaz deste cultural. Além disso;

este tratamento do « brasileiro » dá mais ênfase ao seu lado corrupto do que o usual aspecto humilde, rude e trabalhador. Este « brasileiro » não é simplório nem vítima, nem lutador/oprimido – ao contrário, é espertalhão, vencedor e opressor. O seu sucessor representa uma « colonização » contraproducente para Portugal porque não traz melhoramentos, nem estruturas económicas, viáveis para o progresso do país. As suas doações à sociedade portuguesa promovem a sua própria subida na escala social. O seu falso altruísmo é uma máscara para esconder o sistema económico unilateral, egoísta e antidemocrata que seu próprio carácter irradia. Ironicamente, este imigrante/colonizador português explora o seu próprio povo e, além do mais, é homenageado com a « Grande Ordem do Mérito ». A falsa modéstia e o seu falso socialismo emergem claramente através da sua verbosidade e hipocrisia, valores relacionados com a faceta mais caricata de um capitalista inveterado e cruel:

Nunca fui senão um modesto operário da riqueza colectiva... Eu não fiz isso para aumentar meu poderio, fi-lo porque entendo que a fortuna não é uma fonte de privilégios mas de deveres. Foi também por pensar assim que ofereci museus e que agora estou subsidiando visitas de vários artistas Luso-Brasileiros a Paris<sup>82</sup>.

Esta referência ao mundo luso-brasileiro é inicialmente abordada pelo obsequioso empresário do teatro, ao falar da importância do Sr. Comendador:

Como viram nos jornais da tarde, desembarcou esta manhã no aeroporto de Lisboa o Sr. Comendador Afrânio Reboredo, uma das figuras de maior relevo da vida portuguesa contemporânea e uma das pessoas a quem todos mais devemos, tanto no plano cultural, como no plano das relações Luso-Brasileiras <sup>83</sup>.

As palavras sobre as relações luso-brasileiras perdem o seu valor e fazem lembrar as numerosas promessas vazias, articuladas em discursos, palestras e conferências oficiais por diplomatas, intelectuais e « comendadores » que idealizam demasiadamente uma ligação cultural que, pelo lado brasileiro, é mais passiva do que activa. Na boca deste empresário solícito, as palavras ressoam falsamente porque o seu próprio motivo é egoísta e autobeneficiente:

E, já agora, aproveito para lembrar que, havendo tantos homens endinheirados neste país, haja tão poucos dispostos a seguir os passos do Comendador Afrânio Reboredo, que num gesto de rara beleza, dotou de teatros e de museus <sup>84</sup>.

A alusão a «homens endinheirados» é dirigida mais àqueles alto-burgueses lusos que não contribuem com nenhum benefício para o país. Sttau Monteiro faz do empresário o porta-voz desta mensagem sua que é repetida no fim da peça para enfatizar o seu argumento socioeconómico e político. Para dramatizar com efeito o aspecto desprovido de escrúpulos insensível e devastador desta camada social, o dramaturgo tem que desmascarar este vilão. Como escolheu «o brasileiro» para símbolo da corrupção que metaforicamente dramatiza, Sttau Monteiro não pode evitar uma censura ao carácter desta figura. Considerando a estrutura da peça – o jogo do passado com o presente, o tema principal de hipocrisia social e individual, mais o conflito social, que é levado além da ilusão teatral do palco, para a realidade da assistência –, a caracterização da personagem central tem que reflectir toda esta estrutura dramática. Por isso, *Sua Excelência*, apesar de alvo de ironia e da crítica principal, não consegue evitar alusões ao Brasil e brasileiros. À primeira vista, surgem os mesmos clichés que temos encontrado em outras narrativas «o Brasil é um país sensual»<sup>85</sup> ou «Isto não é uma terra, Pai, é uma mina!»<sup>86</sup> e «No Brasil a música nasce da terra»<sup>87</sup>. Ao falar da suposta preguiça brasileira, diz-se: «Homens como você há poucos. Muito poucos. Esta é que é a desgraça desta terra». Obviamente, a intenção irónica destas palavras dirige-se mais contra o «brasileiro» não enfatizando portanto a crítica ao Brasil. Todavia documentam a persistência de um mito que cruzou séculos e ainda persiste. O próximo exemplo demonstra que o autor explora e ridiculariza certos aspectos culturais brasileiros para zombar de Afrânio e da influência brasileira no seu novo papel de homem culto e sofisticado, mas falso:

Todos somos operários dum mundo novo. O que falta à arte  
do nosso tempo é sensibilidade artística. Ordem e progresso <sup>89</sup>.

O símbolo de desenvolvimento brasileiro sugerido pelo lema positivista é associado à falsidade e imoralidade do comendador. Símbolo do mundo luso-brasileiro, Afrânio profere declarações pretensiosas e fátuas que não só põem em questão a autenticidade do seu carácter, mas também a verdade atrás da imagem que projecta –neste caso o luso-brasileirismo: «Eu devo confessar, Caeiro, que como nunca fui ambicioso, fui sempre mau actor. Nunca fiz o jogo das aparências nem quis fingir que era o que não era»<sup>90</sup>. Aqui não é injusto questionar o verdadeiro motivo oculto nas suas actividades luso-brasileiras, sobretudo aquelas que só serviam fins individuais. Além destas alusões, há outras como a caricatura de uma burguesa brasileira, altamente materialista e superficial que fornece mais um exemplo dos grotescos objectivos do capitalismo.

Não pretendemos aqui sugerir que exista da parte de Sttau Monteiro uma forte discriminação contra os brasileiros. Compreendemos o seu programa sociopolítico daquela época, e quanto esta figura serviu as suas intenções, mas é difícil ler a peça sem relembrar a correlação entre a figura deste «brasileiro» e as outras que temos analisado até agora. Além disso, como a peça oscila entre o mundo da ilusão (as aparências) e o verdadeiro (a realidade), o autor faz um esforço para demolir a ilusão teatral a fim de mostrar que a verdadeira realidade está cheia de aparências ilusórias – uma delas sendo o honrado carácter deste comendador luso-brasileiro: «Já disse a você para interpretar os seus papéis e para deixar os meus»<sup>91</sup>.

Curiosamente, esta figura não tem o fim trágico normalmente relacionado com o drama do emigrante. Este «brasileiro» vence, domina e está contente da vida. Aqui, por razões óbvias, Sttau Monteiro queria ilustrar o poderio e perigo deste tipo de valores capitalistas. Mas simultaneamente notamos que sendo originalmente português, este «brasileiro» serve para indicar o lado negativo duma economia dependente em parte da exportação de emigrantes. Este torna-viagem contribui superficialmente, para o seu país, e para mais incita ressentimento. Por outras palavras, a emigração contínua para o Brasil e outras terras simboliza uma actividade contraproducente, que no fim de contas divide ou aliena Portugal das outras nações. O facto de Sttau Monteiro dissecar o carácter do comendador em dois, usando dois actores para manifestar a sua duplicidade, sugere uma separação ou alienação implícita. Estamos aqui longe de uma imagem bicultural ou de um sentido de comunidade luso-brasileira. Mas, para a realidade portuguesa pré-revolucionária, este retrato coadunava-se bem com as circunstâncias socioeconómicas e políticas daquela época. Para Portugal, as manifestações e símbolos mais concretos desta migração para o Brasil são económicos, e estes, em parte, são associados ao fenómeno luso-brasileiro, basicamente personificado pela imagem do materialismo inveterado e cobiçoso do «brasileiro».

A imagem do Brasil apresentada por escritores portugueses deste século tem sido, na ficção sobretudo, mais negativa do que positiva. Apesar de haver no ensaio e na crónica e, às vezes, como no caso de Vitorino Nemésio na poesia, uma imagem elogiosa, revelando um sincero apreço pelo Brasil e a sua cultura, existe em geral um retrato menos favorável. Nos autores estudados, este retrato quase sempre se baseia na figura do «brasileiro», ou no exotismo representado pela mulata sensual, ambos *dichés* culturais de personagem-tipos que tendem a desenvolver-se e actuar como «arquétipos», i.e., símbolos de uma realidade constante, em parte universalista, e aparentemente imutável. Estas figuras pintam a imagem do Brasil, sugerindo um país com pouca

cultura. Noutras palavras, a literatura ficcional reflecte por um lado, a ausência de um autêntico conhecimento cultural sobre o Brasil, e, por outro, pouca consideração pela cena brasileira como assunto literário. Isto explica-se em parte pelas grandes preocupações políticas da nação portuguesa no decorrer do século XX e no pouco contacto com a terra brasileira da parte de ficcionistas portugueses. À excepção de Ferreira de Castro, não existe grande demonstração de interesse pelo Brasil na literatura ficcional portuguesa. Os exemplos analisados neste estudo ainda reflectem as características de protótipos que servem bem as intenções da narrativa portuguesa, em geral concentrada na descrição analítica e política de um Portugal de carácter emigratório. Ora, Portugal e os seus escritores não têm nenhuma obrigação de tratar o Brasil na sua literatura. Se não fossem as declarações sobre a comunidade luso-brasileira e os laços culturais entre os dois países, não existiria a procura duma imagem recíproca. Sabemos que, na maior parte dos casos, os que promovem com alacridade a manutenção destes laços e a realização duma verdadeira comunidade luso-brasileira, não são os escritores nem o povo. E mesmo quando os autores nos seus ensaios louvam o Brasil, o interesse em inclui-lo na ficção não é considerável. Isto revela que o grande esforço na promoção luso-brasileira se situa ao nível governamental e político, onde o conceito da «língua comum» surge como base para uma campanha de pan-lusismo, ideologicamente relacionada com a «grandeza cultural» concerto que Portugal ainda usa, indentificando-se como Metrópole. É óbvio que a identidade nacional portuguesa de uns quinhentos anos não se apaga facilmente no espaço de um ou dois séculos. A imagem da «expansão» ainda faz parte da mentalidade nacional portuguesa. Hoje, esta imagem está intimamente ligada à figura do «brasileiro», que contrasta irónica e decididamente com a grandiloquente «missão expansionista» dos séculos XV e XVI. Este contraste, devido à realidade económica e emigratória, resulta numa atitude, negativa, às vezes, mas definitivamente ambivalente em relação ao Brasil, porque até certo ponto o Brasil «sustenta» o emigrante português. Dado o grande passado português, é natural que surja um ressentimento contra o Brasil. Ainda mais quando se apercebe que o laço mais constante entre os dois países, além da língua, é o do emigrante com todos os *clichés* relacionados com a sua figura. É, este pelo menos, o elemento mais flagrante e notório, apesar de haver, no nível individual e social, inúmeros exemplos de manifestações de admiração pelos brasileiros e sua cultura. Aliás, é evidente que existe entre muitos portugueses um grande desejo de conhecer o Brasil, mas esta vontade não se apresenta na literatura como íntima demonstração de um espírito comunitário ou colectivo. Quando este sentimento surge entre os autores, é marca daqueles que tiveram uma boa experiência, senão íntima, com

o Brasil. Ferreira de Castro, Torga, Nemésio e Sena revelam-se como grandes apreciadores do Brasil, mas o perfil ficcional do Brasil entre estes autores só atinge notável e justa representação com Ferreira de Castro. A correlação entre a realidade social da emigração e a da mitologia cultural à volta do «brasileiro» resulta, na maior parte da literatura do século XX, numa imagem mais realista mas pouco positiva. Se se considera o romance «de todos os géneros literários o que mais directamente se nutre da vida de relação»<sup>92</sup>, então é inegável que esta imagem das relações portuguesas com o Brasil na literatura portuguesa se aproxima da realidade da vida. Mas sendo de carácter depreciativo, esta imagem engendra uma atitude contrária àquela promovida pelos luso-brasileiros. Isto é devido a um conflito e dilema cultural entre os dois países. Existe uma contradição inerentemente marcante entre a imagem pejorativa do «brasileiro» e a do homem culto que viaja e sabe apreciar a civilização dos outros. Acontece que a presença deste é retratada na literatura portuguesa e quando o é, como em Paço d'Arcos, não promove uma imagem notável ou altamente diferente da outra. Assim, concluímos que a imagem do «brasileiro» é aquela que predomina e influencia a impressão geral sobre o Brasil. Neste sentido, o povo brasileiro é indirectamente ridicularizado através do carácter *nouveau-riche* do «portuga» emigrante. É o resultado obtido na obra de Sttau Monteiro, acima referida mesmo que a intenção fundamental do dramaturgo seja satirizar a alta burguesia portuguesa e sua política intransigente – na verdade, contribuindo para perpetuar um programa emigratório pouco construtivo e desfavorável à campanha luso-brasileira.

Sendo o emigrante português o elemento mais representativo do contacto quotidiano luso-brasileiro, é natural que as relações verdadeiras entre os dois países deixem muito a desejar. A repetição constante deste símbolo na literatura assemelha-se à popularidade de certos mitos folclóricos que encontramos na piada e na literatura de cordel. A natureza popular desta figura transcende estes outros géneros e encontra um lugar estabelecido na literatura em geral.

É importante reiterar que esta imagem não nega a existência de contactos e laços fortes luso-brasileiros entre famílias, escritores, artistas, indivíduos, estudantes, intelectuais e agentes do governo. Aliás, quando existe um verdadeiro intercâmbio e diálogo entre as duas partes acentua-se a comunidade e singularidade de ambos, como Nemésio costumava dizer. Mas no plano colectivo, onde o conceito do luso-brasileirismo pretende funcionar, não parece haver esta ligação, apesar de existirem afinidades. Segundo Fernando Cristóvão no seu livro, *Cruzeiro do Sul, a Norte* (1983), para realizar uma comunidade luso-brasileira tem que se promover o intercâmbio com programas concretos:

A frequente lamentação de que as relações luso-brasileiras se diluem demasiado em excessos líricos, em vez de se objectivarem no compromisso épico das acções, deveria provocar actuações positivas de estreitamento dos laços culturais. Mais do que declarações de simpatia precisamos de resolver, no que diz respeito à cultura, os problemas da difusão do livro brasileiro em Portugal e do português no Brasil sem as peias comerciais e burocráticas já tradicionais. Impõe-se a intensificação do intercâmbio científico e técnico entre os dois países e que, em vez de regateadas concessões de magras bolsas de estudo, se planeie uma política cultural corajosa, de atenção especial aos países de língua portuguesa<sup>93</sup>.

Cristóvão noutro ensaio, «Seis Sugestões Para um Intercâmbio a Haver», delinea projectos concretos para a melhor realização e disseminação do luso-brasileirismo. Obviamente, este programa cai bem dentro das prioridades culturais de Portugal, porque visa manter um pan-lusismo cultural, evocação do seu «império cultural» do passado – o fenómeno que melhor caracteriza a identificação nacional portuguesa. Infelizmente, esta prioridade cultural não faz parte do ponto de vista brasileiro que se identifica nacionalmente com outra realidade e outro destino como veremos agora na literatura moderna do Brasil.

1. Joaquim Paço d'Arcos, «Carlos Malheiro Dias, Escritor Luso-Brasileiro», *Ocidente*, LX, N.ºs 274-277 (Fevereiro-Maio, 1961), 1-17.
2. Brito Broca, *Horas de Leitura* (Rio de Janeiro, 1957), p. 208.
3. Carlos Malheiro Dias, *A Mulata* (Lisboa, 1975), pp. 39-42.
4. Malheiro Dias, p. 277.
5. Malheiro Dias, p. 346.
6. Malheiro Dias, p. 77.
7. Malheiro Dias, p. 357.
8. Paço d'Arcos, 1-76.
9. Ferreira de Castro, *A Selva* (Oporto, 1930), p. 155.
10. Ferreira de Castro, pp. 41-42.
11. Ferreira de Castro, p. 89. A palavra *carcamando*, como aparece na primeira edição, é corrigida e escrita *carcamano* para as outras edições.
12. Ferreira de Castro, p. 198.
13. Ferreira de Castro, p. 153.
14. Ferreira de Castro, p. 131.
15. Joaquim Paço d'Arcos, *Diário dum Emigrante*, 2.ª ed. (Lisboa, 1941), p. 28.
16. Paço d'Arcos, *Diário dum Emigrante*, p. 29.
17. Guilhermino César, *O 'Brasileiro' na Ficção Portuguesa: O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo* (Lisboa, 1969), p. 127.
18. Paço d'Arcos, *Diário dum Emigrante*, 4.ª ed. (Lisboa, 1954), p. 260.
19. Citado por António de Sêves Alves Martins em «O Brasil na Obra de Joaquim Paço d'Arcos», *Ocidente*, LXXII, 349 (Maio, 1967), p. 267.
20. Miguel Torga. *A Criação do Mundo*, I, 4.ª ed. (Coimbra, 1969), pp. 136-137.

21. Torga, pp. 122-23.
22. Torga, p. 121.
23. Torga, p. 118.
24. Torga, p. 212.
25. Torga, pp. 127-128.
26. Torga, p. 130.
27. Torga, *Traço de União: Temas Portugueses e Brasileiros*, 2.<sup>a</sup> ed. (Coimbra, 1969), p. 11.
28. *Traço de União*, p. 9.
29. *Traço de União*, p. 13.
30. *Traço de União*, p. 17.
31. *Traço de União*, p. 18.
32. *Traço de União*, p. 20.
33. *Traço de União*, p. 23.
34. *Traço de União*, p. 27.
35. *Traço de União*, p. 104-105.
36. *Traço de União*, p. 120.
37. *Traço de União*, p. 128.
38. *Traço de União*, p. 43.
39. César, p. 135.
40. Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uinam* (Lisboa, 1958), p. 316. Sendo 1958 a data da reedição de *O Malhadinhas* sob título próprio, é necessário não esquecer que esta novela estreou em 1922 na colecção de contos intitulada *Estrada de Santiago*.
41. John Austin Kerr, Jr., *Miguéis – To The Seventh Decade*, (University, Miss., 1977), p. 47.
42. Kerr, p. 113.
43. José Rodrigues Miguéis, *É proibido apontar* (Lisboa, 1974), pp. 172-173.
44. Miguéis, pp. 175-176.
45. Miguéis, p. 191.
46. Miguéis, p. 191.
47. Jorge de Sena, *O Reino da Estupidez*, II (Lisboa, 1978), pp. 13-14.
48. Sena, p. 14.
49. Sena, *O Reino da Estupidez*, 1, 2.<sup>a</sup> ed. (Lisboa, 1979), p. 93.
50. *O Reino da Estupidez*, II, p. 101.

51. *O Reino da Estupidez*, II, p. 103.
52. *O Reino da Estupidez*, II, p. 109.
53. *O Reino da Estupidez*, II, p. 111.
54. *O Reino da Estupidez*, II, pp. 111-113.
55. *O Reino da Estupidez*, II, p. 113.
56. *O Reino da Estupidez*, II, p. 113.
57. José Martins Garcia, *Vitorino Nemésio – A Obra e o Homem* (Lisboa, 1978), p. 229.
58. Garcia, pp. 63-64.
59. Garcia, p. 65.
60. Garcia, p. 233.
61. Vitorino Nemésio, *Conhecimento de Poesia*, 2.<sup>a</sup> ed. (Lisboa, 1970), p. XI.
62. *Conhecimento*, p. 249.
63. *Conhecimento*, p. 250.
64. *Conhecimento*, p. 263.
65. *Conhecimento*, p. 263.
66. Vitorino Nemésio, *Caatinga e Terra Caída: Viagens no Nordeste e no Amazonas* (Lisboa, 1968), p. 154.
67. *Caatinga*, p. 155.
68. *Caatinga*, p. 128.
69. *Caatinga*, p. 157.
70. *Caatinga*, p. 97.
71. *Caatinga*, p. 100.
72. *Caatinga*, p. 155.
73. *Caatinga*, p. 24.
74. *Caatinga*, p. 111.
75. *Caatinga*, p. 164.
76. *Caatinga*, p. 29.
77. *Caatinga*, p. 65.
78. *Caatinga*, p. 145.
79. *Caatinga*, pp. 190-91.
80. *Caatinga*, p. 355.
81. Luís de Sttau Monteiro, *Sua Excelência* (Lisboa, 1971), p. 17.

82. *Excelência*, p. 17.
83. *Excelência*, p. 9.
84. *Excelência*, p. 9.
85. *Excelência*, p. 32.
86. *Excelência*, p. 46.
87. *Excelência*, p. 44.
88. *Excelência*, p. 115.
89. *Excelência*, p. 69.
90. *Excelência*, p. 82.
91. *Excelência*, p. 126.
92. Lúcia Miguel-Pereira, *Prosa de Ficção – De 1870-1920*, 3.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1973), p. 15.
93. Fernando Cristóvão, *Cruzeiro do Sul, a Norte* (Lisboa, 1983), p. 257.

A IMAGEM DE PORTUGAL  
NA LITERATURA BRASILEIRA MODERNA

«Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade».

(Oswald de Andrade,  
*Manifesto Antropófago*, 1928).

«ouvir vagas referências ao colega lusitano [Fernando Pessoa] cuja popularidade somente após a guerra se estenderia ao Brasil. Intelectual voltado para a cultura francesa, pouco sabia da literatura moderna de Portugal».

(Jorge Amado,  
*Farda, Fardão, Camisola de Dormir*, 1980).

«E tem aquela dos dois portugues lá da terrinha que conversavam no botequim:

– Mas tu não achas, ó pá, que brasileiro é mesmo ignorante?

– Ora pois, pois! rosnou o outro.

– Vê só, ó gajo, eles acham que nós, portugueses, só nos chamamos Manuel ou Joaquim!

E o outro:

– Rá, rá, rá, rá!

E o primeiro:

– Não é um espanto, ó Manuel?

E o outro:

– É um estupoire, ó Joaquim!

(Ziraldo, *Pasquim*, 1981).

ENSAÍSTAS E A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Se considerarmos relativamente rara a presença do Brasil e dos brasileiros na literatura moderna portuguesa, então devemos estar preparados para admitir o mesmo depois dum estudo dos portugueses na literatura brasileira moderna. Personagens portuguesas figuram nos trabalhos de alguns escritores brasileiros, mas em geral, quando não relegados para segundo plano, o seu

papel pode ser considerado menor. Por isso, a presença de portugueses na literatura brasileira deve ser tratada em conjunto com a discussão da atitude perante Portugal e portugueses nos escritos de vários ensaístas brasileiros, entre eles, João Ribeiro, António Torres e Gilberto Amado.

Como se disse antes, em geral Portugal e os portugueses no Brasil geral não eram bem vistos aos olhos dos brasileiros durante a última década do século passado. A campanha de Raúl Pampeia atesta a hostilidade flagrante relativamente aos portugueses, no fim do século. E até mais ou menos 1930, a figura portuguesa entrou apenas ligeiramente no romance brasileiro. Por exemplo, em *Canaã* de Graça Aranha, primeiramente publicado em 1902, é mencionado um nome português, Zé Marinheiro. Tem interesse aqui esta figura pela simples razão de *marinheiro* apelido pejorativo, fazer parte do nome da pessoa. Mas esta ausência de portugueses na literatura brasileira não implica terem sido ignoradas as letras portuguesas pelos intelectuais brasileiros. Em *A Vida Literária no Brasil – 1900* (Rio de Janeiro, 1956), Brito Broca comenta o crescente mercado brasileiro de textos literários portugueses na última década do século passado e na primeira deste. Faz alusão também a Eça, que esteve em voga no Brasil, desde 1870 até à primeira Guerra Mundial. De acordo com Broca, existiu entre alguns membros do mundo literário brasileiro o culto de Eça, conhecido por *basilismo*, nascido da obra de Eça, *O Primo Basílio*. Broca diz que esses janotas literários estavam tão arrebatados com as personagens de Eça que frequentemente falavam dessas figuras, como se de pessoas reais se tratasse. Não era portanto invulgar ouvir-se esses brasileiros tecerem considerações sobre Basílio ou Amaro, considerando-os sua compatriótica ligação europeia. Gilberto Amado em *A Chave de Salomão* (Rio, 1947) escreveu um ensaio sobre Eça de Queirós (1910) em que se refere à influência de Eça:

Eu o admiro com entusiasmo. Entretanto, não me furto à impertinência de dizer que a sua grande popularidade no Brasil veio muito menos do seu génio que das lições de «elegância» e de pedantismo que enchem a sua obra. O dândi salvou o escritor!

Os comentários de Amado sobre Eça, apesar de serem elogiosos revelam, de vez em quando, um pouco daquele sarcasmo que frequentemente fora atribuído ao romancista luso. Por exemplo, sobre a influência eciana, Amado continua: «Foi o primeiro escritor que fez mundanismo em língua portuguesa», e logo a seguir: «Esse dandismo, a bom falar, era um pouco português, isto é, cheio de província e de plebeísmo»<sup>2</sup>.

Mais recentemente, Sónia Brayner em *Labirinto do Espaço Romanesco* (Rio, 1979) discursa sobre a tradição satírica luso-brasileira do final do século XIX

até às primeiras décadas do século XX, e o papel importante da obra queirosiana neste campo. Segundo Brayner:

É importante notar que esta nota de ironia e sátira inerente ao mundo romanesco eciano não é uma herança típica de seus modelos franceses. A sátira verbal e situacional assim como a frequente paródia não fazem parte do ideário estético dos realistas ou naturalistas...

A coloração afectiva e personalíssima de Eça de Queirós unida ao sentido do cómico organizam o texto romanesco de forma exemplar<sup>3</sup>.

As palavras da Professora Brayner apontam para a singularidade da obra eciana e, ao mesmo tempo, dão ênfase à sua influência e contribuição vis-à-vis a tradição satírica luso-brasileira. Brayner concisamente descreve o fio literário satírico da cultura luso-brasileira, resumindo, para nós, o sentido da sua presença em muitos dos géneros e exemplos literários que este estudo tem apresentado:

A esta influência imediata da geração de 70 deve-se somar a veia satírica inerente à cultura brasileira. A poesia satírica, a narrativa picaresca, o teatro de costumes, o folhetim político, o romance *à clef* ou paródico são alguns dos campos em que este espírito rebelde e humorístico se apresenta. Além disso, fora dos domínios da literatura, da caricatura e artes plásticas, entramos numa verve cotidiana, exercida havia vários séculos pelos brasileiros de todas as classes, em que o epigrama, a piada, o repente chistoso sobre os factos da actualidade enchem as cidades com a rapidez do relâmpago<sup>4</sup>.

Esta observação panorâmica ajuda-nos a enquadrar a imagem recíproca luso-brasileira dentro duma tradição satírica, que hoje em dia ainda se verifica. Como veremos, na literatura brasileira do nosso século este elemento satírico aplica-se perfeitamente ao dilema luso-brasileiro. Sónia Brayner admiravelmente sintetiza e, sugere para nós, o papel deste componente literária na literatura brasileira moderna:

Essa linguagem de sátira não se esgota no final do século XIX, mas ganha impulso inaudito no século XX, quando a exacerbação das contradições sociais e a consciência humana se ampliam e aprofundam no contexto literário brasileiro. A ironia passa a ser um princípio de composição textual, reorganizado o sintagma poético, e o Modernismo inaugura uma etapa de satíricos consumados da geração de 22 até nossos dias<sup>5</sup>.

Em termos da imagem portuguesa apresentada nos escritos brasileiros, veremos mais adiante ao analisarmos a piada a relação entre essa imagem e a tradição satírica, como outra manifestação da realidade luso-brasileira.

O entusiasmo pela literatura portuguesa além do entusiasmo por Eça foi evidenciado em outros escritores brasileiros da época, segundo Pedro da Silveira em *Últimos Luso-Brasileiros* (Lisboa, 1981). Como já foi mencionado, Silveira sublinha o facto de que havia vários escritores brasileiros que colaboraram em movimentos literários portugueses, sem terem residido nunca em Portugal. Esse estudo concentra-se mais na participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo até à dissolução do Simbolismo, e, como Silveira diz, estes escritores são em geral personalidades literárias de menor importância. Mas o estudo demonstra que existia um intercâmbio intelectual luso-brasileiro, intercâmbio que, apesar de deixar muito a desejar, continua até hoje em dia. Na sua descrição da história cultural luso-brasileira deste período, Pedro da Silveira assinala facilmente o verdadeiro carácter deste intercâmbio.

E, como já discutimos, *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português* (1968) de Arnaldo Saraiva serve na sua apresentação e documentação como uma fonte valiosa para examinar as relações intelectuais luso-brasileiras durante o período modernista.

O desmoronamento do entusiasmo pela cultura portuguesa, que florescera durante a época eciana, evidencia-se nos escritos de certos membros da *intelligentsia* brasileira. Isto acontece sobretudo durante a segunda e terceira décadas do século XX, quando havia escritores brasileiros, apologistas da *brasildade*, que desprezaram a Europa e particularmente Portugal. E as vozes mais clamorosas deste anti-lusismo foram João Ribeiro e António Torres.

João Ribeiro (1860-1934), filósofo, poeta, crítico e historiador, demonstra fortes sentimentos antilusos desde o início da sua coluna *Correio do Povo* em 1890, quando acusou a literatura portuguesa de ser antiquada<sup>6</sup>. Mais tarde, ele advogou a separação total de Portugal, descobrindo razões para tal quando chegou à conclusão de que a simplificação ortográfica de 1910, promovida pela Academia das Ciências de Lisboa, estava para ser decidida sem a presença dos brasileiros. Ribeiro considera a atitude de Portugal como um indicativo da sua mentalidade colonial de superioridade. A este respeito, escreveu Ribeiro *A Língua Nacional* (1921), onde expressa os seus pontos de vista acerca da língua portuguesa falada no Brasil. Discute o efeito das diferenças regionais da língua, defendendo o português brasileiro, acentuando que o falar diferentemente não implica que se fale incorrectamente. Ribeiro ressentia-se da posição presunçosa mantida por Portugal quanto às letras brasileiras. Em 1925 no *Jornal do Brasil*,

ele criticou Portugal por ignorar a literatura do Brasil: «Em Lisboa o livro brasileiro é tão raro como um incunábulo. A nossa história literária não existe, nem sequer no sentido cronológico»<sup>7</sup>.

Com esta atitude, Ribeiro naturalmente não manifestou nenhum entusiasmo pelos esforços para uma Federação Luso-Brasileira a ser promovida por portugueses como João de Barros, Alberto d'Oliveira e Carlos Malheiro Dias. Ribeiro acreditava que este conceito não podia ser posto em prática enquanto os intelectuais portugueses mantivessem a sua atitude de desdém perante as letras brasileiras. Nas suas *Cartas Devolvidas* (1925) comenta sobre esta federação, a qual interpreta como um empenho completamente português. Explica a falta de entusiasmo por parte do Brasil quanto à federação como resultado de indiferença mais do que ressentimento ou hostilidade. E acredita que esta indiferença era nacional. Do ponto de vista de Ribeiro, este conceito de luso-brasileirismo é típico das tentativas de Portugal para a renovação da sua glória e grandeza:

O problema luso-brasileiro tira-nos dessa pacífica situação de gente feliz e sem história.

Acena ao Brasil e o convida a um papel mundial. Mete-o num grande império nas cinco partido [sic] do mundo, cria subitamente, à maneira britânica, com fragmentos esparsos, um «portuguese-speaking-world».

As imaginações mais escaldadas e megalomaniacas choram de júbilo e contentamento diante dessa majestosa construção<sup>8</sup>.

E continuou descrevendo a mentalidade que acompanha tal conceito:

Essa ideia imensa seduz todos os espíritos gongóricos ricos e hiperbólicos. O Brasil que não tem uma frota para vigiar as suas praias tê-la-á para assombrar o mundo e cruzar e guardar três oceanos.

É bem o temperamento e o vaticínio daquele lusíada:  
«Que se mais mundo houvera lá chegara»<sup>9</sup>.

Segundo Ribeiro, o luso-brasileirismo é uma forma de colonialismo, um colonialismo cultural que poderia macular o Brasil com a marca da Lusitânia, tão nobremente immortalizada por Camões no passado. Na opinião de Ribeiro, ao nível idealístico e prático, esta união seria pura loucura para o Brasil.

Enquanto Ribeiro se opunha resolutamente ao luso-brasileirismo, seu compatriota António Torres (1885-1934) era ferozmente hostil a tudo que

fosse português. Crítico literário e polemista, Torres conheceu considerável notoriedade nos seus dias como porta-voz do nacionalismo e como um travesso antilusista. Ansioso por disseminar os seus preconceitos contra os portugueses, aberta e secamente crítica e ridiculariza todas as formas da cultura portuguesa. Tais ataques estão bem à vista em dois dos seus trabalhos: *Prós e Contras* (Rio de Janeiro, 1922) e *As Razões da Inconfidência* (Rio de Janeiro, 1925). *Prós e Contras* é um livro de ensaios sobre vários assuntos, que, segundo Torres estão escritos numa forma cândida e desinibida. No seu prefácio, Torres desenha uma pintura interessante com respeito à sua declaração de escrever a verdade e nada mais que a verdade:

O que não se me affigura decoroso é fazer como grandíssima parte da nossa Imprensa, que vive diariamente a exclaimar, com o olho no anuncio pago ao balcão: – «Portugal, nação irman! os nossos irmãos de além-mar! A laboriosa colonia portugueza! Esse povo que tem feito a nossa riqueza!» – e outras armadilhas para pilhar o dinheiro ao luso incauto, quando todos indubitavelmente sabemos que, como materia de facto, não há brasileiro que intimamente não despreze o portuguez, como não ha portuguez que não deteste o brasileiro. Essa posição falsa é que sempre me repugnou<sup>10</sup>.

Estas fortes palavras revelam Torres ressentido com esses jornalistas brasileiros que venderam os seus serviços para elevar a glória de Portugal. A sua exposição geral acerca do ódio mútuo dos dois povos, não parece ser exagerada quando passamos os olhos por exemplos da hostilidade luso-brasileira na literatura. As palavras de Torres tornam-se mais provocativas quando consideramos o ano em que foram escritas – 1922. Ano do centenário da independência brasileira O ano foi cheio de celebrações, as quais, por natureza, eram bastante nacionalistas. Infelizmente para Torres, Portugal não foi porém completamente ignorado durante tais festividades. No seu primeiro ensaio, «Castellos no Ar...», Torres condena a participação de Portugal nas celebrações de 1922, que levava alguns brasileiros a sugerir a reconstrução em miniatura do Castelo da Pena, de Sintra, algures no Rio de Janeiro. Torres opôs-se a este projecto, pois cria ter ele sido inspirado e anunciado pela imprensa brasileira que tinha sido paga generosamente pelos portugueses. Bastante nacionalista, este ensaio censura as tendências nacionalistas de Portugal para baptisar o Brasil de descendência lusitana. Eis uma passagem exemplificativa do fervor nacionalista de Torres:

A Lusitania está lá, do outro lado do mar. Do lado de cá existe o Brasil. Tudo que possuímos aqui nesta terra, é e

quer e deve ser brasileiro. O Presidente já o disse e o disse eximamente, em discurso na Liga de Defesa Nacional, onde declarou que, até quando falarmos, devemos falar brasileiro [sic], língua brasileira<sup>11</sup>.

Estas palavras expõem a atitude xenófoba dum – cérebro nacionalmente brasileiro.

Se bem que evidente em todos os trabalhos de Torres, esta aversão aos portugueses é um tanto mais expressiva em *As Razões da Inconfidência*, livro popular no Brasil nos fins da década 1920-30. Acompanhado duma introdução de Agrippino Grieco que apoia Torres, completamente, nas suas acusações contra os «horrores» cometidos pela administração colonial portuguesa em Minas, temos um outro exemplo do espírito nacionalista nas letras brasileiras. Antes desta explanação do nascimento do patriotismo do Brasil, resultado das injustiças perpetradas pela administração colonial, Torres inclui um número de ensaios onde ridiculariza os portugueses e o seu papel na sociedade contemporânea brasileira.

Torres deleita-se pintando uma imagem denegridora dos portugueses, empregando um estilo coloquial e satírico que frequentemente recorre ao uso de termos pejorativos como *pés-de-chumbo* e *portuga*. A transbordar de material patriótico, este trabalho explosivo aspira à destruição de qualquer ligação entre os dois países. Uma passagem do tom nacionalista e antiportuguês difundido através deste livro pode ser tirada das primeiras observações do primeiro ensaio – «Como Nasceu Isto»: «Este opúsculo é como o Brasil: descoberto por efeito do Acaso. Tem, contudo, sobre o Brasil a vantagem de não ter sido descoberto por nenhum português»<sup>12</sup>. O ar frívolo assumido por Torres ao escrever *As Razões* é indicativo do orgulho do Novo Mundo desafiando o Velho.

Na sua introdução Torres comenta vários aspectos do mundo luso-brasileiro. Por exemplo, referentemente à imprensa brasileira favorável aos portugueses desde que, e de acordo com Torres, pagassem bem para serem elogiados, ele declara que os editores brasileiros eram relutantes em publicar fosse o que fosse controverso acerca dos portugueses, enquanto sem hesitar, atacavam os próprios compatriotas. A este respeito, Torres critica a imprensa brasileira e a sua aclamação do voo de Cabral e Coutinho até ao Brasil:

Também cá não estava felizmente quando ao Rio chegaram, fazendo viagem de cágados, Sacadura e Coutinho – Gago, num aeroplano que, segundo a frase pitoresca de um espirituoso colega de jornalismo, era *um tamanco voando com asas de bacalhan*<sup>13</sup>.

Esta troca do voo dos aviadores portugueses é partilhada por Agrippino Grieco que, na introdução, mofa em hipérboles do luxo a que se permitiram os jornais cariocas, dando tão grande cobertura aos aviadores, quando os jornais de Londres e Paris pouca atenção lhes prestaram.

Num outro ensaio, Torres chama ao luso-brasileirista Paulo Barreto um autêntico traidor. Culpa Barreto de inundar a imprensa brasileira com louvores a Portugal, em artigos que eram indiscutivelmente financiados por dinheiro português.

Em qualquer situação, Torres satiriza os portugueses, descrevendo-os em termos tão insultuosos como emigrantes humildes, cheios de pulgas, e denuncia fervorosamente qualquer forma de união com os *lusitanos*:

Tôdas essas datas, façanhas, homens e versos são para os portugueses apenas o disfarce em que se embiocam para melhor e mais à vontade irem ganhando o seu dinheiro, enquanto o brasileiro está atordoado pela zabumbada das manifestações chamadas de confraternidade, de aproximação das duas pátrias irmãs, etc.<sup>14</sup>.

Sempre presente está a crítica às empresas comerciais portuguesas no Brasil, vistas como forma de exploração.

Comentando a natureza da amizade luso-brasileira, Torres afirmava:

Amizade verdadeira, porém, não existe entre brasileiros e portugueses. Tal amizade só se manifesta em discursos oficiais, em sessões solenes e em artigos de jornais que os lusitanos pagam dum modo ou outro, embora depois, com o dinheiro já no bolso, os louva-minheiros digam hediondas coisas dos seus beneméritos pagadores<sup>15</sup>.

Quanto a isto, muitos brasileiros de hoje estão convencidos de que os artigos brasileiros favorecendo Portugal são pagos pelos portugueses.

Aludindo à animosidade luso-brasileira, Torres ilustra as suas convicções com um comentário acerca das raparigas brasileiras envolvidas em laços matrimoniais com portugueses, as quais para o resto da sua vida, são objecto de reparos e sorrisos cínicos por parte de todos seus amigos. Os ditos reparos não são expressos insolentemente, senão discretamente, sem perderem, é claro, a sua natureza hostil.

O texto principal de *As Razões* descreve as acções ditatoriais dos portugueses no papel colonial. Torres também comprova as suas afirmações com um número suficiente de documentos; o estilo do trabalho indica ter sido escrito num espírito de demagogia. Exemplos como o seguinte irão ilustrar o

zelo e temperamento do autor: «Crimes! Como se fosse crime procurar reagir contra a cobiça infrene de Lisboa»<sup>16</sup>. Ou o modo como incita o patriotismo nos seus leitores:

Hoje, a duzentos anos de distância outros são os nossos sentimentos e é por isso que bradamos: Honra, honra à memória varonil desses bravos montanheses cujo sangue foi um sacrifício preparatório do holocausto de Tiradentes e cujo sofrimento foi um passo largo, amplo para a liberdade e independência da pátria!<sup>17</sup>

É evidente que este trabalho é um veículo para a condenação dos portugueses e a glorificação dos brasileiros. Exagerando os acontecimentos de 1789-92, Torres podia transformar a Inconfidência numa Aljubarrota Brasileira.

Para melhor compreender este antilusismo da época e objectivamente enquadrá-lo na história luso-brasileira, é preciso lembrar que concomitantemente existia no Brasil um ambiente ambivalente quanto ao destino do país, e sobretudo quanto ao seu carácter nacional. Livros como *Por que Me Ufano do Meu País* (1901) por Afonso Celso, cheio de um patriotismo excessivo, encontravam um peso opostos mas equivalentes em livros pessimistas como *Estudos de Literatura Brasileira* (1901) por José Veríssimo, que ainda considerava a literatura do Brasil bem portuguesa, pela língua e também pela inspiração. Levando em conta também o impacto e as implicações de mais duas obras – *Canã* (1902) e *Os Sertões* (1902), é fácil justificar uma certa animosidade lusa, produto duma auto-análise, e dum nacionalismo incipiente que estrondeará em 1922 com o Modernismo Brasileiro. A auto-análise a que a *intelligentsia* brasileira se submetia encorajava críticas à antiga mãe-pátria. Assim, poderemos avaliar as primeiras décadas do século XX como uma época de transição no desenvolvimento cultural e intelectual brasileiro. E uma das vozes mais loquazes deste período e da realidade luso-brasileira é Gilberto Amado.

Cronista, jurista, professor poeta, romancista e memorialista, Gilberto Amado (1887-1969) falou em várias crónicas sobre a sua atitude e a do Brasil em relação a Portugal e os portugueses. Nem ufano, nem pessimista, Amado apresenta uma visão mais equilibrada da realidade da época, apesar de seu nacionalismo ser entusiasta. Nos ensaios e crónicas reunidos no volume *Três Livros* (*A Chave de Salomão, Grão de Areia e A Dança Sobre o Abismo*), 1963, temos uma selecção de comentários que nos mostra a perspectiva sensata de Gilberto Amado. Grande admirador da literatura portuguesa e sobretudo da obra camoniana, Amado, no entanto, soube encarar a realidade luso-brasileira do seu tempo:

Teríamos muita honra em ser portugueses, mas a verdade é que hoje não o somos mais, por múltiplas causas, meio, clima, educação, regimen político-social. Aliás, o próprio português que torna a Portugal, depois de longa convivência aqui no Brasil, já não é o mesmo. A América o envolveu no seu fluido transfigurador<sup>18</sup>.

Ora, esta observação feita em 1932, já em plena fase nacionalista, comunica, por um lado, o reconhecimento da singularidade brasileira, e por outro, atesta o fenómeno cultural do «brasileiro», o torna-viagem que parece mais brasileiro do que português e, por isso, é desprezado pelos seus conterrâneos. Aqui Amado fortalece o seu argumento nacionalista com a prova de que existe uma identidade brasileira com o poder de influenciar outra maneira de ser, neste caso, a portuguesa. O comentário aparentemente assenta na existência de grandes diferenças entre as duas culturas. Outras palavras escritas mais cedo em 1917 no livro *Grão de Areia* sugerem que uma aproximação europeia já não era muito viável:

Se é um axioma nos etnólogos e historiadores modernos que não há mais latinos em Portugal, como insistirmos nós, depois de um caldeamento de quatro séculos, em querer estabelecer uma filiação arbitrária que nada justifica?<sup>19</sup>

Declarações deste tipo já revelam uma orientação nacionalista que vai rejeitar, como é natural, o antigo poder colonial. Junto a esta visão, há o inerente sentimento ou complexo de inferioridade, característica de países em fase de desenvolvimento. Segundo Lúcia Miguel-Pereira ao falar do início do século XX:

Contrastando com um optimismo estritamente oficial, existia uma espécie de pessimismo russo entre vários dos escritos, dos advogados e dos estudantes, e que vinha da acção de profundo complexo de colonialismo sobre seu espírito senão sobre toda a sua personalidade<sup>20</sup>.

Alertado para esta contradição e para o ressentimento dela resultante, Amado cita Joaquim Nabuco para melhor definir a realidade nacional:

pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio desta sobre aquelas. Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o facto de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa<sup>21</sup>.

Estas palavras explicam o conceito nacionalista de Gilberto Amado que o leva a fazer, entre 1919 e 1922, as seguintes declarações:

Todo indivíduo que se disfarçar de clássico português, arremedando frases invertidas, na ordem indirecta, com vocábulos mortos escolhidos nos dicionários a dedo, ou saídos dos cadernos no momento para deslumbrar o leitor –deve ser esbordado, literariamente já se vê, com todo o vocabulário das descomposturas cambanas<sup>22</sup>.

E em 1922 diz:

O Brasil nem é presente. O que há no Brasil, em comparação com o que poderia haver, me parece ridículo. Para o Brasil só há e só deve haver futuro<sup>23</sup>.

Com este olhar para o futuro Amado imaginou: «um Brasil sem academicismos, sem sebastianismos, um Brasil claro e sério»<sup>24</sup>. Quer dizer que, no meio da euforia da República de uma nação nova, não havia lugar para o culto das tradições.

Ao fazer uma crítica, em 1910, sobre o impacto da obra *Canãa*, Amado demonstra-nos, outra perspectiva sobre a mentalidade anti-europeia da época:

O Sr. Graça Aranha diz, talvez, verdades, mas são as que mais nos humilham as que mais corroboram a ideia que o europeu tem da nossa incapacidade orgânica para fundar uma civilização, constituir uma nacionalidade <sup>25</sup>.

Neste clima de uma frágil imagem nacional, ia ser difícil o português e Portugal fazerem papel importante no destino nacional e cultural do Brasil. E ao nosso ver, foi Gilberto Amado quem melhor percebeu e descreveu a atmosfera da época.

## EUCLIDES DA CUNHA E O SEBASTIANISMO LUSO-BRASILEIRO

Euclides da Cunha (1866-1909), jornalista, geógrafo e escritor, ganhou reputação nacional com a sua obra épica *Os Sertões* (1902), hoje considerado um dos clássicos da literatura brasileira. Relatando o drama trágico da campanha de Canudos, Euclides da Cunha escreveu uma obra majestosa sobre a flora, a fauna, a geografia, a geologia, o clima e o homem sertanejos. O incidente de Canudos (1896-97) abalou toda a nação brasileira por ser

interpretado como uma realidade discordante que ameaçava a unidade nacional. O «outro Brasil», redescoberto nos sertões do nordeste através da barbaridade manifestada na campanha de Canudos, forçou a nação a fazer outro exercício de auto-análise perante o sentido de raça e o sentimento nacionalista brasileiro. É curioso notar a influência positivista, com seu determinismo biológico sobre as ideias do autor e como este, apesar de tudo, conseguiu elogiar o papel do «caboclo», i.e., o sertanejo, «semi-bárbaro» e sua existência mestiça. Toda a desilusão e fatalismo ligados a este incidente foram na altura atribuídos ao atraso biológico deste povo do interior. Mas na obra de Cunha, o leitor percebe que são aqueles «civilizados», da raça supostamente superior, que deveriam assumir a responsabilidade pelo atraso socioeconómico e o estado deplorável do interior. Apesar dos exageros sobre as influências da hereditariedade racial, *Os Sertões* apresenta uma visão da mentalidade da época e assim nos oferece algumas percepções históricas e sociológicas sobre a atitude perante Portugal e os portugueses.

Desde o início, onde são nomeados «os primeiros povoadores», o retrato dos portugueses no período colonial segue o esquema frequentemente desenhado pelos nacionalistas brasileiros. Várias referências à «ganância dos colonos», aos «intuitos da metrópole»<sup>26</sup> revelam o perfil costumeiro dos colonos portugueses com o seu desprezo inicial pelo Brasil: «terra do exílio; vasto presídio com que se amedrontavam – os heréticos e os relapsos, todos os possíveis do *morra per ello* da sombra justificação daqueles tempos»<sup>27</sup>. Mesmo que o autor acredite cientificamente na supremacia do europeu com a sua raça e civilização «superiores», é a cultura mestiça do sertanejo que é elogiada e defendida lúcida e admiravelmente:

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização.

Ora os nossos rudes patricios dos sertões do norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados<sup>28</sup>.

Mais do que um simples nacionalista, Euclides da Cunha desenvolveu um tratado detalhado sobre tipo e, desta maneira, valorizou um componente da cultura nacional:

É um retrógrado; não é um degenerado...

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autónoma e, de

algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente<sup>29</sup>.

Esta defesa deslumbrante do sertanejo não só enfatiza o seu orgulho perante este tipo mas, sobretudo, demonstra o reconhecimento de algo singular, ou seja, original no carácter desta figura cultural. Assim, o europeu, mesmo com a sua civilização «superior», é diminuído perante este fenómeno cultural. Isto torna-se mais evidente ao descrever os factores históricos da religião deste tipo, considerada também mestiça:

Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização<sup>30</sup>.

Estabelecendo esta teoria sobre a religião, o autor caracteriza a influência europeia/portuguesa da seguinte maneira:

O povoamento do Brasil fez-se, intenso, com D. João III, precisamente no fastígio de completo desequilíbrio moral, quando «todos os terrores da Idade-Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular».

Uma grande herança de abusões extravagantes, extinta na obra marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta <sup>31</sup>.

Euclides da Cunha continua a sua explicação sobre o fanatismo nordestino, pondo a culpa no povo português da época colonial:

Trouxeram-na, as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham cheias daquele misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à cadência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na Península... E da mesma gente que após Alcácer-Kebir, em plena «caquexia nacional», segundo o dizer vigoroso de Oliveira Martins, procurava, ante a ruína iminente, como salvação única, a fórmula superior das esperanças messiânicas <sup>32</sup>.

Esta acusação directa e clara realça a convicção nacionalista do autor, mais do que o valor científico da sua tese. As declarações de Euclides da Cunha

explicam a sua ênfase sobre o momento de «desequilíbrio moral» em Portugal. Assim, apontando para um fanatismo na tradição lusa, ele consegue justificar uma aberração moderna na cultura brasileira. Euclides da Cunha, não se escondendo atrás de eufemismos, expõe abertamente o seu ponto de vista:

Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *Sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do norte <sup>33</sup>.

O tratamento do Sebastianismo na obra, *Os Sertões*, de um lado, põe em paralelo características mútuas das culturas lusitana e brasileira mas por outro, condena a influência portuguesa sobre a brasileira; e acaba por caracterizar este fenómeno no Brasil com uma manifestação original e singular na cultura nacional. Assim descrito, este exemplo serve para ilustrar a noção de que, no início do século XX, enquanto procurava o seu próprio caminho e destino nacionais, o Brasil via-se cada vez mais independente e separado de Portugal.

#### GRAÇA ARANHA CONTRA «UM PASSADO ALHEIO»

No seu romance alegórico, *Canãa* (1902), Graça Aranha (1868-1931) apresenta uma interpretação do processo de acomodação dos imigrantes alemães no Brasil, onde se evidencia o contraste entre o alemão, fruto de uma civilização europeia adiantada, e o pobre brasileiro rural e provinciano, fruto de uma cultura em fase de desenvolvimento. Como traço de união entre duas gerações, a obra e o escritor revelam as contradições e idealismos que surgiram no começo do século XX em relação aos valores espirituais do homem brasileiro e, sobretudo, o sentido da civilização brasileira no plano universal. Vê-se aqui as contínuas inquietações perante o destino histórico da nacionalidade brasileira, mas, acima de tudo, uma nítida apresentação da mentalidade da época. Numa narrativa pouco realista mas indubitavelmente filosófica, Graça Aranha escreveu um romance social de ideias em que o elemento imigrante europeu é avaliado em consideração à sua contribuição transformadora *vis-à-vis* o Brasil do futuro. Entra também a questão da mistura das raças e o seu papel no patriotismo ambivalente da época, disputado pelo personagem pessimista e cínico, o juiz brasileiro, Paulo Maciel: « É o debate diário da vida brasileira... Ser ou não ser uma nação... <sup>34</sup>. A incerteza aparente nas palavras de Maciel traduz o sentimento de um destino incerto para o Brasil. Esta visão é discutida no decorrer da narrativa até que o elemento

nativista se imponha com o resultado de ilustrar o conflito básico – a separação do destino da América Brasileira do da Europa, apesar de o Brasil ser em grande parte um país de imigrantes europeus. Como diz o nativo Brederodes, o promotor: «Capitão, deixe de conversa, fogo no estrangeiro, nativista sempre. À balala»<sup>35</sup>. Além do mais, a possibilidade de entregar o País ao imigrante europeu, neste caso o alemão, encontra oposição da parte do pardo escrivão Pantoja:

– Admira-me ouvir de dois magistrados uma tal linguagem. Não há mais patriotismo, não há mais nada. Os senhores podem querer entregar a pátria ao estrangeiro, podem vendê-la, mas enquanto houver um mulato que ame este Brasil, que é seu, as coisas não vão tão simples, meus doutores.

E o pardo cerrou os punhos, rangeu os dentes, estampando-se-lhe na cara um sorriso tenebroso<sup>36</sup>.

Este nativismo surge durante um debate que evoca todo o dilema e contradição de ser brasileiro. Até o juiz de direito, exemplo perfeito de ambivalência e covardia, reafirma em certa altura o seu nativismo:

Os meus sentimentos nacionais, confesso, estavam enfraquecendo, mas, vendo a decadência da Europa, tive orgulho deste Brasil e voltei ao meu furor. Não é debalde que me chamo Itapecurú. É a marca nativista que trago da Academia...

– Como assim? inquiriu Brederodes.

– Quando Gonçalves Dias e Alencar deram o grito de alarme pelo Brasil, pelo caboclo, nós estudantes, respondemos ao nosso modo... Eu me chamava Manuel Antônio de Souza. E só. Souza cheirava a galego. Acrescentei Itapecurú. Manuel Antônio de Souza Itapecurú... Foi um movimento geral. Cada um tomou um nome indígena, e daí os Tupinambás, os Itabaianas, os Gurupis<sup>37</sup>.

A referência pejorativa ao «galego» é feita neste espírito nativista que se opõe a «uma existência de outros, um passado alheio»<sup>38</sup>, símbolo daquilo que não é puramente brasileiro. O espírito mais esclarecido está no personagem, Milkau, o jovem imigrante alemão que acredita na força vital do Brasil – o seu povo, reflexo da energia suprema do amor e outros valores espirituais. É ele que alude à colonização do Brasil pelos portugueses e à inevitável consequência deste tipo de formação:

Do que tenho observado e adivinhado um pouco, é ela consequência da primitiva formação do país. Desde o princípio houve vencedores e vencidos, sob a forma de .senhores e

escravos; desde dois séculos estes lutavam por vencer aqueles. Todas as revoluções da história brasileira têm a significação de uma luta de classe, de dominados contra dominadores. O povo brasileiro foi por longos anos apenas uma expressão nominal de um conjunto de raças e castas separadas. E isso se manteria assim por muitos séculos, se a forte e imperiosa sensualidade dos conquistadores não se encarregasse de demolir os muros de separação, e não formasse essa raça intermediária de mestiço e mulatos, que é o laço, a liga nacional, e que, aumentando cada dia, foi ganhando os pontos de defesa dos seus opressores<sup>39</sup>.

Aqui podemos ver claramente o reconhecimento do contributo português e, ao mesmo tempo, o resultado natural do conflito entre quaisquer dominadores e dominados. Assim, Graça Aranha resume aqui o eterno dilema luso-brasileiro em que um passado, apesar do seu valor, não tem o mesmo valor para um país com os olhos para o futuro. Isto é bem evidente no livro de ensaios, *A Estética da Vida*, publicado em 1920. Cheio de declarações sobre o papel de Portugal no futuro do Brasil, esta obra parece ser contraditória à mensagem em *Canãa* e à filosofia modernista de Graça Aranha, um dos fundadores da Semana de Arte Moderna. Por isso, temos que levar em conta o elemento histórico da Primeira Guerra Mundial e o facto de este livro exprimir mais os sentimentos dessa época em que uma união política de Portugal e do Brasil contra Alemanha tinha que ser vantajosa por muitas razões:

Trata-se de manter o nosso prestígio comum no Atlântico. E, além dessa consideração, que é dominante na ordem política, deve-se considerar o grande bem que seria para a imortalidade do pensamento brasileiro a sua incorporação no mundo português. Haveria a universalidade para o espírito brasileiro e maior aspiração humana para os destinos do Brasil. Unido a Portugal, o Brasil se tornaria uma nação europeia, realizando a fusão do Oriente e do Ocidente sob um só espírito nacional, que seria português, como para outras regiões é inglês ou francês<sup>40</sup>.

Estas linhas sugerem uma comunidade ou federação luso-brasileira, em termos de um bloco cultural e moral no plano internacional. Desta maneira, o Brasil desfrutaria do prestígio e do reconhecimento prestados a esse bloco, sendo o Brasil, o maior componente desta comunidade. Aqui vemos emergir o desejo brasileiro de atingir o seu lugar na cena internacional. Mas além disto, o diplomata Graça Aranha tem em mente benefícios mais concretos:

E como essa unidade de dois países viria imediatamente terminar com as barreiras fiscais nos portos portugueses para a

exportação brasileira, Lisboa se tornaria a grande cidade europeia, base do comércio brasileiro... Se o Brasil e Portugal se unirem, em vez de uma concorrência entre as duas regiões produtoras dos mesmos gêneros e das mesmas matérias-primas, se daria frutuosa e fraternal colaboração <sup>41</sup>.

O idealismo aqui articulado provém de um espírito que sonha em ver o seu país com reputação internacional, e como representante do espírito latino na América:

A federação luso-brasileira mais simples, mais fácil, não se fará pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens inspirados por um mesmo pensamento nacional, que quer ser eterno.

Sendo português, o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do Brasil é ser o continuador de Portugal, o herdeiro de espiritualidade latina no mundo americano <sup>42</sup>.

Com tais declarações, é fácil compreender porque Graça Aranha faz grandes elogios à constância do povo português e do «espírito de progresso de raça portuguesa» <sup>43</sup>. Deste ponto de vista, o ensaísta reafirma o que há de positivo no português para mostrar como estas características também fazem parte do espírito brasileiro, herdeiro do espírito português. Porém, a existência, desta herança cultural não determina o espírito nacional brasileiro. Esse, o homem brasileiro tem que criar através da sua força e da sua imaginação singular. Num ensaio lúcido e perspicaz intitulado «Os Trabalhos do Homem Brasileiro», Graça Aranha explica o que o brasileiro tem que fazer para vencer a nossa natureza, vencer a nossa metafísica e vencer a nossa inteligência. Neste ensaio da Estética da Vida, o autor enumera «os obstáculos que impedem a sua volta à unidade essencial do Cosmo» <sup>44</sup> que, em outras palavras, é o conflito entre o homem e o seu meio. O homem tem que ultrapassar os «terrores» da sua cultura e terra para atingir aquela união íntima com a sua essência. Por isso, ele diz: «Façamos da natureza uma obra de arte»<sup>45</sup>. Assim ele apela para a expressão da essência brasileira e, sobretudo para mais universalidade na literatura brasileira, a fim de pôr o Brasil «em comunicação com o Universo inteligente»<sup>46</sup>. Da mesma forma, critica a literatura portuguesa por ela não ter conseguido comunicar-se com o espírito dos outros povos e, além disto, condena o formalismo inerente à língua e à literatura do Brasil: «O brasileiro balbucia ainda uma língua em que se sente estrangeiro, e como não escreve nessa língua hesitante, a literatura não representa pela língua escrita a alma colectiva» <sup>47</sup>. Graça Aranha então reconhece a necessidade de «viver» o novo

mundo do Brasil, mas somente através de uma renovação, ou melhor, uma revolução, para que o Brasil possa atingir a sua própria via de comunicação nacional. Ao falar da língua, o ensaísta critica o formalismo português, porque é usado na literatura brasileira como meio de expressão nacional. A crítica não é contra Portugal, nem contra os portugueses, mas contra o emprego de algo estrangeiro, «alheio» à alma brasileira:

Há língua escrita e uma língua popular. Aquela, produto de cultura, é fria, académica, gongórica, nesse país em formação, cuja alma se procura manifestar com energia e por sinais precisos, que sejam os signos fiéis das coisas exteriores da nossa vida e dos secretos ansios do nosso espírito, volta-se estranhamente e sem esperteza ao classicismo «bárbaro» dos portugueses, como à suprema forma literária do Brasil. É uma vasta literatura de pedantes. É o defeito da cultura artificial, vício que perdeu as modernas literaturas italianas e espanholas, que foi constante em Portugal, e separa pela linguagem a casta dos literatos do verdadeiro espírito nacional <sup>48</sup>.

Graça Aranha condena o artificialismo aparente no emprego de uma forma de expressão não inerente à própria cultura. Por isso ele elogia Machado de Assis porque o considera como escritor livre:

A sua fantasia é imprevista, ele escreve vendo, gozando o espectáculo. Os seus grandes livros foram escritos quando tinha os olhos inteiramente abertos, e por isso a sua pintura da vida é uma zombaria...E entrega os factos sobre que escreve ao inconsciente da sua invenção, e assim procede como a Natureza, descuidado, surpreendente, fatal <sup>49</sup>.

Noutro ensaio, «Meditação Sobre a Língua Portuguesa», Graça Aranha reitera a sua visão desta maneira: «E com a língua assim vai o estilo, movediço, tortuoso, sem regras, numa desordem que irrita, mas que é um sinal de infância ou de perpétua renovação. E ainda nada se fixou; as velhas formas portuguesas são absurdas na terra incoerente e paradoxal do Brasil»<sup>50</sup>. Esta ênfase na separação linguística sugere o reconhecimento de duas culturas com destinos diferentes. Noutro ensaio sobre a literatura brasileira, Graça Aranha exemplifica esta ideia:

Alencar é mais integralmente brasileiro e um escritor verdadeiramente americano. O seu romantismo separa-se da inspiração europeia pelo entusiasmo tropical, que é uma expressão optimista de um povo possuído da grandeza do seu destino. Os escritores portugueses da mesma época de Alencar,

como Garrett ou Herculano, são inteiramente diferentes do escritor brasileiro, como Portugal é diferente do Brasil <sup>51</sup>.

Na sua campanha para definir o Brasil como país com cultura singular, é natural que Portugal apareça como o reverso da medalha. Isto não sugere uma completa condenação de coisas portuguesas, mas sim uma crítica destas em relação à expressão nacional brasileira. Por isso, existe frequentemente uma justaposição de comentários favoráveis e pejorativos, referentes a Portugal do ponto de vista brasileiro. O que parece ser contraditório, é simplesmente a existência de duas ideologias ou conceitos sobre o papel da cultura portuguesa *vis-à-vis* a brasileira.

Esta perspectiva torna-se mais clara nos ensaios publicados em *O Espírito Moderno* (1925). Nesta obra, no auge do modernismo de Graça Aranha, o leitor notaria o entusiasmo com o qual o autor desenvolve o seu tema associando o modernismo ao nacionalismo e, menosprezando instituições tradicionalistas como a Academia Brasileira de Letras e, por fim, anunciando o seu rompimento com ela. Este caso é documentado no ensaio, «O Espírito Académico» que serve como outro manifesto modernista e, até certo ponto, exprime a posição modernista em relação a Portugal, pondo em relevo o facto de o Brasil não poder adaptar-se a outra cultura, sobretudo a portuguesa, naquele momento do seu desenvolvimento cultural. Para manter a sua autenticidade cultural, o Brasil tinha que seguir o seu próprio caminho:

A condição essencial do «ser brasileiro» é ser moderno. Se somos uma nação nova se ainda estamos a caldear as raças formadoras do País e a conquistar os nossos desertos, se somos arrebatados para o futuro pela miragem da esperança, como voltar os nossos olhos para trás, rebuscando inspiração nas incertas tradições de confusos ou desdenhados antepassados?... O modernismo é a função do nacionalismo. Seria um disparate uma terra jovem e tropical, uma nação adolescente cobrir-se das cãs portuguesas, baralhar caducas alegorias gregas, brincar com insípidos tropos latinos. São estes os jogos que propõe o espírito académico à Inteligência brasileira <sup>52</sup>.

Não se podendo voltar para trás, é óbvio que Portugal seja perfilhado como um passado não adequado à cena moderna brasileira.

Para terminar esta apresentação sobre Graça Aranha e a sua imagem de Portugal, é interessante fazer referência a outro ensaio («*De Imitadores a Criadores Universais*», 1925), em que o autor exprime o verdadeiro sentido que enforma o seu nacionalismo literário. Aqui ele relaciona o passado com aqueles povos que deixaram a sua marca no solo brasileiro, e funcionaram

como modelos culturais por muitos anos, mas que não servem mais como modelos para a imitação:

Um Brasil passadista é um Brasil morto... O nacionalismo brasileiro é a posse da terra brasileira pelo espírito brasileiro... Dessa nacionalidade faremos uma universalidade. O nosso espírito nacional procurará impor-se aos outros povos, como o espírito destes se impôs a nós. O espírito moderno, dando-nos o senso real brasileiro, nos transformará de imitadores em criadores universais <sup>53</sup>.

Deste modo, verifica-se a verdadeira independência brasileira tanto no plano cultural quanto no político.

#### O PRÉ-MODERNISTA LIMA BARRETO

No seu estudo sobre a literatura brasileira, *Prosa de Ficção* (1950), Lúcia Miguel-Pereira fala da já mencionada ambivalência cultural brasileira, característica de uma parte da *intelligentsia* durante as primeiras décadas do século XX. Apesar de declarações patriotas sobre o Brasil, muitos intelectuais não «viviam» o espírito nacionalista porque ainda consideravam a Europa de Paris, Londres e Berlim como o «lugar ideal». Nas palavras de Lúcia Miguel-Pereira: «Alguns fizeram da Europa o seu refúgio – mesmo o velho historiador e sábio crítico João Ribeiro – vivendo intelectualmente na Europa» <sup>54</sup>. Isto fascina-nos depois do seu perfil como antilusista flagrante. Porém, neste sentido Miguel-Pereira singulariza o romancista Lima Barreto como excepção entre os jovens literatos da época. Já em 1907, com a sua revista *Floreal*, Barreto formulava «um tentâmen de escapar às injunções dos mandarinatos literários [europeus], aos esconjuros de preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte que nos comprimem de modo tão insólito no momento actual» <sup>55</sup>.

Lima Barreto (1881-1922), cronista, contista e romancista da cidade do Rio de Janeiro, foi o escritor satírico da crítica social carioca *par excellence*, e o diarista das recordações que mais nos revelam sobre a vida burocrática suburbana e urbana da época. Vítima do preconceito social por ser mulato, ele defendeu outras vítimas e satirizou os opressores com um talento de observador que distinguiu as suas narrativas. Sendo desta natureza a sua obra, é interessante apontar para as referências nela presentes, sobre Portugal e os portugueses no Brasil. Apesar de serem poucas, estas alusões dão-nos uma visão da imagem lusa durante este período e preparam-nos para a reacção

modernista brasileira, que se aproveitou, em parte, do muito falado imperialismo cultural luso. Visto como ameaça à cultura do Brasil, este imperialismo serviu bem aos modernistas brasileiros, permitindo-lhes identificarem-se com facilidade e bombasticamente com a singularidade e independência do seu país.

Com o seu gosto pela caricatura e a sátira, Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911) pintou um quadro bem crítico sobre os primeiros anos da República e a mentalidade ufanista reinante. Neste romance, o herói ufano após uma série de desilusões descobre que «A pátria que quisera ter era um mito»<sup>56</sup>; e assim acaba destruído. Desta forma, há uma crítica mordaz contra o ufanismo e também uma sátira da burguesia ineficiente e rapace. Lima Barreto também inclui *en passant* comentários sobre alguns portugueses, representantes desta burguesia, e põe estes em contraste com os brasileiros e a sua cultura nova em fase de desenvolvimento. Como caricatura do ofício inactivo e pomposo a figura do Major Inocêncio Bustamante é apresentada desta forma: «Acabando de responder coçava um dos seus favoritos brancos, que lhe davam um ar de «comodoro» ou de chacareiro português, pois era forte nele o tipo lusitano»<sup>57</sup>. E em outro trecho, como exemplo do nacionalismo ou ufanismo predominantes, há a seguinte observação: «O estrangeiro era sobretudo o português, o que não impedia de haver jornais 'jacobiníssimos' redigidos por portugueses da mais bela água»<sup>58</sup>. Aqui emerge de novo outra manifestação do português explorador, oportunista e estrangeiro. A má vontade contra os estrangeiros portugueses é evocada de maneira indirecta no seguinte trecho que alude ao «bom exemplo» do português trabalhador, mas com o fim de chamar atenção para a miséria da roça do brasileiro e para a sua passividade incipiente deste. Em outras palavras, um comentário sobre a agressividade dos portugueses que sabiam tirar proveito da situação:

gente da roça sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra. Entretanto, tinham bem perto o exemplo dos portugueses que, unidos aos seis e mais, conseguem em sociedade cultivar a arado roças de certa importância, lucrar e viver<sup>59</sup>.

Implicações como estas de cima sempre colocavam o português à parte, fazendo dele, de uma forma ou outra, o símbolo de ganância e de velhos costumes bem diferentes dos do brasileiro. Assim, a citação seguinte demonstra o prestígio presunçoso da cultura lusa e, ao mesmo tempo, a diferença entre esta e a cultura brasileira. Falando da pretensiosa D. Adelaide, o narrador diz:

Não havia meio dela dizer «Seu». A sua educação de «senhora» de outros tempos, não lhe permitia usar esse plebeísmo generalizado. Vira os pais, gente ainda fortemente portuguesa, dizer «senhor» e continuava a dizer, sem fingimento, naturalmente <sup>60</sup>.

Nesta época, notava-se uma certa ambivalência quanto à atitude perante o português aburguesado porque, por um lado, representava a cultura europeia – um *status* que superava todos os traços pejorativos normalmente associados a esta figura. Desta maneira, o elemento estrangeiro tinha muito valor, sobretudo quando sugeria características culturais, fidalgas, nobres e europeias. Verifica-se esta atitude neste próximo trecho sobre a importância do título de médico, do marido brasileiro de Olga, afilhada do herói Quaresma:

Não tinha fortuna alguma, mas julgava o seu banal título um floreal de nobreza, equivalente àqueles com que os autênticos fidalgos da Europa brunem o nascimento das filhas dos salchicheiros *yankées*. Apesar de ser seu pai um importante fazendeiro por aí, em algum lugar deste Brasil, o sogro lhe dera tudo e tudo ele aceitara sem pejo, com o desprezo de um duque, duque de plenamentos e medalhas, a receber homenagens de um vilão que não roçou os bancos de uma «academia» <sup>61</sup>.

Apesar de não ser fidalgo, Dr. Armando Borges assume um ar de nobre, evocando uma pose europeia. O poder de uma referência europeia, Portugal incluído, prestava ao indivíduo um certo valor, i.e., sugeria-lhe recursos eruditos e cultos:

No intuito de anunciar aos ministros e directores que tinha uma erudição superior, de quando em quando desovava nos jornais longos artigos sobre a contabilidade pública. Eram meras complicações de bolorentos decretos, salpicadas aqui e ali com citações de autores franceses ou portugueses.

Interessante é que os companheiros o respeitavam, tinham em grande conta o seu saber <sup>62</sup>.

Este comentário sobre o presunçoso funcionário público, Genelício, serve para realçar a pretensão social dentro da burocracia, um dos temas favoritos de Lima Barreto. Outras alusões ao elemento europeu/português da época frequentemente caíam sobre a questão da língua. O herói, Policarpo

Quaresma, advogando o tupi como língua oficial para o Brasil, escreveu a seguinte petição:

certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil;... a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática<sup>63</sup>.

A petição também menciona a vergonha de «sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua»<sup>64</sup>. Aqui vê-se o pré-modernismo de Lima Barreto com a sua sátira de um ufanista que quer alterar a língua oficial do Brasil. Apesar do tom satírico do autor e do ridículo da petição, o leitor consegue apreciar o desejo de Quaresma de encontrar um veículo que melhor exprima o sentido nacional e ao mesmo tempo que evite:

as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica<sup>65</sup>.

É fascinante notar que é justamente o elemento indígena que os modernistas, como Mário de Andrade, vão usar para fazer a distinção entre o Brasil e Portugal.

No programa de Quaresma, como no dos modernistas, que examinaremos em breve, Portugal constitui a lógica oposição cultural em referência à independência cultural brasileira. Muito mais do que nos autores românticos, os modernistas redescobrem o índio como o ponto marcante na dicotomia cultural luso-brasileira. Com notáveis implicações sociopolíticas, o índio simboliza o nacional contra o estrangeiro, o indígena contra o alienígena, e o natural contra o artificial. Assim, Portugal e os portugueses, no plano simbólico, têm que representar o oposto da cultura brasileira, apesar da existência de uma rica tradição portuguesa no Brasil. No livro de Lima Barreto, é a língua tupi-guarani que poderá propelar, para o ufanista Quaresma, a emancipação cultural brasileira. A tragédia e desilusão em Quaresma começam a partir do momento em que vê recusado a petição – a que atrás aludimos-cujo objectivo era o reconhecimento do tupi como língua oficial brasileira. A simplicidade nacionalista nele, além de simbolizar uma crítica contra os ufanistas, é acima de tudo, uma crítica mordaz contra aqueles que ainda vivem falsamente entre duas culturas – a europeia e a brasileira – aquela, na maioria das vezes, impondo padrões culturais que implicam a inferioridade desta. Quaresma é muito menos vítima de seu nacionalismo exagerado do que da falsidade de uma burguesia insensível ao verdadeiro significado da sua cultura nacional. Desta forma, Lima Barreto prenuncia em

parte a visão e o programa dos modernistas vis-à-vis Portugal, porque ele compreendeu a dicotomia cultural existente na época – uma dicotomia que explica em parte aquelas contradições e ambivalências socioculturais aparentes em muitas civilizações americanas. Nesta obra, Lima Barreto ilustra claramente o paradoxo brasileiro entre os ufanistas da época e escritores que ainda duvidavam da nacionalidade e cultura brasileiras: «Esses nossos literatos eram tão tolos e viviam tão absorvidos em cousas francesas»<sup>66</sup>. Nas palavras de Lúcia Miguel-Pereira esta ambivalência explica-se pela existência de um velho complexo de inferioridade que ainda reinava. É natural ver neste complexo uma interpretação sociopsicológica da cultura brasileira, expondo, como já anotamos, a experiência colonial como explicação dos problemas sociais do Brasil moderno.

A obra de Lima Barreto, ao analisar asperamente o carácter nacional, dirige a sua crítica contra o falso e o ideal, manifestações de um mito cultural que obscurecia a singularidade nacional. Neste sentido, o exemplo dos portugueses serve em muitos casos para ilustrar aquela falsidade e duplicidade numa sociedade agarrada a velhos costumes e modos de pensar, contrários ou contraproducentes às ideias da camada mais progressista. Veremos que na campanha desta, os portugueses entrarão, de novo, vistos como elemento gerador dos males brasileiros e, sobretudo, como contraste marcante face àquela essência conhecida como «brasilidade» – qualidade que em certos autores ultrapassará a dialéctica posição/oposição, e se caracterizará como traço *sui-generis*.

## OS MODERNISTAS

*Manuel Bandeira* (1886-1966). Conhecido como poeta precursor do verso livre e de novos rumos modernistas na poesia brasileira, Manuel Bandeira através da sua obra manifesta o espírito de «renovação» como foi articulado e elaborado por Graça Aranha. Apesar de ele não se comprometer em nenhum movimento literário, e de nunca sentir a necessidade de abandonar o lirismo tradicional, Manuel Bandeira é todavia apreciado como poeta libertador e modernista contra regras e formas líricas consagradas. É justamente neste aspecto que Bandeira revela o seu nacionalismo, e sobretudo a sua ideologia cultural perante Portugal e o papel deste no futuro do Brasil. É desnecessário analisar em pormenor a influência da tradição lírica portuguesa na sua obra, pois existem belos versos na *Estrela da Tarde* (1960) que atestam sua veneração pela cultura e herança portuguesas. Exemplo desta estima verifica-se no poema, «Portugal, Meu Avozinho» que termina desta maneira:

Ai, Portugal, de Camões,  
Do bom trigo e do bom vinho,  
Que nos deste, ai avôzinho,  
Este gosto misturado  
Que é saudade e que é carinho <sup>67</sup>.

O louvor a Portugal, aqui evocado não contradiz a atitude menos positiva encontrada em outros poemas, especialmente alguns incluídos em *Libertinagem*, publicado em 1930 e contendo versos escritos entre 1924 e 1930, durante o auge do movimento modernista. Aliás, como acontece com outros escritores brasileiros, o leitor encontrará comentários pró e contra que, à primeira vista, aparecem como contradições, sobre Portugal e o papel da cultura portuguesa perante o Brasil. Mas é importante sublinhar, do ponto de vista brasileiro, a diferença de perspectiva entre o que se considera o «Brasil do Futuro» e o «Brasil do Passado». Este, em relação a Portugal, é interpretado positivamente em termos de herança cultural e componente do *homo brasiliensis*; enquanto aquele, na maior parte dos casos, elimina Portugal da programação do futuro, ou, pelo menos, desvaloriza o seu papel e, às vezes, até menospreza a contribuição do passado quando é vista em conjunto com a visão do futuro. Por isso, tem que se avaliar as observações de muitos escritores dentro do contexto sócio-histórico-literário, levando naturalmente em conta o papel de uma determinada obra na evolução literária do seu autor. Deste ponto de vista, a fase modernista de Manuel Bandeira oferece-nos o seu próprio conceito de «libertação». Para ele a palavra tem três sentidos: o pessoal, o cultural e o nacional. Daí poder-se entender a posição antagonista do «Brasil do Futuro» em relação às coisas do passado, porque estas são vistas como prejuízo ao progresso e andamento do presente e do futuro. A sua confissão no poema «Poética» é fundamental para uma nítida compreensão estética visionária e modernista. Apesar do foco ser a lírica, vê-se implicações sociopolíticas e culturais nos versos:

Estou farto do lirismo comedido  
Do lirismo bem comportado  
...  
Abaixo os puristas  
...  
Quero antes o lirismo dos loucos  
O lirismo dos bêbedos  
O lirismo difícil e pungente dos bêbedos  
O lirismo dos clowns de Shakespeare  
– Não quero mais saber do lirismo que não é libertação <sup>68</sup>.

Além do emprego duma linguagem coloquial e de assuntos banais para evocar uma poética nova, Bandeira sugere que se prescindia da forma 'lítica tradicional como meio de expressão da alma brasileira. Condena a aplicação de algo «alheio e do passado» para exprimir o presente e o futuro do Brasil. Por isso, o poema «Evocação do Recife» (1925) é altamente sugestivo e explícito, perante Portugal e a presença da cultura portuguesa no Brasil. Como ele diz no início:

Recife  
Não a Veneza americana  
Não a Mauritsstad dos armadores das índias Ocidentais  
Não o Recife dos Mascates  
...  
Mas o Recife sem história nem literatura <sup>69</sup>.

À procura de um Recife mais seu, mais simples, o da sua infância, i.e., mais brasileiro, não o dos *mascates* (portugueses da época colonial), Manuel Bandeira assim vai directamente ao aspecto mais caracterizante do ser brasileiro – o idioma que se fala no Brasil:

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros  
Vinha da boca do povo na língua errada do povo  
Língua certa do povo  
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil  
Ao passo que nós  
O que fazemos  
É macaquear  
A sintaxe lusíada  
A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem <sup>70</sup>.

Ao justapor «língua errada do povo» e «Língua certa do povo», Manuel Bandeira ilustra o dilema cultural onde dois pontos de vista contrastam optando pela naturalidade do falar brasileiro porque a outra alternativa seria uma falsificação (um macaquear) da realidade, provocando pois um artificialismo que só resultaria em confusão.

Assim, Manuel Bandeira demonstra metaforicamente a posição brasileira, nesta época tumultuosa de sua continuada formação cultural e nacional. Portugal já não é nesta altura o ponto de referência para se avaliar a cultura brasileira. A independência *cultural* brasileira atinge a sua maioria através da literatura; i.é, durante o «modernismo» – um fenómeno que atesta o florescimento de uma nova e profunda autoconsciência cultural. De todos os poetas que tomam parte nesta auto-análise cultural e literária, Manuel Bandeira funciona realmente como precursor e porta-de-entrada. Porém, outros poetas

da época se dedicaram ao problema nacional e, entre eles, o mais representativo e o mais destacado, dentro de uma perspectiva de nacionalismo literário, é Mário de Andrade. Nele e nos outros que trataremos sumariamente, encontramos uma posição ou atitude «literária» perante Portugal e a cultura portuguesa que insinua e projecta conotações sócio-políticas. Por isso, antes de examinarmos de perto essa perspectiva formulada por Mário de Andrade, considerado a mais acabada encarnação das actividades modernistas, é conveniente abordar as observações de alguns outros, como Oswald de Andrade, porque nele surgem várias manifestações da dialéctica luso-brasileira.

*Oswald de Andrade* (1890-1954). Autor de dois célebres manifestos literários – *Poesia Pau-Brasil* (1924), e o *Antropófago* (1928) – que ilustram as suas teorias estéticas, filosóficas, sociais e políticas, Oswald de Andrade propôs as mais ousadas ideias, sobre o modo de atingir a melhor expressão da alma e essência brasileiras. Aí dá testemunho de uma plataforma de «negação», perante Portugal como colonizador europeu e força repressiva. Tal plataforma emerge através do primitivismo psicológico e do símbolo da devoração antropofágica, articulados nos dois manifestos, se com a finalidade de se encontrar, via correntes de vanguarda, o verdadeiro carácter nacional. Dada esta perspectiva, é natural que Portugal apareça teoricamente na posição de inimigo.

O *Manifesto Pau-Brasil* apela para a volta ao estado puro da nação: «Nossa época anuncia a volta ao *sentido puro*»<sup>71</sup>. Ou como se afirma noutra lugar: «Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. *Ver com olhos livres .../ O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão académica*»<sup>72</sup>. Com a procura de uma nova perspectiva, este Manifesto exprime «um programa de reeducação da sensibilidade e uma teoria da cultura brasileira»<sup>73</sup>. Contra a cultura de doutores e bacharéis, Oswald opta por:

«A língua sem arcaísmo, sem erudição. Natural e neológica.  
A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos.  
Como somos.

Não há luta na terra de vocações académicas. Há só fardas.  
Os futuristas e os outros.

Uma única luta – a luta pelo caminho. Dividamos: Poesia de importação. E a Poesia Pau Brasil, de exportação»<sup>74</sup>.

Esta procura da realidade natural brasileira é uma visão que dá ênfase ao modo brasileiro de ser e de falar em contraste com o modo português. Nas palavras de Benedito Nunes:

O ideal do Manifesto da Poesia Pau-Brasil é conciliar a cultura nativa e a cultura intelectual renovada, a *floresta* com a *escola* num composto híbrido do povo brasileiro, e que ajustasse, num balanço espontâneo da própria história, «o melhor de nossa tradição lírica» com «o melhor de nossa demonstração moderna»<sup>75</sup>.

Se a posição de Portugal e a cultura portuguesa são apresentadas através de insinuações na dialéctica oswaldiana, é no *Manifesto Antropófago* que ela emerge mais explicitamente: «Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade»<sup>76</sup>. Apesar do humor e sentido brincalhão, característicos da atitude iconoclasta de Oswald de Andrade, nota-se um processo psicológico, necessário à completa independência da cultura brasileira. A negação e agressão inerentes à psicologia antropófaga, visam a um inimigo, causador de certos males que afligem o espírito nacional:

o aparelhamento colonial político-religioso repressivo sob que se formou a civilização brasileira, a sociedade patriarcal com seus padrões morais de conduta, as suas esperanças messiânicas, a retórica de sua intelectualidade, que imitou a metrópole e se curvou ao estrangeiro, o indianismo como sublimação das frustrações do colonizado, que imitou atitudes do colonizador<sup>77</sup>.

Este antagonismo declarado contra Portugal vem da avaliação vertical feita por Oswald de Andrade sobre o estado da cultura brasileira:

Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses<sup>78</sup>.

A implicação aqui aponta para um estado primitivo e puro que foi corrompido pelo colonizador. Visto como inimigo imperialista, Portugal é «digerido», neste manifesto, da seguinte maneira:

Contra as sublimações antagónicas. Trazidas nas caravelas.  
Contra a verdade dos povos missionários, definida pela  
sagacidade de um antropófago, o Visconde de Cairu:  
– É mentira muitas vezes repetida.

Mas não foram cruzados que vieram. Foram fugitivos de uma civilização que estamos comendo, porque somos fortes e vingativos como o Jabuti <sup>79</sup>.

Num programa literário em que o nacionalismo, em parte, inspira o vanguardismo e vice-versa, é inevitável encontrar a condenação da «velha ordem». Noutra sentença, a imagem negativa de Portugal e da sua cultura é resultado do fenómeno de mudança – uma transformação que incorpora considerações históricas, sociais, políticas, e literárias contra a velha mãe-pátria. Nestas duas obras temos uma visão muito bélica contra Portugal. Mais tarde, em 1944, com *A Arcádia e a Inconfidência*, a sua tese para concurso à Cadeira de Literatura Brasileira na USP, vemos que Oswald ainda mantinha esta perspectiva:

Frei Vicente do Salvador ilustra pitorescamente a ganância metropolitana durante o nosso período colonial, quando diz que arrancando o que podiam do Brasil, os dominadores ensinavam os seus loiros a repetir: Papagaio Real! Para Portugal! Para Portugal! <sup>80</sup>

Este estudo oswaldiano amplia a interpretação histórica e literária da época colonial como o início da expressão nacional. Com esta tese, Oswald de Andrade continua a campanha lançada pelos dois manifestos, e demonstra o nascente sentimento de liberdade contra Portugal:

Oprimidos e tímidos no ambiente de Lisboa e Coimbra, eles caíram na reverência fastidiosa da Arcádia. Tornaram-se Anteus, restituídos à terra natal. Sentiram o Brasil e o exprimiram numa doçura tão nova que, de facto, só por isso mereciam da Metrópole e de seu árcade magistrado a condenação à morte, ao sambenito e ao exílio <sup>81</sup>.

O nascimento de um sentimento nativo traçado na tese de Oswald de Andrade, é recriado mais tarde no *Romanceiro da Inconfidência* (1953) pela poetisa Cecília Meireles, grande admiradora da literatura e cultura portuguesas. Foi Cecília Meireles, após uma visita a Portugal em 1934, quem redescobriu as suas raízes e heranças portuguesas.

E é notável a afinidade que a sua lírica tem com a poesia tradicional portuguesa. Mesmo assim, o *Romanceiro da Inconfidência* representa uma recriação do ambiente mineiro do século XVIII e o seu espírito de libertação do jugo português. A reexaminação da história colonial brasileira é também abordada por Menotti Del Picchia, autor do famoso poema *Juca Mulato* (1917).

Na época do nacionalismo flagrante do *Verde-amarelismo* e do grupo da *Anta*, Menotti Del Picchia, em versos abasileirados, cheios de verve e de *blague*, manifesta no livro *A República dos Estados Unidos do Brasil* (1928) um patriotismo revolucionário, em que a força original do país é elogiada e reproduzida através duma linguagem singularmente brasileira. Esta obra anuncia a grandeza que é o Brasil e reflecte os ditames do *Manifesto do Verde-Amarelismo* (1929):

A Nação é uma resultante de agentes históricos. O índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português...

Temos de aceitar todos esses factores, ou destruir Nacionalidade, pelo estabelecimento de distinções, pelo desmembramento nuclear da ideia que dela formamos.

Como aceitar todos esses factores? Não concedendo predominância a nenhum<sup>82</sup>.

Este Manifesto descreve o fenómeno nacional em termos de fusão, mas uma fusão que reconhece, acima de tudo, o verdadeiro valor da raça original – o tupi.

Aqui o tupi, o símbolo de suprema absorção, representa a suposta falta de preconceitos no povo, uma característica considerada pelo grupo como a alta expressão do ser brasileiro. Dentro deste conceito vê-se como o português é visto:

O tupi significa a ausência de preconceitos. O tapuia é o próprio preconceito em fuga para o sertão. O jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, e o tupi é que havia conquistado para si a religião do jesuíta. O português julgou que o tupi deixaria de existir; e o português transformou-se, e ergueu-se com fisionomia de nação nova contra metrópole: porque o tupi venceu dentro da alma e do sangue do português<sup>83</sup>.

Dentro desta linha, Portugal e a Europa não têm mais domínio cultural no solo brasileiro. Como reafirma o grupo: «Estávamos e estamos fartos da Europa e proclamamos sem cessar a liberdade de acção brasileira»<sup>84</sup>.

Se considerarmos esta imagem «combativa» contra Portugal, produto de várias visões modernistas, como vai ser ela nas palavras da maior figura desta época – Mário de Andrade?

*Mário de Andrade* (1893-1945). Dedicado à «estabilização de uma consciência criadora nacional»<sup>85</sup>, Mário de Andrade não participou do espírito iconoclasta anunciado por Oswald de Andrade. No seu famoso ensaio, «A Escrava que não é Isaura» (1925), em que o poeta dialoga sobre a teoria da criação poética, ele conclui da seguinte maneira:

Mas lá seguimos todos irmanados por um mesmo ideal de aventura e sinceridade, escoteiros da nova Poesia. Não mais irritados! Não mais destruidores! Não mais derribadores de ídolos! Os passadistas não conseguem tirar de nós mais que o dorso da indiferença. O amor *esclarecido* ao passado e o estudo da lição histórica dão-nos a serenidade<sup>86</sup>.

Esta posição, obviamente mais moderada em comparação à de Oswald de Andrade, não consegue, mesmo assim, impedir-se de articular o contraste entre a Europa e a América – um contraste implícito que surge quando o poeta deseja descrever, afirmar e manifestar a singularidade e diferenciação cultural da sua própria nação, *vis-à-vis* os valores culturais de outras, sobretudo as europeias. No caso do Brasil, não é somente Portugal que revela este contraste, pois a Europa inteira, sobretudo a França, Itália e Inglaterra representam civilizações que também influenciaram a orientação cultural brasileira. Nas obras de Mário de Andrade, a revolta contra o ideal europeu emerge indirectamente, através do processo de estabelecer e articular uma «verdadeira» criatividade nacional. A busca da expressão verdadeira e singular implica uma inerente oposição, a qualquer outra maneira de articular esta realidade. Outra que não represente o carácter nacional.

Para Mário de Andrade, o seu herói em *Macunaíma* (1928) manifesta este carácter e também a singularidade brasileira. Apresentado como uma nova forma de encarar e encarnar a realidade nacional, Macunaíma simboliza o fenómeno protéico de mudança: ‘o herói sem nenhum carácter’, então muitos! Assim ele não é o herói tradicional, honrado e valente. É malandro e manhoso no seu carácter, nas suas acções e nas suas metamorfoses. Aliás, mesmo a maneira de apresentá-lo foge das linhas da narrativa tradicional. No conteúdo e na forma, *Macunaíma* significa algo novo e, ao mesmo tempo, questiona as formas antigas de comportamento e moralidade. Isto é exemplificado no capítulo VIII no encontro com a *Portuga*: «Logo topou com uma que fora varina lá na terrinha do compadre chegadinho-chegadinho e inda cheirava no mais! um fartum bem de peixe»<sup>87</sup>. Além da imagem pejorativa e proverbial da portuguesa, encontramos também a imagem típica do português imigrante insinuada num trecho do início do mesmo capítulo: «Assim nasceu a expressão 'Vá tomar banho!' que os Brasileiros empregam se referindo a

certos imigrantes europeus»<sup>88</sup>. Mas aqui estas imagens são utilizadas mais para realçarem o carácter brasileiro que opta pela preguiça e pela irresponsabilidade sexual, em vez de se comportar bem para receber a protecção do Sol, símbolo de um poder que garantirá uma vida maravilhosa. Esta alegoria dá ênfase à perfídia do herói, à sua recusa de «se comportar bem». Tal comportamento resulta na sua perda e prejudica o seu progresso, mas ele não se importa porque prefere seguir o seu próprio rumo.

Quanto à imagem da *portuguesa*, funciona ironicamente na base do proverbial mito cultural e nacional – o rude imigrante português. Sucumbindo a uma figura ordinária como esta varina, o herói opta por uma pobre representante do antigo colonizador e assim sacrifica a glória heróica tradicional. Apesar de não se identificar com este tipo de glória, pois ela implica honradez e castidade, valores sem importância para ele, Macunaíma e a sua ligação com a *Portuguesa* simbolizam, segundo o conceito tradicional europeu, a perda de um melhor futuro para o país e para ele mesmo representante literário do seu país. Em outras palavras, a tradição nacional e o Velho Mundo, metaforicamente evocados pela alta ordem do Sol e a baixa figura da portuguesa, parecem prejudicar a nação brasileira e o «progresso», em termos tradicionais. Visto que Macunaíma/Andrade aspira a outro sistema cultural, o incidente serve para ilustrar e justificar uma nova maneira de ser. Por isso, a figura do português aqui não escapa à sua imagem historicamente pejorativa. No contexto modernista esta imagem era inevitável: «A oposição entre a América jovem e em ascensão e a Europa velha e em declínio, é um dos temas do modernismo»<sup>89</sup>. Esta implícita oposição dialecticamente se impõe no epílogo de *Macunaíma* quando o narrador/Andrade se refere à «fala mansa, muito nova, muito!»<sup>90</sup> e diz orgulhosamente: «...botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente»<sup>91</sup>. Apesar de não basear a figura do seu herói na oposição entre o Brasil e a Europa, o contraste é inegável. Sendo Portugal parte do Velho Mundo que não «entende» o Novo, a velha mãe-pátria não vai compreender a independência cultural do Brasil porque, na figura de Macunaíma, o país é uma combinação de elementos desconhecidos – «das frutas desconhecidas do mato»<sup>92</sup> – que resulta em algo novo. Posto que existia uma perspectiva antagónica perante Portugal e a Europa, *Macunaíma* valoriza-se pelo facto da obra ser uma *síntese* de características nacionais, i.e., uma realidade *sui-generis*. Assim, não é meramente uma nação «não-dependente» de Portugal e da Europa; mas sim uma nação cuja existência «depende» da sua própria realidade – a brasileira. Desta forma, *Macunaíma* e seu autor manifestam uma visão brasileira caracteristicamente original e nacional, onde o conceito do luso-brasilerismo jamais entraria.

No seu estudo sobre o Modernismo, Arnaldo Saraiva alude também ao clima geral pouco apropriado para uma aproximação duradoura entre as duas culturas, sobretudo quando se leva em conta que, naquela altura, o Brasil se esforçava, cultural e literariamente, por abraçar-se o máximo possível.

Mas durante a mesma década surgiu outra voz que disputara esta visão em termos do papel do português. Esta voz é de Gilberto Freyre que, através da sociologia histórica, atribuiu grande importância ao contributo português. A fim de «desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste, já tão claramente caracterizado na sua condição geográfica e evolução histórica»<sup>93</sup>, o Centro Regionalista é fundado em 1926 com a participação dinâmica de Gilberto Freyre. Como primeiros frutos desta actividade vê-se o começo dos estudos sociológicos sobre a região, e também o início de um movimento literário conhecido como o Regionalismo. Enquanto Freyre desenvolve o seu próprio programa no campo sociológico, escritores como José Lins do Rego e Graciliano Ramos representam o Nordeste na prosa.

#### GILBERTO FREYRE E A «DÍVIDA AOS PORTUGUESES»

No Manifesto Regional, lido em 1926 no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo na cidade do Recife (e só publicado pela primeira vez em 1952), Gilberto Freyre intitulou o capítulo XII, «Dívida dos portugueses». Com esse declarado reconhecimento do contributo luso no Brasil, verifica-se um dos primeiros exemplos da sua tese sobre o «luso-tropicalismo», elaborada mais tarde em obras como *Casa-Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *O Mundo que o Português Criou* (1940) e *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958), entre outras. A teoria de Gilberto Freyre aponta para a contribuição portuguesa como a maior influência cultural sobre a formação da sociedade brasileira, frisando a plasticidade do colonizador como factor capital no desenvolvimento da sociedade. Sublinhando as «raízes libidinosas» da herança portuguesa dentro da cultura brasileira, e o modelo do sistema regional e patriarcal do Nordeste como base da formação nacional, Freyre iniciou uma polémica que continua até época recente (ver Sérgio Buarque de Hollanda, «Sociedade Patriarcal» em *Tentativas de Mitologia* (São Paulo, 1979). Do nosso ponto de vista, o papel de Freyre é importante porque ressuscita e dá grande fôlego ao conceito de «luso-brasileirismo», promovendo a ideia de uma comunidade cultural de grandes afinidades. É desnecessário dizer que o reconhecimento sociológico da contribuição portuguesa para a civilização brasileira, elaborado por Freyre, satisfez muitos luso-brasileiros em Portugal, como Jaime Cortesão. Este, por exemplo, apresenta mais tarde o conceito da

«Ilha Brasil» em que denominou a expansão territorial portuguesa «intencional», com implicações de grande sistematização na colonização do Brasil. As controvérsias e polémicas à volta destas teorias continuam a ser assuntos para a sociologia, a filosofia e a história intelectual e cultural. Aqui interessa-nos ver como estas teorias e a imagem dos portugueses surgem na literatura, i.e., na ficção da época. Se considerarmos a atenção prestada às teorias sociológicas de Freyre no decorrer das três décadas após 1933, veremos que, à primeira vista, a sua apresentação na literatura de ficção é relativamente pequena. E mesmo nos casos em que aparecem personagens ou figuras portuguesas vemos, de uma forma ou outra, a repetição do mito cultural do imigrante rude cujo perfil fora traçado desde o século XIX. Examinaremos alguns escritores desta fase regionalista, para melhor definir a sua imagem *vis-à-vis* o fenómeno do luso-brasileirismo. Depois, para actualizar a representação desta imagem do português na literatura brasileira mais recente, i.e., nos últimos vinte anos, escolheremos alguns exemplos para avaliar a evolução da imagem e, conseqüentemente, chegar a uma conclusão sobre a atitude mais generalizada perante o papel do português na cultura brasileira actual.

*José Lins do Rego* (1901-1957). De todos os escritores regionalistas, é José Lins do Rego que nos dá um dos mais desenvolvidos retratos de uma figura portuguesa na sociedade brasileira do século XX. Este retrato dum protagonista português aparece no seu romance, *O Moleque Ricardo* (1935), história dum rapaz negro que foge duma plantação de açúcar para melhorar a sua existência na cidade do Recife, onde descobre trabalho numa padaria, que pertence ao português Alexandre. A fim de contrastar a vida dura da cidade com a vida mais «idílica» da roça (pelo menos do ponto de vista do narrador e do moleque), Lins do Rego escolheu o padeiro português como um dos representantes da injustiça da vida urbana. Por meio da narrativa de terceira pessoa, o leitor conhece Alexandre focalizado do ponto de vista de Ricardo e dos outros personagens. De todos recebemos a mesma imagem proverbial do português – um comerciante gordo, cornudo, sensual, ávido, cuja paixão por dinheiro é apenas ultrapassada por uma outra – a mulata Joseja.

Quando o narrador começa a descrever Alexandre, frases como as marcas que se segue revelam as negativas de sua caracterização: «Seu Alexandre podia discutir, dormira bem, roncara como um porco a noite inteira»<sup>94</sup>. Estas características animais fazem parte das acções e do perfil geral de Alexandre: «Seu Alexandre amava, amava com todo peso do seu corpo. Os seus noventa quilos pediam a luxúria que a mulata tinha de sobra

para elle»<sup>95</sup>. Desta forma, Alexandre é retratado como um grande porco gordo, no acto de fazer amor. A partir deste retrato, torna-se visível o ressurgimento da imagem degradante do português. Além disso, o uso frequente de alcunhas como *portuga*, *galego* e *mondrongo* realçam a imagem pejorativa do carácter de Alexandre. Ao longo do romance, os portugueses são referidos como seres cruéis ou, às vezes, bichos insensíveis. Na sua rede, ouvindo os padeiros portugueses a cantarem os seus fados melancólicos, Ricardo acha difícil conciliar a sensibilidade musical com a aparência rude destes homens:

Depois ó fado do gallego enchia tudo de nostalgia. Daquelle peito cabeludo brotava uma música de entristecer, um canto de penado, de infeliz. Aquilo era mentira ou era saudade mesmo? Um bicho tão forte, de toitiço de boi, com aquelle lamento de quem perdeu a esperança, o amor, a terra <sup>96</sup>.

Aqui Ricardo falha na sua avaliação da sensibilidade portuguesa, porque apenas contacta com imigrantes pouco educados, ambiciosos e estranhos aos seus olhos.

Quando descreve a vida diária dos personagens portugueses, o narrador graceja com tanto sarcasmo que acaba na caricatura. Por exemplo, enquanto Alexandre passa algum tempo com a sua mulata, a descrição da devoção de sua esposa é, na essência, um *tour de force* de sátira dirigida a todos os portugueses:

Então quando ella via o marido alisando os bigodes, olhando a cara gorda no espelho, D. Izabel se pegava com o Senhor dos Navegantes para que o Alexandre voltasse são e salvo da sua aventura. Que o Alexandre esperneasse por cima da mulata até quando bem quizesse mas que voltasse para dormir com ella. Ella não podia passar sem aquelle corpão estendido na cama, roncando como um porco maduro para o talho. Ficava no seu cantinho, na cama larga, na velha cama dos seus antigos prazeres. O marido tomava quase tudo. D. Izabel só podia dormir assim, vendo aquelle mundo de carne por perto <sup>97</sup>.

O uso repetido de porco em relação a Alexandre, cria na mente do leitor a imagem repugnante dum animal glutão. Ao mesmo tempo, o autor ridiculariza todos os portugueses porque o seu comportamento libidinoso faz lembrar a famosa luxúria dos colonizadores portugueses no Brasil.

O interesse português na mulata é agora proverbial e Lins do Rego dá ênfase a esta propensão portuguesa, aludindo a outro português, António, um laborioso padeiro que também mantém a sua própria mulata. As relações entre os portugueses e as beldades morenas mencionadas aqui, e

anteriormente em Aluísio Azevedo, manifestam e ilustram bem os comentários sociológicos feitos por Freyre – i.e., que o homem português, se não inerentemente predisposto à mistura racial, revela porém forte atracção sexual pela mulata. Além do mais, António serve como exemplo do ambicioso trabalhador imigrante, que acumula uma pequena fortuna e decide estabelecer-se por conta própria. Em resumo, na descrição desses portugueses, Lins do Rego tece realmente umas considerações implícitas sobre esta colónia imigrante no Brasil, precisamente como Aluísio Azevedo fez nos seus romances. Com Alexandre temos a representação do imigrante português, este sem desejo de voltar a Portugal, já que a sua existência no Brasil é confortável e lucrativa.

Apesar de Alexandre não cometer qualquer crime contra Ricardo, acaba por apresentar-se como o vilão aos olhos do herói, assim como na mente de outros personagens. Do ponto de vista de Ricardo, Alexandre é o pobre substituto do seu patrão na roça, Zé Paulino. O romance insiste na comparação entre o Ricardo dos seus velhos tempos, no ambiente da casa-grande, e a sua empobrecida existência no Recife, onde chegou com esperança de melhorar sua vida. Alexandre, personificando a dureza da vida na cidade, representa um vivo contraste com a dignidade manifestada pela figura romântica do Zé Paulino. A natureza cruel, quase bárbara de Alexandre, conjuntamente com sua inveterada avareza, servem para explicar a aversão de Ricardo a este padeiro-chefe, embora este português não tenha feito qualquer mal físico ao rapaz. Alexandre representa oportunismo e riqueza, no meio da pobreza e injustiça social, à qual seus empregados estão sujeitos. Evidentemente, este enredo serve para lançar a crítica social engendrada pelo autor. O ódio a Alexandre vai crescendo em Ricardo, à medida que vê o patrão fechar os olhos ao sofrimento em seu redor: «Fazia raiva um homem assim como o patrão. Só dava importância mesmo às coisas delle. Operário valia para ele como boi de carro»<sup>98</sup>. A Alexandre falta a natureza generosa e paternal do antigo patrão brasileiro, Zé Paulino. A sua indiferença à miséria dos trabalhadores, acaba enfim por fazer Ricardo participar numa greve que o leva à prisão.

Ao longo do romance, Alexandre é ridicularizado, difamado, e em geral visto como besta desumana. Para juntar insulto à injúria, Lins do Rego faz dele o amante cornudo, o palhaço que é referido desta maneira: «O gallego está com um par de chifre [sic] que não tem tamanho...»<sup>99</sup>. Este estado de coisas é o cume de mofa para qualquer homem, especialmente para um machão. Assim Alexandre emerge aqui como um culpado vergonhoso, objecto do desdém e hostilidade dos brasileiros. Com a caracterização de Alexandre, Lins do Rego explorou a imagem típica do português para seu fins

literários, e de acordo com a sua ideologia socialista. Visto pelos brasileiros como um voraz palhaço que inspira ressentimentos mordazes, o português aqui projectado continua a servir, em parte, como explicação dos males sociais no Brasil.

De Lins do Rego até à década de 60, as personagens portuguesas nos romances brasileiros são escassas. Quando aparecem, são tratadas com brevidade, mas mesmo assim permanecem fiéis à pintura geral e pejorativa criada pela maioria dos escritores brasileiros. É o caso de Graciliano Ramos (1892-1953) na sua obra, *Angústia* (1936), onde uma figura portuguesa é retratada como o proprietário repugnante dum bar sujo. Visto através do cérebro pervertido do personagem principal, este *galego* torna-se ainda menos atractivo: «E o fregemoscas fedorento, as toalhas cobertas de nódoas de vinho, bóia nauseabunda, o gallego, de tamancos, sujo, cantando. Com semelhantes recordações, quem pensa em mulheres?»<sup>100</sup>. De novo temos os tamancos e a alcunha, ambos parte da caricatura usualmente desenhada nas letras brasileiras.

Para ilustrar a continuação desta imagem pejorativa, o chocante diário sensacional de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo* (1960), serve-nos como bom exemplo. Aqui entre as misérias da favela, os lusitanos são constantemente amaldiçoados. A autora expressa a sua antipatia pelos portugueses desta forma:

Quando cheguei na favela tinha um português vendendo muito de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com português. Eles não tem educação. São obcenos, pornograficos e estupidos. Quando procura uma preta é pensando explorá-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros <sup>101</sup>.

Noutros livros, os portugueses são descritos como os mais desapiedados homens de negócios, criaturas rudes, cuja sensualidade os leva a procurar e explorar mulatas brasileiras.

Antes de fazer referência à literatura mais recente e à imagem literária desenvolvida por alguns autores, como Jorge Amado e Herberto Sales, é necessário e altamente pertinente examinar o folclore popular para compará-lo à imagem apresentada na ficção. Como expressão popular, não há dúvida que o género da famosa «piada» sobre portugueses e brasileiros é uma válida representação folclórica (e talvez a melhor) deste fenómeno cultural. Pela sua natureza, a «piada» exemplifica, através do seu uso no dia-a-dia luso-brasileiro, a manifestação mais popular da imagem literária aqui estudada. Do ponto de vista popular, existem outros géneros a servirem como fontes de pesquisa

sobre a imagem recíproca. Obviamente, estes seriam a telenovela, a «crónica» e a «literatura de cordel». Crónicas de Raquel de Queirós e Rubem Braga por exemplo oferecem material fecundo para outros estudos. Aqui, escolhemos a «piada» justamente por causa do seu implícito carácter arquetípico, mitológico, satirizante e ubíquo.

## A PIADA E OUTRAS ANEDOTAS DE HUMOR

O lado cómico da recíproca imagem luso-brasileira pode ser observado através de humorísticas piadas e anedotas, criadas por portugueses e brasileiros que manifestam seu talento satírico inventando maneiras de se ridicularizarem uns aos outros. No Brasil, coloquialmente chamam-se *piadas*, e em Portugal usualmente *anedotas*. Este mútuo exercício difamatório é praticado pela maioria dos portugueses e brasileiros, cada um tendo um repertório abundante de *piadas* ou *anedotas* que possam ser ditas a pedido. Aqui vai uma brasileira sobre o português:

- Um português telefona para a TAP:  
– Por favor, quanto tempo leva um avião para Lisboa?  
– Um minuto...  
– Obrigado – e desligou <sup>102</sup>.

E outra da época do terrorismo e do sufoco (1968-69) no Brasil:

- Sabe por que ontem dinamitaram os canais 7 e 5 da Televisão Paulista? Não sabe? Pois, parece que os terroristas brasileiros empregaram um português para dinamitar o canal 12, mas quando ele não conseguiu encontrá-lo, dinamitou os canais 7 e 5.

Anedotas como essas são inofensivas mas sempre frisam a estupidez do português, representante dum elemento da imigração no Brasil que se opõe dramaticamente ao carácter ou génio nacional brasileiro. Anedotas étnicas são universais e surgem prolificamente naqueles grandes países com uma história de imigração. O Brasil e – os Estados Unidos são belos exemplos de terras recebendo milhões de pessoas oriundas doutros países, que contribuem para os supostos *melting pots* do Novo Mundo. No Brasil, porém, as alegres e por vezes malevolentes piadas, acerca dos portugueses excedem numericamente todas as outras em humor e imaginação. Um exemplo da superioridade numérica das piadas dizendo respeito aos portugueses, pode ser nas seguintes

expressões, usadas por todos os brasileiros, seja qual for a origem étnica. Quando a vida anda bem, é corrente ouvir-se da boca dos brasileiros: «Deus é brasileiro!» Mas quando o infortúnio chega, eles dizem: «Deus é português». Este último dizer sugere a tristeza e o masoquismo relacionados com o espírito português, mas, ao mesmo tempo, é indicativo da impressão humorística, porém negativa, que muitos brasileiros têm acerca dos portugueses. Por outro lado, os portugueses também são senhores duma quantidade competitiva de anedotas. Como exemplo de uma anedota portuguesa sobre o brasileiro e, além disto como ilustração deste passatempo praticado por «todos» – mesmo os mais esclarecidos – aqui vai uma narrada por Jorge de Sena. Contada como verídica e apresentada como um dos belos exemplos do jogo onomástico praticado pelos novos-ricos no Brasil, esta anedota vem da sua colecção de ensaios, *O Reino da Estupidez II* (1978):

E foi assim que, uma vez, em São Paulo, uma senhora 100 % brasileira estava a contratar uma criada, ou empregada como já então se dizia no Brasil aonde a mudança de nome não significava nenhuma mudança de *status* social ou segurança no trabalho, e conversa vai conversa vem, acordavam o preço etc. E foi quando a dita senhora – daquelas super-grã-finas de São Paulo, ricas, fundadoras do Brasil, quatrocentonas em suma – perguntou à «empregada» pelo nome dela. Não era possível, não ouvira bem, tremeu. E pediu à pobre mocinha que repetisse melhor o nome. Ela, num cândido sorriso, repetiu: – Sífilis –. Ante o aristocrático pasmo enojado da grande dama, ela explicou: – Quando meu pai estava para se casar e andava muito doente ele foi no médico e o médico disse para ele o diagnóstico é sífilis mas eu ponho você bom para o casamento e meu pai fez promessa à Senhora Aparecida que, se tivesse filha, depois de bom e casado, a filha se chamava Sífilis –. A senhora ficou ainda mais sem fala, mas ainda faltava mais – com um novo sorriso a moça acrescentou: – E meu irmão se chama Diagnóstico <sup>104</sup>.

Depois de contada a anedota, Jorge de Sena acrescentou: «Esta história é autêntica, não uma piada inventada» <sup>105</sup>. Inventada ou não, ela exemplifica o humor português perante o carácter brasileiro aparente em muitas piadas deste género. Aqui a sátira cai em cima do brasileiro com a sua mania de ser grã-fino, ou de melhorar o seu *status* através da escolha de um nome especial. A crítica dirige-se contra os diversos nomes brasileiros que não fazem parte da tradição lusa ou latina.

Incluimos agora alguns exemplos da piada brasileira para ilustrar como tais gracejos mostram, por um lado, uma imagem divertida dos dois povos, e por outro, revelam aspectos significativos da recíproca imagem luso-brasileira.

Ainda que isto seja feito com espírito parodiante, percebe-se através do ridículo das piadas e anedotas um denominador comum de crítica.

Como já se tem notado, no caso brasileiro, a sua imagem dos portugueses é geralmente esboçada em piadas deste teor:

Notícias acerca da magnífica bomba atômica inventada pelos portugueses apanhou o mundo de surpresa. Parece ser a mais cara e poderosa bomba jamais feita pelo ser humano. Acontece, porém, que numa reunião militar, os generais portugueses não chegavam a qualquer decisão quanto ao lançamento da bomba. Discutiu-se ser Barcelona o alvo ideal. Um general português ripostou que uma bomba tão extravagante e estupenda era mal empregada perder-se em Barcelona. Adiantou que se havia alguma cidade merecedora duma bomba tão maravilhosa, era decididamente Lisboa! <sup>106</sup>

Outra:

Já ouviste falar naquele português que foi a uma consulta dum médico brasileiro?

Quando o médico lhe perguntou qual o seu problema, o portuguesinho Manuel responde:

– Dr., tenho uma dor terrível no meu olho direito. Dói que é uma desgraça!

– Quando é que a dor apareceu?

– Bem, é muito estranho. Acontece sempre que bebo um cafezinho.

– Diz-me, Manuel, se antes de beberes, já alguma vez te lembraste de tirares a colher da xícara <sup>107</sup>.

Estas duas piadas dizem-nos do humor brasileiro, tendo por alvo os portugueses. Nos dois casos, a piada pretende realçar a estupidez dos portugueses. O primeiro graceja sobre o obsessivo orgulho nacional dos lusitanos, que os leva a dizer baboseiras como aquela; a segunda ridiculariza o humilde imigrante português, sempre chamado Manuel. Aqui os portugueses são simplórios, apenas *burros*, revelando a sua ignorância a cada passo. Uma vez que a emigração é o maior elo entre os dois países, não é surpresa que os portugueses sejam vistos desta maneira, por ser o deseducado e apagado emigrante que representa o seu país no além-mar.

Colecionando estas piadas do quotidiano e também procurando-as nas publicações do *Pasquim* no Brasil, pode dizer-se, sem exagero, que tais chistes acerca dos portugueses escarnecem a sua inteligência, na maior parte dos casos pela via do emigrante e, em geral, mofam de todos os aspectos do estilo da vida portuguesa. Ao categorizar a nossa colecção de piadas, descobrimos que

setenta e cinco por cento pintam os portugueses como estúpidos e rudes *parvenus*, e as restantes zombam da sua cobiça sexual e financeira, criticando ao mesmo tempo o seu carácter chauvinista e provinciano. No contar destas piadas, os brasileiros revelam um tom de vingança, sobretudo com as anedotas que, no espírito malandro do latino, provocam a susceptibilidade machista e sempre esboçam um perfil do português como «cornudo» de primeira ordem:

O português veio para o Brasil, deixou na terrinha a sua mulher.

Anos depois mandou buscá-la. Na noite em que os dois se encontraram, mortos de saudade, começaram a conversar. E ele disse:

– Como é Maria, você manteve o pacto de fidelidade que nós fizemos? Quero saber, Maria, porque eu cumpri. Eu fui cem por cento com você, Maria. Imagine aqui nesta terra quente, cheia de mulatas tão bonitas, eu fiquei firme, Maria. Às vezes, ficava que ia morrer de desespero. Aí, não aguentava, pegava uma mulata, levava pra casa. Ah, Maria, quantas vezes isso aconteceu. Aí, na hora, na hora agá, Maria, eu me lembrava de você e cheio de lágrimas nos olhos, saía de cima, Maria. E você, Maria, como é que foi?

E a Maria explicou:

– Bem, Manuel, você sabe... sair de baixo é muito mais difícil <sup>108</sup>.

As imagens históricas dos dois países têm mudado nestes últimos dois séculos, reflectindo um Brasil grande e poderoso e um Portugal pequeno e vulnerável. Por isso, nota-se nestas piadas um orgulho cultural da parte dos brasileiros, até, dir-se-ia, uma autodefesa da sua civilização tropical. Esta posição ou atitude poderia ainda mascarar uma falta de confiança cultural vis-à-vis a augusta cultura europeia da antiga Mãe-Pátria. Por outro lado, a recente emigração brasileira para Portugal, por razões económicas, talvez contribua para fortalecer ainda mais esta atitude. Indubitavelmente, a presença ubíqua no Brasil de imigrantes portugueses, «pouco sofisticados», estimula indirectamente o sentido brasileiro de orgulho nacional, especialmente concernente à questão do valor da cultura brasileira e à sua brasilidade singular. Um exemplo desta atitude revela-se na seguinte anedota que centraliza o seu humor sobre a diferença entre os sotaques dos dois países:

Ele chegou ao Brasil e um ano depois mandou buscar a mulher. A Maria chegou, deu umas voltas pela cidade e voltou desesperada para casa: «Manoel, vamos embora. Dei uma voltinha por aí e não entendi uma só palavra do que esta gente diz.»

Mas o Manuel consolou a Maria:  
– Até que eles 'stão melhorando, m'a filha. Tu precisavas  
ver como falavam quando eu ch'guei! <sup>109</sup>

A seguir damos o outro lado, i.e., o exemplo duma anedota portuguesa satirizando os brasileiros. Embora dum ponto de vista diferente, as anedotas contadas pelos portugueses também revelam um tom malicioso:

Quando um importante militar brasileiro fez uma visita oficial a Portugal, ficou impressionado com o discurso dum general português, usando as cores da bandeira portuguesa para inculcar patriotismo nos seus homens.

– O verde representa a esperança e o futuro da nação, e o vermelho o sangue dos soldados e heróis, vertidos para a grande glória de Portugal.

Quando o brasileiro voltou ao seu país, foi solicitado para fazer um discurso ao exército. Recordando-se das palavras do general português, disse:

– O verde na nossa bandeira representa a esperança da nação, e o amarelo, se fosse vermelho, representaria o sangue <sup>110</sup>.

Nesta anedota os portugueses estão troçando dos brasileiros, pela sua tentativa de atribuir dignidade à sua jovem nação, copiando a heróica tradição de Portugal. Os brasileiros são vistos pelos portugueses como um Novo Mundo adolescente, sem herança valiosa ou cultura própria. Esta imagem frequente na anedota portuguesa coincide com a atitude «snob» e arrogante do velho Portugal, e com a sua relutância em conceder ao Brasil suficiente reconhecimento cultural. Outras anedotas caracterizam os brasileiros como preguiçoso, espalhafatosos, ostentosos e manhosos.

A piada e a anedota são uma nota alegre da recíproca imagem luso-brasileira. Revelam, contudo, que sob o humor e frivolidade também existe certa dose de ressentimento luso-brasileiro. Além disso, a prática quotidiana do chiste leva-nos a acreditar que talvez seja uma forma de hostilidade, ou simples sintoma da prática de «fazer sacanagem». Seja o que for, as anedotas estão sempre presentes nas sociedades contemporâneas, em ambos os países.

Esta última anedota, outra brasileira, talvez caracterize melhor o espírito cultural e fraterno entre os dois países. Aqui vê-se a crítica proverbial do português e o seu exagerado sentido histórico. Ao mesmo tempo, e enquanto estão a culpar os portugueses pela sua falta de progresso, os brasileiros revelam a capacidade de rir-se de sua própria situação de país em fase de desenvolvimento:

Mas o país só foi *fundado* mesmo no dia 26 deste mesmo mês. D. Henrique Soares de Coimbra mandou armar um altar no meio do mato e celebrou a missa da fundação do Brasil. Juntou ali, portugueses e índios e na hora do sermão falou que, naquele momento, Portugal fundava um país enorme, que ia crescer, progredir, etc. etc. e etc.

É só a gente imaginar o quadro: todo mundo ali, prestando a maior atenção na missa e, cá na frente, no primeiro plano, com um ar altamente preocupado, um velho cacique balançando a cabeça e dizendo baixinho:

– Não vai dar certo... não vai dar certo <sup>111</sup>.

## A IMAGEM RECENTE

Ao longo deste estudo temos observado a predominância duma recíproca imagem pejorativa, entre brasileiros e lusos. Do ponto de vista brasileiro, também temos notado como esta visão acompanha o desenvolvimento do espírito nacionalista no Brasil, produzindo inevitavelmente um antilusismo constante, manifestado geralmente na literatura através da figura do *portuga* imigrante. A concluir o nosso estudo, resta-nos saber se essa imagem tem mudado muito nos últimos anos. A nossa investigação continua a centrar-se na perspectiva histórica e literária, com o propósito de avaliar a imagem recente pela via comparativa com a imagem do passado. Quanto à atitude brasileira, depois de mais de cento e sessenta anos de independência, desenvolvimento e amadurecimento cultural, seria esclarecedor examinar o retrato contemporâneo do português em algumas narrativas de romancistas no Brasil.

No campo popular, já vimos que a piada, pela sua natureza intrínseca, promove com alacridade uma imagem sarcástica e mofadora, atestando a presença contínua de uma tensão cultural, apesar de existir entre milhares de indivíduos portugueses e brasileiros um elo forte de amizade, respeito e apreço. Mas este estudo tem-se dirigido mais à literatura, onde o drama humano e, sobretudo, o choque de conflitos têm frequentemente demonstrado as complexidades, contradições e perplexidades do destino dos homens. Como espelho psicológico e consciência social, a literatura exerce uma função chave na descrição íntima da alma humana e, deste prisma, serve para auxiliar o leitor a atingir uma melhor percepção sobre a motivação oculta em certos conceitos e atitudes. Neste sentido, uma breve apresentação de algumas obras de certos escritores contemporâneos talvez possa esclarecer o tratamento desta imagem na literatura brasileira e, sobretudo, nos fornecer uma nítida ideia da sua expressão actual.

Na nossa discussão, estarão presentes principalmente três escritores – Adonias Filho, Herberto Sales e Jorge Amado. Considerado um clássico, Jorge Amado, tem no decorrer da sua carreira, numerosos exemplos de personagens portugueses que nos ajudarão a obter uma perspectiva mais ampla desta figura na sua obra. No caso dos outros dois, temos autores já estabelecidos com certo reconhecimento internacional, visto que existem traduções das suas obras. É importante assinalar que não vamos frisar os méritos formais e literários das obras destes escritores. Interessa-nos mais a temática, no que disser respeito ao tratamento e à apresentação de figuras e costumes portugueses.

*Adonias Filho* (1915 n.). Romancista e contista muito conhecido pela sua empatia com a terra baiana, sobretudo a região cacauceira de Ilhéus, Adonias Filho é autor de uma literatura frequentemente associada ao aspecto telúrico, desenvolvido pelos regionalistas brasileiros. Com uma dose marcante de violência e tragédia clássica, as suas obras desenrolam-se sob uma tensão e intensidade dramática que sempre impressionaram os seus leitores. De todas as suas obras *Luanda Beira Bahia* (1971), pelo enredo, caracterização e foco luso-africano-brasileiro, é a que tem mais relevância para o nosso estudo. Inspirado na realidade da África Portuguesa, este romance foi escrito depois da participação de Adonias Filho, a convite do governo português, no Segundo Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa em 1967. Nota-se pela dedicatória do livro que esta narrativa tem um tom luso-brasileiro; pois, entre os cinco nomes citados, destacam-se Ferreira de Castro, Fernando Namora e Adriano Moreira, este último sendo a força motora dos Congressos de Comunidades Lusas no Mundo. Aliás o livro em si evoca o espírito da expansão aventureira portuguesa e a eterna atracção que os portugueses têm pelo mar. O viajar constante para outras terras, característica étnica do espírito luso, é o fio narrativo desta história que acontece em vários cenários entre Bahia, Angola e Moçambique. O tratamento moderno do velho tema, porém, sublinha não somente a sedução lusa pelo mar, mas também o verdadeiro impulso actual desta propensão marítima – dinheiro a sair da sua própria terra, onde já não consegue melhorar o nível de vida. Assim, a experiência portuguesa é categorizada como um constante «viver fora», uma existência em outras terras. Esta situação, como temática literária, é simbolizada por um personagem na periferia do drama central. O seguinte episódio ilustra bem este dilema português:

O Foguista era o homem errado no cargueiro. Português de Cintra, alto e largo de peito, vermelhão na cara, não se entendia

porque era um embarcadiço. Tinha algumas plantas junto ao beliche, num canteiro de madeira, que cuidava como um filho. Molhava-as todos os dias, revolvía a terra com os dedos e, nos instantes de folga, levava-as para o sol e o ar puro na coberta. Caúla o observava sem compreender porque um tipo assim, que trabalhava na fornalha, se fazia tão meigo para cuidar das plantas. Aproximou-se (sic) uma vez e, vendo-o, o Foguista disse:

– É terra – e repetiu. – Terra de Portugal. Os dedos na terra, talvez a acariciasse, ele vivia assim entre o fogo das caldeiras e a terra do canteiro. Caúlo chegou mais perto e, tangido pela curiosidade ou o que fosse, teve que perguntar:

– E porque o senhor é um marinheiro se gosta das plantas?

– A gente ganha mais no navio.

E explicou, o semblante um pouco triste, a voz dura:

– Tenho minha granja e minha casa. Isso é verdade.

Sem o dinheiro do navio, porém, já tinha perdido tudo <sup>112</sup>.

Esta cena sintetiza o drama comum a muitos imigrantes portugueses, mas ao mesmo tempo descreve com admirável sensibilidade o percurso duro seguido por estes homens do mar. Porém, com os personagens principais, o brasileiro João Joanes (o Sardento) e seu filho Caúlo, notamos um tratamento mais romântico, quase lírico, ligando-os à venerada tradição marítima portuguesa:

Aqueles navios, porém, levavam os homens sem que ninguém os prendesse. Tinham que ir e iam como enfeitiçados. O resto do sangue português, talvez, cedo fervendo nas areias do Pontal e dentro das cabanas dos pescadores. Já meninos, remando nas canoas, pescadores depois nas jangadas e em pequenos barcos, marinheiros finalmente que rodavam todos os oceanos. O Sardento, agora, era um deles <sup>113</sup>.

Imbuída da experiência lusa, a história desta família brasileira se desenrola à volta da figura do pai, o marinheiro João Joanes. A sua ascendência portuguesa é sugerida via referências deste género:

«Os pescadores, porém, falavam dele com respeito, um marujo nascido, descobridor seria nos tempos das caravelas.» <sup>114</sup> Com esta caracterização temos um personagem evocativamente luso-brasileiro, produto de duas culturas.

O drama desta família contrabalança-se com a biografia de uma outra na África Portuguesa. A génese da família africana provém da relação amorosa entre o forte aventureiro louro, Manuel Sete, e uma negra de luxo. Do ponto de vista retrospectivo, da mãe e da filha, temos o retrato de um herói em tons épicos: «Manuel Sete, aquele português, entrara na aldeia dos lavradores

negros para lutar como um homem.»<sup>115</sup> O perfil de Manuel Sete continua a identificar-se com um homem excepcional e valente:

Um branco de Portugal, desertor do mar, musculoso o peito, a barba negra, os cabelos nos ombros... Não era como branco ou caçador algum que já houvesse passado pela aldeia. Homem diferente, os braços fortes, as mãos pesadas, a voz grossa e dura como o som de um tambor, a puíta que alegrava a aldeia nas noites de *massemba*<sup>116</sup>.

É curioso notar que, embora exista aqui a representação da situação proverbial e histórica da miscigenação (neste caso, a ligação entre o português branco e a mulher negra), o retrato do português e da sua experiência ultramarina são liricamente apresentados, sugerindo todo o mistério e a grandeza da expansão marítima: «O pai fora marinheiro, saíra de Portugal, era o sangue dele que me apresentava ao mar»<sup>117</sup>. Desta maneira, a tradição lusa invade terras e continentes, permanecendo nos seres tocados por ela: «Era como se já conhecesse o mar. O Sangue salgado, herança do pai, explicava o amor que por ele sentia»<sup>118</sup>.

Esta obra brasileira, em certa medida é um louvor ao espírito aventureiro dos portugueses e à marca destes nas várias terras que eles povoaram. Ainda que a história termine numa tragédia, provocada pela união incestuosa destas duas famílias, a ênfase está no aspecto fatalista do drama, remanescente do estado inalterável de conflito, encontrado em muitas peças gregas de tragédia clássica. Ao mesmo tempo, o fatalismo aqui dramatizado também se identifica com o sentimento de *fado* e de destino, caracteristicamente representativo do *ethos* português.

*Luanda Beira Bahia* representa então uma tentativa de reproduzir a presença ubíqua da cultura lusa em tons poéticos por via de uma narrativa metaforicamente sugestiva, onde os símbolos mar, destino, aventura e viagem ressuscitam imagens de uma civilização velha e rica cujos vestígios permanecem nas veias dos seus descendentes. É óbvio que esta imagem difere do protótipo geralmente encontrado na literatura brasileira moderna. Apesar do tratamento das famigeradas circunstâncias histórico-culturais entre o português branco e a mulher negra, a dimensão poética desta obra revela uma certa admiração pela experiência lusa e também um esforço para transmiti-la epicamente numa obra de ficção moderna. No seu enredo, este romance evoca muito os temas luso-tropicais de Gilberto Freyre, e serve como bom exemplo da sua continuação entre alguns intelectuais brasileiros.

*Herberto Sales* (1917 n.). Romancista e contista, Sales é autor de uma obra diversificada. Com várias edições portuguesas de seus livros, Sales é também reconhecido no exterior através de traduções em romeno, alemão, inglês e japonês. Seus livros compõem-se de narrativas da vida rural e da cena urbana, inclusive algumas publicações mais recentes, onde a relação memória/ficção tem engendrado romances de expressão memorialista e histórica. Esta é a situação da sua obra, *Os Pareceres do Tempo* (1948), uma narrativa com certo sabor quinhentista, semelhante às crônicas de Fernão Lopes. Esta biografia romanceada de um parente, fundador, pelo lado materno, da família do autor, retrata a realidade bruta da colonização portuguesa no Brasil. Percorrido por uma sátira corrosiva, o livro questiona, segundo Francis de Barras, a presença colonial portuguesa nos seguintes termos: «colonização ou saque?» e «crua – pragmática? – missão colonizadora.»<sup>119</sup> Com esta apresentação, o leitor prepara-se para uma implacável crítica histórica e social ao comportamento português perante a realidade escravocrata e a população indígena. Narrado num estilo documental, o drama relata as peripécias de um colonizador português, António José Pedro Policarpo Golfão, e a fundação da região de Cuida d'Água, a área de uma sesmaria, que lhe fora doada pelo Rei de Portugal. A história situa-se nos fins do século XVIII, em plena colonização, quando o tráfico dos escravos trazidos nos navios negreiros era a base da economia dos colonos.

Com esta situação histórica, é inevitável encontrar uma crítica contra o sistema escravocrata e, sobretudo, contra a insensibilidade dos opressores brancos. Deste modo, o leitor nota logo a presença de um tom irónico, muito parecido à atmosfera mordaz do conto «Pai contra Mãe» de Machado de Assis, onde o sistema escravocrata e os caçadores de negros são submetidos a uma crítica satírica. Neste livro a ironia machadiana manifesta-se desta forma:

logo habilitaram os escravos para tal serviço, recorrendo para isso ao emprego da chibata, que, embora hoje em desuso, era um instrumento largamente empregado na época, para proveitosamente' apressar a aprendizagem de qualquer tipo de trabalho <sup>120</sup>.

Esta crítica sarcástica contra o branco tirano é, ademais, expressamente dirigida aos portugueses:

Lembra-se, por oportuno, e porque seria de inevitável dano e muita perda para a história de Portugal o não lembrá-lo, que os portugueses, em experiência e perícia náutica no tráfico de escravos na época, sobrepujaram de muito os holandeses, seus rivais nesse mister <sup>121</sup>.

O libelo contra os portugueses e a lógica cristã jesuítica sobre a colonização do Brasil, missão encomendada por Deus, emergem no sermão do padre Gumercindo, obviamente uma paródia dos sermões de Padre António Vieira:

– Queridos filhos, amados irmãos. Como repetidas vezes já lhes disse, as terras desta região, todas as terras do Brasil, pertencem ao Rei de Portugal, porque foram os portugueses que, arriscando as suas vidas, descobriram o Brasil. Quando alguém é o primeiro a descobrir uma coisa, essa coisa passa a pertencer-lhe. Quer dizer: a coisa que ele descobriu passa a ser uma coisa dele. Assim, as terras do Brasil passaram a ser terras de Portugal, desde o dia em que os portugueses, como já lhes disse, descobriram o Brasil. Então, o Rei de Portugal, que é quem governa os portugueses, e que, governando os portugueses, é quem governa Portugal, começou a distribuir aos portugueses as terras do Brasil, que eram já terras de Portugal. Já lhes expliquei isto muitas vezes, amados irmãos, mas, ainda uma vez, quero repetir, neste momento em que o capitão Policarpo vem de Portugal. Assim manda a lei de Deus e assim quer a lei dos homens. Logo, se vocês, como todos nós cristãos, obedecem à lei de Deus, e, como homens, obedecem à lei que os homens, seguindo os ensinamentos de Deus, criaram para que por ela os homens fossem governados, têm todos vocês, caros cristãos, de obedecer ao capitão Policarpo, que é, agora, o dono das terras onde vocês vivem e trabalham. Nestas terras a partir de hoje, quem mandará é ele; porque, já que quem manda numa coisa é o dono da coisa, sendo ele o dono das terras, é ele quem vai mandar nas terras <sup>122</sup>.

No intento de também criar uma consciência social perante a situação actual dos negros e índios no Brasil, este livro é um documento útil e valioso para sociólogos e historiadores, porque retrata vivamente o que a ciência social apresenta teoricamente. A nosso ver, o livro é também um bom representante da corrente memorialista que tenta redescobrir a alma e a realidade brasileiras, através de sondagens literárias onde a relação alma/sociedade conduz o leitor a uma perspectiva individualista sobre a formação do país e da identidade nacional.

Esta narrativa, porém, não é meramente uma crítica à presença portuguesa no Brasil porque ela aspira a outros níveis de entendimento. Isto é evidente na apresentação de uma variedade de portugueses – desde o fidalgo Policarpo ao «poveiro» Manuel. Dessa forma o livro é singular porque não temos uma ênfase unidimensional sobre o carácter português. Além do mais, os personagens portugueses não são todos caricaturas do vil e rapace

opressor. Eles são figuras humanas com aspectos bons e maus. O facto de o livro apresentar uma galeria diversa de portugueses revela uma atitude mais sofisticada perante o seu papel no Brasil. As mesmas circunstâncias familiares sobre a miscigenação reaparecem, mas com um tratamento mais aprofundado, mostrando os vários lados e perspectivas desta experiência colonial. Por exemplo:

E o poveiro Manuel, orgulhoso de sua bonita escrava e doce concubina, com que procriava em saudável mestiçagem a sua prole baiana, fez questão de dizer a Policarpo.  
– É a minha mulher. Cá temos já seis filhos.  
– Ora muito bem – disse Policarpo Golfão – Se Deus teve gosto em unir o casal, que por muito e muito tempo se cumpra por inteiro a Sua vontade <sup>123</sup>.

O fidalgo Policarpo Golfão, personagem central do romance, é um patrão bom mas às vezes, cruel. No decorrer do drama, o leitor consegue apreciar o seu esforço e as suas contribuições, apesar de Policarpo empregar meios que promovem o sistema escravocrata. Ele aparece aos olhos do leitor como um homem do seu tempo, capaz de cometer um acto de violência severa, e logo a seguir, ser o símbolo da compaixão humana. Aliás, a descrição do sistema escravocrata nunca deixa o leitor justificar as acções desta personagem patriarcal. Por outro lado, a relação platónica e dedicada com a negra Gertrudes ilustra o respeito e admiração que ele suscita. Mas esta admiração não é partilhada por todos os escravos da casa-grande:

A resposta de Estêvão, pronta, indicava um juízo convicto e já formado acerca do assunto:  
– Ele não queria era que eu morresse de picada da cobra, para não perder um escravo. Não queria ter um prejuízo com a minha morte <sup>124</sup>.

O retrato contraditório resulta numa caracterização mais realista. Nesta linha existem também alguns comentários sarcásticos, que revelam a presença do eterno conflito e tensão cultural entre portugueses e brasileiros:

Enfim, a terem de compulsoriamente reduzir, por força dum alvará, o número de escravos embarcados nos navios negreiros, preferiam os traficantes salvaguardar a liberdade de encher como quisessem e pudessem os barcos – embora correndo o risco de eventuais perdas de escravos na carga. De resto, era como se houvessem elegido em divisa o imemorial anexam peninsular: *Quem não arrisca, não petisca* <sup>125</sup>.

Mas ao fim e ao cabo, esta imagem multidimensional da figura do português oferece uma perspectiva menos caricatural da sua presença no Brasil. Esta não é referida como factor inibitório do carácter e o sentido nacional brasileiros. Esta questão nem entra no livro. Em vez disso, a narrativa, na verdade, promove, do ponto de vista brasileiro, uma busca de raízes culturais para que o Brasil melhor compreenda a sua actual identidade nacional.

Assim a obra de Herberto Sales estabelece um ponto de partida diferente para a evolução da imagem do português na literatura brasileira.

*Jorge Amado* (1912 n.). É apropriado terminar o nosso estudo com o maior representante actual do romance brasileiro. Porta-voz do povo brasileiro contra a injustiça social, Jorge Amado é hoje em dia considerado um dos melhores documentadores da realidade brasileira. O simples facto de ele ter registado ousadamente, através das suas narrativas todos os mais importantes acontecimentos sócio-políticos, da sua época, obriga hoje muitos intelectuais a reler, reexaminar e reinterpretar a sua obra. Ultrapassando os limites regionais dos primeiros livros, a obra amadiana fala a todo o tipo de leitores. Considerado universalista pela sua habilidade em relacionar o drama brasileiro com o drama geral da condição humana, Jorge Amado encarna o espírito de solidariedade e, além disso, consegue descrever o homem moderno com todas as suas contradições e qualidades. Misturando a realidade crua com uma visão lírica da alma humana, Jorge Amado atinge, na sua maneira original, o espírito e a essência do *ethos* brasileiro. Por isso a sua obra adequa-se bem ao nosso estudo sobretudo pela sua justaposição de uma rigorosa documentação social e um retrato sensível da essência brasileira. Quanto ao papel dos portugueses, constam nos seus livros muitos exemplos de figuras lusas, exercendo normalmente papéis secundários ou menores. Observa-se na primeira fase de sua carreira, i.e., antes ou por volta de *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) e *Pastores da Noite* (1964), o aparecimento de vários tipos evocando aquelas caricaturas de portuguesas, imigrantes ou comendadores que temos apontado ao longo deste estudo, em ambas as literaturas dos dois países. Quer dizer que a proverbial figura literária do português inculto, rude e bruto também surge na obra de Jorge Amado. Esta imagem reflecte e acompanha a do passado, testemunho da expressão e persistência desse mito cultural baseado na experiência imigratória portuguesa. Obras como *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Terras do Sem Fim* (1943), *Os Subterrâneos da Liberdade* (1954) e *Os Pastores da Noite* (1964) oferecem um conjunto de perfis menores de protótipos portugueses, usualmente retrados em tons mais ou menos depreciativos,

insistindo em características como ganância, rudeza, lubricidade – avareza – os clichês frequentemente atribuídos aos portugueses na literatura brasileira.

No romance socialista, *Jubiabá*, repleto de sabor afro-brasileiro, encontramos o comendador Pereira, pai da heroína, e um dos primeiros brancos a provocar alienação no herói, Ant3nio Baldu3no: «Na cabeceira da mesa o comendador era um português de grandes bigodes e grandes garfadas»<sup>126</sup>. Exibindo os mesmos traços emprestados aos portugueses na literatura brasileira do s3culo dezanove, Pereira simboliza o tipo burgu3s/nouveau-riche: «O comendador comprara aquilo barato nos bons tempos, uma verdadeira pechincha, como dizia ...»<sup>127</sup> A animosidade e o contraste entre o negro e a autoridade opressiva do branco tamb3m se evidenciam na cozinheira Am3lia, uma portuguesa que lhe inspira 3dio: «Ele foi ficando com 3dio daquela portuguesa de cabelos compridos (fazia duas tranças que ficava a admirar no espelho) e dava-lhe l3ngua quando ela estava de costas»<sup>128</sup>. Para o her3i negro s3o esses portugueses que exemplificam as primeiras injustiças sociais. E durante a narrativa, existem momentos ir3nicos e sarc3sticos que parodiam temas folcl3ricos e poemas portugueses. Isto 3 evidenciado nos cap3tulos intitulados 'Romance da Nau Catrineta' e 'Cantiga de Amiga', epis3dios desprovidos de qualquer sentido l3rico portugu3s.

O romance tamb3m fornece um exemplo t3pico do portugu3s, dono de caf3, restaurante, bar ou armaz3m que explora a mulher negra – uma circunst3ncia igual 3 aquela retratada em *O Cortiço* (1890) de Alu3sio Azevedo. Com *Jubiabá*, o portugu3s chama-se Ant3nio e 3 dono de um botequim:

Com a tabuleta de Lanterna dos Afogados, voltou tamb3m a mulata escura que fora amante do marinheiro e que continuou a fazer arroz-doce para os fregueses e b3ia para os estivadores e a dormir na mesma cama que antigamente. S3 que agora dormia com um portugu3s conversador, em vez de um marinheiro silencioso. Quando seu Ant3nio montasse um caf3 no centro da cidade e botasse nele o nome de Vasco da Gama e uma tabuleta com caravelas descobridoras, ela ficaria na Lanterna dos Afogados, fazendo arroz-doce para os fregueses, b3ia para os estivadores e dormiria na mesma cama com o novo propriet3rio <sup>129</sup>.

A propens3o para ligar o portugu3s com a negra e associ3-lo 3 expans3o mar3tima confirma e persist3ncia deste tema, repetidamente empregado mas superficialmente tratado. Por outro lado, ele atesta a falta de outro conhecimento da cultura portuguesa e, ao mesmo tempo, 3 revelador da tens3o e rivalidade provocadas pelo orgulho nacional expresso por ambas as

culuras. Assim, parece que a imagem do português na obra de Jorge Amado é semelhante àquela tantas vezes caricaturada nas letras brasileiras.

Este, porém, não é definitivamente o caso ao examinarmos um romance mais recente, *Farda, Fardão, Camisola de Dormir* (1980), onde um personagem português ligado ao drama central da história contrasta surpreendentemente com aquelas figuras traçadas nos outros livros. Esta figura é a espia e revolucionária Maria Manuela:

Filha de ministro de Salazar, nora do maior banqueiro do país, esposa do Conselheiro da Embaixada de Portugal, encontrava-se em situação privilegiada para combater o fascismo: dentro do covil do inimigo, ouvindo informações confidenciais, conhecendo os agentes da PIDE em actividade no Brasil, podendo usar a mala diplomática para sua correspondência pessoal. Afrânio Portela olha absorto para a mulher sentada diante dele: distinção, finura e elegância, endeusada pela crónica social, rainha nos salões da sociedade carioca e do corpo diplomático quem a imaginaria às voltas com subversivos, agindo na clandestinidade, praticando acções legais? <sup>130</sup>

Esta rica caracterização é desenvolvida para sublinhar a temática revolucionária do livro e o esforço contra os ambientes estadonovistas e ditatoriais de Vargas e de Salazar, i.e., o fascismo. É óbvio que a outro nível, Amado está a fazer uma crítica alegórica contra o clima político e militar no Brasil. Os paralelos entre as duas épocas são fascinantes em si, mas do nosso ponto de vista, *Farda, Fardão, Camisola de Dormir* é também uma das primeiras obras literárias a abordar a existência simultânea de dois regimes – Estados Novos – no Brasil e em Portugal. O aspecto provocante desta coincidência é empregado no romance para ilustrar, em parte, o espírito comunitário entre os intelectuais dos dois países – mas no nível humano e não nacional. O fascismo é um mal que ultrapassa as fronteiras nacionais, e que representa uma força contra o bem-estar de qualquer homem. Neste sentido, o romance dramatiza a certa altura a afinidade luso-brasileira, mas em termos de relações humanas. Daí vem o encontro das pessoas, a percepção de afinidades culturais e o desenvolvimento natural de uma relação positiva, simbolizada aqui pelo amor entre Maria Manuela e o poeta brasileiro, António Bruno:

para Maria Manuela, o primeiro amor, a descoberta do outro lado da vida dando nova dimensão ao humanismo que dirigia suas acções. Um camarada, Fernando Castro, lhe ensinara a solidariedade, com o poeta António Bruno aprendeu o amor <sup>131</sup>.

O florescimento desse amor desperta nos amantes um melhor conhecimento da cultura do outro. Como exemplifica o seguinte trecho, a falta –de informação sobre a cultura portuguesa, por parte dos brasileiros, talvez possa ser caracterizada desta maneira:

Em troca de seus livros, enviados um a um, as dedicatórias cada vez menos formais, recebeu pelo correio o único volume publicado em vida por Fernando Pessoa: «Ao admirado poeta brasileiro António Bruno, esta 'Mensagem' do maior poeta português contemporâneo, com profunda admiração, a leitora Maria Manuela Silves Castiel.» Bruno ouvira vagas referências ao colega lusitano cuja popularidade somente após a guerra se estenderia ao Brasil. Intelectual voltado para a cultura francesa, pouco sabia da literatura moderna de Portugal, além da grande geração de Eça, Ramalho, Antero. Lera «A Selva», de Ferreira de Castro, conhecia de nome Aquilino Ribeiro, a merencória poesia de António Nobre não o seduzia mas amava a de Cesário Verde. Fora daí, aquela total ignorância, a assombrar e revoltar os sentimentos patrióticos da formosa licenciada em Letras pela Universidade de Coimbra<sup>132</sup>.

Este trecho encapsula uma realidade cultural já discutida inúmeras vezes pelos proponentes do luso-brasileirismo. Nas poucas páginas dedicadas ao papel da Maria Manuela, Jorge Amado inclui muita informação sobre a tensão histórica luso-brasileira e desta forma, encara o problema de uma maneira directa e perspicaz. Esta rivalidade patriótica é metaforicamente dramatizada pelos comentários referentes à controvérsia sobre a reforma ortográfica entre os dois países: «à sessão na qual os Académicos discutiram, com a polidez habitual, detalhes da projectada reforma ortográfica proposta pela Academia de Ciências de Lisboa»<sup>133</sup>. Esse assunto é elaborado e depois incorporado no conflito central da obra, i.e., será abordado entre os fascistas e os democratas revolucionários, fazendo que o General Moreira, um dos vilões, apoie a posição lusitana. O episódio é abordado deste ponto de vista:

Discordava abertamente da atitude de ponderável número de membros da casa na explosiva questão da reforma ortográfica, em estudos na comissão mista formada com representantes da Academia Brasileira e da Academia de Ciências de Lisboa. Não se obtivera ainda unanimidade de pontos de vista entre os delegados brasileiros, o que estava dificultando a marcha dos trabalhos<sup>134</sup>.

Esta discordância refere-se a certos problemas linguísticos e chama a atenção para a realidade concreta das diferenças entre o português do Brasil e o idioma de Portugal:

Alguns... defendiam a necessidade de se considerar a repercussão sobre a língua escrita no Brasil das características originais do português aqui falado pelo povo. Opunham-se à tendência de certos confrades portugueses, insistentes na imposição de pontos de vista rígidos, correctos para o português falado e escrito em Portugal, inaceitáveis para os brasileiros. O dramaturgo falava em colonialismo cultural para definir a posição dos filólogos que exigiam idênticas e rígidas regras de uma gramática unilateral para a língua escrita em dois países tão diferentes. Em verdade, ambas as delegações se encontravam divididas em torno dessa questão nevrálgica e melindrosa <sup>135</sup>.

A questão ortográfica representa uma situação problemática para os dois povos porque, ao nível oficial e formal, é inevitável que surjam sentimentos patrióticos, provocando antagonismos difíceis de resolver, sobretudo com dois povos com tão acentuado orgulho nacional. Sabemos todavia que, ao nível pessoal, os portugueses e brasileiros são bem capazes de estabelecer uma atmosfera de bom convívio. Eis, pelo menos, o exemplo simbólico da relação entre Maria Manuela e o poeta brasileiro. Além do mais, essa união é retratada como fecunda e positiva, despertando no poeta a consciencialização social e mostrando os benefícios possíveis de duas naturezas essencialmente opostas:

Bruno sentiu-se cumulado pelo destino com o amor dessa mulher formosa e jovem, culta e valente, nascida fidalga que se elevara à condição de filha do povo. Ensaçou, às escondidas, escrever os poemas de combate que ela reclamava, não conseguiu, soavam falso. O único a receber o sopro da criação verdadeira, repositório de ódio, nojo, cólera, desespero e esperança, coração sangrando e punho erguido, foi «Canto de Amor para uma Cidade Ocupada», escrito com a intenção de chorar a queda de Paris, feito para conclamar os povos do mundo à luta contra o nazi-fascismo, pela libertação de todas as cidades ocupadas, poema de Bruno e de Maria Manuela, cuja primeira cópia ela dactilografara. Herança recolhida pela militante coberta de luto, a dama de negro, repartida na hora do desalento maior no Brasil, em Portugal e nas colónias africanas – lido nas selvas de Angola, da Guiné Bissau, de Moçambique, onde negros em revolta acendiam os fogos das primeiras guerrilhas <sup>136</sup>.

Apesar de ocupar apenas umas quinze páginas deste romance, o episódio de Maria Manuela anuncia um tratamento marcadamente diferente da imagem

encontrada nas obras de outros períodos. Podemos atribuir isso às modificações da visão de Jorge Amado, e também ao seu crescente e mais recente contacto com o solo português durante estes últimos anos. Nesta linha, o encontro directo com a cultura portuguesa talvez tenha contribuído para a sua inspiração, o que provaria as vantagens concretas de um maior intercâmbio cultural. Mas, seja qual for a motivação, a imagem do português e da cultura portuguesa aqui retratadas atesta, pela sua caracterização, integração narrativa e tratamento temático, uma nova apresentação desta figura na literatura brasileira. O ambiente positivo à volta desta personagem sugere, da parte do autor, uma perspectiva profunda, equilibrada, sensível, sensata e humana. Por isso, esta obra de Jorge Amado, a nosso ver, contribui notoriamente para a evolução literária da imagem do português na literatura brasileira. E pelos exemplos dos outros dois autores contemporâneos estudados aqui, parece que este novo tratamento não significa a expressão de um caso isolado, antes, talvez, uma atitude nova perante a experiência luso-brasileira.

1. Gilberto Amado, *A Chave de Salomão em Três Livros* (Rio de Janeiro, 1963), p. 28.
2. Gilberto Amado, p. 28.
3. Sonia Brayner; *Labirinto do Espaço Romanesco: Tradição e renovação da literatura brasileira; 1880-1920* (Rio de Janeiro, 1979), p. 123.
4. Brayner, pp. 123-124.
5. Brayner, p. 125.
6. Múcio Leão, *João Ribeiro* (Rio de Janeiro, 1962), p. 223.
7. Leão, p. 285.
8. João Ribeiro, *Cartas Devolvidas*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1960), pp. 74-75.
9. Ribeiro, p. 75
10. Antônio Torres, *Prós e Contras*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1925), pp. 10-11.
11. Torres, pp. 21-22.
12. Antônio Torres, *As Razões da Inconfidência*, 4.<sup>a</sup> ed. (Belo Horizonte, 1957), p. 33.
13. Torres, *As Razões*, p. 47. (Intencionalmente ou não, Torres refere-se ao oficial português como Coutinho Gago. Esta é a única referência que fez ao nome do aviador.)
14. Torres, *As Razões*, p. 55.
15. Torres, *As Razões*, p. 60.
16. Torres, *As Razões*, p. 156.
17. Torres, *As Razões*, p. 157.
18. Amado, *Três Livros*, p. 520.
19. Amado, *Três Livros*, pp. 248-49.
20. Lúcia Miguel-Pereira, *Prosa de Ficção*, pp. 286-87.
21. Amado, *Três Livros*, p. 333.
22. Amado, *Três Livros*, p. 133.

23. Amado, *Três Livros*, p. 354.
24. Amado, *Três Livros*, p. 337.
25. Amado, *Três Livros*, p. 61.
26. Euclides da Cunha, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, 25.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1957), p. 80.
27. da Cunha, p. 79.
28. da Cunha, p. 99.
29. da Cunha, pp. 99-100.
30. da Cunha, p. 123.
31. da Cunha, pp. 123-124.
32. da Cunha, p. 124
33. da Cunha, p. 124.
34. Graça Aranha, *Chanaan*, 10.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1949), p. 168.
35. Chanaan, p. 168.
36. Chanaan, p. 164.
37. Chanaan, pp. 169-170.
38. Chanaan, p. 262.
39. Chanaan, pp. 252-253.
40. Graça Aranha, *Obra Completa*, (Rio de Janeiro, 1969), p. 642.
41. Graça Aranha, *Obra Completa*, pp. 642-643.
42. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 643.
43. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 623.
44. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 623.
45. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 631.
46. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 631.
47. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 632.
48. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 632.
49. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 633.
50. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 660.
51. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 662.
52. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 757.
53. Graça Aranha, *Obra Completa*, p. 859.

54. Lúcia Miguel-Pereira, p. 287.
55. Lúcia Miguel-Pereira, p. 287.
56. Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, 9.<sup>a</sup> ed. (São Paulo, 1971), p. 207.
57. Barreto, p. 54.
58. Barreto, p. 161.
59. Barreto, p. 125.
60. Barreto, p. 114.
61. Barreto, pp. 108-109.
62. Barreto, p. 57.
63. Barreto, p. 61.
64. Barreto, p. 61.
65. Barreto, p. 62.
66. Barreto, p. 80.
67. Manuel Bandeira, *Poesia Completa e Prosa*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1967), p. 483.
68. Bandeira, pp. 247-248.
69. Bandeira, p. 253.
70. Bandeira, p. 255.
71. Oswald de Andrade, *Obras Completas, VI, Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1978), p. 8.
72. Oswald de Andrade, VII, p. 9.
73. Benedito Nunes, «Antropofagia ao Alcance de Todos», in Oswald de Andrade, *Obras Completas, VI*, p. xx.
74. Oswald de Andrade, VI, pp. 6-7.
75. Oswald de Andrade, VI, p. xxiii.
76. Oswald de Andrade, VI, p. 18.
77. Oswald de Andrade, VI, p. xxv.
78. Oswald de Andrade, VI, p. 16.
79. Oswald de Andrade, VI, p. 17.
80. Oswald de Andrade, VI, p. 33.
81. Oswald de Andrade, VI, p. 51.
82. Alberto Mendonça Teles, *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*, 6.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1982), p. 363.

83. Teles, p. 362.
84. Teles, p. 366.
85. Teles, p. 310.
86. Teles, p. 307.
87. Mário de Andrade, *Macunaíma, o Herói sem nenhum carácter*, 6.<sup>a</sup> ed. (São Paulo, 1970), pp. 89-90.
88. *Macunaíma*, p. 86.
89. M. Cavalcanti Proença, *Roteiro de Macunaíma* (Rio de Janeiro, 1969), p. 234.
90. Andrade, *Macunaíma*, p. 222.
91. Andrade, *Macunaíma*, p. 222.
92. Andrade, *Macunaíma*, p. 222.
93. Teles, p. 343.
94. José Lins do Rego, *O Moleque Ricardo* (Rio de Janeiro, 1953), p. 27.
95. Lins do Rego, pp. 27-28.
96. Lins do Rego, p. 38.
97. Lins do Rego, p. 30.
98. Lins do Rego, p. 110.
99. Lins do Rego, p. 101.
100. Graciliano Ramos, *Angústia*, 2.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1941), p. 49.
101. Carolina Maria de Jesus. *Quarto de Desejo*, 8.<sup>a</sup> ed. (São Paulo, 1960), p. 92.
102. Ziraldo, ed. *As Anedotas do Pasquim*, vol. 4 (Rio de Janeiro, 1977), p. 51.
103. Uma história da minha colecção de piadas contadas por amigos, colegas e conhecidos luso e brasileiros.
104. *Reino da Estupidez II*, pp. 109-110.
105. Sena, p. 110.
106. Colecção do autor.
107. Colecção do autor.
108. Ziraldo, *Pasquim*, vol. 3, 66-67.
109. Ziraldo, *Pasquim*, vol. 3, 82.
110. Colecção do autor.
111. Ziraldo, *Pasquim*, vol. 4, 127.

112. Adonias Filho, *Luanda Beira Bahia* (Rio de Janeiro, 1971), p. 105.
113. Adonias Filho, p. 12.
114. Adonias Filho, p. 18.
115. Adonias Filho, p. 44.
116. Adonias Filho, p. 45.
117. Adonias Filho, p. 47.
118. Adonias Filho, p. 48.
119. Herberto Sales, *Os Pareceres do Tempo* (Rio de Janeiro, 1984), na orelha da capa.
120. Sales, p. 76.
121. Sales, p. 27.
122. Sales, p. 106.
123. Sales, p. 58.
124. Sales, p. 152.
125. Sales, p. 137.
126. Jorge Amado, *Jubiabá*, 42.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1982), p. 55.
127. *Jubiabá*, p. 55.
128. *Jubiabá*, p. 58.
129. *Jubiabá*, p. 90.
130. Jorge Amado, *Farda, Fardão, Camisola de Dormir: fábula para acender uma esperança*, 5.<sup>a</sup> ed. (Rio de Janeiro, 1980), pp. 142.43.
131. *Farda*, p. 146.
132. *Farda*, p. 145.
133. *Farda*, p. 158. 134. *Farda*, p. 167.
135. *Farda*. pp. 167-168.
136. *Farda*, p. 153.

## CONCLUSÕES FINAIS

«The less we know and are known by those with whom we are in contact, the more we are subject to being involved in... stereotyping».

Roger D. Abrahams,  
«Stereotyping and Beyond»

Em retrospectiva, apercebemo-nos de que a imagem recíproca, expressa nas literaturas dos dois países não reflecte os ideais nem os objectivos de um intercâmbio fraterno e comunitário em tão altas vozes articulado e promovido por diplomatas, governantes e intelectuais das culturas lusa e brasileira. A realidade perfilada na literatura demonstra que na verdade existe entre as duas populações uma certa indiferença perante as mútuas tradições, afinidades e costumes culturais. Há ao mesmo tempo uma divergência de opiniões sobre a autenticidade destas afinidades e a verdadeira intenção que está por detrás da formulação de uma comunidade cultural luso-brasileira. Esta dúvida explica-se em parte pela dialéctica natural entre o Velho Mundo e o Novo, em que os futuros dos dois países não parecem encaminhar-se para um fecundo e possível cruzamento cultural.

É evidente que do ponto de vista português, a realização de uma comunidade cultural luso-brasileira é muito vantajosa visto que a sua política externa tem sido de disseminação e de expansão cultural. Mesmo a filosofia implícita nos conceitos de «pátria de língua» ou «minha pátria é a língua portuguesa» confirma esta orientação/posição ultramarina. Do ponto de vista brasileiro, o esforço luso-brasileiro não tem o mesmo sentido, porque o Brasil parece querer fugir de um passado, aparentemente alheio ao seu conceito nacionalista do país do futuro. Esta posição talvez possa ser vista vis-à-vis Portugal, como uma forma de punição contra os velhos pecados coloniais. O resultado é uma separação em vários sentidos – socioeconómicos, política e racial. É o que se deduz das observações feitas pelo sociólogo, Roger Bastide no seu livro, *Brasil, Terra de Contrastes*, 6.<sup>a</sup> ed. (São Paulo, 1975):

Deste desejo de segregação do português em relação a ele, vingam-se o brasileiro contando inúmeras historietas e anedotas chistosas, em que se evidenciam a ingenuidade e a simplicidade daquele povo. (p. 201).

Este comentário explica parcialmente o fenómeno da «piada» e a psicologia nacional brasileira que mantém pouca estima social pelo

português. Aliás, a repetição da imagem do imigrante humilde nas letras brasileiras reflecte aquela realidade no Brasil, onde muitos destes imigrantes portugueses ocupam posições subalternas como trabalhadores, empregados, jardineiros e caixeiros, ou donos de bares, armazéns, botequins e padarias. Mas apesar de haver muitos portugueses com melhores posições na sociedade brasileira, é a imagem do imigrante humilde e rude que prevalece hoje em dia. Assim, esta atitude desmascara um conhecimento superficial e, até dir-se-ia, um preconceito. Isto é óbvio quando se considera que uma tal imagem não representa toda a sociedade portuguesa actual. Neste aspecto, a emigração é contraproducente porque não promove necessariamente melhores relações culturais entre os dois povos. Como fenómeno social, esta emigração, além de ser unilateral, é intrinsecamente complicada, desde que englobe vários processos de adaptação e assimilação inerentemente conflituosos. Não queremos sugerir a eliminação da emigração, mas sim, chamar a atenção para o facto de que ela contribui para a continuação dessa imagem. O problema surge quando a imagem de um certo comportamento, ou maneira de ser, persiste e serve como arquétipo, de todos os elementos de uma civilização rica e complexa. Infelizmente, o arquétipo transforma-se numa espécie de estereótipo, i.e., uma figura exagerada, simplista e deturpada. É, por isso, comum ouvir dizer que o Brasil não sabe nada de Portugal, nem tem interesse em conhecer ou apertar os laços culturais. Certamente, as implicações culturais à volta da figura do «brasileiro» não sugerem que os portugueses tenham uma ideia profunda e sensata sobre o Brasil. Na verdade, com a excepção de uma minoria de escritores e intelectuais que tiveram contacto ou experiência pessoal com o Brasil, há em Portugal pouca evidência de um autêntico apreço pela cultura brasileira, a não ser as telenovelas. Para mais, a expressão literária revela justamente a existência de uma grande falta de conhecimento, contacto e até vontade.

Ao interpretar a expressão da imagem recíproca na literatura, o leitor terá a impressão de não haver existido muito contacto entre brasileiros e portugueses fora da esfera emigratória, a não ser esporadicamente evidenciado por esforços individuais da parte de alguns intelectuais, académicos e escritores. A fraca e pobre representação de personagens portugueses e brasileiros, nos romances das suas literaturas respectivas, revela a ausência de uma verdadeira reciprocidade cultural, o que por outras palavras, significa a ausência de uma representação cultural, dinâmica e recíproca nas duas sociedades. Nesta linha, a literatura corresponde bem à realidade social porque reflecte a lacuna e a oposição existentes entre os dois povos. E assim descrita, a imagem na literatura acaba contribuindo para a continuação de uma caricatura ou mito que não corresponde às múltiplas

dimensões da cultura de cada povo, deixando ainda uma impressão unidimensional sobre cada carácter nacional. É justamente essa a opinião do escritor português, José Cardoso Pires, numa entrevista recente:

«durante muito tempo divulgámos de nós mesmos, uma imagem falsa, bolorenta, e no Brasil ainda não conseguimos livrar-nos dela. Aos olhos de muitos leitores brasileiros, principalmente jovens, somos um país de escritores velhinhos.» (*O Jornal*, 1984).

Esta imagem falsa proveio em parte do pouco intercâmbio cultural entre os dois países. Já observámos que uma imagem mais equilibrada surge quando há mais contacto directo entre os escritores, artistas e intelectuais dos dois países. É o que se comprova no caso de certos escritores como Ferreira de Castro, Miguel Torga ou um Jorge Amado.

Nestes últimos anos tem-se feito um esforço mais concreto para estimular, por vias pragmáticas, em vez de acordos ocultos mais intercâmbio cultural. Realizaram-se vários acontecimentos, como a II Feira do Livro Português, que teve lugar em São Paulo em Dezembro de 1983, e o I Congresso Português de Literatura Brasileira no Porto em Maio de 1984, o Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa em Portugal, no mês de Fevereiro de 1984 ou ainda o Colóquio Internacional sobre Fernando Pessoa no Brasil, Portugal e nos Estados Unidos em 1988. Outras iniciativas, promovidas por organizações como o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa encorajam o estabelecimento de programas de intercâmbio. Mas para tornar efectiva esta campanha cultural, é preciso que haja um apoio realmente recíproco. Segundo notícias do *Boletim Interno* (Novembro, 1984), do ICALP, formulou-se uma série de convénios entre as Faculdades de Letras portuguesas e diversas Universidades do Brasil. E, para assegurar o lançamento destes programas, houve também declarações de apoio do lado brasileiro, feitas por organizações com o CNPq e a Fundação Brasil-Portugal do Rio de Janeiro. Espera-se que estas actividades bilaterais resultem, pelo menos, num maior contacto interpessoal e intercultural. Porque sabemos que só se consegue um impacto mais duradouro, quando esse contacto é directo e contínuo. Ao facilitarem, por exemplo, uma experiência portuguesa para escritores brasileiros, tais instituições vão diminuir paulativamente esta mútua ignorância cultural, documentada na maior parte da prosa de ficção. A existência desta situação lamentável foi também confirmada pelo escritor português, Manuel de Fonseca que, aos 72 anos, viajou pela primeira vez ao Brasil «com o objectivo pessoal de estimular o intercâmbio literário luso-brasileiro, e, assim, eliminar o imenso abismo existente. É como se os dois

países estivessem apostados para saber qual ignora mais o que se cria do outro lado...» (2 de Dezembro, 1983, p. 52). Este comentário é sintoma do verdadeiro estado deste «intercâmbio» cultural.

É evidente que sem estratégias de ambos os lados nada se vai realizar. Mas, além de iniciativas formais, organizadas e bem intencionadas, a comunicação luso-brasileira só se realizará se cada lado reconhecer e sentir a presença duma genuína afinidade cultural entre os dois povos. Esta precepção ou disponibilidade exige, da parte de cada indivíduo, um grande esforço para que se derrube e evite os velhos preconceitos, mitos e imagens pejorativos, ou antagonismos linguísticos, nacionalistas e patrióticos. Esta tensão cultural é universal e não se encontra somente no campo luso-brasileiro. O simples facto de um romancista americano como Raymond Chandler fazer referência à rivalidade linguística luso-brasileira numa das suas cartas, demonstra como este conflito é conhecido e patente, mas também sintomático de uma realidade cultural aparente em outros países da América Latina. Chandler alude a tal realidade, da seguinte maneira:

I'm enclosing a letter from a Portuguese agent in Lisbon which will possibly be of no interest to you. The only point that struck me, if it is valid, was his statement that Portuguese readers do not like Brazilian translations. I'm sure this is very likely since the South American languages must have departed considerably from the standard of the mother country.

Esta carta citada do volume, *Selected Letters of Raymond Chandler* (New York, 1981, p. 364), editado por Frank MacShane, denota a existência dum fenómeno cultural comum entre o Novo e o Velho Mundo. Quer dizer, que há um aspecto basicamente universal e humano nesta disputa entre o pai/Portugal e o filho/Brasil. Por isso, é aconselhável não abordar o problema do ponto de vista nacional, mas sim, da perspectiva humana onde as afinidades culturais possam surgir de uma maneira mais espontânea e natural, sem serem programadas. Desta forma, sugere-se uma aproximação pessoal, i.e., no sentido de se juntar o maior número de indivíduos a fim de facilitar o contacto sociocultural entre eles. Assim, haverá a possibilidade de incentivar os elementos dos dois lados a participarem numa experiência bicultural, em que o nível de avaliação mútua possa despertar nos portugueses e nos brasileiros sentimentos de grande sensibilidade, atestando a verdadeira existência de afinidades, não necessariamente nacionais, mas pessoais e humanas. É pelo menos, a sugestão feita indirectamente por Jorge Amado através dos seus personagens, a portuguesa Maria Manuela e o brasileiro António Bruno – um casal que, para lá da sua configuração

romântica e idealista, projecta uma imagem unida e fraternal que escapa ao retrato simplista, antagonista e cliché, normalmente representado na literatura. Se relacionarmos a simbologia deste casal com o tema geral da obra *Farda, Fardão, Camisola de Dormir: uma fábula para acender uma esperança*, então não poderemos deixar de considerar esta nova imagem em si como um começo, ou pelo menos, uma esperança simbólica de uma nova etapa cultural entre o Brasil e Portugal.

## TÁBUA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I:	Desenho da 'Guerra dos Chouriços' (em R. Magalhães Júnior, <i>O Império em Chinelos</i> , Rio de Janeiro 1957) ... ..	256
Figura II:	Caricatura de Dom Pedro II (em Rafael Bordalo Pinheiro, <i>Álbum das Glórias</i> , N ° 5, Maio, 1880) ... ..	257
Figura III:	«Grito do Ypiranga», desenho de Raul Pompéia (em Eloy Pontes, <i>A vida inquieta de Raúl Pompéia</i> , Rio de Janeiro, 1935)...	258
Figura IV:	«Brasil entre dous ladrões», desenho de Raul Pompéia (em Eloy Pontes, <i>A vida inquieta de Raúl Pompéia</i> )... ..	259



O HORROR QUE CAUSA EM CHOURIÇO.

Em Phantomas transformado,  
 Por ser de carne de gente,  
 Dado o Chourico apparece  
 Desta a fugir toda a gente.

A guerra dos Chouriços  
 Foi causa de tudo logo!  
 Fugiu a gente, e até o porco,  
 O horror por estes em chouriço!

A Guerra dos Chouriços — Gravura divulgada em fins de 1852, sobre o incidente diplomático de que resultou a rutura de relações entre o Brasil e Portugal. O espírito da estampa é nitidamente antilustitano e dá curso a informação de Vasconcelos de Drummond, de que do "reino" nos vinham chouriços de carne humana...



PERCATAO

Uma mulher, mãe de Paulo da Silva, 9

JÁ VEI JÁ VEI



Grito do Ypiranga

(desenho de Raul Pompéia em 1881)



## BIBLIOGRAFIA

Esta bibliografia engloba todos os títulos incluídos nas notas e é completada pelas referências das outras obras lidas e consultadas durante a preparação deste volume. Todos os autores são prioritariamente identificados pelo último componente dos seus nomes.

- Abrahams, Roger D. «Stereotyping and Beyond». *Language and Cultural Diversity in American Education*, eds. R. D. Abrahams and R. C. Troike. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1972, 19-29.
- Accioly, Hildebrando. *Actos Internacionaes Vigentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- Adonias Filho. *Luanda Beira Babia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.
- Afro-Ásia*, I (Dezembro 1965): 125-128.
- Aguiar, Armando de. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional, 1945.
- Alencar, José de. *Obra Completa*, 4 vols., 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Aguiar, 1965, 1964, 1965, 1960.
- Almeida, Fortunato de. *História de Portugal*. 6 vols. Coimbra: Imprensa Académica, 1922-29.
- Almeida, João de. *Visão do Crente*, I. 2.<sup>a</sup> ed. Oporto: 1936.
- Almeida, Manuel António de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.
- Almeida, Onésimo T. «Sobre o sentido d'a minha pátria é a língua Portuguesa [Pessoa-B. Soares]», *Colóquio-Letras*, n.º 97 (Maio-Junho 1987): 37-47.
- Amado, Gilberto. *Três Livros; A Chave de Salomão*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- Amado, Jorge. *Farda, Fardão, Camisola de Dormir: uma fábula para acender uma esperança*. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
- \_\_\_\_\_, *Jubiabá*. 42.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.
- Amora, António Soares. *História da Literatura Brasileira*. 3.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Edição Saraiva, 1960.

- Andrade, Jacinto Freire de. *Vida de D. João de Castro*. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana, 1651.
- Andrade, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. 6ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1970.
- Andrade, Oswald de. *Obras Completas, VI, Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- Andreoni, João António [André João Antonil]. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- Aranha, José Pereira Graça. *Chanaan*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949.
- Araripe Júnior, T. A. *Gregório de Mattos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1910].
- \_\_\_\_\_, José de Alencar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1894.
- \_\_\_\_\_, *Obra Crítica de Araripe Júnior*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1958-60.
- Araújo, Alexandre Herculano de Carvalho e. *Carta à Sociedade Real de Agricultura em Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1874.
- \_\_\_\_\_, «Futuro Litterario de Portugal e do Brazil». *Revista Universal Lisbonense*, VII (1847-1848): 5-6.
- Arquivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*. 13 vols. (Janeiro 1901-Maio 1913).
- Arcos, Joaquim Paço Id'. «Carlos Malheiro Dias, Escritor Luso-Brasileiro». *Ocidente*, LX (274-277) (1961): 1-76.
- \_\_\_\_\_, *Diário dum Emigrante*. 2ª ed. Lisboa: A. M. Pereira, 1941.
- Assis, Joaquim Maria Machado de. *Obra Completa*. Vol. III. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1962.
- Azevedo, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Martins, 1965.
- \_\_\_\_\_, *O Mulato*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1938.
- Bandeira, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1967.
- Barreto, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.
- Barreto, Luís Filipe. «Vieira e o Esclavagismo». *Brotéria*, 106, 2, (Fevereiro 1978): 153-156.
- Barros, João de. *Atlântida*, I, 1 (1915): 5-9.
- \_\_\_\_\_, *Presença do Brasil*. Lisboa: Edições Dois Mundos [1946].
- \_\_\_\_\_, *Sentido do Atlântico, Uma Campanha Luso-Brasileira*. II. Paris: Aillaud e Bertrand, 1921.
- Basto, A. de Magalhães. *Porto e Brasil*. Oporto: Livraria Progredior, 1946.
- Besselaar, José Van Den. *António Vieira. o homem, a obra, as ideias*. Lisboa: ICALP/MEC, 1981.
- Bibliographia Portugueza e Estrangeira*. 2 vols., 1879-1880.
- Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 7 vols. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1883-1902.

- Boehrer, George C. A. «The Flight of the Brazilian Deputies from the Cortes Gerais of Lisbon, 1822», *The Hispanic American Historical Review*, XL, 4 (1960) : 497-512.
- Boléo, Manuel de Paiva. «Filologia e História: A emigração açoriana para o Brasil», *Biblos*, XX (1944): 408-409.
- Boletim de Bibliografia Portuguesa*. Vols. I-II. Lisboa, 1937-38.
- Boletim Interno: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (Outubro e Novembro, 1984).
- Boxer, Charles R. *The Dutch in Brazil: 1624-1654*. Oxford: Clarendon Press, 1957.
- \_\_\_\_\_, *The Golden Age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: U. California Press, 1964.
- \_\_\_\_\_, *A Great Luso-Brazilian Figure, Padre António Vieira, S. J., 1608-1697*. London: Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1957.
- Branco, Camilo Castelo. *Cancioneiro Alegre de Poetas Portuguezes e Brasileiros*. Oporto: E. Chardon, 1879.
- \_\_\_\_\_, *Historia e Sentimentalismo: D. António Prior do Crato; Eusebio Macario*. Oporto: E. Chardon, 1879.
- \_\_\_\_\_, *Obra Seleta*. 2 vols. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1960.
- Brasil. *Constituição do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1967.
- Brasil. Ministério das relações exteriores. *Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores* (1913-1914), I, parte 1:19.
- Brasil, Assis. *Adonias Filho*. Rio de Janeiro: Organização Simões, editora, 1969.
- Brasília*, I (1942), 749-764.
- Brayner, Sônia. *Labirinto do Espaço Romanesco: Tradição e renovação da literatura Brasileira: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- Broca, Brito. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1957.
- \_\_\_\_\_, *Machado de Assis e a Política e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Simões, 1957.
- \_\_\_\_\_, *A Vida Literária no Brasil—1900*. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.
- Burns, E. Bradford. «The Sixteenth-Century Jesuit Letters of Brazil». *Historical Records and Studies*, XLIX (1962): 57-76.
- Calogeras, João Pandia. *Formação histórica do Brasil*. 5.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional [1957].
- Caminha, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.
- Cândido, António. *Formação da Literatura Brasileira*, 2 vols. 2.ª ed. rev. [São Paulo: Martins, 1964].
- \_\_\_\_\_, *Literatura e Sociedade*. 5.ª ed. rev. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_, *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
- Carneiro, Pinto. *Brasil e Portugal*. Coimbra, 1955.
- Carpeaux, Otto Maria. *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.
- Cartas d'El-Rei D. Carlos I*. Lisboa, 1924.
- Carvalho, Affonso de. *Bilac*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942.
- Castro, José Maria Ferreira de. *Emigrantes*. Lisboa: Livraria Renascença, 1928.

- \_\_\_\_\_, *Obra Completa*. 2 vols. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1958.
- \_\_\_\_\_, *A Selva*. Oporto: A. F. Lames, 1930.
- Cavalcanti, Paulo. *Éça de Queirós, Agitador no Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- Celso, Affonso. *Porque me ufano do meu Paiz*. 5.<sup>a</sup> ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1912.
- Centenário de Camões em Pernambuco*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1880.
- César, Guilhermino. *O 'Brasileiro' na Ficção Portuguesa: O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Ltda., 1969.
- Chagas, Manuel Pinheiro. *A Viagem Guaraciaba*. Lisboa: Caetano Simões, s.d.
- Coelho, Jacinto do Prado. *O Rio de Janeiro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- Coleman, Alexander. *Éça de Queirós and European Realism*. New York University Press, 1980.
- «Comissão luso-brasileira», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, XXVII, 11 (1909): 387-390.
- Cordeiro, Luciano. *Livro de Crítica*. Oporto: Typographia lusitana, 1869.
- Corrêa, Pinheiro. *Gago Coutinho*. Oporto, 1969.
- Cortesão, Jaime. «Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos». *Lusitania*, I (11924): 45-81.
- \_\_\_\_\_, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- Costa, Cláudio Manuel da. *Obras Poéticas*. 2 vols. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.
- Costa, M. Gonçalves da. *Inácio de Azevedo*. 2.<sup>a</sup> ed. Braga, Portugal, 1957.
- Coutinho, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- \_\_\_\_\_, *Euclides, Capistrano e Araripe*. [Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1967].
- \_\_\_\_\_. *A Literatura no Brasil*. 3 vols. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, dist. Liv. S. José [1955].
- \_\_\_\_\_. ed. *A Polemica Alencar-Nabuco*. [Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965].
- \_\_\_\_\_. *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Tradição Afortunada*. Rio de Janeiro: J. Olympio, Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.
- Cristóvão, Fernando. *Cruzeiro do Sul, a Norte*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Notícias e Problemas da Pátria da Língua*. 2.<sup>a</sup> ed., aum. Lisboa: ICALP/MEC, 1987.
- \_\_\_\_\_. «Um Poeta Luso nos Trópicos», *Revista da Faculdade de Letras*, IV, 2, 1978: 7-31.

- Cunha, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 25.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957.
- D'Alge, Carlos. *As Relações Brasileiras de Almeida Garrett*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- Denis, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire do Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, 1826.
- Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- Dias, António Gonçalves. *Obras Posthumas*. 6 vols. São Luís do Maranhão: 1868-69.
- \_\_\_\_\_. *Poesia Completa e Prosa Escolhida*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959.
- Dias, Carlos Malheiro, ed. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. 3 vols. Oporto: Litografia Nacional, 1921-1924.
- \_\_\_\_\_. *A Mulata*. Lisboa: Arcádia, 1979.
- Diéguas Júnior, Manuel. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Centro Bras. de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.
- Durão, José de Santa Rita. *Caramuru*. Lisboa: Na Regia officina typografica, 1781.
- Figueiredo, Fidelino de. *Literatura Portuguesa*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- Forjaz, Augusto. *Portugal e Brazil*. Lisboa: Typographia C. Irmão, 1894.
- França, José Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: O Português Tal e Qual*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.
- Freyre, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande e Senzala*. 2 vols. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande e Senzala*. 18.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Conferência na Europa*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico, 1930.
- \_\_\_\_\_. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. [Lisboa]: Ministério do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1958.
- \_\_\_\_\_. *O Luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Reinterpretando José de Alencar*. [Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955].
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos*. 2 vols. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- Gama, José Basílio da. *O Uruguay*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1769.
- Garcia, José Martins. *Vitorino Nemésio – A Obra e o Homem*. Lisboa: Arcádia, 1978.
- Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. «Bosquejo da Historia da Poesia e Língua Portugueza». *Parnaso Lusitano*, I (1826): vii-lxvii. .
- \_\_\_\_\_. Helena. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- \_\_\_\_\_. *Komuraby em Revista do Livro*, I (June 1956): 145-177.
- \_\_\_\_\_. *Lírica de João Mínimo*. London: Sustenance & Stretch, 1829.
- \_\_\_\_\_. *Obra Completa*. 2 vols. Oporto, 1966
- \_\_\_\_\_. *Portugal na Balança da Europa*. London: S. W. Sustenance, 1830.

- Gentil, Labarbinais. *Nouveau Voyage au Tour du Monde*. 3 vols. Amsterdam: P. Mortier, 1728.
- Glaser, Edward. «Los argentinos vistos por si mismos». Ph. D. dissertation, Harvard University, 1951.
- Goldberg, Isaac. *Brazilian Literature*. New York: Alfred A. Knopf, 1922.
- Gomes, João Carlos Teixeira. *Gregório de Matos, o Boca de Brasa (Um Estudo de Plágio e Criação Intertextual)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Gonzaga, Tomás António. *Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- Graça, Mário Quartim. «A Língua Portuguesa no Mundo Contemporâneo». *Comunidades de Língua Portuguesa*, 1 (1983): 8.
- Grieco, Agrippino. *Viagem em Tórno a Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1969.
- Guerra, Gregório de Matos, *Obras de Gregário de Mattos*. Afrânio Peixoto, ed. 6 vols. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1929, 1923, 1930-33.
- Halleivell, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: T. A. Queiroz/Ed. da USP, 1985.
- Helena, Lúcia. «Um Antropófago em Salvador em Salvador». *Uma Literatura Antropofágica*. 2.<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Edições UFC, 1983: 23-44.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 10.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo. Perspectiva, 1979.
- Hower, Alfred, «Hipólito da Costa and Luso-Brazilian Journalism in Exile: London, 1808-1822». Ph. D. dissertation, Harvard University, 1954.
- Icazbalceta, Joaquín García. *Bibliografía mexicana del siglo XVI*. ed. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1954.
- Jachson, K. David «The Parody of 'Lettera' in Haroldo Maranhão 's *O tratamento del-reb*», XXVII, (Summer 1990): 11-19.
- Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. 8.<sup>a</sup> ed. São Paulo: F. Alves, 1960.
- Kerr, Jr., John Austin. *Miguéis – To the Seventh Decade*. University, Miss.: Romance Monographs, 1977.
- Lança, Joaquim. *Dois Tratados: 1825-1953*. Lisboa, 1958.
- Lapa, M. Rodrigues. *As Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.
- Leal, Eneida. *Eu, Herberto Sales*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- Leão, Múcio. *João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.
- Lévi-Strauss, Claude. *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon, 1958.
- Lima, Alceu Amoroso. *Evolução Intelectual do Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.
- Lima, Ferreira. «Garrett e o Brasil». *Revista de Língua Portuguesa* (Março 1923): 103-137.
- Livermore, H. V. *A New History of Portugal*. Cambridge, England: Cambridge U. Press, 1966.

- \_\_\_\_\_. *Portugal and Brazil*. Oxford: Clarendon Press, 1953.
- Loos, Dorothy Scott. *The Naturalist Novel of Brazil*. New York: Hispanic Inst. in the United States, 1963.
- Loureiro, Pizarro. *Getúlio Vargas e a Política Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1941.
- Lucas, Fábio. *O Carácter Social da Literatura Brasileira*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Quíron, 1976.
- Lyra, Heitor. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», 1965.
- Machado, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Editorial Confluência, 1956-59.
- Magalhães, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoyos*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: B. S. Garnier, 1864.
- \_\_\_\_\_. *Obras*. 8 vols. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.
- Magalhães, Figueiredo. *Camões e os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1880.
- Magalhães, Luís de. *O Brasileiro Soares*. Oporto: Luga & Genelioux, 1886.
- Magalhães Júnior, R. *O Império em Chinelos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1957.
- Magalhães, Valentim. *A Litteratura Brasileira. (1870-1895)*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1896.
- Mangabeira, Francisco. *Imperialismo, Petróleo, Petrobrás*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- Martins, António de Sêves Alves. «O Brasil na Obra de Joaquim Paço d'Arcos» *Ocidente*, LXXII, 349 (1967): 257-267.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1920.
- \_\_\_\_\_. *Dispersos*. 2 vols. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923-24.
- \_\_\_\_\_. *Portugal e o Socialismo*. Lisboa, 1873.
- Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 7 vols. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- Matta, J. Caetano da. *A Comunidade Luso-Brasileira*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1955.
- Matta, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- Mendonça, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de. *Correio Braziliense*. 18 vols. (1808-1817).
- Menezes, Francisco d'Alpuim de. *Portugal e o Brazil*. Lisboa: Impr. Liberal, 1822.
- Metastasio, Pietro Antonio Domenico. *Opere*. 16 vols. Firenze, 1830-1832.
- Metzner-Leone, Eduardo. *O Brasil e o Colonialismo Português*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1962.
- Miguéis, José Rodrigues. *É Proibido Apontar*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

- Miguel-Pereira, Lúcia. *Prosa de Ficção – De 1870-1920*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora com Instituto Nacional do Livro e MEC, 1973.
- Miranda, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Monteiro, Adolfo Casais. *Figuras e Problemas da Literatura Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- Monteiro, Luís de Sttau. *Sua Excelência*. Lisboa: Edições Ática, 1971.
- Montóro, Reinaldo Carlos. *O Centenário de Camões no Brasil*. Rio de Janeiro: A. J. Gomes Brandão, 1880.
- Moog, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1957.
- Moraes, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasileira*. 2 vols. Amsterdam: Colibris Editora, 1958.
- Moreira, Adriano. *Congregação Geral das Comunidades Portuguesas*. Lisboa, 1964.
- Mota, Carlos Guilherme, organ. e introd. *Brasil em Perspectiva*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 4.<sup>a</sup> ed. 2.<sup>a</sup> imp. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- Nabuco, Joaquim Aurélio. *Camões*. Rio de Janeiro: J. Leuzinger & Filhos, 1880.
- Nemésio, Vitorino. *Caatinga e Terra Caída: Viagens no Nordeste e no Amazonas*. Lisboa: Bertrand, 1668.
- \_\_\_\_\_. *Conhecimento de Poesia*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1970.
- Neves, João Alves das Neves. «Para o mundo onde se fala português». *Comunidade de Língua Portuguesa*, 1 (1983): 5.
- Nunes, Benedito. «Antropofagia ao Alcance de Todos». Oswald de Andrade. *Obras Completas VI*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- Oliveira, Alberto d'. *Na Outra Banda de Portugal*. Lisboa: Portugal-Brasil, Sociedade Editora, 1919.
- \_\_\_\_\_. *Pombos Correios*. Coimbra: F. Franca Amado, 1913.
- \_\_\_\_\_. «Os Portuguezes no Brazil», *Atlântida*, I, 3 (1915): 195-204.
- Oliveira, Manuel Botelho de. *Música do Parnaso*. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Popular Brasileira, 1953.
- Passos, Alexandre. *A Imprensa no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.
- Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira, biográfico, crítico e bibliográfico*. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.
- Pierson, Donald. *Negroes in Brazil*. 2.<sup>a</sup> ed. Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 1967.
- Pina, Mariano. *Portugal e Brazil*. Lisbon: Antiga Casa Bertrand – J. Bastos, 1896.
- Pinto, António Pereira. *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção Completa dos Tratados Celebrados pelo Brasil com Diferentes Nações Estrangeiras*. 4 vols. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia, 1864-69.
- [Pinto], Bento Teixeira. *Prosopopea*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873.
- Pontes, Eloy. *A Vida Inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935.

- Poppino, Rollie. *Brazil, the Land and People*. New York: Oxford U. Press, 1968.
- Portugal.Constituição. *Political Constitution of the Portuguese Republic*. Lisboa: S.N.I., 1957.
- Portugal. Leis. Silva, M. Moreira da. *Código do Direito de Autor e dos Diretos Vizinhos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.
- Portugal. Soberanos, etc., 1777-1816. *Dom João por graça de Deos príncipe regente de Portugal e dos Algarves*. Rio de Janeiro: Impressão regia, 1815.
- Prestage, Edgar. *Portugal, Brasil e Grã-Bertanha*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1925.
- Proença, M. Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.
- Publicações do Arquivo Nacional*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1922.
- Queirós, José Maria Eça de. *Obras*. 3 vols. Oporto, n.d.
- \_\_\_\_\_. e Ortigão, José Duarte Ramalho. *As Farpas*. 11 vols. (1873-83).
- Ramos, Graciliano. *Angústia*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.
- Rebello, A. Velloso. *As primeiras Tentativas da Independência do Brasil*. Lisboa, 1915.
- Rego, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- Reis, P. Pereira dos. *O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- Ribeiro, Aquilino. *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1958.
- Ribeiro, João. *Cartas Devolvidas*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria S. José, 1960.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. 12.<sup>a</sup> ed. rev. Rio de Janeiro: F. Alves, 1929.
- Rizzini, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
- Rocha, André Crabbé. «Garrett e o Brasil» em *Comércio do Porto em Estrada Larga*, I (Porto) s.d.: 336.
- Rocha, Clara Crabbé. *O Espaço Autobiográfico em Miguel Torga*. Coimbra: Livraria Almedina, 1977.
- Rodrigues, José Honório. *Brasil e África*. 2 vols. 2.<sup>a</sup> ed. rev. Rio de Janeiro: Edição Civilização Brasileira, 1964.
- \_\_\_\_\_. *The Brazilians, Their Character and Aspirations*. Trad. Ralph Edward Dimmick. Austin, Texas: U. Texas Press, 1967.
- Romero, Sílvio. *O Elemento Português no Brasil*. Lisboa, 1902.
- \_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira*. 5 vols. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.
- Sales, Herberto. *Os pareceres do Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.
- Santiago, Silvino. *Uma Literatura nos Trópicos; ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de SP, 1978.
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. Oporto: Porto Editora, [1955].

- Saraiva, Arnaldo. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português: Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas Relações*. Porto, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português. Documentos Dispersos*. Porto, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português. Documentos Inéditos*. Porto, 1986.
- Sayers, Raymond S. *Onze Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; [Brasília]: INL, 1983.
- Sena, Jorge de. *O Reino da Estupidez*, I. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Moraes Editora, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Reino da Estupidez*, II. Lisboa: Moraes Editora, 1978.
- Shepard, Jon M. *Sociology*. New York: West Publishing Co., 1981.
- Silva, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. 22 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.
- Silva, Pedro Ferreira da. *Assistência Social dos Portugueses no Brasil*. São Paulo: Edições Arquimedes, 1966.
- Silveira, Pedro da. *Os últimos Luso-Brasileiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- Simões, Nuno. *Actualidade e Permanência do Luso-Brasilismo*. Lisboa: Simões, 1960.
- Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Educação, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.
- Sousa, Pero Lopes de. *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. 2 vols. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.
- Stewart, Elbert W. *Sociology, The Human Science*. 2.<sup>a</sup> ed. New York: McGraw-Hill, 1981.
- Swartz, Marc. J. and Jordan, David K. *Anthropology: Perspectives on Humanity*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1976.
- Táti, Miécio. *Jorge Amado, Vida e Obra*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.
- Tavares, Paulo. *O Baiano Jorge Amado e Sua Obra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Criaturas de Jorge Amado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.
- Teles, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. 6.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- Torga, Miguel. *A Criação do Mundo*, I, 4.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Edição do Autor, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Traço de União: Temas Portugueses e Brasileiros*, 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1969.
- Torres, António. *Prós e Contras*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1925.
- \_\_\_\_\_. *As Razões da Inconfidência*. 4.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1957.
- Veríssimo, José. *História da Literatura Brasileira*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Alves & Cia, 1929.
- \_\_\_\_\_. *Letras e Literatos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- Vianna, Hélio. *História do Brasil*. 2 vols. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

- Vicente, Gil. *Antologia*. Seleção, introdução, notas e glossário de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Copilacam de todas as obras de Gil Vicente*. Lisboa: I. Alvarez, 1562.
- Wohlgemuth, Patrícia. *The Portuguese Territories and the United Nations*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, International Conciliation, No. 545, 1963.
- Zirald, ed. *As Anedotas do Pasquim*, 3. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1976.
- \_\_\_\_\_. ed. *As Anedotas do Pasquim*, 4. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1977.

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO .....	14
I. LAÇOS HISTÓRICOS ANTES DE 1822	
Indiferença, Ininteresse e Influência .....	17
Brasil: De Escravo a Senhor .....	22
A Caminho da Autonomia Política.....	29
II. A CENA LITERÁRIA ANTES DE 1822	
O Brasil Aparece na Literatura Portuguesa.....	42
Colónia contra Reino.....	46
Boca-do-Inferno e Padre António Vieira.....	48
Actividade Literária Continuada.....	54
A Caminho de uma Literatura Nacional .....	59
III. O BRASIL NA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX	
Evolução do Luso-Brasileirismo .....	67
Almeida Garrett e o Brasil Liberto .....	75
O «Brasileiro».....	82
Eça e o Brasil .....	86
Outras Imagens do Brasil.....	94
IV. LUSOFOBIA NO ROMANCE BRASILEIRO DO SÉCULO XIX	
Portugal na Literatura Nacionalista do Brasil.....	102
José de Alencar e Manuel António de Almeida .....	105
O Romace Naturalista: Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha .....	108
V. O MOVIMENTO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO	
A Evolução das Relações Culturais Luso-Braileiras .....	123
Uma Filosofia Luso-Brasileira: Sílvio Romero e Outros .....	127
Expressões do Luso-Brasileirismo: Conferências, Publicações, Acordos e Tratados .....	129
Mais Relações: De Getúlio Vargas aos Congressos das Comunidades Portuguesas.....	137

VI.	A IMAGEM DO BRASIL NA LITERATURA PORTUGUESA MODERNA	
	Os Primeiros Luso-Brasileiros.....	149
	Imagens do Brasil por Outros Escritores Portugueses .....	160
	Miguel Torga.....	160
	Aquilino Ribeiro.....	165
	José Rodrigues Miguéis e Jorge de Sena.....	167
	Vitorino Nemésio.....	172
	Luís de Sttau Monteiro.....	179
VII.	A IMAGEM DO PORTUGAL NA LITERATURA BRASILEIRA MODERNA	
	Ensaístas e a Identidade Nacional Brasileira.....	190
	Euclides da Cunha e o Sebastianismo Luso-Brasileiro.....	200
	Graça Arana contra «Um Passeio Alheio».....	203
	O Pré-Modernista Lima Barreto .....	209
	Os Modernistas.....	213
	Manuel Bandeira.....	213
	Oswald de Andrade .....	216
	Mário de Andrade .....	220
	Gilberto Freyre e a «Dívida aos Portugueses».....	222
	José Lins do Rego .....	223
	A Piada e Outras Anedotas de Humor.....	227
	A Imagem Recente.....	232
	Adonias Filho .....	233
	Herberto Sales .....	236
	Jorge Amado.....	239
	CONCLUSÕES FINAIS.....	250
	TÁBUA DE ILUSTRAÇÕES.....	255
	BIBLIOGRAFIA .....	260